Holanda
26 de Mai

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE

ANAIS

DO

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

VOL. I

1940

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1941

BIBLIOTECA
41 /1996

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

(VOLUME I)

SUMÁRIO

GUSTAVO BARROSO — "Mobiliário Luso-Brasileiro".

EDGAR DE ARAUJO ROMERO — "O meio circulante no Brasil Holandês".

MENEZES DE OLIVA — "Os falsos painéis de Leandro Joaquim".

ANGYONE COSTA — "Ainda sobre Lund e a Lagôa Santa".

LUIZ MARQUES POLIANO — "Moedas da Soberana Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalem".

ALFREDO SOLANO DE BARROS — "A gênese da Numismática Brasileira".

PAULO OLYNTO — "Lenço comemorativo da República Rio-Grandense".

NAIR DE MORAIS CARVALHO — "A jangada libertadora".

YOLANDA MARCONDES PORTUGAL — "Moedas comemorativas do Brasil".

JENNY DREYFUSS — "O escudo d'armas de D. Teresa Cristina Maria de Bourbon".

ALFREDO TEODORO RUSINS — "Brigadeiro João Guilherme Bruce".

NILZA MARIA VILELA BOTELHO — "Estudo sobre a Ordem do Cruzeiro".

OTAVIA DE CASTRO CORRÊA — "A atuação de Gomensoro no Combate Naval do Riachuelo".

FORTUNÉE LÉVY — "A Casa da Moeda da Baía".

ADOLPHO DUMANS — "O Museu Histórico Nacional através dos seus 19 anos de existência".

APÊNDICE:

GUSTAVO BARROSO — "A Exposição Histórica do Brasil em Portugal e seu catálogo".

MUSEU HISTÓRICO — "Um enigma heráldico".

"Uma doação preciosa".

"Duas preciosidades icnográficas".

"Relação dos objetos transferidos do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial de Petrópolis".

MOBILIÁRIO LUSO BRASILEIRO

A arte, quando verdadeiramente *nacional* — doutrina um grande mestre — sai das entranhas dum povo, é, por inspiração coletiva, a expressão dum gênio próprio e retrata as idéias, os sentimentos, as instituições e os costumes duma época, duma nação, duma civilização. Quando a arte resulta de empréstimos, de justaposições mais ou menos felizes ou harmoniosas, provenientes de inspirações não mais coletivas, porem simplesmente individuais, sob o patrocínio de soberanos ilustres, faustosos ou amantes do belo, deixa de ser *nacional* para ser simplesmente *real*. E, quando a inspiração individual não encontra a proteção desses Mecenas para lhe dar um cunho soberano, a arte é mera *adaptação dum estilo*.

Até o Renascimento, a arte, da arquitetura ao mobiliário, é *nacional* : inspiração coletiva — realização coletiva. Todo um sistema de idéias e instituições contribue para seu florescimento. Diz-se, porisso, *arte egípcia, arte grega, arte romana, arte românica, arte bizantina, arte gótica, arte do Renascimento*. Mas os ramos ou dialetos artísticos que se esgalham deste último tronco levam já nomes caracteristicamente limitados a uma especialização ou a personalidades : *Barroco, Rococó, Henrique II, Luiz XIII, Luiz XIV, Regência, Luiz XV, Luiz XVI, Diretório, Império,* etc. E as adaptações são designadas por nomes ainda de menor significação, menos ilustres, às vezes de simples fabricantes de moveis, *verbi gratia* : *Chippendale, Duncan, Biedermeier,* etc.

Tendo em vista esses postulados, não é possivel admitir no Brasil nenhum *estilo colonial,* nem na arquitetura, nem no mobiliário. Os que afirmam o contrário tomam para ponto de partida elementos secundários, como sejam adaptações locais, estilizações dum ou doutro motivo da fauna ou da flora e deturpações, que, muito pouco influem nas linhas mestras e fundamentais das peças artísticas. Alegra-me ter José Mariano, claro espírito de pesquisador de nossas coisas antigas, servido por invulgar erudição no assunto, chegado a essa conclusão, que esbocei uma feita, no ano de 1920, em artigo estampado no *O Jornal* sob o título *Arte Nacional*.

O que é verdade quanto à arquitetura tem de ser logicamente verdade quanto ao mobiliário, porque este nasce daquela e nunca houve criação de moveis que se não inspirasse na edificação. O movel é a arquitetura interior do imovel, é a arquitetura reduzida.

Pode-se dizer que os *estilos reais* no mobiliário nascem em França com os Henriques e se desenvolvem com os Luizes. Nos Henriques, Renascimento puro. Com Luiz XIII, Renascimento deturpado. O Luiz XIV, pesado e grave, denota ainda uma certa unidade do espirito humanista que seus sucessores quebrarão. O Regência marca a transição desse estilo ainda bastante masculino

Mesa em estilo D. João V, de linhas singelas, 1.ª fase. Das coleções do Museu Histórico.

para o Luiz, XV, filho do Rococó, em que triunfa a graça feminina e o capricho, de envolta com a *chinoiserie*. Com o Luiz XVI, se esboça uma reação em favor dos modelos antigos e clássicos. E' um estilo elegante e temperado, diz Emile Bayard. O *Diretório* ou *Messidor* acelera essa reação que culmina nos tipos greco-romanos do Império, improvisação acadêmica, mas tipica e solene.

Em Portugal, o *Rocaille* ou *Rococó* denomina-se D. João V. A observação dos moveis dessa época (reinado de 1706 a 1750), que corresponde à de Luiz XV (1710-1774), nos aponta iniludi-

Mesa de encostar em estilo D. João V, 2.ª fase, com a ornamentação em concheados. Das coleções do Museu Histórico. Jacarandá com puxadores de metal.

Pormenor da ornamentação em concheados da mesa anterior.

velmente quatro fases ou manifestações reconheciveis : uma, em que as linhas sinuosas tão características se apresentam singelas, sem a menor ornamentação ; outra, em que a ornamentação de concheados enxamea em todas as partes dos moveis ; outra, em que os concheados são substituidos por grinaldas de flores miudas, cujos exemplares são raros ; e, finalmente, uma quarta, em que aos concheados e flores miudas sucedem margaridas em ramos mais ou menos longos. Em todas essas fases, as linhas gerais características se manteem sem discrepância. Na primeira e na última, os pés de cadeiras, mesas, cômodas, etc. são simples prolongamento dos ornatos curvilíneos das pernas, das volutas graciosas. Nas duas intermediárias, ocorrem pés de garras de ave de rapina ou de leão, às vezes montados sobre bolas.

Serão os moveis dessas quatro fases todos eles *D. João V* ou correspondem às duas ulteriores aos reinados de seus sucessores, como querem alguns: a das flores miudas ao período *Pombalino* ou de *D. José I* (1750 — 1777), equivalendo ao *Regência* francês; e a das margaridas ao de D. Maria I (1777 — 1792, quando enlouqueceu)? Tenho a impressão pessoal pelo que observei em Portugal e no Brasil que essas quatro adaptações dum mesmo estilo fundamental, o *D. João V*, correspondem, quando muito, às duas primeiras ao reinado de D. João V e às duas últimas ao de D. José ou somente à última a este. E' possivel que tambem a última seja contemporânea do reinado de D. Maria I. O estilo que, em Portugal, se chama D .Maria I não é mais do que o aportuguesamento do Luiz XVI, com grande influência inglesa, através dos marceneiros britânicos daquele reinado, cujos nomes aliás são sobejamente conhecidos. Ele se distingue pelos medalhões ovais ou por linhas retas, grinaldas, motivos ornamentais embutidos. Nele, o jacarandá, o pau preto, quase desapareceu, substituido pelo acajú e outras madeiras de coloração avermelhada, e os embutidos surgem no mobiliário português como característico especial. Os de marfim denotam a influência indú.

Querer, como querem alguns, que o estilo Império com feição abrasileirada — e veremos adiante as razões disto — seja denominado D. Maria I e considerado nosso é avançar demasiado. D. Maria I começou a reinar em 1777 e enlouqueceu em fevereiro de 1792, no teatro de Salvaterra. Dessa data em diante, governou em seu nome o príncipe regente D. João, o qual, por sua morte, em 1816, foi aclamado e coroado rei no Rio de Janeiro, com o nome de D. João VI. D. Maria veio louca para o Brasil em 1808. O estilo Império nasceu com Napoleão, imperador, segundo uns, com Napoleão, consul, segundo outros. Na primeira hipótese, depois de 1800 ; na segunda, depois de 1804. Em ambas, já estava louca e fora do governo a rainha. Que influência poderia ter uma

soberana sem juizo sobre o mobiliário de seu tempo ? Se influência real tivesse havido, essa seria de D. João, principe e de D. João rei. Rotular, pois, como estilo D. Maria I o estilo Império adaptado, ou, melhor, feito no Brasil é um contrasenso.

O chamado estilo *Diretório* ou *Messidor*, que antecedeu o Império e foi intermediário entre este e o Luiz XVI, não é propriamente um estilo, mas "une manifestation reconnaissable, dans le meuble du moins", doutrina o conceituado autor de "Le style Empire". Seus ornatos em bronze ou embutidos e entalhados são revolucionários ou maçônicos: lanças, feixes litóricos, barretes frigios, serpentes, grinaldas de carvalho, o olho da Razão dentro do triângulo, mãos fraternais em amplexos, niveis como simbolo da igualdade, as tábuas da lei, o galo dos antigos Celtas, o arado, os troféus de armas. Nas linhas fundamentais, conserva os módulos e formas do reinado borbônico anterior. Define-o um autor: "um Luiz XVI com simbolos revolucionários". Os leitos chamam-se à *Federação* ou à *Revolução*, as cadeiras são *etruscas*, as poltronas *à antiga*, os sofás *patrióticos*, os candelabros *chineses*, as cadeiras em *gôndolas*, as mesas *egipcias* e muitas *margaridas*, as mesmas caracteristicas do Luiz XVI e que encontramos na última

Pormenor lateral da mesa anterior. E' admiravel a finura do entalhe na parte superior e nos pés.

manifestação do nosso D. João V. Abusa-se do recortado, sobretudo nas cadeiras, como o *chipping-deal* inglês, que deriva dele. Os pés são em pinha, em ponta, em pião, em bola, em cone truncado. Esboça a reação contra a transformação regressiva do Barroco ao Rococó, com a volta ao antigo, ao clássico, embora conservando ligeiro perfume do Luiz XVI, raiz dessa reação.

Poltrona de jacarandá do antigo Conselho de Fazenda. Existem duas: uma no Museu Histórico, outra nas coleções do Dr. Epitácio Pessoa. Estilo D. João V na 3.ª fase ou estilo Pombalino? O concheado quase desaparece sob a ornamentação de flores miúdas, em arrecadas e grinaldas.

O pintor Luiz David, verdadeiro ditador em matéria de arte do fim da Revolução ao período napoleônico, foi o criador intelectual do estilo Império, sem nada de original, volta ao antigo, com inspiração antiga, mais grega do que romana. Daí o comentário dum crítico: "La décoration intérieure et exterieure des bâtiments, les meubles, les etoffes, les bijoux de toute espéce, tout est à Paris *à la grecque*". A influência preponderante de David na criação do estilo Império está documentada neste trecho: "Jusqu'à David, effectivement, les meubles des maisons, même les plus opulentes de Paris, etaient

Poltrona do antigo Conselho de Fazenda. E' maravilhoso o trabalho de talha.

encore fabriqués dans le goût de ceux de Louis XV et de Marie Antoinette, et, chose singuliére, ce furent les *meubles d'atelier* du peintre des Sabines, *modéles executés seulemente en vue de ses tableaux,* que la mode adopta".

Em geral, se admite que os arquitetos Perrier e Fontaine foram os criadores do estilo Império; mas a verdade é que ele veio para a arquitetura através de David e o movel, nesse caso, precedeu o edifício, prova insofismavel do carater fictício desse estilo, que nada tem de francês, que é romano e grego, reto, frio e pomposo. Em 1799, tinham-se feito as primeiras excavações em Pompéia; mas seus resultados só foram publicados de 1813 em diante, quando os elementos pompeanos intervieram na decoração interior do estilo Império. E' bom não esquecer que Percier e Fontaine, apelidados em Paris os *Etruscos,* começaram sua carreira como desenhistas de moveis para a famosa fábrica de Raul Rochette.

Até nas designações das várias peças do mobiliário Império se invocava a Etrúria, Roma e a Grécia. O sofá era *paphos;* o espelho, *psyché;* a espreguiçadeira, *otio;* a mesa de cabeceira, *sono;* o lavatório, *lávabo;* a cadeira de encosto curvo, *gôndola;* o canapé alto, como o de Madame Récamier no celebre retrato feito por David, *meridiana;* a poltrona, *cadeira curul.* Parece que uma única peça tinha nome francês: o assento de braços sem encosto, que se denominava *chauffe-dos.*

A decoração seguia a mesma senda: entrelaços denticulados, gregas, acantos, cariatides, esfinges, lotus egípcios, setas, carrancas de leão, grupos mitológicos, liras, aguias, N.N. coroados, grifos, cabeças humanas, losangos, carcazes, vitórias, cisnes, grinaldas circulares, palmas como as dos acrotérios helênicos, pequenas rosáceas e palmetas "esquemáticas e rígidas", de origem dórica que só desaparecerão no estilo Restauração. Tudo isso em bronze e excessivamente simétrico sobre faces de madeira lisa, polida e escura, na maioria negras e avermelhadas. Os pés dos moveis, tambem com guarnições de bronze, em bolas ou lotus fechado, como se vê no Palácio Beauharnais ou no Castelo de Compiégne; em pino, em quadrado, em cachimbo ou com saliência; em forma de pés humanos, de patas de fera, de garras de ave de rapina; ou, ainda, largos, bojudos, os mais altos, em jarro, em urna e em lira. Estes de madeira guarnecidos de bronze nos gargalos, nas asas e nas cordas.

Os ornatos entalhados haviam desaparecido com o estilo Luiz XIII. Os ornatos em bronze cinzelado, menos quebradiços, mais luxuosos e duraveis, substituiram-nos desde o estilo Luiz XIV e chegaram ao apogeo com o Império. Dinastias de cinzeladores de bronze levaram no correr dos tempos essa arte à perfeição, desde

Mesa de encostar em jacarandá entalhado das coleções do Museu Histórico. Ornamentação de ramos de margaridas. Estilo D. João V na última fase ou D. Maria I na primeira fase?

Pormenor da ornamentação da mesa anterior. O concheado desapareceu completamente. As volutas teem uma graça e uma beleza únicas.

Boule e Bernard até Jacob e Léger, passando por Lignereux, Buret-te, Raxalon, Neckel, Delaroche, Hauré, Martincourt, Hervieux, Prieur, Duplessis, Charité, Vinsac, Gouthiére e Thomire. Em nenhuma outra parte da Europa surgiram artistas do movel e do bronze desse jaez. Porisso, eles forneciam a Espanha e Nápoles, a Rússia e a Inglaterra.

O estilo Império transcrito para a Inglaterra e daí para Portugal perdeu a ornamentação em bronze, naturalmente por falta daqueles cinzeladores e tambem pela sobriedade do gosto. Lá uma ou outra mesa de abas, para jogo, como se vê nas coleções do Museu Histórico, apresentam pés em garra, de latão. Empobreceu-se, conservando as linhas tradicionais, alterando este ou aquele elemento e substituindo as cantoneiras, arrecadas, placas e demais ornatos de metal por entalhados singelos de madeira, não mais carrancas, cabeças, deuses mitológicos e figuras de dificil entalhe, porem caneluras, chanfrados, curvas em serpentes e colo de cisne, rosáceas e sobretudo as *palmetas típicas,* tão apreciaveis nos tecidos da época imperial e nos painéis das portas do Castelo de Compiégne.

Isto já havia sucedido nas várias manifestações do D. João V, em que a ornamentação é entalhada, enquanto em França o bronze dominava. Das palmetas clássicas gregas do Império nascem, na decoração dos nossos moveis, já deturpados do modelo primitivo, as rosáceas e os cantos *em leque*. E' possivel uma intercorrência oriental nessa transmutação. Desaparecendo os bronzes das travessas longitudinais e dos pés largos, em jarro, alguma coisa haveria de suceder-lhes e daí os torcidos e os canelados, os enroscados e os gomos.

Querer que tais modificações de pormenor caracterizem como D. Maria I ou Colonial Brasileiro, o que não passa de adaptação às madeiras, recursos e artífices do meio do estilo Império, é coisa que seriamente não se pode levar em conta. Que se crisme a adaptação como D. João VI ainda seria concebivel ; mas como D. Maria I não, pois já não governava mais nem o juizo nem os povos anos antes do estilo Messidor que precedeu ao Império. Este não corresponde no tempo àquela soberana.

Não importa que os americanos a um mobiliário similar denominem *Duncan*. Não será por isso que deixará de ser Império. Suponhamos que um viajante perca um cofre gótico no meio de qualquer tribu bárbara. Anos depois ,encontrando artefatos copiados, ingenuamente, barbaramente, daquele estido, poderá dizer que os pobres copiadores criaram um estilo ? Se a imitação for boa, continuará a ser gótica ; se for má, será um gótico degenerado.

O que há de fato nos moveis feitos no Brasil durante o periodo colonial, do século XVIII ao XIX, é um certo sabor brasileiro, leve manifestação que não perturba o ritmo das linhas fundamentais: frutos da terra nos moveis pernambucanos; garras altas sobre esferas nos da Baia, traindo o gosto inglês; decoração losangular nas arcas de ximbó, em Minas, o que não passa da simplificação das almofadas. A expressão brasileira no mobiliário é meramente local e superficial, sem caracteristicos suficientes de estilo próprio. Sair disso é cair no exagero ou falsear a verdade para demonstrar teses pessoais, sem critério cientifico no exame da questão. Alem disso, os tipos de mobiliário como os de indumentária e todas as criações da moda, devido à longa distância e a navegação a vela, somente podiam chegar ao Brasil com bastante atraso. Se em França, em plena eciosão do Messidor, as casas estavam alfaiadas à maneira de Luiz XVI e de Luiz XV, como querer que no Brasil, onde a pobre rainha louca chegou em 1808, o estilo Império, nascido com Napoleão, imperador, já tivesse foros de cidadania. Napoleão fora coroado em 1804. Na verdade, o estilo D. Maria é o que sempre foi: o Luiz XVI

Pormenor lateral da mesa anterior. Os ramos estão cruzados. A voluta é assimétrica como no estilo Luiz XV.

traduzido em português, às vezes através do inglês. Deixemo-nos de inovações sem base e simplesmente caprichosas.

Outro carapetão que vai por aí afora tomando visos de verdade, à força de repetido, é o apelido *manuelino* dado aos moveis de bolachas, tremidos e torcidos, tão apreciados em Portugal e no Brasil: altos contadores, bufetes, mesas torneadas, cadeiras de grande espaldar de couro pregueado, camas de bilros, traindo à

Mesa de jacarandá entalhado. Estilo D. João V sobrecarregado. Pés em garras sobre bolas e travessões ondulados traindo a influência inglesa. Fabricação baiana do século XVIII. Da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico.

primeira vista a influência indiana. Esses nada teem nem podem ter de manuelinos. A confusão naturalmente se origina dos torcidos e cordões espiralados que lembram os cabos de *marear*, tão multiplicados nas molduras da arquitetura de D. Manuel. No entanto, esse elemento decorativo no mobiliário não é absolutamente o cabo ou a corda, e remonta à influência moirisca do mobiliário do século XVI. E' uma sobrevivência.

Papeleira D. João V, em jacarandá entalhado (fechada e aberta), com ornamentação singela e pés em volutas. São essas volutas que se transformam em garras. Fabricação baiana. Da coleção Miguel Calmon no Museu Histórico.

D. Manuel, o Venturoso, subiu ao trono em 1495 e morreu em 1521. Reinou, por conseguinte, do último lustro do século XV até o início da terceira década do século XVI. Ora, os estudiosos do mobiliário em Portugal nos ensinam que tremidos, torcidos e bolachas caracterizam os moveis do século XVII. Basta compulsar a obra de Alfredo Guimarães sobre o "Mobiliário Artístico Português" ou "O nosso mobiliário" na "Enciclopedia pela Imagem", para não estar alinhando autores e obras. Há quem denomine esses moveis *filipinos*, no que vemos mais razão do que nos que os chamam *manuelinos*.

Magnífica mesa em jacarandá, toda feita a mão. Século XVII. Almofadas, bolachas, torneados e enrolados nas bordas com semelhança de cabos. Época dos Filipes e de D. João IV. Renascimento com influências hispano-moiriscas. Das coleções do Museu Histórico.

Até meados do século XV, em Portugal se usou o mobiliário medieval com estas ou aquelas influências românicas, góticas, moiriscas, mudejares e limosinas. No seculo XVI, época do apogeu do reinado de D. Manuel, os moveis são singelos, em geral baixos e acentuadamente influenciados pelo gosto mosárabe, que predominava na Peninsula. Nesse século, inicia-se o povoamento do Brasil e a pobreza do meio e da vida não permite confortos e muito menos luxos no mobiliário. Os torneados surgidos no século XVII em Portugal, quando D. Manuel, o Venturoso, já repousava

na paz do Senhor, não poderiam ter chegado antes às nossas plagas. Como e por que, então, apelidá-los *manuelinos?* Filipinos vá lá. Eles atingem o apogeu no reinado restaurador de D. João IV, de 1640 em diante.

E' conveniente desfazer essas deturpações históricas de inovadores que pretendem achar nos documentos concretos não o que eles exprimem, mas o que sua fantasia deseja. Razão de sobra tem o Sr. Lucio Costa ao afirmar que, em matéria de mobiliário brasileiro, só o material era brasileiro e os artistas lusos. De fato, os próprios artistas nascidos aquí se inspiravam nos modelos da Europa. Nos debates da conferência do Sr. Clado Ribeiro Lessa sobre "Mobiliário Brasileiro dos Tempos Coloniais", publicados na revista "Estudos Brasileiros", o erudito Sr. José Mariano encerrou essa questão, afirmando categoricamente : "Evidentemente, *nunca houve um mobiliário colonial;* houve vários dentro do fenômeno sociológico da fase colonial brasileira. O mesmo ocorre com respeito à arquitetura: *nunca houve uma arquitetura colonial brasileira,* mas muitas".

Não lhe regateio os aplausos.

GUSTAVO BARROSO

(Conservador Cl. L.

DIRETOR DO MUSEU HISTÓRICO

Professor de História do Brasil e Técnica de Museus do Curso de Museologia)

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA SANTOS (José de) — *"O estilo colonial D. Maria I ou colonial brasileiro"*, in "Planalto", 1-7-41.

BARROSO (Gustavo) — "Catálogo descritivo e comentado da Exposição histórica do Brasil nos centenários de Portugal".
"Arte Nacional".

BAYARD (Emile) — *L'art de reconnaitre les estyles.*
Le style Empire.

BOUCHOT (Henri) — *L'Empire.*

CLARY-MORSE — *Furniture of the olden times.*

COSTA (Lucio) — *Evolução do mobiliário luso-brasileiro.*

DE BLES (Arthur) — *Genuine antique furniture.*

DELÉCLUSE (J) — *Louis David.*

DESMALTER (Jacob) — *Vivant-Dénon.*

DUBAFE — *Les valeurs de l'art.*

DUVAL (Guerra) — *Album de curiosidades artísticas da Baia.*

Enciclopedia pela Imagem — *O nosso Mobiliário.*

FALCÃO (Edgar de Cerqueira) — *Reliquias da Baia.*

GUIMARÃES (Alfredo) — *Mobiliário artistico português.*

HAVARD (H) — *Dictionnaire de l'ameublement.*
Les Styles.

JACQUEMART (A) — *Histoire du mobilier.*

LACROIX (Paul) — *Diretoire, Consulat et Empire.*

LECHEVALIER-CHEVIGNARD — *Les styles français.*

MASSON (Fredéric) — *Napoléon chez lui.*

MICHEL (André) — *Histoire de l'art.*

MIGEON (Gaston) — *Les arts musulmans.*

ORDUÑA Y VIGUERA (D. Emilio) — *Rejeros españoles.*

PERCIER ET FONTAINE — *Récueil des décorations intérieures.*

RACZYNSKI — *Les arts en Portugal.*

RAMALHO ORTIGÃO — *O culto da Arte em Portugal.*

RIBEIRO LESSA (Clado) — *Mobiliário brasileiro dos tempos coloniais.*

VASCONCELOS (Joaquim) — *Arte religiosa em Portugal.*

O MEIO CIRCULANTE NO BRASIL HOLANDÊS

As moedas de necessidade de 1645 e as obsidionais de 1646, cunhadas em Pernambuco.

As moedas de necessidade de 1654, cunhadas após a capitulação para pagamento das tropas.

A história do meio circulante nas Capitanias brasileiras dominadas pelos holandeses foi intensamente esclarecida pela obra de Hermann Wätjen *"Das holländische Kolonialreich in Brasilien"*, publicada em Gotha em 1921 e traduzida para o vernáculo por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, em 1938, e publicada pela Companhia Editora Nacional.

Eram deficientíssimas as informações colhidas em VAN LOON, MAILIET, JULIUS MEILI, VARNHAGEN e ALFREDO DE CARVALHO, sobre as denominadas "obsidionais holandesas". Hoje temos fonte mais abundante e límpida. Vamos aqui resumir o que nos ensina o douto historiador Hermann Wätjen, juntando à sua lição histórica a descrição das moedas de necessidade emitidas pelos holandeses no Recife, isto é, vamos juntar aos dados da história monetária os da numismática.

Nas Capitanias assenhoreadas pelos holandeses, Pernambuco, Itamaracá, Alagoas, Paraiba e Rio Grande, estabeleceu-se, como era natural, a circulação de moedas da Holanda. Assim, alí correram *florins, soldos* e *xelins,* moedas das provincias dos Paises Baixos. Havia, porem, grande escassez de numerário, dada a irregularidade e a insignificância das remessas, principalmente de moeda miuda. As crises monetárias sucediam-se, cada vez mais graves. Recorreram os administradores a diversos expedientes. Vejamos quais foram eles :

I — *Emissão de ordens de pagamento,* em número ilimitado, sobre remessas de dinheiro que só chegariam da Holanda a longos prazos, empregando tais bilhetes, com a assinatura dos conselheiros, para a satisfação de dívidas e cobertura de gastos mais prementes.

II — Em 1639, afim de obviar a introdução de moeda má e o imediato afugentamento da boa, propôs o Governo do Recife

aos diretores da Companhia das Índias a cunhagem na Holanda de moedas especiais, cuja força liberativa legal se limitasse ao domínio colonial brasileiro.

O Conselho dos XIX não se deixou seduzir por essa proposta, mas encarregou as Câmaras da Companhia de enviar para Pernambuco a soma de 7.000 *florins* em dinheiro miudo.

Essa remessa aliviou momentaneamente, mas não poderia sanar de uma vez a situação precária do meio circulante. Outros fatos vieram agravá-la.

O medo da armada espanhola que desde alguns meses anunciada surgiu afinal nas costas da Nova Holanda em janeiro de 1640 e a expectativa de novas incursões por parte dos inimigos fizeram com que a maioria dos habitantes do país enterrasse em lugar seguro o seu dinheiro, especialmente as moedas de alto valor, os apreciados reais de prata de Espanha. Desse modo foi retirada da circulação grande parte do numerário em giro.

III — Para aliviar essa aflitiva situação, viu-se o governo obrigado a emitir as denominadas "ordonantian", isto é, ordens de pagamento pelas rendas reais em arrecadação e a expedir um decreto em que se determinava para todos a aceitação obrigatória desse *papel moeda,* em pagamento de qualquer transação. Não se cuidou, porem, de determinar o limite dessas emissões. Foi isso em 1640.

IV — No mesmo ano, alem das *ordenanças* ilimitadas, entraram igualmente em circulação *vales* em troca de farinha de mandioca e carne, o que tudo motivou a desvalorização das *ordenanças.*

Em compensação, a moeda metálica, que se havia tornado tão rara no giro comercial, subiu logo espantosamente e com ela os preços dos gêneros de primeira necessidade, os tecidos e suas confecções.

V — Nassau e seus conselheiros propuseram então ao Diretório Geral a fixação das moedas de ouro, prata e cobre em circulação no Brasil num valor cambial mais alto do que o dos tempos normais, de modo que excedesse o preço das moedas da Holanda. Destarte, opinava o Governo de Pernambuco, poderia o dinheiro amoedado ser atraido para alí e oferecer-se-ia aos comerciantes a possibilidade de transações lucrativas.

Os diretores, porem, escarmentados pelo grave erro da emissão das *ordenanças,* recusaram o seu assentimento a essa medida, considerando a experiência demasiado perigosa. Providenciaram, entretanto, para que as Câmaras da Companhia das Índias fizessem remessas mais vultosas de numerário para o Recife.

E assim, durante um certo período, cessaram as queixas sobre a falta de moeda, e pouco a pouco o Alto Conselho poude resgatar o acervo existente de *ordenanças* e *vales*.

Em princípios de 1642, navios chegados de Amsterdam descarregaram avultado número de caixas repletas de moedas de ouro, conhecidas sob o nome de *"Portugalezas"* (são os *Portugueses* de D. Manuel e de D. João III, de ouro de 23 3/4 de quilate, então ainda em circulação). Pelo desejo do Conselho dos XIX deviam ser postos em circulação com o valor cambial de 75 florins, por peça. Sendo, porem, semelhante valor demasiado alto para o Brasil, e não se achando absolutamente em relação ao preço cotado para as *pistolas* e os *8 reales* de prata, o governo recifense fez um reajustamento, baixando as *Portugalezas* para 60 florins e as *pistolas dobrões* para 9 florins e 10 soldos.

Em seguida, pediu ao Diretório que lhe permitisse decretar a proibição da exportação, do Brasil, de dinheiro amoedado.

VI — Como a resposta tardasse, o governador e o Conselho, no intuito de oporem um paradeiro à evasão das espécies em circulação, lançaram por autoridade própria o imposto de (10%) sobre todas as moedas de ouro e prata que saissem do Brasil e análogo tributo de (15%) para os *xelins* e peças de menor valor.

VII — Em meiados de 1642 foi criado um *Conselho de Finanças* para salvar o Brasil holandês da miséria econômica.

O Conselho dos XIX dentro de pouco tempo verificou que sua idéia fora uma fatal ilusão, pois, apenas esta corporação havia inciado o seu trabalho, nova e terrivel crise monetária desabou sobre a colônia. A crise de 1643 foi o resultado de diferentes causas. Por uma parte, o Diretório Geral tinha arrefecido na expedição das regulares remessas de numerário, e, quando o dinheiro chegava, mal dava para uma ou duas semanas. Por outro lado, os cofres da Companhia eram extremamente onerados com as grandes construções levadas a efeito por Nassau, as fortificações, as despesas da guerra, da colonização e administração do vasto domínio tão rapidamente dilatado alem de seus antigos precintos.

Mal inciara o Conselho de Finanças a sua atividade, as transações paralisaram-se e o dinheiro de prata pôs-se em fuga do pais As tropas por sua vez começaram a resmungar. Já se davam casos isolados de pilhagem e violência.

Depois da partida de João Maurício, a crise financeira entrou numa nova fase.

O Governo não sabia mais onde buscar dinheiro para pagar o soldo semanal às tropas.

VIII — Com medo que rebentasse uma sublevação militar. que pusesse em perigo a existência da colônia, o Alto Conselho pôs novamente em circulação as *Ordenanças*. Posto que perigosa a medida, esperava ele uma boa safra de açucar e contava com certeza que a exposição que João Maurício havia de fazer à Companhia na Metrópole, move-la-ia a uma ação auxiliadora mais eficaz.

IX — Para satisfazer as tropas que em fevereiro de 1645 tomaram uma atitude ameaçadora, o Alto Conselho mandou pagar em dinheiro aos oficiais e guarnições o soldo e sustento da primeira metade do mês e lhes prometeu pelo 14 dias restantes alguns litros de vinho espanhol ou de aguardente como pagamento do soldo.

X — Para ocorrer ao aumento das despesas o Alto Conselho tomou aos comerciantes livres adiantamentos sobre o açucar e pau Brasil embarcados com destino à Holanda. Aos diretores foram enviados os documentos relativos a essas transações de empréstimo mercantil, com o pedido de que fossem reconhecidos esses títulos de *bodemeria* e saldados os débitos deles constantes.

XI — Ainda em 1645, quando no começo das agitações os comerciantes livres elevaram as suas taxas de juro para 10%, os senhores do Alto Conselho resolveram a cunhagem de moedas de XII, VI e III florins, lançando para isso mão de um caixote de ouro que viera da Guiné e destinado a ser reexportado. Desse caixote retiraram 360 marcos de ouro.

Foram essas as primeiras moedas cunhadas no Brasil, no Recife, pelo Alto Conselho, em nome da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais em 1645, antes do assédio, cabendo-lhes o nome de moedas de necessidade ou de emergência. Foram emitidas com o aumento de 20% sobre as de Holanda para que não saissem do território da Colônia e pudessem mais tarde ser resgatadas.

Com essa emisão de moedas de ouro, obteve o Governo novo crédito perante os comerciantes livres, com cujo auxílio puderam ser satisfeitas as exigências dos soldados até o fim do ano de 1645 (figs. ns. 1-3).

Foi essa, porem, uma melhoria momentânea, agravando-se novamente a situação financeira com os progressos da insurreição pernambucana, que, num ápice, se assenhoreara do sul de Pernambuco, e pusera cerco ao Recife pelo lado de terra, interrompendo completamente as comunicações da cidade com o interior.

XII — Com a paralização do comércio da capital sitiada, não sendo mais possivel obter dinheiro *op bodmerye*, recorreu mais uma vez o Alto Conselho ao caixote de ouro da Guiné e o aliviou de mais 359 marcos. Faltando porem cadinho em que derreter o metal, o Conselho vendeu o ouro aos comerciantes livres e recolheu aos cofres cerca de 100.000 florins.

Esta soma, como a precedente, em breve se esvaiu com os gastos da administração e da guerra.

XIII — Em agosto de 1646 teve o novo Governo — Schoonenborch e os membros do Conselho que com ele vieram para o Recife — de anunciar aos senhores da Companhia que o caixote de ouro ainda uma vez havia sido o recurso de salvação e que, desta feita, 405 marcos haviam sido em parte vendidos e, em parte, remetidos ao moedeiro para nova cunhagem. Ao intendente da Moeda Pieter Janszoon Bass foram confiados 355 marcos para a conversão em ducados simples e dobrados brasileiros, no valor total de ..... 119.569:18 florins. Dessa quantia o moedeiro reclamou para si e seu pessoal a importância de 10.388:3 florins como pagamento do seu trabalho, abatendo essa soma do ouro que lhe fora entregue.

As moedas emitidas em 1645 e 1646 pelos holandeses são de forma quadrangular ou romboide, tendo no anverso em um círculo de pérolas as letras G W C ligadas, e o W a primeira perna cortada pelo G e a última pelo C, iniciais da Companhia Privilegiada das Índias (Geoctroyerd Westindische Compagnie), encimadas pelo valor em algarismos romanos, e no reverso ANNO-BRASIL e a data, em três linhas.

Os exemplares descritos por Julius Meili, em sua obra "Das Brasilianische Geldwesen, I Theil, Die Münzen der Colonie Brazilien", tem os seguintes pesos :

XII florins	.....	7gr. 60
VI florins	.....	3gr. 30
III florins	.....	1gr. 80

Os exemplares do Museu Histórico Nacional teem respectivamente os mesmos pesos, com exceção dos III florins, que teem um pouco menos : 1gr. 70.

Como se observa, não houve proporção exata no peso dos vários valores lavrados em 1645 e 1646.

Mais tarde, em princípios de 1654, foram batidas moedas de emergência, em prata, dada a situação precária em que se achavam os holandeses.

Há sobre essa emissão um interessante documento histórico:

"No próprio dia da assinatura e ratificação e entrega da Cidade do Recife na Campina do Taborda, reunido em sessão o Supremo Conselho, o tesoureiro geral Jacob Alrichs declarou estarem os cofres completamente vasios e que mesmo as menores contas não podiam ser pagas, pelo que foi posto em deliberação se não

seria de conveniência fazer cunhar moedas de prata para serem emitidas em semelhantes extremidades, devendo ser mais tarde resgatadas.

À vista disto o general Schoonenborch e o conselheiro Haecx ofereceram para este fim a pouca baixela de prata do seu uso particular, exemplo que por ninguem mais foi seguido.

Entretanto, assentou-se que, para começar, se lançasse mão de 23 libras de prata arranjadas pelo tesoureiro geral, as quais foram entregues a um certo Hendrich Brunsvelt para com elas cunhar peças quadradas, a saber uma de uma onça (8 angels) que correria por dois florins, outra de quatro oitavas (4 angels) por um florim e terceira de duas oitavas (2 angels) por 12 soldos".

Por esse documento, seriam, pois, emitidas as seguintes moedas de prata :

Valores	*peso*
II florins	1 onça
I florim	4 oitavas
XII soldos	2 oitavas

Desses valores, porem, só se conhece a peça menor, de 12 soldos, da qual há um exemplar na coleção Meili, que passou para o Museu de Zurich e ultimamente foi retalhada em leilão em São Paulo. Ignora-se se foram lavrados todos os valores.

São peças cunhadas segundo um sistema duodecimal de valores. O exemplar de XII soldos descrito por Meili é uniface, tendo por tipo as iniciais da Companhia das Índias, encimadas pelo valor XII, e tendo no exergo a data 1654.

Alem desse exemplar de 12 soldos da série duodecimal, figuram com a mesma data, em algumas coleções. moedas lavradas segundo um sistema decimal de valores :

Valores	*Peso em gramas*
XXXX soldos	12,10
XXX "	8,75
XX "	6,5
X "	3,25

Dos quarenta soldos conhecemos três exemplares, um no Museu Histórico Nacional, procedente da coleção Pedro Massena, um da coleção Guilherme Guinle e outro da coleção Meili (figura n. 4).

Fig. 1

12 florins de 1645

Fig. 2

6 florins de 1645

Fig. 3

3 florins de 1646

Fig. 4

40 Soldos de 1654

Os exemplares de XXX e XX soldos, citados na obra de Meili, são respectivamente da coleção Ulex de Hamburgo e do Catálogo Calenfels n. 365.

Dos X soldos temos notícia do exemplar de Meili.

As peças dessa série decimal são igualmente unifaces, tendo no anverso dentro de um círculo de pérolas as iniciais da Companhia das Índias Ocidentais, encimadas pelo valor, e no exergo a data: 1654. Sobre esta série decimal não conhecemos documentação determinando a sua cunhagem.

As moedas em estudo, principalmente as de prata, são, todas elas, como se depreende do que acima dissemos, de grande raridade.

Apareceram ultimamente exemplares falsos, não só dos florins em ouro, como tambem dos quarenta soldos em prata.

EDGAR DE ARAUJO ROMERO

(Conservador Cl. L., Chefe da Secção de Numismática do Museu Histórico, Professor de Numismática do Curso de Museologia)

OS FALSOS PAINÉIS DE LEANDRO JOAQUIM

Certa vez tive ocasião de acompanhar, através das salas de exposição do Museu Histórico Nacional, amigo muito querido, que, no momento, fotografava alguns dos objetos alí expostos para documentar um trabalho, que eu sabia estar escrevendo sobre os artistas do Rio de Janeiro colonial.

Quando, porem, após amistosa palestra, de mim se despedia, disse, como quem remata um longo debate : "E' isto mesmo. Você tem razão."

Como lhe não tivesse feito nenhuma afirmativa, compreendí, desde logo, que me desejava atribuir a autoria de um conceito qualquer, e insistí para que declarasse, francamente, em que achava que eu tinha razão.

— "Você diz" — tornou ele — "que os seis ovais da Sala D. João VI, representando aspectos do Rio de Janeiro colonial, são da autoria de Leandro Joaquim e....eu estou inteiramente com você".

— "Nunca disse semelhante heresia!" retorqui com decidido vigor. "Conte a história como cousa sua ..." "Leandro Joaquim é justamente quem nunca os poderia ter pintado!..."

Batendo-me afetuosamente no ombro, de mim se afastou, amavel e risonho, sem indagar, no entanto, dos motivos que eu tinha para me opor a semelhante idéia.

Algum tempo depois proferiu no Instituto de Estudos Brasileiros brilhante conferência sobre os "Artistas do Rio de Janeiro colonial" e disse que os seis painéis existentes no Museu Histórico Nacional eram, *sem dúvida,* desse pintor. À míngua de melhor argumento acrescentou : *"milita em favor dessa atribuição o fato de serem ovais esses quadros, ovais são os do Recolhimento do Parto, do incêndio, da reconstrução, os que existiram nos altares da igreja, bem como os que existiram no Passeio Público. Quadro oval só Leandro Joaquim pintou naquela época!"*

Ah ! Que vontade tenho eu de lhe contar o famoso expediente de Pedro Malazarte para autenticar uma grande boiada, que dizia pertencer a seu amo !...

Mas, infelizmente, o *boato* passou em julgado. Outros, sem maior exame, já repetiram a balela. A fantasia toma vulto. A história começa a correr mundo, e, amanhã, talvez, não seja mais possivel desfazê-la.

Cumpre-me, portanto, justificar as razões que tenho para não aceitar como da autoria de Leandro Joaquim os seis painéis da Sala D. João VI do nosso Museu Histórico Nacional.

*
* *

Leandro Joaquim está filiado à Escola Fluminense de Pintura. Discípulo de João de Souza e condiscípulo de Manoel da Cunha não será temeridade afirmar que foram eles, realmente, as duas melhores obras do mestre.

Amigo e contemporâneo do vice-rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, foi dedicado auxiliar de Mestre Valetim em desenhos e construções. Num dos painéis do Recolhimento de N. S. do Parto vêmo-lo, retratado por suas próprias mãos, entregando ao vice-rei D. Luiz de Vasconcelos o projeto de reedificação do edifício.

Era, segundo Gonzaga Duque, um tipo meudo, corpulento e de cor parda. A pedido de Luiz Edmundo e, para ilustrar a 1.ª edição de "O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis", conseguiu o pintor Marques Júnior extrair do painel acima mencionado os traços fisionômicos do artista, e no-lo apresenta como um mulato simpático, de cabeleira bem tratada e olhar expressivo.

Leandro Joaquim trabalhou muito. Exerceu várias atividades e peregrinou da cenografia à paisagem, da pintura sacra ao retrato.

Araujo Porto Alegre atribue a Leandro Joaquim "pincel suave", e Gonzaga Duque afirma que "seu desenho é fraco e tímido, quase sempre defeituoso". Acha ainda que, "nos primeiros tempos, desconhecia o valor dos tons e não sabia iluminar os quadros", embora "nas últimas obras já se mostrasse mais cuidadoso, procurando corrigir-se desses erros, o que conseguiu com admiravel engenho".

Para o teatro que, em 1776, Manoel Luiz inaugurara perto do palácio dos vice-reis e na proximidade da cadeia, esquina do largo do Paço, "fez um riquíssimo pano de boca, que sabressaía no acanhado palco".

Retratou o vice-rei D. Luiz de Vasconcellos de cabeleira postiça, olhos azues, lábios finos e cerrados, nariz afilado, envergando vistosa farda vermelha chamarrada de ouro, bofes e mangas de rendas, anel e bengalão na dextra, numa pose de encantadora simplicidade. Este retrato, que pertenceu à igreja de N. S. do Parto, foi adquirido, em 1939, pelo Dr. Guilherme Guinle, que o

Retrato a óleo do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos, por Leandro Joaquim. Moldura barroca da época. Pertenceu à Igreja de N. S. do Parto. Oferta do Dr. Guilherme Guinle ao Museu Histórico.

F. 3

700.834

doou ao Museu Histórico Nacional, onde pode, agora, ser visto e admirado. Está circundado por custosa moldura barroca, tendo, na parte inferior, o escudo com as armas do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos, Conde de Figueiró.

Temos ainda no Museu Histórico Nacional uma boa cópia deste mesmo retrato, que bem parece ser de algum dos artistas fluminenses contemporâneos do pintor.

Suas principais obras foram os dois painéis ovais existentes na igreja de N. S. do Parto, cujo projeto de reedificação é de sua autoria; pintou ainda uma Santa Cecília para a corporação dos músicos da igreja de N. S. do Parto; um Santo Eloi para a confraria dos ourives da mesma igreja; um S. João Evangelista e uma N. S. das Mercês, que se perderam; uma N. S. de Belem ou S. João para o Hospício dos Barbonos; um S. João Batista e um S. Januário, vendo-se neste, ao fundo, a esquadra de Duguay-Trouin, quando, em 1711, ao tempo do governador Francisco de Castro e Morais, atacou o Rio de Janeiro, e que estão sob a guarda dos frades capuchinhos, na atual igreja de S. Sebastião, à Rua Haddock Lobo; uma N. S. da Conceição da Boa Morte para a igreja do Hospício, que "salvos um ou outro senões no arabesco, é, para esse tempo, uma das boas produções artísticas".

Esse painel tem uma história deveras curiosa. Tendo Leandro Joaquim adoecido de zamparina, epidemia que grassou no Rio de Janeiro em 1780, e que trazia "grande alteração do sistema nervoso e locomotor", fez a promessa de que, se ficasse curado, antes de qualquer outro trabalho pintaria os derradeiros momentos da Virgem da Boa Morte.

Essa moléstia, que, irrompendo no Rio de Janeiro, logo se alastrou às regiões vizinhas, foi, talvez, uma das mais terríveis epidemias de gripe das muitas que sofremos durante o período colonial, e tira o seu nome de uma célebre cantora veneziana, Ana Zamperini, que, em 1770, esteve em Lisboa, como *prima-dona* de uma Companhia Lírica. Esta Companhia funcionou, com êxito extraordinário, num teatro da rua dos Condes. Em pouco tempo, a encantadora diva acorrentava aos seus encantos o conde de Oeiras, filho do marquês de Pombal, José Agostinho de Macedo, o famoso padre Lagosta, Monsieur Montigny, encarregado dos Negócios da França, e outros muitos. Perdiam os velhos o juizo e os moços perdiam a cabeça!... Um vendaval de insânia tudo levava de roldão! Chegou-se mesmo a organizar uma Companhia com um capital de 100.000 cruzados, divididos em 100 ações, para custear o luxo da Zamperini. Tudo ficara dependendo, desde a moda aos negócios públicos, dos caprichos dessa vampiresca mu-

lher ! O mal era tão contagioso que o marquês de Pombal, em 1774, se viu obrigado a mandá-la sair do reino. Certo, foi "para estigmatizar o alvoroço de tresloucada contaminação erótica que a cantora italiana levantava na capital portuguesa", que os brasileiros batisaram por zamparina aquela terrível enfermidade, que quase matou o nosso artista. Alma devota, mal recuperou a saude, cumpriu a promessa feita.

Para os antigos pavilhões do Passeio Público, fez alguns painéis representando engenhos de açucar e de mandioca, alem de cenas marítimas, de extração do ouro e panoramas da cidade. Foi um inovador na paisagem, assim como o mais perfeito dourador de *medidas*, fitas com as dimensões de determinadas imagens, e que eram vendidas ou distribuidas em dias de festas religiosas.

Ninguem sabe ao certo quando nasceu e morreu ; Gonzaga Duque alvitra as datas extremas de 1738 — 1798, confessando, lisamente, que se não fundou em nenhum dado seguro, visto como lhe fora impossivel encontrar documento que o elucidasse a tal respeito. Mas, afirma com a autoridade que todos lhe reconhecemos, não mais "ser o artista nomeado, nem mais trabalhos apresentar no fim do vice-reinado do conde de Rezende (1790 — 1800)".

Argeu Guimarães reproduz as mesmas datas apontadas pelo autor de "A Arte Brasileira": — 1738-1798. Nair Baptista, escrevendo sobre os "Pintores do Rio de Janeiro colonial", diz ter Leandro Joaquim falecido em 1798 e ser "natural do interior da então Capitania do Rio de Janeiro". Araujo Porto Alegre, Moreira de Azevedo, Antonio da Cunha Barbosa e Escragnolle Doria nada dizem sobre o ano do nascimento e da morte do pintor. Ninguem, porem, deu ainda notícia de qualquer trabalho seu posterior a 1800 !

Quando aportou ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808, a família real, fez Manoel Luiz introduzir no seu teatro algumas reformas e melhoramentos. Sabia que o príncipe regente D. João, embora preferisse as festas de igreja, não desdenhava comparecer, em certos dias de gala, aos espetáculos, razão pela qual mandou construir na Casa da Ópera uma galeria sobre os camarotes, decorar o edifício e pintar por José Leandro de Carvalho "um novo pano de boca, representando a baía de Guanabara, tendo no centro um carro puxado por cavalos marinhos, no qual estava Netuno, empunhando o tridente, cercado de deuses, sereias e tristões".

Por que não fora Leandro Joaquim, como sucedera da primeira vez, o cenógrafo escolhido ? Certo, quando a corte bragantina aquí chegou, ele já havia falecido. Como atribuir, portanto, ao

Chegada do Príncipe Regente ao Rio de Janeiro em 1808, óleo de autor desconhecido.

Revista Militar no Largo do Paço, a 13 de maio de 1808, em honra do 1.º aniversário do Príncipe Regente no Rio de Janeiro, óleo de autor desconhecido.

artista fluminense a autoria dos seis ovais do Museu Histórico Nacional, se, pelo menos, três deles registam acontecimentos que se ligam à chegada ao Brasil da família real?

O *primeiro* representa a *chegada do principe regente ao Rio de Janeiro, em* 1808.

Os navios ingleses fundearam diante Villegaignon, onde os franceses, chefiados por Nicolas Durand de Villegaignon, haviam lançado os fundamentos da França Antártica, e salvam ao pavilhão de S. M. Fidelíssima. Ao fundo, a fortaleza da Lage.

O *segundo* documenta a *Revista Militar no largo do Paço, em honra do principe regente D. João, em* 13 *de maio de* 1808, *primeiro aniversário que S. M. comemora no Brasil.*

A tropa está formada no largo do Paço. Ao fundo, à direita e à esquerda, estão alinhados os 1.º, 2.º e 3.º Regimentos de Infantaria de Linha do Rio de Janeiro. Na borda do cais, um pouco em frente ao chafariz que Mestre Valentim construiu em 1798, o Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro, e, alguns passos mais adiante, o Esquadrão de Guardas do vice-rei, neste mesmo dia (13 de maio de 1808) transformado em 1.º Regimento de Cavalaria do Exército. E' no momento em que, bandeiras em continência, o Príncipe Regente passa em revista as forças da guarnição militar da capital do Vice-Reinado do Brasil, agora sede da monarquia portuguesa. Vê-se ainda, à esquerda, o palácio dos Vice-Reis, e, à direita, o antigo arco do Teles, hoje travessa do Comércio. Ao fundo, fechando a praça, o convento dos frades carmelitas, destinado a servir de residência à rainha D. Maria I e mais pessoas da família real.

O *terceiro* mostra uma *festa veneziana em honra aos soberanos portugueses diante do Hospital dos Lázaros* (*antiga Casa dos Jesuitas*), 1818.

Embarcações de todos os tipos, festivamente embandeiradas, aproximam-se da praia. Na encosta do morro, alguns convivas buscam a sombra das árvores e das barraquinhas que enchem a paisagem. No alto, a antiga Casa dos Jesuitas, hoje Hospital dos Lázaros, domina a elevação.

Foi o conde de Bobadela quem primeiro cuidou, na Capitania do Rio de Janeiro, de recolher numas cazinhas de S. Cristovão os leprosos que perambulavam pelas ruas da cidade. Após sua morte, o bispo D. Frei Antonio do Desterro pediu à Irmandade da Caridade anexa à igreja do Santissimo Sacramento da Candelária,

que se encarregasse de dar-lhes asilo, o que, realmente, ela começou a cumprir, em 15 de fevereiro de 1763.

Mais tarde, o conde da Cunha, alarmado com o número sempre crescente de morféticos da cidade, conseguiu do governo de D. José os necessários recursos para fundar o lazareto na casa que pertencera aos jesuitas, em S. Cristovão, e que estava deshabitada, em virtude da carta régia de 19 de janeiro de 1759, que mandava sequestrar todos os seus bens.

Aí permaneceram os lázaros até 1817, quando o governo mandou aquartelar no Hospital o Batalhão de Caçadores de número três da divisão de Portugal, designado para guarda da Quinta da Boa Vista, removendo os doentes para a ilha das Enxadas. Novamente transferido para a ilha do Bom Jesus, em 1823, só retornaram eles ao seu antigo lazareto em 1833.

Certamente, somente neste período (1817 — 1833), quando a antiga casa de recreio dos jesuitas foi transformada em quartel, é crivel pensar na realização de uma festa veneziana de tanto aparato, sabido o grande temor que o contágio da lepra sempre inspirou. Afirmar que tal painel seja, *sem dúvida*, da autoria de Leandro Joaquim é admitir que ele tenha morrido depois da vinda ao Brasil da Missão Artística Francesa de 1816! A hipótese é de tal modo absurda que ninguem a esposará. Apenas nos fará sorrir, incredulamente.

Os *4.º*, *5.º* e *6.º* painéis representam, na verdade, cenas e panoramas que bem podiam ser feitos em época anterior a 1800: *Pesca da baleia na baia de Guanabara ; a igreja e praia da Glória; A Lapa do Desterro; os arcos de Santa Teresa; e a lagoa do Boqueirão, que o vice-rei D. Luiz de Vasconcellos fez aterrar e transformar em Passeio Público em* 1783.

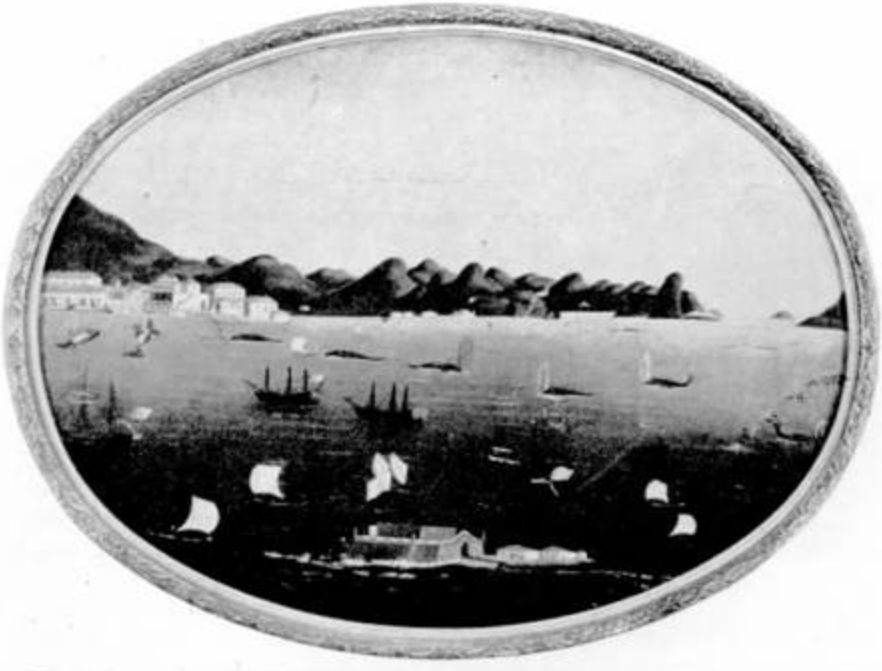
Mas o olhar menos experimentado logo dirá, num ligeiro confronto, que todos eles foram pintados pelo mesmo artista, dentro da mesma técnica e com o emprego das mesmas tintas. E' palpite e palpite errado atribuir, por conseguinte, a Leandro Joaquim a autoria dos seis painéis ovais que ornam a Sala D. João VI do nosso Museu Histórico Nacional e que foram adquiridos, por intermédio da antiga Galeria Jorge, em Portugal.

MENEZES DE OLIVA

MENEZES DE OLIVA

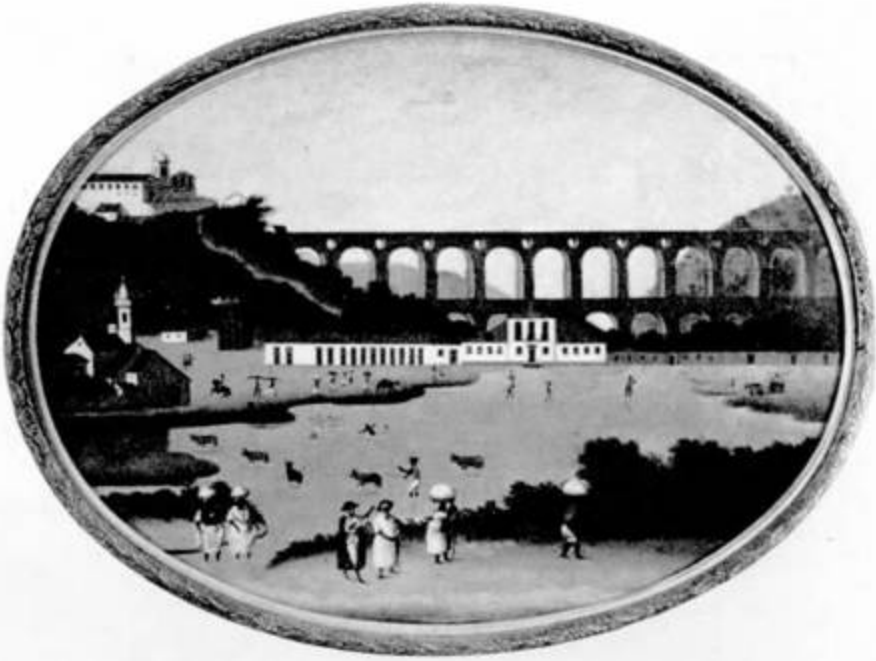
(Conservador cl. K, chefe da Secção de História do Museu Histórico, Professor de História da Arte do Curso de Museologia)

Festa Veneziana em honra dos soberanos portugueses diante da antiga Casa dos Jesuitas (Hospital dos Lázaros), em 1818. óleo de autor desconhecido.



Pesca da baleia na Baía de Guanabara (Século XVIII). óleo de autor desconhecido.

Igreja e praia da Glória (Século XVIII), óleo de autor desconhecido.



O aqueduto de Santa Teresa e a lagoa do Boqueirão, vendo-se o convento de Santa Teresa e a Igreja da Lapa (Século XVIII), óleo de autor desconhecido.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO VIANA (Ernesto da Cunha) — Das artes plásticas no Brasil em geral e no Rio de Janeiro em particular. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXXVIII — 2.ª parte. Rio, 1915.

BARBOSA (Antonio da Cunha) — Aspecto da arte brasileira colonial. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol. LXI. 1.ª parte. Rio, 1898.

BARROSO (Gustavo) — Catálogo descritivo e comentado da Exposição do Museu Histórico Nacional (Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal). Rio, 1940.

CAVALCANTI (Carlos) — O Primeiro Portinari do Brasil. In Revista da Semana. Rio, 19-X-940.

DELAMARE (Alcebiades) — Restauração da igreja de N. S. do Parto. In *Jornal do Comércio*. Rio, 9/9/1938.

EDMUNDO (Luiz) — O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis. Rio, 1932.

ESCRAGNOLLE (Gastão) — Leandro Joaquim. In *Revista da Semana*. Rio, 24/12/1938.

FLEIUSS (Max) — História Administrativa do Brasil. 2.ª edição. S. Paulo, 1922.

FONSECA (Corynthо da) — Na cidade dos lázaros. In *Ilustração Brasileira*. Rio, 21/4/1922.

GONZAGA DUQUE — A arte brasileira. Rio, 1888.

GUIMARÃES (Argeu) — História Artística. In *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio, 1922.

MAGALHÃES (Basilio de) — O Aleijadinho. Conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 29 de agosto de 1930. Rio, 1930.

MARQUES PINHEIRO (F. B.) — Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de N. S. da Candelária. Rio, 1930.

MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — Artistas do Rio de Janeiro colonial. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiro*, Ano I, n. 3. Rio, 1938.

MATOS (Anibal) — Arte colonial brasileira. Belo Horizonte, 1936.

MENDONÇA (Carlos Sussekind de) — História do teatro brasileiro. Rio, 1926.

MELLO MORAES FILHO — O teatro no Rio de Janeiro. Intr. às "Comédias" de Martins Penna. Rio.

MOREIRA DE AZEVEDO (Manoel Duarte) — O Rio de Janeiro. 1.º Vol. Rio, 1877.

PAIXÃO (Mucio da) — O teatro no Brasil. Rio, 1936.

POLIANO (Luiz Marques) — As armas do vice-rei. In *Revista da Semana*. Rio, 25/5/1940.

PORTO ALEGRE (Manoel de Araujo) — Iconografia Brasileira In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XIX. Rio, 1856.

PIMENTEL (Alberto) — Zamperineira, segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa, 1907.

RUBENS (Carlos) — Pequena história das artes plásticas no Brasil. S. Paulo, 1941.

SIGAUD (J. F. X.) — Du climat et des maladies du Brésil ou statistique médicale de cet Empire. Paris, 1844.

TAUNAY (Afonso D'Escragnolle) — A missão artística de 1816. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXIV. 1.ª parte. Rio, 1911.

TEIXEIRA DE MELLO (J. A.) — Efemérides Nacionais. Rio, 1881.

VIEIRA FAZENDA — Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro. Vols. 3 e 4. Rio, 1921.

AINDA SOBRE LUND E A LAGOA SANTA

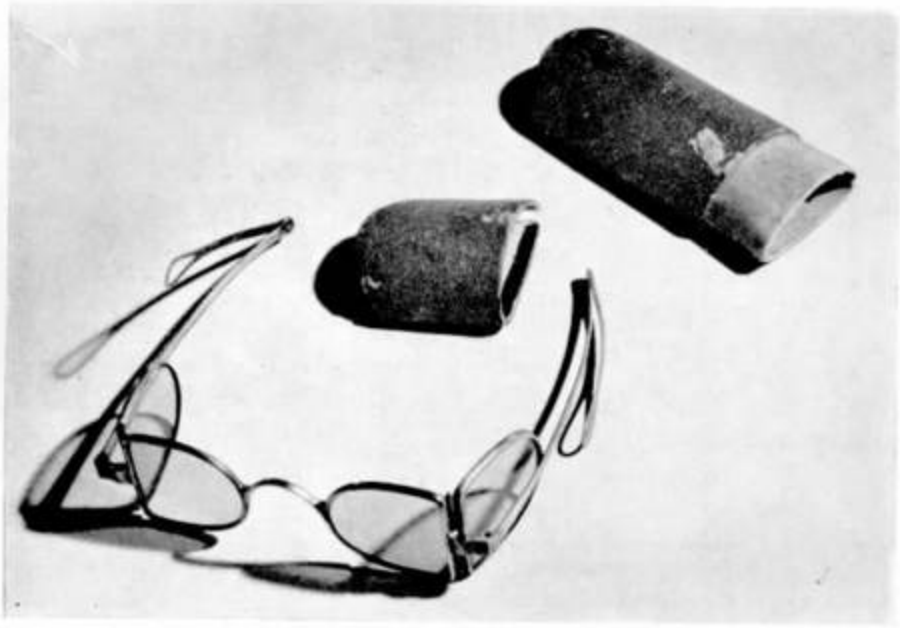
Lund, sobre quem tanto se tem escrito ultimamente, bem merece ser considerado o pai da paleontologia brasileira. Construtor de uma obra de grande solidez, foi quem lançou os alicerces desta ciência, em nosso país, no momento mesmo em que a paleontologia entrava na sua fase de organização, aceita por uns, negada por outros, e quando se discutia se machado de pedra e outras utilidades do homem da pre-história eram "pedras de raio", as velhas "ceraunias" conhecidas dos gregos e romanos e caidas com as chuvas do céu...

Lund chegou ao Brasil trazendo a impressão de que existia uma fauna e uma flora "ante-diluvianas". Foi aquí que os seus conhecimentos, conduzidos por uma admiravel intuição, lhe fizeram crer que a ciência do tempo estava atrasada quando dividia a história da Terra em dois periodos: um, anterior e outro, posterior ao dilúvio bíblico. Eram idéias ainda aceitas por muitos sábios europeus, mas que as pesquisas do quaternário francês começavam a demolir. Os trabalhos de Boucher de Perthes, no Somme, sofriam os ataques do grande Cuvier e, só mais tarde, a Academia de Ciências de França aceitaria as conclusões do sábio prehistoriador e traçaria rumos para novos caminhos à história natural do homem.

As afirmações de Jussieu, que vinham de 1723, 100 anos antes, de que o encontro abundante daquelas pedras, em uso entre selvagens da América e da Oceania, era o suficiente para demonstrar serem as mesmas produto da indústria humana, estavam no período da contradita, ainda sofriam violenta contestação de parte dos defensores da ciência oficial.

Lund veio ao Brasil muito jovem, com 24 anos, chegando ao Rio a 8 de dezembro de 1825. Nascera em Copenhague a 14 de junho de 1801, e quando aportou à nossa terra já era um naturalista e podia dizer-se um poeta: conduzia grande bagagem de sonhos e projetava realizar muitas cousas... O Novo Mundo o atraia pelo clima tropical do Brasil e pelas possibilidades de trabalho científico que essa terra virgem lhe oferecia.

Sua demora, aqui, nessa primeira viagem, fez-se de 1825 a 1829, regressando à patria, onde ficou pouco tempo, preferindo vagar por outros lugares da Europa: Kiel, Berlim, Dresden, Praga, Viena, Roma, Nápoles, Palermo, Florença, Milão, Veneza, e Paris. Na cidade que por tantos anos alimentou o pensamento e gerou a liberdade para o mundo, Lund frequentou as famosas reuniões de professores e estudantes promovidas nos salões do grande Cuvier. Cultivou com assiduidade nesses quatro anos de residência na Europa todos os grandes nomes da ciência. Conviveu com Humboldt que conheceu nas reuniões em casa de Cuvier. Ouviu as preleções sobre fisica e química de Ampère, Biot e Thênard. Nos últimos



Óculos com que trabalhava o Dr. Lund no Brasil. Oferta do Dr. Antonio Olinto dos Santos Pires ao Museu Histórico.

meses de 1832 achava-se de volta a Copenhague onde fora em visita à familia, partindo, via Hamburgo, para o Brasil, terra escolhida definitivamente para segunda pátria e de onde não mais sairia.

Lund (Peter Wilhelm) residiu 52 anos em nosso pais, sendo quase quatro anos da primeira vez e 48 da segunda, vindo a morrer a 5 de maio de 1880 na Lagoa Santa cujos ares o haviam seduzido a tal ponto que se excluiu, voluntariamente, de todo o contato com o mundo, com o qual mantinha apenas as comunicações de ordem puramente cientifica.

DESCOBERTAS QUE FIZERAM ÉPOCA

Quando Lund encontrou os fosseis da Lagoa Santa, as descobertas dessa natureza faziam época na Europa. Havia uma viva curiosidade científica impelindo jovens cientistas para a observação e o estudo das cavernas da Europa, especialmente as de França, observação e estudo que iriam permitir uma outra orientação às idéias correntes sobre as origens do homem. O europeu começava a aceitar sob muita reserva a afirmação de que aquela parte privilegiada do mundo nem sempre fora habitada por homens brancos e louros. Já havia cientístas que condescendiam em acreditar na hipótese de que a Europa tivera o glaciário e nas suas planícies e vales, milhares de anos antes, grandes animais extintos tinham vivido e que, possivelmente, outra gente habitara essas campinas, onde mais tarde os romanos haviam se entendido com os pescadores da Lutécia.

Para se chegar a conclusões que hoje nos parecem tão faceis, grande fora a luta a sustentar nas sociedades sábias, a principio com a violenta oposição dessas próprias entidades, mais tarde com a sua complacência desconfiada, depois com pleno assentimento e defesa... embora assentimento e defesa custassem muito a chegar.

Lund viera ao Brasil ainda cheio de preconceitos e foi a força da nossa natureza, no que ela lhe oferecia de aspectos vivos e em quadros e elementos de vida extinta, que lhe deu o sentido da antiguidade da nossa terra e, diante da vida fossilizada que lhe foi possivel excavar em centenas de cavernas, acordou no seu espírito a idéia de que, talvez contemporaneamente com os animais cujos restos dormiam nas lapas do Sumidouro, uma outra raça humana aquí vivera, anterior à dos nativos que Cabral encontrara.

Para levá-lo, no primeiro momento, a essas conclusões avançadas, serviriam de argumento o volume e peso apresentados pelos ossos humanos e tambem o estado de metalização em que muitos desses ossos se deparavam. A presença dessa velha humanidade da Lagoa Santa foi objeto de comunicação feita ao Primeiro Congresso de Antropólogos que se reuniu no mundo e teve por sede a cidade de Moscou sob a orientação de Quatrefages e Wirchow.

Mas Lund, que, se vivesse mais tempo, teria feito uma exata classificação daqueles restos, porque não lhe faltavam conhecimentos das ciências naturais e sua intuição era segura, logo observou a semelhança daqueles crânios com a conformação dos crânios mongóis, antecipando-se à verdadeira corrente de povoamento americano, àquela que filia os povos deste continente às velhas raças asiáticas e oceânicas.

E chegar a esta conciusão não era facil para aqueles tempos. Então, o fenômeno do achatamento da testa, a "testa fugidia", como se chamava à compressão frontal explicada modernamente pela culturologia, era tida como carater somático definidor de raça, confundindo-se os dolicocéfalos de fronte recuada e grande abertura da cavidade nasal, que são característicos dos proto-australóides, com os tipos de fronte achatada artificialmente, a que me refiro acima.

Pensava-se que houvera uma velha raça que alguns queriam fosse americana e outros sustentavam originar-se da Ásia, definida, singularmente, por esse detalhe do crânio de achatamento artificial, comum como se sabe hoje a muitos povos da Oceania, da Ásia, da África e da América, porem não ligado à antropologia física, mas sim apresentado como elemento definidor de clan, preso às leis totemistas.

A ANTIGUIDADE DO HOMEM DA LAGOA

Foi essa antiguidade a causa principal de vivas discussões no mundo cientifico. Mas a confusão não prevaleceu por muito tempo, porque exatamente dois notaveis brasileiros, os Drs. Rodrigues Peixoto e Lacerda Filho, antecipando-se para o tempo e para o meio, chegaram à conclusão de que os restos encontrados na Lagoa Santa haviam pertencido a indivíduos afins com os Botocudos, tribu que ainda hoje existe no Brasil.

Naquele momento as conclusões dos dois sábios brasileiros não ultrapassaram o domínio privilegiado de poucos homens interessados nessas pesquisas. Fez-se muito cedo silêncio sobre seus estudos. Outros assuntos vieram preocupar o mundo científico, até que, meio século depois, a vulgarização e o interesse crescente pela paleontologia brasileira deram razão às conclusões de Lacerda e Peixoto, após a queda ruidosa das teorias de Ameghino.

Ameghino é um sábio italiano que se fez argentino e dedicou sua longa vida à descoberta de restos que lhe permitissem dar asas à fantasia para juntar uma nova raça ao quadro das raças humanas, a do Homo Pampeanus, localizada por ele na Argentina.

Tendo feito algumas descobertas fosseis na Pampa, tentou com frageis elementos reconstituir uma espécie, que teria recebido o destino de ser a raça geratriz da espécie humana. O sábio ítalo-argentino, como já escrevi em "Migrações e Cultura Indígena", diante do encontro de uma vértebra (atlas) e de um femur des-

truidos pela ação do tempo, ideou a existência de um tipo diferente de homem, explicando que esse material por ele encontrado eram fosseis de uma espécie a que chamou "tetraprótomo", fazendo sair dele, por evolução lenta e gradual, o "triprótomo", o "diprótomo" e o "prótomo" (tronco genealógico da humanidade) do qual se destacavam dois ramos: o homem americano (branco, amarelo) e o homem africano que, por uma degradação curiosa e não explicada, produzira o macaco. Com vagar chegou-se à verificação de que o femur era de animal e uma calota de que Ameghino se servira pertencera a um índio de raça contemporânea".

A questão da antiguidade do homem americano veio, assim, de debate em debate, sem que se chegasse a uma conclusão — que possibilitasse afirmar que o homem da Lagoa Santa constitue um dos troncos fundamentais da humanidade. Há partidários desta escola, há os que divagam pela mística das datas, 125, 250, 500.000 anos... E' sempre agradavel ter um avô que apresente certidão de idade tão provecta... Há tambem aqueles que se perderam pelos domínios clássicos e fizeram o povoamento americano filiar-se aos povos da bacia oriental do Mediterrâneo... Os troianos, os hebreus, os fenicios, os cartagineses... Mas outros ultrapassaram o delírio e chegaram à Atlântida... A fascinação da palavra do homem de gênio nos "Diálogos" de Platão envolve num véu de fantasia a conciência dos outros homens... Renan, quando negava a divindade de Jesus, infiltrava nos espíritos o sutil veneno da dúvida... Mas tudo isso continua disfarçado no campo movediço das hipóteses. Não temos elementos capazes de nos levar a afirmações seguras sobre a existência de uma vida humana tão antiga no Brasil, nem na América.

Os estudos de antropologia em nosso país são recentes e não dispõem de ambientação, de um aparelhamento técnico suficiente. Não argumentemos com os trabalhos de Lacerda e Peixoto, nem com estudos aparecidos recentemente, embora firmados por nomes idôneos, porque as condições em que eles se realizaram, diante da deficiência do nosso material, não lhes dão força para dele tirarmos conclusões.

De todos os estudos feitos na América sobre a antiguidade do homem, de Hardlick aos mais recentes trabalhos de Bôas, Latcham, Tello e Max Ulhe, não se conseguiu chegar à afirmação de que haja uma raça originária da América. Os que defendem ainda por estas alturas o autoctonismo, como Julio C. Tello e Posnansky, para não citar sinão os que trabalham pela ciência, não lograram reunir elementos de convicção bastantes para fazer vencer

os seus pontos de vista. O último Congresso de Americanistas reunido em 1939 na cidade de Lima teria sido uma excelente oportunidade para esta grande idéia tomar corpo. O Congresso tinha justamente no Dr. Tello um dos seus organizadores melhor credenciados... Mas a verdade da ciência independe do capricho dos homens, e os que compartilharam daquele admiravel cenáculo de estudos americanos e se interessam por esta questão sairam de lá convencidos de que o autoctonismo na América é alguma cousa semelhante à emigração dos atlantes... Não há na América, nem no Brasil, um tipo único, há pelo menos três: os proto-negróides filiados à raça de Grimaldi, encontrados, entre outros lugares, nas cavernas do Orenoco, em Ipiboto ; os que foram estudados por Paul Rivet e encontrados no sudoeste do Equador ; os da costa do Pacífico excavados em Coquimbo, por Latcham, com quem tive há pouco tempo oportunidade de estudá-los, recolhidos que estão ao Museu de Ciências Naturais de Santiago; afinal, os do planalto central do Brasil, encontrados entre os crânios retirados por Lund. Há, igualmente, crânios de fronte fugidia, com acentuada dolicocefalia e rasgada abertura da cavidade nasal, característicos dos proto-australóides, que, na minha opinião, foi o grupo predominante no povoamento, e há, tambem, em menor quantidade o caspiano. Por último, fala-se agora no homem dos Confins. O homem dos Confins não é senão o homem da Lagoa Santa. Mas para que se possa afirmar alguma cousa de exato sobre a sua existência e relativa idade, é preciso que, a rigor, seja feito o estudo estratigráfico da região onde ele foi encontrado, com a mesma segurança de método aplicado em Mas d'Azil, por E. Piette e Marcelline Boule e, mais recentemente, no Perú e no México, numa técnica melhorada por Ulhe e Tello, que tanto lhe acentuou a utilidade.

Até agora os exames procedidos nos crânios do chamado *Homo sapiens lagoanus,* classificado por Eskstedt, que é afinal o homem da Lagoa e o de Confins, revela apenas, alem da antiguidade, uma vida rudimentar que não ultrapassara o período da pedra lascada, segundo foi possivel observar no material arqueológico de inferior qualidade recolhido. Fora este detalhe, propriamente, o que mais fere a atenção e pode levar a deduções interessantes, é a falta de homogeneidade dos crânios encontrados, entre os quais 50% são de consideravel altura, exibindo à face larga cavidade piriforme ; outros são camecéfalos, portadores de crânio baixo e fugidio, enquanto outros, em menor quantidade, acusam grande elevação crânica, tendo porem à face uma estreita cavidade

piriforme, o que levou o Sr. Bastos d'Avila, com justa razão, a identificar os crânios da Lagoa em três grupos: o proto-negróide, que constitue a maioria; o proto-australóide ainda em minoria apreciavel e, quase esporadicamente, o caspiano. São conclusões que aceitamos com prazer e acentuam a qualidade migratória do homem brasiliano, como quer que se diga, com justa razão, o Sr. Roquette Pinto. Apenas, os caminhos apontados para a grande viagem deviam ter sido outros (Cf. *Migrações e Cultura Indígena*) e esta não teria ocorrido em época tão longínqua que ainda alcançasse, unidas ao continente asiático, as terras da Australia e da Tasmânia, a menos que se queira recuar com o aparecimento do homem para uma época muito alem da terciária, hipótese arbitrária desaconselhada pela ciência.

ANGYONE COSTA

(Conservador cl. K, Professor de Arqueologia do Curso de Museologia)

700.834

F. 4

BIBLIOGRAFIA

IMBELLONI J. — *Fueguidos e Laguidos; Três Capítulos sobre sistemática del Hombre Americano.*

HARDLICK A. — *Early Man in South América.*

BASTOS D'AVILA — *O homem da Lagoa Santa.*

ANNIBAL MATOS — *Prehistória Brasileira.*

ANGYONE COSTA J. — *Introdução à Arquelogia Brasileira; Migrações e Cultura Indígena.*

MOEDAS DA SOBERANA ORDEM DO HOSPITAL DE S. JOÃO BATISTA DE JERUSALEM

SÉRIE DE MALTA

1048

Em 1~~804~~, os Cruzados erigiram em Jerusalem a igreja de Santa Maria Latina, com um hospital e um mosteiro anexos, sob a invocação de S. João Batista. Negociantes napolitanos, que custeavam o hospital, destinaram-no aos cristãos enfermos da Terra Santa. Em 1099 Geraldo de Tom, ao tempo reitor da Ordem, separou os hospitalários dos religiosos de Santa Maria, formando uma Ordem distinta sob o nome de S. João Batista e adotando, na sua organização, a regra de Santo Agostinho, que em todo tempo seguiu.

Um breve do Papa Pascoal II confirmou-a em 1113 como Ordem Religiosa. Sucedeu-lhe Raimundo Despuig (ou Du Puy), eleito grão-mestre em 1118, que organizou os Estatutos, aprovados dois anos depois por Calixto II. Despuig leva a organização à guerra contra os turcos, imprimindo-lhe assim o carater militar que ainda não tinha. Constava a Ordem, como as demais que por essa época se fundavam na Terra Santa, de três categorias: nobres, religiosos e serventes. Progrediu rapidamente, mas em 1187 são os cavaleiros de S. João obrigados a deixar Jerusalem, tomada pelos turcos, estabelecendo-se em Ptolomaida, na Fenicia, que tambem abandonam uma centena de anos mais tarde (1285), para se instalarem em S. João d'Acre. Alí estiveram pouco mais de um lustro, pois que, com a invasão total da Síria, tiveram ainda uma vez de procurar novo pouso.

Em Chipre, sob a proteção de Henrique II, de Lusignan, estabeleceram-se em Limassol, onde o rei lhes permitiu sede e fortificações. Alí não ficaram contudo por muito tempo. Aumentavam fabulosamente os recursos materiais da Ordem, encorajando os seus componentes a procurar ambiente mais amplo à guerra contra o Islam, que era do seu propósito continuar com redobrado esforço. Alem disso, Chipre "não convinha nem à Ordem nem ao Rei, que colocara junto de si um exército muito poderoso". Era grão-mestre por essa época João de Villers, que três anos mais tarde falecia,

sendo sucedido por Guilherme de Villaret. Com esse grão-mestre não cessou a preocupação de mudança, aparecendo-lhe a ilha de Rodes como o local mais indicado aos objetivos da Ordem. A sua posse era disputada pelos conquistadores turcos da Caramânia e tambem pelos dinastas gregos e italianos subordinados ao imperador de Bizâncio. Essa circunstância, para os Hospitalários, tornava-a presa mais facil e Villaret pôs mãos à obra, inspecionando pessoalmente e em segredo a ilha, sua topografia, fortificações e mais condições para um ataque. Voltou a Limassol a fazer os preparativos, mas faleceu antes de poder realizar o seu intento.

Sucedido no grão-mestrado por seu irmão Fulques, conseguiu este o apoio de Felipe, O Belo, e do Papa Clemente V, que o autorizou a uma Cruzada contra Rodes. Por outro lado, firmava o segundo Villaret uma aliança com o corsário genovês Vignolo de Vignoli, já estabelecido em feudos nas ilhas de Cos e Leros. E nos seus barcos se transportaram as tropas que durante quatro anos assediaram o território cobiçado, conquistando-o finalmente em 1310.

Em Rodes permaneceram os cavaleiros de S. João até janeiro de 1523, quando a ilha, após ter resistido às mais duras investidas dos muçulmanos, passou ao domínio de Solimão II, graças à traição de um português, André do Amaral, grão-prior de Castela e chanceler da Ordem. Inimigo de L'Isle Adam, ao tempo grão-mestre, em virtude de ter sido preterido por este na eleição, "por uma carta numa frecha deu a conhecer a Solimão, que tinha já resolvido a suspender o cerco", a precária situação dos defensores de Rodes. E a praça capitulou. Amaral teve cortada a cabeça logo depois do seu feio ato. Solimão em pessoa comandava o ataque, apoiado em 400 velas e 200.000 homens. Transferiu-se a Ordem provisoriamente para Viterbo, quando Carlos V, pelo Tratado de 24 de março de 1530, lhe concedeu a ilha de Malta em feudo perpétuo.

Passaram, então, os cavaleiros a designar-se pelo nome dessa ilha, como antes o haviam sido pelos de *Jerusalem*, de *Acre* e de *Rodes*.

Durante cerca de meio milênio (de Rodes a Malta) a Ordem de S. João constituiu-se num Estado Político com a soberania reconhecida por todos os reinos cristãos da Europa e, como organização religiosa, subordinada apenas ao Sumo Pontífice. Emitia moeda, como qualquer país, mantinha tropa aguerrida e esquadra respeitavel. Os seus almirantes e generais escreveram páginas brilhantes na história guerreira desse período. As dissenções entre alguns mestres e cavaleiros, os desvirtuamentos e as disputas internas, não chegaram a empanar o grande brilho dessa organização na sua luta gloriosa e contínua em prol do Cristianismo.

No grão-mestrado de Hélio de Villeneuve (1319-1346), foi a Ordem dividida em sete línguas: Provença, Alvernia, França, Itália, Alemanha, Espanha e Inglaterra. As rivalidades entre esses diversos ramos, em certas ocasiões, trouxeram prejuizos morais e materiais à Ordem. A unidade religiosa ressentia-se com a divisão pelo idioma.

Com a dissolução, pelo XV Concílio Geral de Viena, da Ordem do Templo, beneficiou-se a de S. João com a posse da maior parte dos vultosos bens daquela. Em Portugal, o acervo passou à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, fundada por D. Diniz para substituir os Templários, e nessa qualidade sua "herdeira universal".

Em 1489 o Papa Inocêncio VIII reune à Ordem de S. João, com todos os seus bens, a do Santo Sepulcro, cuja irmandade principal, contudo, nunca deixou de existir em França.

Como os cavaleiros do Templo, os de S. João tiveram em Portugal (um dos cinco reinos da língua de Espanha, com Leão, Castela, Aragão e Navarra), destacada atuação contra o domínio mouro. Chegaram alí nos albores da Nacionalidade, "juntamente com os Templários, senão antes". No reinado de D. Teresa, na minoridade de D. Afonso Henriques, "já esta Ordem estava introduzida, como consta da doação de Leça, em 1112, e o Sr. D. Afonso Henriques a aumentou com muitas vilas e lugares, obrigando-a, como às outras religiões, a assistir a El-Rei com tantas lanças e à defesa do Reino com todos os cavaleiros que estivessem nele. Não contente com esta generosidade, enviou um socorro de 80.000 dinheiros de ouro ao hospital de Jerusalem, com que se comprasse um juro perpétuo para melhor assistência aos enfermos".

Em 1798 é Malta tomada por Napoleão, que a faz guarnecer por tropas francesas. Mas os malteses algum tempo depois se revoltam e, apoiados pelas esquadras inglesa e portuguesa, que bloquearam a ilha, obrigam o Comandante Voubois a capitular em 5 de setembro de 1805. A guarnição francesa é substituida por tropa inglesa. Eis como a este fato se refere D. Félis de Alós nas suas "Memórias Histórico-Políticas de Malta":

"Os ingleses entraram logo na cidade de Valeta e nas mais fortalezas ocupadas antes pelos franceses; e até o presente se conservam na sua posse, posto que, pelos Preliminares de Paz, que se fizeram em Londres em 8 de outubro de 1801, entre a França e a Inglaterra, com as quais se fixaram as bases da Paz, celebrada pelo Tratado definitivo de Amiens, em 27 de março de 1802, se decidiu a sorte de Malta, restituindo-a à Ordem de São João de Jerusalem, para que a tenha como antes da guerra, com mais algumas condições fundadas na justiça, na razão e nas mais circunstâncias particulares do país".

Os cavaleiros esperaram em vão pela devolução, a que o Tratado obrigava. Em 1803 reunem-se em Messina, depois em Catânia, sob a proteção do imperador da Rússia e do Vaticano.

Os direitos da Ordem sobre a ilha de Malta decorriam no estipulado no Tratado já citado de 24 de março de 1530, pelo qual foi concedida à Religião de São João de Jerusalem e a seus grão-mestres a perpetuidade às ilhas, castelos e praças de Malta, Gozo, Comino e fortaleza de Trípoli, "como feudo nobre, livre, franco, e com todos os privilégios e prerrogativas de soberania, sem serem obrigados a outra cousa mais que a dar todos os anos aos reis da Sicília um falcão ; que o bispado de Malta seria da nomeação do rei da Sicília e que o almirante da Ordem seria sempre um italiano".

Depois da sede provisória em Catânia, e perdidas as esperanças de retornarem a Malta, estabelecem-se os cavaleiros de S. João em Roma, sob a égide do sumo pontífice. O grão-mestre reside no Palácio de Malta e goza da categoria de príncipe soberano, com o tratamento de Eminência.

A classificação do numerário emitido pela Ordem obedece ao critério geográfico. Todos os tratadistas (Schlumberger, Rossi, Engel e Serrure) seguem essa orientação. Assim, desde o estabelecimento da Ordem de S. João em Rodes, em 1310, até 1523, quando deixou essa ilha, as moedas da Ordem são designadas "Série de Rodes", da mesma forma que a "Série de Malta", é a que vai daquela data, ou mais rigorosamente de 1530, com o grão-mestre Filipe Villiers de L'Isle Adam até 1798, com o barão de Hompesch, último dos titulares em Malta, ou seja o período em que o território hoje sob a bandeira inglesa foi sede e dominio dos Cavaleiros de São João.

Os últimos daqueles autores observam que "quando a Ordem se instalou em Malta, Carlos V não lhes havia dado o direito de emitir moeda — direito esse que os grão-mestres haviam sempre exercido durante a sua estada em Rodes" e "que negociações foram feitas junto ao imperador para que a permissão viesse, obtendo por fim a Ordem ganho de causa". Esse direito estaria por certo compreendido naquelas expressões do Tratado de 1530: "como feudo nobre, livre, franco e com *todos os privilégios e prerrogativas de soberania*" — os quais necessariamente incluiriam o de bater moeda, como característica essencial dessa mesma soberania.

"E' dificil — continuam — dizer se L'Isle Adam bateu moeda em suas novas possessões. M. Fures opina pela negativa, deixando a Rodes as moedas emitidas sob esse grão-mestrado, e começando

a série de Malta com o sequim de ouro cunhado sob o modelo dos sequins de Veneza por Pedro del Monte".

A este respeito informa Schlumberger: "De resto, não dispomos de nenhum documento pelo qual se possa afirmar que Villiers de L'Isle Adam, ou seus sucessores imediatos, até o grão-mestre João de Homédes, tenham emitido moeda na nova residência dos cavaleiros, se bem que antes de embarcar para Malta, estando ainda em Siracusa, L'Isle Adam obteve de Carlos V, por intermédio do papa Clemente VII o direito de moedagem, privilégio que lhe havia sido anteriormente recusado pelo imperador".

Existe, pois, uma dúvida a respeito das emissões desse grão-mestre em Malta, embora *desde antes de 26 de outubro de 1530* quando tomou posse solene nos novos domínios da Ordem, já *dispusesse daquele direito*. Mas as suas moedas, se não foram batidas em Malta, alí correram sob o seu nome nos quatro anos da parte final do seu governo. Não teremos assim dúvida em começar esta série com o referido grão-mestre que, ademais, em 13 anos de grão-mestrado, pelo menos 12 esteve fora de Rodes, e, desses quatro em Malta.

Dentro das séries, a classificação se subordina aos grão-mestrados, correspondentes aos *reinados* nas séries comuns. A identificação das peças será exata e pronta desde que tenhamos à mão os escudos de armas dos diversos titulares, os quais se encontram no reverso, isoladamente ou esquartelados com os da Ordem. Este recurso supre a deficiência das legendas, acentuada nas peças mais antigas, seja pelo desgaste natural do curso, seja pela imperfeição da cunhagem. Alem disso, as moedas de Malta não trazem nunca a indicação geográfica nas suas legendas alatinadas.

Sob o governo do grão-mestre João de Homédes, ficou definitivamente constituido o sistema monetário de Malta, cujas peças receberam, na designação, a influência dos paises visinhos (*).

Esse sistema compreendia :

OURO — *Sequim*, valendo 4 escudos e 3 Taris (ou 51 Taris).

PRATA — Peça de 6 *Taris* (ou meio escudo)
Peça de 4 Taris
Peça de 3 Taris
Peça de 2 Taris
Tari (ou duplo *Carlino*)
Carlino (ou duplo *Cinquinho*)
Cinquinho (ou peça de 5 *grãos*)

(*) *Sequim*, de Veneza; *Picciolo* (moeda pequena), de Florença; *Carlino*, antiga moeda de Nápoles, Sicília e Toscana; *Cinquinho*, que encontramos em Portugal com D. João III, etc.

COBRE — Grão (ou peça de 6 *piciolos*)
Peça de 3 piciolos (ou meio grão)
Piciolo.

Sob o grão-mestre Manoel de Vilhena, esse sistema foi alterado :

OURO — Sequim e seus múltiplos, até 12 ;

PRATA — Escudo de 12 Taris
Peça de 6 Taris
Peça de 4 Taris
Peça de 2 Taris
Tari.

Existem tambem peças de 20, 10 e 5 escudos, em ouro, emitidas na gestão de outro português, Manuel Pinto, bem como moedas de prata de 30 e 15 Taris.

Essas moedas correram na Ilha até 1827.

Ao lado desse sistema, houve, sob La Valette, uma emissão de cobre com o valor da prata, à guisa de moeda fiduciária, em face de dificuldades financeiras com que deparou aquele grão-mestre. No fim do catálogo, ao classificarmos algumas dessas peças, explicamos a razão da sua emissão.

Quanto aos tipos, depois da "cópia servil" do sequim veneziano, com o grão-mestre genuflexo diante de S. Pedro, e o Cristo com o resplendor, de pé, seguem-se as armas coroadas dos grão-mestres. Na prata, os tipos foram, pela ordem de emissão, o cordeiro e as armas sobre o campo ; S. João de pé com o cordeiro, a Cruz de Malta, a cabeça de S. João na bandeja. A partir de Raimundo Perellos e, sobretudo, com Francisco Manuel de Vilhena, encontramos nas peças as efígies dos grão-mestres, e aí a série de Malta é grandiosa e bela, com espécimes bem desenhados e bem cunhados.

Várias são as legendas do reverso: *Ecce Agnvs Dei qui tollit peccata mvndi; Propter veritatem et jvstitiam; Svb hoc signo militamvs; Non aes sed fides,* e outras. No anverso, veem sempre os títulos abreviados e os nomes e prenomes alatinados dos grão-mestres.

Alguns colecionadores do Brasil e Portugal costumam anexar à serie portuguesa as moedas dos grão-mestres lusos, como, por exemplo, Meili. Uma simples curiosidade, como se vê, pois nenhuma razão haveria em destacar da série de Malta, para outra, as moedas da ordem de São João, que formam um sistema próprio e inconfundivel.

De um modo geral, essas moedas são raras. A coleção do Museu Histórico não é grande, faltando-lhe períodos inteiros, correspondentes a muitos grão-mestrados. Mencionaremos, no catálogo, contudo, os seus titulares, e tambem, quando possivel, as suas armas.

ABREVIATURAS :

S/D — Sem data
S/I/V — Sem indicação de valor
Gr. — *Grenetis*
Gr m. — Grão-mestre
Av. — Ouro
Ar. — Prata
Ae. — Cobre

FILIPE VILLIERS DE L'ISLE ADAM (1521-1534)

Eleito grão-mestre em 22 de janeiro de 1521. Durante seis meses defendeu Rodes contra os ataques de Solimão, perdendo-a por falta de recursos. Faleceu em Malta a 21 de agosto de 1534. Filho de Jacques de Villiers e de Jeanne de Neele.

ARMAS: De ouro, chefe de azul, carregado de um dextrochério de prata, vestido de arminhos e revestido de um manípulo do mesmo, franjado de prata. Este elemento, segundo alguns autores, teria sido concedido a L'Isle Adam pelo papa Clemente VII, juntamente com o título de "Grande Campeão e Defensor da Fé". Goussancourt acrescenta-lhe às armas as de Neele, que são: "de vermelho, semeado de trevos de ouro, com dois bardos acostados e brochantes. Aliás, no "Códice Diplomático", vimos a reprodução de uma de suas moedas com um escudo partido dessas duas armas.
Deest

PEDRO DE PONTE (1534-1535)

De Ast, na Itália, do Bailio de Santa Eufêmia, eleito grão-mestre em 1534, a 17 de novembro. Descendente das casas de Lombriasc e de Casalgras, no Piemonte.

ARMAS: De prata, com um santor de vermelho.
Deest

DIDIER DE SAINT-JAILLE (1535-1536)

Grão-prior de Tolosa, eleito grão-mestre em 1535. Faleceu a 26 de setembro de 1536, em Montpellier.

ARMAS: de azul, com um cisne de prata.
Deest

JOÃO DE HOMEDES (1536-1553)

Espanhol, da língua de Aragão, grão-mestre em 1536, faleceu em 6 de setembro de 1553, com 80 anos. São do seu tempo as empresas de Trípoli e Zoara.

ARMAS: de vermelho, com três torres de prata, uma e duas, partido de ouro, com um cipreste de verde. Numa das moedas reproduzidas no Códice citado, é invertida a posição dos "partidos".
Deest

CLÁUDIO DE LA SENGLE (1553-1557)

Da Picárdia, eleito grão-mestre quando embaixador da Ordem em Roma, em 11 de setembro de 1553. Faleceu a 18 de agosto de 1557, com 63 anos. Fez fortificar a ilha de S. Miguel, em Malta, a qual traz o seu nome.

ARMAS: de ouro, com uma cruz de preto, carregada de cinco vieiras de prata.
Deest

JOÃO DE LA VALLETTE-PARISOT (1557-1568)

Nascido na Província de Quercy em 1499. Cavaleiro professo da Ordem em 1515; defensor de Rodes em 1522, general de galeras por voto unânime em 21 de agosto de 1557. Construtor da cidade que tem o seu nome, hoje Capital da Ilha, pertencia a uma família que teve, através de muitos outros membros, destacada atuação em Malta. "Foi um grande capitão".

ARMAS: De vermelho, com um gerifalco (ou gerifalte) de prata, com a garra dextra suspensa, que é de La Valette; partido de vermelho, com um leão rompente de ouro, linguado de prata, que é de Morton.
Deest

PEDRO DEL MONTE (1568-1572)

Italiano, grão-prior de Cápua, eleito grão-mestre em 23 de agosto de 1568, faleceu a 27 de janeiro de 1572. Sob sua gestão foi ganha a célebre batalha de Lepanto.

ARMAS: De azul, com duas grinaldas de louro e uma banda de vermelho orlada de prata, carregada de tres rochedos do mesmo.

JOÃO L'EVESQUES DE LA CASSIÈRE (1572-1581)

Francês, marechal da Ordem, grão-mestre em 1572. Faleceu em 30 de agosto de 1581.

ARMAS: De prata, com um leão rompente de vermelho.
Deest

HUGO LOUBENS DE VERDALE (1582-1595)

De Languedoc, grande comendador da Ordem, eleito grão-mestre em 22 de janeiro de 1582. Feito cardeal por Xisto V. Faleceu em 4 de maio de 1595.

ARMAS: De vermelho, com um lobo rompente de ouro.

1 — SEQUIM — S/D. — F. H. LOVBEN. X. VERDA. LA. M.M *Gr.* — gr.m. genuflexo diante de S. Pedro (Fig. 1 — 22 m/m)
R/. DA MICHIVIRTVT CONTRA HOTEST. *Gr.* — Num oval de pérolas, o Redemtor de pé e de frente. À esquerda, acompanhando o círculo internamente, quatro estrelas de cinco pontas. À direita, na mesma posição, cinco outras. S/D — S/I/V.
Av.

2 — TRES GRÃOS — S/D — F. H. LOVBENS VERDALA. *Gr.* — Escudo circular, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. R/. — CARD. M. HOSP. HIERVSA. *Gr.* — No campo, em três linhas sobrepostas, VT| COMMO| DIVS|. S/D — S/I/V.
Ae.

MARTIM GARCEZ (1596-1601)

De Aragão, eleito grão-mestre em 18 de janeiro de 1595. Faleceu em 7 de fevereiro de 1601, com 66 anos.

ARMAS: De azul, com um cisne de prata. Em chefe, três estrelas de ouro.

3 — SEQUIM — F. MARTINVS. GARZES. *Gr.* — O gr.m. genuflexo diante de S. Pedro.
S/D
R/. Mesmo tipo da peça N. 1. S/D. S/I/V.
Av. (Fig. 2 — 21,5 m/m)

4 — TRÊS GRÃOS — F. MARTINVS. GARCES. M.A. + *Gr.* — Escudo circular, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m.
S/D
R/. — + HOSPITALIL HIERVSALE. *Gr.* — No campo, em três linhas sobrepostas, VT| CMMO| DIVS|. S/D — S/I/V.

ALOPH DE WIGNACOURT (1601-1622)

Da Picárdia, Grande Hospitalário, eleito grão-mestre em 10 de fevereiro de 1601. Faleceu em 1622. "Il a eu ce bien que le Turc n'a rien pris sur lui et il a toujours pris sur le Turc". Filho de João de Wignacourt, cavaleiro e senhor do dito lugar na Picárdia, e de Maria de La Porte.

ARMAS: De prata, com três flores de lís de vermelho, de pé cortado. Lambel de negro, com três elementos.

5 — TRÊS GRÃOS — (ALOFIVS) DE WICNACOURT. *Gr.* Escudo com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m.
S/D
R/. — ... HIERVSALE. No campo, dentro de um círculo, em três linhas sobrepostas, VT| CMMO| DIVS. — S/D. — S/I/V.
Ae.

6 — TRÊS GRÃOS — ..... D. WICNAC... — Mesmo tipo da peça anterior.
S/D
R/. — ...PITAL... No campo, dentro de um círculo, o algarismo indicativo do valor: 3. Módulo um pouco menor que o da peça anterior. S/D.
Ae.

7 — UM TARI — 1619 — P. ALOFIVS. DEL WICNACOURT. *M*. H. + — *Gr*. No campo, um escudo sanítico coroado (de conde) e esquartelado com as armas da Ordem e do gr.m.
R/. — NON. AES. SED. FIDES. + — *Gr*. No campo, uma Fé (duas mãos saintes de nuvens, apertando-se). Por cima, a data: 1619, encimada por uma flor de lís de pé cortado, entre duas estrelas. Em baixo, o valor: T I, tambem entre pequenas estrelas.
Ae.

8 — UM TARI — 1619 — Mesmo tipo da peça anterior, de que é variante pelos círculos, que são lineares, e tambem pelo diâmetro, aquí um pouco menor.

9 — CINCO GRÃOS — 1619 — Mesma legenda e mesmo tipo.
R/. — + NON. AES. SED. FIDES. No campo, uma Fé. Por cima, a data: 1619. Por baixo, o valor: V.
Ae.

LUIZ MENDES DE VASCONCELLOS (1622-1623)

Português, "da língua de Castela", grão-mestre apenas cinco meses e oito dias. Faleceu em 7 de março de 1623.

ARMAS: De negro, com três faixas veiradas contra-veiradas de prata e vermelho.
Deest

ANTÔNIO DE PAULA (1623-1636)

Da Gasconha, grão-prior de Tolosa, eleito grão-mestre em 10 de março de 1623. Filho de N. de Paula e de Maria Brinet, filha de Marc Brinet, Senhor de Beauvais, e de Jeanne Briconnet. Faleceu em 9 de junho de 1636.

ARMAS: Em campo de azul, um pavão de frente, com a cauda em leque, pousado sobre um feixe de trigo. Chefe de prata com três estrelas de goles. Neumann apresenta as mesmas armas com pequenas diferenças.

10 — CINCO GRÃOS — F. ANTONI... PAVLA... — *Gr.* S/D
Escudo circular, esquartelado, com as armas da Ordem e do gr.m.
R/. — ... ERVSAL... No campo, em em três linhas sobrepostas, ... T COM-MO DIVS. S/D. S/I/V.
Ae.

11 — CINCO GRÃOS — ANTONIVS. DE. PA... — Num 1628
escudo sanítico, as armas do gr.m.
R/. — HOSPITA... HIE... EM. No campo, dentro de um círculo de pontos, uma cruz simples cantonada pelos algarismos da data: 1628. — S/I/V.
Ae.

12 — CINCO GRÃOS — F. ANTONIVS. DE. PAVLA. M. M. 1629
H. — Dentro de círculo linear, um escudo sanítico coroado (de Conde), com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m.
R/. No campo, dentro de um círculo, a data: 1629, encimando a legenda: NON AES SED FIDES, muito apagada. S/I/V.
Ae.

JOÃO PAULO LASCARIS DE CASTELLAR (1636-1657)

ARMAS: Em campo de ouro, uma aguia bicéfala, estendida, de negro, coroada de vermelho. Sobre o peito, um escudete com as armas dos Lascaris.

13 — UM TARI — F. IO: PAVLVS. LASCARIS. CASTELLARD. 1639
Gr. Dentro de um círculo de pontos, um escudo sanítico, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m.
R/. — NON AES SED FIDES. *Gr.* Dentro de um círculo, uma Fé, encimada pela data: 1639: Sobre a data, duas cruzes simples ladeando um sol de oito raios. Em baixo, o valor: T I entre cruzetas.
Ae.

MARTINHO DE REDIN (1657-1660)

Prior da Navarra e vice-rei da Sicília. Faleceu em 6 de fevereiro de 1660.

ARMAS: Em campo de prata, uma cruz esquartelada de azul e vermelho. (Esta descrição é feita sobre uma de suas moedas, reproduzida no "Códice" já citado).
Deest

ANETO DE CLERMONT DE CHATTES GESSAN (1660)

De Lion, faleceu em 2 de fevereiro.
Deest

RAFAEL COTONER (1660-1663)

Do Bailiado de Maiorca. Faleceu em 20 de outubro de 1663.

ARMAS: Não conseguimos a descrição de suas armas. Mas, de uma moeda de seu reinado, deduz-se brasonar armas falantes, como o seu sucessor do mesmo apelido. Pela gravura, parece tratar-se de um algodoeiro arrancado e florido (ou frutificado com cinco capulhos abertos), sem a representação dos esmaltes.
Deest

NICOLAU COTONER (1663-1680)

Deest

GREGORIO CARAFFA (1680-1690)

Eleito grão-mestre em 22 de maio de 1680. Faleceu em 19 de outubro de 1697.
Deest

ADRIANO DE WICNACOURT (1690-1697)

ARMAS: As mesmas de Aloph.
Deest

RAIMUNDO PERELLOS Y ROCCAFULL (1697-1720)

ARMAS: Em campo de ouro, três peras de verde, duas e uma.

14 — CINCO GRÃOS — IN. HOC. SIGNO. VICTORIA. *Gr.* 1707 — + Escudo baroco, com as armas da Ordem. (Fig. 19)
R/. — NON. AES. SED. FIDES + — *Gr.* — Uma Fé, encimada pelo valor: V. Em baixo a data: 1707.
Ae.

15 — CINCO GRÃOS — RECTAM. FACIT. SEMITAM. — 1709
Gr. — No campo, o cordeiro e a flâmula. R/. IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS. *Gr.* — No campo, a Cruz de Malta (*) cantonada pelos algarismos da data: 1709. S/I/V.
Ae.

16 — CINCO GRÃOS — Mesmo tipo da peça anterior. 1720
R/. Variante. Os algarismos da data postos inversamente.
Ae.

17 — DEZ GRÃOS — RAIMVN. PERELLOS... H H — *Gr.* 1710
— Escudo baroco, oval, com as armas esquarteladas do gr.m. e da Ordem. R/. — NON. AES. SED FIDES. *Gr.* No campo, uma Fé encimada pela data: 1710. S/I/V.
Ae.

18 — CINCO GRÃOS — RECTAM. FACIT. SEMITAM. *Gr.* 1718
No campo, o cordeiro com a flâmula. R/. — IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS. *Gr.* — Cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1718. S/I/V.
Ae.

MARCO ANTONIO ZONDADARI (1720-1722)
Deest

ANTONIO MANUEL DE VILHENA (1723-1736)

Português, filho de D. Sancho Manoel, 1.º conde de Vila Flor, célebre pela batalha ganha no Ameixial contra D. João de Áustria. Esse título, que mais tarde foi incluido no do 1.º duque da Terceira, lhe foi concedido por D. Afonso VI, em 1661, ainda em vida do 2.º conde de igual título, criado por Filipe II durante a dominação espanhola na pessoa de D. Inácia Quaresma. Foi o grão-mestre Vilhena fundador, nos subúrbios de Valeta, de um grande e cômodo hospital para os soldados e inválidos de Malta.

(*) O distintivo dos cavaleiros de S. João — a clássica cruz de Malta — é de prata, com as hastes terminando em pontas duplas, que representam as oito máximas que serviram de exórdio ao sermão de Cristo na montanha.

Dedicou-se de forma especial à defesa da ilha, construindo várias obras de fortificações. Foi tambem esse grão-mestre autor de uma modificação no sistema monetário estabelecido por João de Homedes, e pelo qual a relação entre o ouro e a prata foi ligeiramente alterada.

ARMAS: Esquartelado. No primeiro e quarto, em campo de prata, um leão de vermelho armado de azul; no segundo e terceiro, uma asa de ouro de que sai uma mão de sua cor tendo nela uma espada de prata com guarnições de ouro e a ponta para cima. Timbre: a asa, a mão e a espada.

Nas peças do seu tempo, não encontramos nunca as armas completas, mas, esquarteladas com as da Ordem, as do primeiro quartel. O timbre, ou as do segundo, aparecem isoladamente em algumas moedas.

19 — SEIS TARIS — F. D. MANOEL DE VILHENA. *Gr.* Busto couraçado, com longa cabeleira do gr.m., à direita (*)
1722 R/. — M. M. HOS: ET SS. HIERVSAL. 1722. *Gr.* No campo, um escudo oval sobre ornamentos barocos, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Coroa de marquês. S/I/V. Rara. Ar. (Fig. 10)

20 — DOIS ESCUDOS — + F. D. AN. MANOEL DE VILHENA + *Gr.* Busto couraçado do gr.m. com grande cabeleira, à direita.
1723 R/. — M. MAGIS. HOS. ET. S. SEPVL. HIERVSALEM. 1723. — *Gr.* — No campo dois escudos ovais acostados. No primeiro as armas da Ordem; no segundo, esquartelado, as da Ordem e do gr.m. Sobre o conjunto, uma coroa de marquês ladeada da indicação do valor: S — 2. Rara (Fig. 9)
Ar.

(*) À direita e à esquerda numismáticas são o inverso dessas posições heraldicamente. Observamos as duas regras ao descrever peças heráldicas ou numismáticas.

21 — UM ESCUDO — (ou 12 Taris) — F. D. ANL MANOEL + DE VILHENA. *Gr.* — Busto couraçado do gr.m. à esquerda, com grande cabeleira.
1723 R/. M. M. HOS: ET + — + S. S. HIER: 1723. *Gr.* Escudo oval sobre ornamento baroco, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Coroa de marquês, ladeada pela indicação do valor: T — 12. Rara.

22 — QUATRO TARIS — F. D. AN: MANOEL — DE VILHENA. *Gr.* — Busto couraçado do gr.m. com longa cabeleira à esquerda.
1723 R/. M. M. HOS: ET + — + S. S. HIER: 1723. *Gr.* — Escudo baroco com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa de marquês, ladeada da indicação do valor T — 4. Rara.
Ar.

23 — DOIS TARIS — F. D. AN. MANOEL. DE. VILHENA. M. M. H. H. *Gr.* No campo, dentro de um círculo linear, o leão rompente das armas do gr.m., ladeado pela indicação do valor: T — 2.
1723 R/. — ONVS. MEV. MLFVL EEST. + 1723 + *Gr.* — No campo, dentro de um círculo linear, a cruz de Malta ponteada nos entalhes e cantonada de quatro estrelas de cinco raios.
Ar.

24 — CINQUINHO — F. D. AN: MANOEL. DE. VILHENA. M. M. *Gr.* — No Campo, dentro de um círculo linear, o timbre dos Vilhenas.
1726 R/. — IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS + *Gr.* — No campo, dentro de um círculo linear, a Cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1726. S/I/V.
Ae.

25 — CINQUINHO — Mesmo tipo da peça anterior, com as variantes: um só *M* na leg. do anv. e a cruz de Malta maior. Mesma data.
1726 Ae.

26 — CINQUINHO — F. D. AN. MANOEL DE VILHENA. M. M. — *Gr.* — Dentro de um círculo linear, o leão rompente.
1726 R/. — NON. AES. SED. FIDES. — *Gr.* — Dentro de um círculo linear, uma Fé, encimada pela data: 1726. Por baixo, o valor: V.
Ae.

27 — CARLINO — F. D. AN: MANOEL DE VILHENA. — *Gr.* — Escudo oval sobre ornamento baroco, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa de conde.
1734 R/. + NON. AES. SED. FIDES. — *Gr.* — No campo, uma Fé encimada pela data: 1734, entre pontos. Por baixo, o valor: X, entre pontos.
Ae.

28 — GRÃO — Mesmo tipo do cinquinho de 1726. (Fig. 20)
1734 Ae.

29 — DOIS TARIS — F. DAN. MANOEL DE VILHENA. *Gr.* — Num escudo baroco, o leão rompente dos Vilhenas. Coroa de conde (Fig. 15 — 21 m/m).
S/D R/. — M. M. HOSP. — ET. SS. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco, coroado, com as armas da Ordem. S/I/V. — S/D.
Ar.

30 — DOIS TARIS — Semelhante ao anterior.
S/D R/. variante na legenda: SS. HIERVS. — M. MAGIS H. — S/D. S/I/V. (Figura 16 — 21 m/m).
Ar.

31 — DOIS TARIS — Mesmo tipo da peça anterior.
S/D R/. Obliquo em relação ao anverso. S/I/V. S/D.
Ar.

RAIMUNDO DESPUIG DE MONTANEGRE (1736-1741)

"De uma família muito distinta da ilha da Maiorca. Notavel por sua grande piedade e sóbria administração".

ARMAS: Não conseguimos a descrição de suas armas. Contudo, encontramo-las no frontespício do "Códice Diplomático", impresso durante sua gestão. Podem ser descritas assim: Em campo de vermelho, uma montanha de prata (um manto) carregado de uma estrela de negro de seis pontas e encimada por uma flor de lis.

32 — GRÃO — F. RAIMV: DES PVIG. M. M. H. H. — *Gr.*
1739 No campo, as armas do gr.m.
R/. — IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS. *Gr.* — No campo, a cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1739. S/I/V.
Ae.

MANUEL PINTO DA FONSECA (1741-1773)

Português. Governou 32 anos "com muita glória e consideração" e, "por suas distintas qualidades, seu espírito amavel e esclarecido, conciliou o amor de seus súditos, o respeito dos seus cavaleiros, a amizade dos principes da Europa e a estima universal". Sob seu grão-mestrado cunharam-se em Malta as moedas de mais alto valor: 20, 10 e 5 escudos de ouro, bem como as grandes peças de 15 e 30 taris. Como fáto interessante, notamos nas suas moedas o símbolo da realeza coroando os brasões darmas da Ordem e do grão-mestre.

ARMAS: Em campo de prata, cinco crescentes de lua de vermelho, com as pontas para cima, em santor.

33 — DOIS ESCUDOS — F. D. EMMA — NVEL PINTO. *Gr.*
1741 — Busto couraçado do gr.m. à esquerda, com longa cabeleira. (Fig. 11)
R/. — M. M. H. ETS. SEP. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco coroado, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Ladeando a coroa, os algarismos da data: 17 — 41. S/I/V. — Ar.

34 — UM ESCUDO — F. EMMA — NVEL PINTO. — *Gr.*
1741 — Busto couraçado do gr.m. com grande cabeleira à esquerda.
R/. — O mesmo da peça anterior, inclusive a data. Peso, 11,91 gr. S/I/V.
Ar.

35 — MEIO ESCUDO — F. D. EMMANVEL PINTO — *Gr.*
1741 — Busto couraçado do gr.m. com grande cabeleira à esquerda.
R/. — M. M. H. ET. S. — SEP. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco coroado, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Ladeando a coroa, os algarismos da data: 17 — 41. Peso, 4,11 gr. — S/I/V.
Ar.

36 — DOIS TARIS — F. EMMANVEL PINTO. M. M. H. H.
1741 — *Gr.* — No campo, num escudo oval, sobre ornamento baroco, coroado, as armas do gr.m.
R/. — + ONVS. MEVM. LEVE. EST. 1741. — *Gr.* — No campo, a cruz de Malta cantonada por pequenas cruzes do mesmo tipo. Peso, 2,07 gr. S/I/V.
Ar.

37 — CINCO GRÃOS — + F. EMMANVEL PINTO. M. M.
1743 H. H. — *Gr.* — Dentro de um círculo linear, os cinco crescentes dos Pintos.
R/. — IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS. — *Gr.* — No campo, uma cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1743. — S/I/V.
Ae.

38 — CINCO GRÃOS — Mesmo tipo da peça anterior.
1747 Disco um pouco menor.

39 — CINCO GRÃOS — Mesmo tipo da peça anterior.
1747 Maior que as duas primeiras. Armas em campo aberto.

40 — CINCO GRÃOS — Mesmo tipo da peça anterior.
1751 Data, 1751.

41 — DEZ GRÃOS — F. EMMANVEL PINTO. M. M. H —
1752 H. — *Gr.* — No campo, sobre um ornamento baroco, um escudo oval coroado com os crescentes dos Pintos.

R/. — + NON AES. SED. FIDES — *Gr.* — No campo, uma Fé encimada pela data: 1752. Por baixo, o valor: X, entre pontos.
Ae.

42 — CINCO GRÃOS — F. EMMANVEL PINTO. — *Gr.* — No campo, escudo oval com as armas dos Pintos. Descendentes, pelos lados, dois ramos à guisa de paquife. Coroa fechada, real.
1752 R./ — Mesmo da peça anterior. Mesma data. Valor: V, entre pontos.
Ae.

43 — VINTE GRÃOS — NEMINEM CONCVTIATIS + — *Gr.* — No campo, numa bandeija, a cabeça de S. João Batista, a três quartos e à direita.
1755 R/. — + NON + AES + SED + FIDES. *Gr.* — No campo, uma Fé. Por cima, a data: 1755. Por baixo, entre pontos, o valor: XX
Ae.

44 — VINTE GRÃOS — Variante da peça anterior, com pequenas diferenças na gravura e na legenda do anverso.
1755 Ae.

45 — UM GRÃO — + F. EMMANVEL PINTO. M. N. H. H. — *Gr.* — No campo, os crescentes dos Pintos.
1755 R/. — IN. HOC. SIGNO. MILITAMVS. — *Gr.* — Cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1755. S/I/V.
Ae.

46 — UM GRÃO — Mesmo tipo da peça anterior, com pequenas diferenças de cunhagem. 1755.
1755 Ae.

47 — DEZ ESCUDOS — F. EMMANVEL PINTO — M. M. H. S. S. 1756. — *Gr.* — Escudo barroco, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa real (Fig. 4 — 24 m/m).
1756

R/. — NON. SVRREXIT. MAIOR. — *Gr.* — No exergo, o valor: S. X. — S. João Batista, de pé, segurando com a mão direita o estandarte. A seus pés, deitado, o cordeiro. Peso, 7,87 gr.
Av.

48 — CINCO ESCUDOS — Mesmo tipo da peça anterior.
1756 Mesma data. Valor, S. V. — Peso, 3,90 gr.
Av. (Fig. 5 — rev. — 20 m/m).

49 — TRINTA TARIS — F. EMMANVEL PINTO — M. M.
1756 H. S. S. — 1756. *Gr.* — Escudo baroco esquartelado com as armas da Ordem e do gr.m. — Coroa real.
R/. — NON — SVRREXIT — MAIOR. — *Gr.* — No exergo, o valor: T. XXX. — S. João Batista de pé com o estandarte na mão direita, tendo aos pés, deitado, o cordeiro. (Fig. 12)
Ar.

50 — QUINZE TARIS — Mesmo tipo da peça anterior.
1756 Mesma data. (Fig. 13, rev.)
Ar.

51 — DEZ GRÃOS — F. EMMANVEL PINTO. M. M. H.
1757 H. — *Gr.* — No campo, sobre ornamento baroco, um escudo oval com as armas dos Pintos. Coroa real.
R/. + NON. AES. SED. FIDES. — *Gr.* — No campo, uma Fé encimada pela data: 1757. Por baixo, entre pontos, o valor: X Ae. (Fig. 21)

52 — DEZ GRÃOS — Variante da peça anterior na legen-
1757 da: F. EMMANVEL PINTO M. M. H. H. *S. S.* Disco mais delgado.
Ae.

53 — UM GRÃO — Mesmo tipo da peça n. 46. Data,
1757 1757.
Ae.

54 — VINTE GRÃOS — NEMINEM + CONCVTIATIS + —
1762
Gr. — No campo, a cabeça de S. João Batista numa bandeija, à esquerda, de perfil. (Fig. 22)
R/. — + NON + AES + SED + FIDES.
Gr. No campo, uma Fé encimada pela data: 1762. Por baixo, o valor: XX entre pontos
Ae.

55 — QUINZE TARIS — F. EMMANVEL PINTO M. M. H.
1764
s. s. 1764. *Gr.* Escudo baroco com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa real. (Fig. 14)
R/. — NON — SVRREXIT — MAIOR. —
Gr. — No exergo, o valor: T. XV — S. João Batista de pé, com o braço direito suspenso, segurando com a mão esquerda o estandarte. A seus pés, deitado, o cordeiro.
Ar.

56 — UM ESCUDO — F. EMMANVEL PINTO M. M. H. —
1764
Gr. — Busto couraçado, com longa cabeleira, do gr.m. à esquerda.
R/. — Escudo baroco com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa real, ladeada pela data: 17 — 64. Em baixo, na mesma disposição, os algarismos do valor: S — 1.
Ar.

57 — VINTE ESCUDOS — F. EMMANVEL PINTO M. M.
1765
H. — *Gr.* — No exergo, a data: 1765. Busto couraçado, com longa cabeleira, do gr.m. à direita.
R/. — ET. SANCTI SEPVULCRI HIERVSAL.
Gr. Escudo oval brocante sobre uma cruz de Malta, com as armas da Ordem. Coroa real encimando o conjunto e da qual sai um colar de pérolas com uma cruz de Malta pendente. Em baixo, separada pelo escudo, a indicação do valor: S — 20. (Fig. 3 — 31 m/m)
Av.

58 — QUATRO TARIS — F. EMANVEL PINTO M. M. — 1768
Gr. — No exergo, a data: 1768. Busto couraçado do gr.m. com grande cabeleira, à direita.
R/. — M. M. H. ET. S. — SEP. HIERVS. — *Gr.* Escudo baroco, com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Coroa real. Separada pelo escudo, a indicação do valor: T — 4.
Ar.

59 — QUATRO SEQUINS — F. EMMANVEL PINTO M. M. — *Gr.* — Busto couraçado, com longa cabeleira, do gr.m. à esquerda (Fig. 6 — 29,5 m/m). S/D
R/. — HOSPI. ET. SEP. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. — Coroa real. S/D. — S/I/V. Peso, 13,14 gr.
Av.

60 — SEQUIM — F. EMMANVEL PINTO M. M. — *Gr.* — Busto couraçado, com longa cabeleira, do gr.m. à esquerda S/D
R/. — HOSPI. ET. S. SEP. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Coroa real. S/D — S/I/V — Peso, 3,41 gr.
Av. (fig. 7 — 21,5 m/m).

61 — 7 1/2 TARIS — F. EMMANVEL PINTO M. M. H. S. S. — *Gr.* — Escudo baroco, coroado e esquartelado com as armas da Ordem e do gr.m. S/D
R/. — NON — SVRREXIT — MAIOR. *Gr.* No campo, S. João Batista com o braço esquerdo ligeiramente suspenso, segurando o estandarte com a direita. A seus pés, deitado, o cordeiro.
S/D. S/I/V. Rara.
Ar.

62 — MEIO ESCUDO — F. EMMANVEL PINTO. *Gr.* — Busto couraçado, com grande cabeleira, do gr.m. à esquerda. S/D

R/. M. M. H. ET. S. — SEP. HIERV. *Gr.* — Escudo baroco com as armas esquarteladas e coroadas da Ordem e do gr.m.
S/D. S/I/V.
Ar.

63 — MEIO ESCUDO — Semelhante à peça anterior, com
S/D pequenas diferenças de gravura.
R/. Variante. Armas menores, ornamentação diversa, sem pérolas. Letras da legenda mais espaçadas.
Ar.

64 — QUATRO TARIS — F. EMMANVEL PINTO. *Gr.* —
S/D gr.m. à esquerda.
S/D. Busto couraçado, com longa cabeleira, do
R/. — M. M. H. ET. S. SEP. HIER. — *Gr.* — Escudo baroco esquartelado com as armas da Ordem e do gr.m. Coroa real, separando a indicação do valor: T — 4. S/D.
Ar.

FRANCISCO XIMENEZ DE TEXADA (1773-1775)

65 — VINTE ESCUDOS — ... D. FRANCISCVS XIMENEZ
1774 DE TEXADA. *Gr.* — No exergo, a data: 1774. Busto couraçado, com longa cabeleira, do gr.m. à direita. (Fig. 8 — 31 m/m).
R/. M. H. HOSPITALIS. ET. SANCTI SEPV: *Gr.* Escudo oval com as armas da Ordem, brocante sobre uma cruz de Malta, Coroa real, da qual sai, circundando o escudo, um colar de pérolas com uma cruz de Malta pendente. Em cima, separada pelo conjunto, a indicação do valor: S — 20.
Av.

MANUEL DE ROHAN-POLDUC (1775-1797)

De França. Eleito grão-mestre em 12 de novembro de 1775. Seu pai, perseguido pelo regente Filipe d'Orleans, refugiou-se em Espanha. Aí, o futuro grão-mestre torna-se grande escudeiro e coronel da guarda do infante D. Filipe, duque de Parma. Em

Malta, foi general de galeras, prestando à ordem importantes serviços.

ARMAS: Em campo vermelho, nove maclas de ouro apontadas e acostadas 3, 3 e 3.

66 — UM TARI — F. EMMANVEL. DE ROHAN. M. H. — S/D
Gr. No campo, um escudo sanítico com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m., brocante sobre uma aguia estendida, da qual se veem as asas, as garras e a cauda. Coroa real, separando a indicação do valor: T — 1.
R/. NEMINEM + CONCVTIATIS + Gr. A cabeça de S. João Batista na bandeja, a três quartos, à direita . S/D.
Ar.

67 — CINCO GRÃOS — F. EMMANVEL — DE ROHAN N. 1776
— *Gr.* — Escudo sanítico com as nove maclas de Rohan, acompanhado dos mesmos elementos externos descritos na peça anterior.
R/. — NON. AES + SED. FIDES + — *Gr.* — No campo, uma Fé encimada pela data: 1776. Em baixo, a indicação do valor: V
Ae.

68 — QUINZE PICCIOLI — F. EMMANVEL DE ROHAN. M. *Gr.* 1776
Escudo sanítico com as armas do gr.m., com os mesmos elementos exteriores das peças antes descritas.
R/. — NON. AES + SED. FIDES + — *Gr.* — No campo, dentro de uma coroa de palmas, em três linhas sobrepostas, P.|.XV.|1776
Ae.

69 — GRÃO — F. EMMANVEL DE ROHAN M. + — *Gr.* — 1776
Escudo sanítico com as armas de Rohan. Mesmo elementos externos.
R/. — NON AES + SED FIDES + — *Gr.* Cruz de Malta cantonada pelos algarismos da data: 1776.
Ae.

70 — GRÃO — 1776 — F. EMMANVELL DE ROHAN M. M. + *Gr.* — Escudo oval, com as armas de Rohan.
R/. + NON AES SED FIDES. 1776. *Gr.* — No campo, dentro de um círculo linear, a indicação da valor: G. I.; em baixo, uma folha de parra.
Ae.

71 — UM TARI — 1777 — F. EMMANVEL DE ROHAN M. — *Gr.* — Escudo oval com as armas dos Rohans. Coroa real. Suportes, dois ramos de oliveira.
R/. M. HOSPI. ET. S. SEP. HIER. 1777 + *Gr.* — No campo, dentro de uma coroa de palmas, o valor: T. I. Em baixo e em cima, duas pequenas cruzes de Malta.
Ar.

72 — CINCO GRÃOS — 1780 — F. EMMANVEL DE ROHAN. *Gr.* — Escudo sanítico com as armas dos Rohans, com os mesmos elementos exteriores das peças 64 e seguintes.
R/. — NON AES + SED FIDES + — *Gr.* No campo, uma Fé, encimada pela data: 1780. Em baixo, o valor: V
Ae.

73 — GRÃO — 1785 — F. EMMANVEL DE ROHAN + *Gr.* — Escudo oval com as armas do grão-mestre.
R/. NON AES SED FIDES + *Gr.* — No campo dentro de um círculo linear, o valor: G. I. Em baixo, a data: 1785.
Ar.

74 — UM TARIS — 1786 — F. EMMANVEL DE ROHAN M. M. — *Gr.* — Escudo sanítico com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Mesmos elementos externos das peças 64 e seguintes. Ladeando a coroa, o valor: T — I.
R/. NON AES SED FIDES. *Gr.* — No campo, numa bandeija, a cabeça de S. João Batista, a três quartos, à direita. No exergo, a data: 1786.
Ae.

75 — DEZ GRÃOS — F. EMMANVEL DE ROHAN M. M. — 1786
Gr. — Escudo sanítico com as armas esquarteladas da Ordem e do gr.m. Mesmos elementos exteriores. Ladeando a coroa, o valor: T — I.
R/. + NON AES SED FIDES. *Gr.* — No campo, uma Fé, encimada pela data: 1786; em baixo, o valor: X entre dois pontos. Reverso invertido.
Ae.

76 — DEZ GRÃOS — Mesmo tipo da peça anterior. Disco um pouco menor. 1786
Ae.

77 — DOIS TARIS — F. EMMANVEL DE ROHAN M. *Gr.* — 1776
Mesmo escudo das peças anteriores, com os mesmos elementos externos.
R/. — + M. H. ETS. SEPV. HIER... E. *Gr.* No campo, a cruz de Malta cantonada pelas algarismos da data: 1776. S/I/V.
Ar.

FERDINANDO DE HOMPESCH, Barão (1797-1799)
Deest.

PEÇAS CARIMBADAS E RECARIMBADAS

Em 1565, sob o grão-mestre La Valette, Malta foi atacada e assediada pelos turcos. Afim de facilitar a defesa da ilha fez esse grão-mestre construir uma nova capital, que ainda hoje traz o seu nome. Havendo insuficiência de numerário para atender a tão grandes despesas, foram emitidas moedas de cobre que representavam os valores das peças de prata — uma verdadeira emissão fiduciária. Traziam o valor de 4, 2 e 1 tari, de 1 carlino e de 1 cinquinho. Traziam no reverso a Fé e a divisa NON AES SED FIDES. À proporção que os recursos da Ordem aumentavam, eram essas moedas retiradas da circulação, à qual voltavam intermitentemente quando escasso o numerário do Tesouro. Corriam simultaneamente com as peças do sistema normal.

Na coleção do Museu Histórico, existem quatro dessas moedas contramarcadas, cujos discos são mais delgados, porem, maiores que os das demais peças de cobre de Malta. Os carimbos dos vários grão-mestres correspondem aos períodos em que foram lançadas e recolhidas.

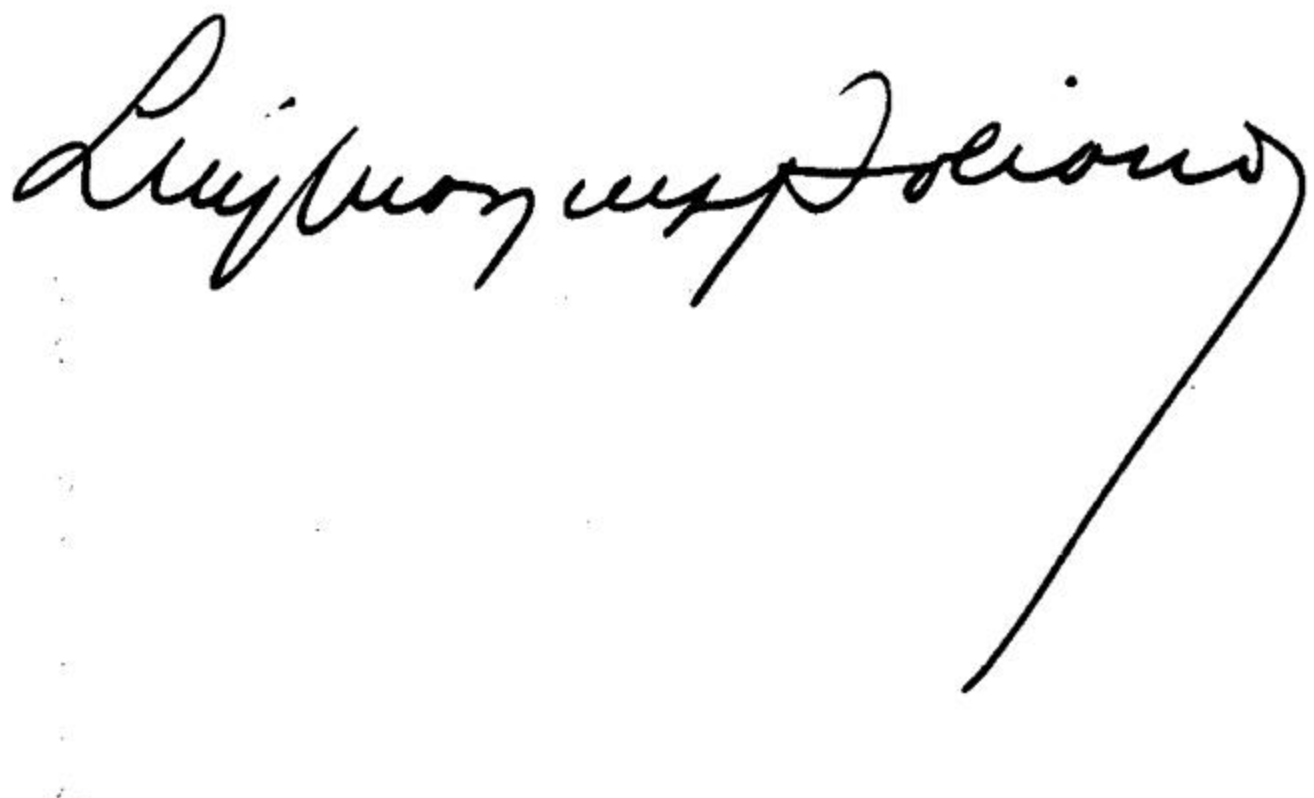
78 — QUATRO TARIS — *Carimbos* : *Macla coroada* (Rohan), Crescente coroado (Pinto) Flor de lis (Wignacourt) e mais duas marcas do lado oposto.

79 — QUATRO TARIS — *Carimbos* : Os mesmos que se encontram na peça, e mais :
Águia estendida (Lascaris)
Cordeiro com a flâmula
Cabeça de S. João na bandeija.

80 — QUATRO TARIS — *Carimbos* : Flor de lis
Crescente
Cordeiro
Águia estendida.

81 — QUATRO TARIS — *Carimbos* : Flor de lis
Cordeiro
Águia estendida
Crescente
Macla. (Figs. 23/26)

Luiz Marques Poliano
(*Conservador cl. J do Museu Histórico*)



1

2

3

4

Moedas de ouro da Série de Malta

5

6

7

8

Moedas de ouro da Série de Malta

9

10

11

12

Moedas de prata da Série de Malta, existentes no Museu Histórico

13

14

15

16

Moedas de prata da Série de Malta, existentes no Museu Histórico

17

18

19

20

Moedas de cobre da Série de Malta, existentes no Museu Histórico

21

22

23

24

Moedas de cobre da Série de Malta, existentes no Museu Histórico

BIBLIOGRAFIA

GIANCARLO ROSSI — Catálogo delle Monete Italiane — Roma, 1880.

ENGEL & SERRURE — Traité de Numismatique Moderne et Contemporaine, Paris, 1897.

JOSEF NEUMANN — Beschreibung der bekantesten Kupfermünzen, Praga, 1861.

A. M. PARROT — Collection Historique des Ordres de Chevalierie Civils et Militaires — Paris, 1846.

G. SCHLUMBERGER — Numismatique de l'Orient Latin, Paris, 1878.

DE MAGNY (Marquis) — Livre d'Or de la Noblesse européenne — Paris, 1856.

ALEIXO TAVANO E JOSÉ AUGUSTO DA SILVA — Notícia Histórica das Ordens Militares e Civis Portuguesas — Lisboa, 1881.

FÉLIS ANTONIO DE CRISTÓFORO ALOS (Dr. D.) — Memórias Histórico-Político-Militares de Malta e da Soberana Ordem de S. João de Jerusalem. Lisboa, 1803.

VICTOR BOUTON — Nouveau Traité des Armoiries — Paris, 1888.

F. MATHIEU DE GOUSSANCORT — Le Martyrologe des Chevaliers de S. Jean de Hierusalem. Paris, 1643.

ORDRE SOUVERAIN DE S. JEAN DE JERUSALEM — Impr. Imperiale. S. Petersbourg, 1799. (~~A. M.~~).

JOSÉ ANASTACIO DE FIGUEIREDO — Nova História da Militar Ordem de Malta. Lisboa, 1800.

CODICE DIPLOMATICO DEL SACRO MILITARI ORDINI GEROSOLIMITANS OGGI DI MALTA. — Lucca, 1737. (AN.).

JURIEN DE LA GRAVIÈRE — Les chevaliers de Malte et la Marine de Filippe II — Paris, 1887.

J. SCHULMAN — Catálogo da Coleção Julius Meili — Amsterdam, 1910.

A GENESE DA NUMISMÁTICA BRASILEIRA
(Séculos XVI e XVII)

A simples tomada de posse, em 1500, da terra de Santa Cruz, depois Brasil, em nome da Coroa portuguesa — cujo fato constitue o primeiro ato jurídico praticado pelos portugueses no Brasil (1), — em nada interessa a *gênese* da Numismática brasileira, uma vez que acontecimento dessa natureza pertence ao domínio exclusivo da História política ou administrativa do próprio povo que o pratica. E não interessa porque a Numismática, como ciência positiva, compreende o estudo da moeda, *propriamente* dita, lavrada ou autorizada pelo poder público: — seja a moeda *provincial* ou *geral, local* ou *regional* e, ainda, o seu estudo não deixa de abranger todos os espécimes de *emergência* ou de *necessidade,* inclusive a própria moeda *obsidional,* cuja finalidade lhes empresta, por assim dizer, uma existência de natureza efêmera.

Em face do exposto, — vemos que a *gênese,* início deste estudo, não deixa de compreender até os espécimes monetários introduzidos na circulação *embrionária* pela natural mercância da compra e venda, o que implica: — inclue toda a moeda estrangeira que ficou adstrita à circulação até a adoção do "tipo" da moeda própria que, posteriormente, foi estabelecida para o troco diante da respectiva legislação monetária que o criou. É, pelo menos, o que ocorre com os *reales* castelhanos que foram introduzidos na circulação no século XVI e, ainda, na vigência do século XVII, — muito antes da legislação portuguesa que os mandou cotramarcar. Se examinarmos a História Monetária que nos lega o passado, — vamos encontrar a concha, por exemplo, servindo de moeda entre os Romanos antigos; da mesma forma que as conchas bivalvas (Cauris ou coris) tambem serviram de moeda nos sertões africanos e na Índia. Ainda vamos encontrar mais o sal, tecido de palha, etc., como fazendo a função de moeda em vários pontos da África: — da mesma forma que o marfim, em Moçambique, amêndoas na

(1) Silvio Romero — *Ensaios de Sociologia e Literatura,* pág. 77, *in fine* — Rio, 1901.

Índia, cacau, algodão, mandioca, milho, foram produtos *monetizados* durante séculos a dentro... O mesmo ocorreu entre os povos pastores que faziam do gado a sua verdadeira moeda: e o peixe entre os pescadores não deixava de ter a mesma função.

Alem dos produtos vegetais e minerais — pontifica Leite de Vasconcellos, tambem serviram de moedas os animais, incluindo o próprio homem: dos primitivos usos romanos ficou ainda a palavra *pecunia* (*de pecus*); a mais antiga moeda grega consistiu tambem em animais; a vaca nos Cafres; escravos e gado na Inglaterra; a mulher nos Afganos (*Letourneau, in Dict. des sc. anthropolog., s. v. monnaie,* pág. 760); desta exposição — conclue o emérito professor —, se vê que os povos primitivos, em condições sociais eram ainda inferiores aos selvagens modernos, deviam servir-se de meios parecidos com os que ficam expostos (2).

Esse conceito que nos empresta a numismática geral, deu lugar a que gerações novas, seguindo o uso e costume dos antigos ainda, na própria América, fizessem uso de várias mercadorias, *monetizando-as*.

Em Buenos Aires, por exemplo, em fins do século XVI, a falta de moeda metálica, fez com que o governo de Córdoba determinasse

> *"la moneda especie y su valor",*

segundo a lição ministrada em Ricardo Levene. Vejamos, por conseguinte, o que diz este eminente economista:

> *"Por ser la terra nueva y no haber moneda com que contratarse",*

o governo de Córdoba em 6 de dezembro de 1574, resolveu que

> "sirvan de tal las cabras y herraduras y que sea su valor, el de cabra um peso y la herradura um peso y medio" (3).

Vê-se, portanto, que cada espécie *monetizada* tinha o seu valor fixado em lei. No Paraguai a erva mate e o tabaco foram as principais espécies monetizadas, valendo arroba de tabaco quatro pesos: e as ervas eram chamadas "minas" como se fossem metais preciosos extraidos da terra. O comércio era assim feito. Em

---

(2) J. Leite de Vasconcellos — *Elenco das Lições de Numismática,* Lição 15 e 16 — Origem da moeda, pág. 17 e 18 — Lisboa, 1889.

(3) Ricardo Levene — *La Moneda Colonial del Plata* — (Arquivo Municipal de Córdoba, Tom. I, pág. 170) — Obr. cit., pág. 13 — Buenos Aires, 1916.

1602 vemos que uma Provisão real permitiu por seis anos a exportação de frutos da terra (Buenos-Aires) para

> *"el Brasil y Guinea en cambio de ropas, calzados, hierro y otras cosas necesarias"* (4).

Esse prazo — convem ressaltar, — foi prorrogado por vários anos, em face do comércio estrangeiro que, com assiduidade, já estava sendo estabilizado. Embarcações holandesas

> llevaban no sólo géneros y efectos, para permutar con los frutos del país, sino también moneda española "piezas de a ocho", que obtuvieron de Portugal hasta la época de Fillipe II (de Espanha) y posteriormente se acuñaba por una compañia de Amsterdam" (5).

E' claro que o comércio despertava as riquesas da colônia (Buenos-Aires) incentivando a produção e a exportação: — fenômeno esse que, sem dúvida, ocorreu em toda a América, embora a escassez do numerário no século XVI e princípio do século XVII ainda perdurasse por algum tempo.

O Brasil, — como simples Conquista portuguesa dentro da própria América, — não podia fazer exceção à regra quanto aos usos e costumes desses povos ; uma vez que a sua vida ecônomo-financeira bem refletia o estado embrionário em que se achava, usando de mercadorias e gêneros da terra *monetizados,* diante da falta de moeda metálica, necessária ao equilíbrio da balança comercial.

E' por isso que a História Monetária de um povo refletindo a sua vida econômica, encerra vários períodos bem distintos. No Brasil, por exemplo, o período inicial é assinalado pelas várias trocas (escambos) das especiarias e gêneros da terra dados em pagamento daquilo que era necessário às necessidades internas da Colônia.

Depois da Colonização inciada, em 1532, é claro que a moeda metálica, de rara aparição, se infiltrasse em certas Feitorias, porem esse excasso numerário pouca influência poderia ter tido momentaneamente, dado o estado embrionário em que se achava a Terra conquistada.

---

(4) Ricardo Levene — Obr. cit., pág. 15.

(5) Ricardo Levene — Obr. cit., pág. 16, — NOTA 3, *in fine* — *Anales* de la Biblioteca, tomo IV. Introducción al Viaje de un buque hollandez por P. Groussac, pág. 294.

E' sabido — diga-se de passagem —, que o pau-brasil foi logo do início da descoberta o principal fator da cobiça estrangeira: — cumprindo ressaltar que El-rei, ciente de que essa era a princípio a única riqueza encontrada pelos estrangeiros que o contrabandeavam (haja visto os conflitos entre as naus portuguesas e os entrelopos), — resolveu a exploração dessa madeira, cujo serviço ficou entretanto a cargo de uma empresa particular, reservando, para a Coroa, a percentagem oriunda do contrato estabelecido. Com esse ato administrativo da Coroa nasceu o contrato do pau-brasil firmado em prévio Regimento. Os arrendatários do tráfego do *brasil* mandavam à Colônia suas naus; uma delas chamava-se Bretoa, trazendo como escrivão Duarte Fernandes, sendo de sua letra o livro necessário à escrituração (LLYVRO DA NAOO BERTOA QUE VAY PARA A TERRA DO BRAZYLL... que partio deste porto de LIXª a 22 de fev.º de 511", etc.).

Mais tarde, continuando o comércio do pau-brasil, e com a produção do açucar que veio posteriormente, já encerrava a Terra conquistada os elementos primordiais para a relativa vida ecônomo-financeira da Colônia.

E' sabido que as Capitanias de Pernambuco, Tamaracá e Paraiba foram, na época, os maiores centros destes produtos que se tornaram as verdadeiras minas do Brasil.

Exemplo dessa afirmativa temo-lo na correspondência de D. Diogo de Menezes ao queixar-se da separação das Capitanias do Sul e da consequente nomeação de D. Francisco de Sousa para superintendente das minas. Escrevendo ao rei (carta expedida da Baia a 22 de abril de 1609), assim ele se expressava:

> "... creia-me V. Magestade que as verdadeiras minas do Brasil são açucar e páo-brasil, de que V. Magestade tem tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda um só vintem" (6).

Essa correspondência de D. Diogo de Menezes retrata, de maneira clara, o estado da vida *financeira* da Colônia ainda na vigência do século XVII. Esse documento, insofismavel, mostra que a mineração das Capitanias do Sul pouco produzia, tanto que para ele, D. Diogo de Menezes, conhecedor do estado financeiro da Colônia, ainda mantinha o seu depoimento, sem dúvida inconteste, de que *as* ~~*verdaieras*~~ (verdadeiras) *minas do Brasil* (eram) *açucar e páo brasil*.

(6) Conf. *Diálogos das Grandezas do Brasil* (Publicações da Academia Brasileira — II — História) NOTA 4, de Rodolfo Garcia, p. 66 — Rio de Janeiro, 1930.

Escrevia D. Diogo a El-rei Felipe II (de Portugal) em 1609, — época em que a moeda metálica introduzida no Brasil era constituida em sua mor parte dos *reales* castelhanos ao lado da moeda, excassa, *puramente* portuguesa que, anteriormente, havia entrado no meio circulante ao tempo dos governos de D. João III, D. Sebastião e, ainda, acrescida a esta circulação viciada, o numerário lavrado por Felipe I de Portugal e II Espanha..., matéria essa que abordaremos mais adiante.

Quanto à mineração, — não desconhecemos o documento firmado por D. Duarte da Costa, governador geral do Estado, dirigido ao capitão-mor e ao ouvidor de S. Vicente, cujo documento encerrava várias medidas de ordem administrativa ou fiscal, inclusive a de proibir *a fundição de quaisquer metais que por lá se encontrem* (7).

A citada Provisão baseada talvez no próprio direito português vigente, vedava a fundição de qualquer metal que fosse descoberto. Era portanto medida de natureza meramente administrativa, pois a fundição do ouro, na Colônia, somente teve lugar muito mais tarde, o que é sabido. Quer nos parecer que a Provisão referida não fez mais do que refletir o pensamento do governo português já expressado no Foral assinado em Évora a 26 de agosto de 1534, e cujo documento serviu de modelo ao que foi expedido para a Capitania da Baía.

Vejamos o que ele diz, no seu capítulo segundo :

> "havendo nas terras da dita capitania costas, mares, rios e bahias d'ella qualquer sorte de pedreira, perolas, aljofar, ouro, prata, coral, cobre, estanho e chumbo, ou qualquer outra sorte de metal pagar-se-á a mim o quinto, do qual quinto haverá o capitão sua dizima, como se contem em sua doação, e ser-lhe-á entregue a parte que na dita dizima montar ao tempo que se o dito quinto por meus officiaes arrecadar para mim".

Combinada essa cláusula com os dizeres da carta de doação — declara Calogeras —, vê-se que não havia concessão das minas ao donatário. Um ato quase contemporâneo desses documentos, — argumenta ainda o preclaro escritor —, o Alvará de 17 de dezembro de 1557 (Conf. "Repertório jurídico mineiro", pág. 37, do Dr. Francisco Ignacio Ferreira — Imprensa Nacional — Rio, 1884) vem prová-lo à saciedade, pois declara :

---

(7) Dr. J. A. Teixeira de Mello — *Efemérides Nacionais*. Tomo I (Janeiro-Junho), pág. 43 — Rio de Janeiro, 1881.

"Ha El-Rey nosso senhor por bem, de dar licença, que toda pessoa possa buscar veas de ouro, prata & outros metaes em todolos lugares, tirando a comarca de Tralos mõtes, em que ninguem sem special mandado de sua Alteza buscará as ditas veas, nem trabalhará nas descubertas. E nas outras partes poderão, ainda que quaesquer pessoas ecclesiasticas ou seculares tenhão jurisdição nas taes terras, ou sejão de pessoas particulares, *como se sempre usou nestes reynos*" (8).

Depois é que o governo (português) quebrando como que o rigor da tradição até então mantida pelo direito português, — concede ao particular o direito de fundir o metal uma vez feito o pagamento do quinto. Antes de haver Casa de Fundição, é claro que o ouro minerado não podia ser barretado, muito embora o seu possuidor fosse impelido ao pagamento do quinto, sob pena de confisco.

O Brasil, após a descoberta e consequente Colonização, atravessava uma época de pleno naturalismo... Depois, na Capitania de S. Vicente (o Estado atual de S. Paulo), é que um pouco de ouro tinha sido descoberto, mas não circulava ; os possuidores entesouravam o metal, e o ocultavam em esconderijos do qual não saia senão para pagar os tributos exigidos pelos piratas que infestavam a costa, ou por ocasião de inventários, quando se realizavam legados ou partilhas. Não era esse ouro uma moeda, porem uma mercadoria preciosa (9).

Nessa época, era esse ouro em pó excasso e, embora valesse à princípio cada oitava 400 réis, — em nada podia se confundir com a moeda d'ouro denominada *Cruzado,* lavratura da Casa Monetária de Lisboa, como teem entendido, erroneamente, vários escritores alheios por completo à Numismática portuguesa aplicada ao Brasil, isso dentro da vigência do século XVI e princípio do século XVII.

A demais :

A mineração do ouro, com o intuito de barreteá-lo, pagando-se à Real Fazenda o quinto devido, — em nada influe na lavratura da moeda para o meio circulante e, sim, atesta a fundição do metal nobre, que é serviço privativo da Casa de Fundição. Esta, não lamina o metal, nem o põe no toque da lei (22 quilates), cujo título

---

(8) Conf. J. Pandiá Calogeras — *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Tomo III (As origens do direito mineiro, I — O Direito Português), págs. 4 e 5 — Rio, 904.

(9) Pandiá Calogeras — *La politique monétaire du Brézil,* pág. 3 — Rio de Janeiro (Imprimerie Nationale), 1910.

era exigido para a lavratura das novas moedas de ouro com os três valores seguintes: 3$, 1$500 e $750 réis segundo havia determinado a lei de 29 de março de 1642, — cuja matéria ~~remos quando abordarm~~ **a**o monetário de D. João IV, — o Restaurador.

Pensar em contrário, é estabelecer o método do confusionismo: pois teríamos de tomar a expressão *fundição* por *cunhagem,* cujo erro técnico destoaria da finalidade básica ditada pela ciência da Numismática que estuda a moeda, propriamente dita, isso de acordo com o sistema monetário que a criou, e dentro do qual são logo estabelecidos os valores para o meio circulante, tendo, alem dessa relevante circunstância, o peso designado a cada peça: — sendo ainda estabelecida, *a priori,* a *forma* da moeda e o título respectivo; e o número de peças fixado em cada marco de ouro amoedado.

E ainda:

Na fundição da barra que circulava ao lado da moeda e, mesmo, em contato com o ouro em pó, isto é, minerado ou bateado, valendo, a princípio, cada oitava 400 réis, havia a obrigação do pagamento do quinto, como vimos acima; mas na lavratura da moeda não há pagamento do quinto e, sim, a *senhoriagem* que faz parte integrante do preço, ou seja do valor dado a moeda para o seu devido curso. Um exemplo dessa nossa afirmativa basta!: — O rei D. João V, reformando, em 1722, o sistema *nacional,* criou o *escudo*. Este valia 1$500, porem, com $100 da senhoriagem ficava essa nova moeda de ouro valendo, no curso, 1$600. Já que abordamos o assunto da mineração, matéria estranha à ciência da Numismática, — não desconhecemos que o Governador Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, levado pela notícia auspiciosa dos descobertos do ouro, em 1597, dirige-se à Capitania de S. Vicente onde o ouro de lavagem e de aluvião já estava sendo colhido. Com a sua chegada, em 1599, examinou, *in loco,* as minas da serra Biraçoiaba, convencendo-se da verdade. Baixa, como governo, na falta de legislação própria, o Bando de 11 de fevereiro de 1601, "avisando aos povos mineiros que do ouro que extraissem havião de pagar o real quinto, fundindo o metal e entregar-se em barra cunhado o que fosse de sêo dono".

Em face do exposto, — o "Bando" do governador geral constitue a primeira legislação aplicada na Colônia, dando ao particular o direito de transformar o seu ouro em barras, uma vez pago o quinto à El-Rei. Talvez assim procedesse esse titular pela ter ficado preso em Valladolid o Regimento de 15 de agosto de 1603 — cujo documento, contendo 62 artigos, não deixou de ser a primeira lei elaborada para o serviço de mineração na Colônia; porem como tivesse permanecido esse Regimento durante mais de 50 anos na Espanha, sob cujo domínio se achava então Portugal,

somente chegou ao seu destino mui tardiamente, tanto que foi registado no Rio de Janeiro a 29 de maio de 1652 e em S. Paulo a 6 de outubro do referido ano. A sua aplicação, na Colônia, teve lugar na vigência do governo de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que o fez entrar em vigor no ano de 1659, sendo então capitão-mor de S. Vicente, Antonio Ribeiro Morais. Quer nos parecer que Eschewege desconheceu o Bando, com força de lei, baixado a 11 de fevereiro de 1601 pelo governador geral, D. Francisco de Souza, cujo ato, feito em nome do rei, acautelava desde logo a cobrança do quinto.

Senão, vejamos :

"Até então — argumenta Eschewege, — não existia nenhuma lei que regulasse trabalhos dos mineiros, o que é uma segunda prova de que se ligava pouca importância naquela época às descobertas e aos trabalhos, que se faziam nas Províncias de São Paulo e de S. Vicente" (10).

Essa lei, segundo vimos, embora não pudesse entrar logo em vigor no Estado do Brasil, não deixa de ser trabalho bem elaborado pois no seu art. 54 permitia que "Os donos das minas puderão ter suas marcas particulares para marcarem os metaes que lhes pertencerem, alem das marcas que ha de ter das minhas Armas como está dito e por conta delles se farão todas as despezas que fizerem na fundição do metal" (11).

Mais tarde — argumenta ainda Eschewege, — "o primeiro acto em que se dispôz alguma cousa sobre mineração foi o regulamento dado ao Licenciado João Abreu e Silva, como Ouvidor Geral da Capitania". Esse regulamento, ou melhor este Regimento passado em Lisboa a 18 de março de 1669, estatuia no seu parágrafo terceiro o seguinte :

> "Deveis visitar as Minas de S. Paulo e ordenar que sejam exploradas e se lhes extraia ouro, e bem assim que os direitos sejam cobrados regularmente cumprindo-vos tambem dar de tudo um relatorio indicando o estado das cousas e os melhoramentos que se fazem mister" (12).

Como se vê, pelo dispositivo do parágrafo terceiro, referido, parece que as minas da Capitania de S. Paulo não estavam ainda exploradas, o que não é verdade.

(10 — *Pluto Brasiliensis,* de W. L. Von Eschewege, trad. de Rodolpho Jacob, pág. 229 — Belo Horizonte, 1922.

(11) *Pluto Brasiliensis* — Obr. cit., pág. 226.

(12) *Pluto Brasiliensis* — Obr. cit., pág. 230.

Não é verdade, porque os termos da propria carta régia de 29 de outubro de 1698 (afastando o Bando de 11 de fevereiro de 1601 do então governador geral, D. Francisco de Souza) enviada pelo Rei a Arthur de Sá Meneses, alem de provar o contrário, nos dá o testemunho formal de que a mineração já estava, em plena eficiência (de há muito).

Ei-la, na íntegra :

"Arthur de Sá Meneses, Amigo, &:

Foi-me presente vossa carta, datada de 30 de Maio do anno corrente, incluindo o bando que fizestes publicar a respeito das fraudes no quinto, &, e agradeço-vos pelo vosso zelo. Porem, quanto ás penas que determinastes para aquelles que fazem moedas falsas, entre outras, p. ex., aquella que determina que sejam queimados, parece-me que esta pena deve ser attenuada e que seja applicada *unicamente* contra aquelles que *fabricam cunhos falsos para sellar ouro,* e aquelles que desencaminham o quinto deverão ser punidos de maneira que percam o ouro, sendo ainda obrigados a pagar o seu triplice valor, &.

Aos denunciantes se deverá dar metade do ouro que se encontrar nas mãos dos contrabandistas e violadores das leis, e como o interesse é um incentivo para os denunciadores, augmentará a receita real, & El-Rey" (13).

E' claro que esta carta régia repele, *in limine,* a suposição de que o proprio governo espanhol tivesse ao menos cogitado, na época, da lavratura de moeda de ouro, em S. Paulo, pelo simples fato de haver permanecido sua jurisdição a exploração das minas. Isso apenas para argumentar...

A moeda *falsa,* tratada na referida carta régia, outra cousa não era para a época sinão barra de ouro fundida por particular, com simulação dos selos reais (contramarcas estilizadas pelos respectivos punções semelhantes a cunhos) que somente podiam ser aplicados nas Casas de Fundição por funcionários da própria administração. A presente carta régia foi em resposta ao Bando baixado pelo próprio governador, Arthur de Sá Meneses, publicado em S. Paulo, em cujo documento estavam estabelecidas medidas extremas contra aqueles que não pagavam o quinto e praticavam o contrabando.

Vários dispositivos para o pagamento do quinto e fundição de barras de ouro foram aparecendo posteriormente, isso à medida que se tornava necessário ao serviço da administração. Os Regimentos de 18 de agosto de 1618, de 30 de janeiro de 1619 e, ainda, os que foram baixados por D. Rodrigo de Castel Blanco, de 13 de agosto de 1679 e de 27 de abril de 1680, respectivamente, con-

---

(13) *Pluto Brasiliensis* — Obr. cit., pág. 231 (A carta régia é de 700.834 1698, e não de 1628, como erroneamente constata a citada obra). Solano.

firmam a prova arguida. A citação de outros dispositivos concernentes à mineração do ouro, — ao certo viria alongar esse nosso trabalho, desviando a rota traçada pelo enunciado de nossa memória, — a gênese da Numismática Brasileira.

Entretanto, não é demasiado acrescentar que, na época, existindo Casa de Fundição em Paranaguá, esta foi julgada clandestina, em 1649, por Bartholomeu Fernandes de Faria (14). E ainda :

Em 27 de novembro de 1649 Pascoal Affonso, provedor das minas, levando a sério a denúncia infundada de Bartholomeu, tesoureiro da Casa da Moeda (sic.) de S. Paulo que estava preocupado com o suposto descaminho do ouro, "fogindo da *caza da moeda...*", (basta ver-se a impropriedade do termo empregado pelo próprio tesoureiro que alegava o desvio do ouro que deixava de entrar na Casa da Vila de S. Paulo, em 1649) quando, ele próprio, assim se exprimindo, deixa patente que o que havia na época em S. Paulo era, de fato, Casa de Fundição para o barreteamento do ouro, cuja operação jamais pertencia à Casa da Moeda.

Não nos cumpre no momento verificar se a Casa da Moeda (*sic.*) referida pelo tesoureiro Bartholomeu Fernandes Faria é ou não a mesma Casa de Fundição, — segundo nos parece, que funcionava na Vila de S. Paulo, em 1698, consoante os termos da carta régia de 29 de outubro, acima referida, e cujo documento veio endereçado a Arthur de Sá Menezes pelo governo ~~espanhol~~ em resposta ao Bando, acima referido.

Convem notar que esse próprio tesoureiro, procurando instruir a denúncia infundada, deixa manifesta a verdade de que, o que havia realmente na vila de S. Paulo era Casa de Fundição e não Casa de Moeda como se vê da péssima redação do termo de requerimento, fruto da época. Que a Casa de Paranaguá era legítima (15), — nos afirma o esclarecido escritor Francisco de Paula Negrão. Este, com proficiência invulgar, trouxe à ~~luz da~~ publicidade a documentação esclarecedora da legalidade da referida Casa de Paranaguá.

Passando ao estudo da moedagem, *puramente* portuguesa, que se encontrava no meio circulante do Brasil na vigência do

---

(14) Conf. *Atas da Câmara da Vila de S. Paulo* (1640-1652) — Vol. V, págs. 389 e 390 — S. Paulo, 1915.

(15) Conf. Francisco de Paula Negrão — *Memória Histórica Paranaense* — Terceira Parte — *As Minas de Ouro da Capitania de Paranaguá*, págs. 95, *usque* 109 — Curitiba, 1934.

século XVI, — podemos assegurar que esse escasso numerário era constituido pelos espécimes, lavrados nos governos de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, acrescido esse numerário dos exemplares lavrados, na Casa de Lisboa, pelo governo espanhol em face da anexação da Coroa portuguesa, cujo periodo compreende 60 anos de jugo espanhol.

O primeiro documento positivando a circulação metálica no Brasil dentro da vigência do século XVI, referido, é a Provisão de 3 de março de 1568. Nesse documento, El-rei D. Sebastião baixa o valor da moeda de cobre que estava circulando no reino e na Conquista portuguesa na América. Era esse monetário *primevo* constituido dos seguintes espécimes de cobre, valores 10 *reais,* 5 *reais,* 3 *reais* e, finalmente, a moeda denominada *real*: — pouco interessa ao caso *sub judice* que os espécimes monetários lavrados pela Casa Monetária de Lisboa tivessem se infiltrado ou não em qualquer das Feitorias aquí fundadas.

El-rei D. Sebastião, informado da grande falsificação do cobre, de procedência estrangeira, que estava na circulação quer no reino, quer na Conquista (o Brasil), baixa a referida Provisão de 13 de março de 1568, reduzindo o valor da moeda de cobre que estava em curso. Assim a moeda de 10 *reais* ficou valendo 3 *reais ;* a moeda de 5 *reais* passou a ter o valor de um *real e meio ;* a moeda de 3 *reais* somente seria aceita pelo valor de um *real* e, finalmente a moeda de *real* foi invertida em *meio real* apenas.

Com a publicação desta Provisão, com força de lei, foi proibida a lavratura da moeda de *real,* bem como as moedas de dez, cinco e três *reais* não mais foram lavradas por desnecessárias, uma vez que o governo havia baixado o valor de todas que estavam em circulação, obrigando-se ainda a indenizar o prejuizo sofrido pelo particular que havia aceito moeda de cobre *falsificada,* no estrangeiro, e cuja moeda *falsa* tinha entrado em proporção assustadora, tanto na Metrópole como no Brasil, segundo já nos referimos.

Em face do exposto, vê-se que a Provisão determinou a baixa da moeda de cobre lavrada para a circulação, determinando ainda mais, — fôsse recebida com os valores reduzidos que ficavam tendo em todos os

> *"Reynos e Senhorios, e que pessoa algũa as não engeite sob as penas contheudas em minhas ordenações"...*

A referida Provisão, chegando à cidade do Salvador, Baía de Todos os Santos, depois de consertada com o próprio ouvidor geral e já transladada nos livros da Câmara pela certidão recebida de Lisboa, passada a 29 de março de 1568, referido, foi registada na Baía a 17 de setembro do referido ano. Uma vez publicada nas

Capitanias de Porto Seguro, S. Vicente, Espírito Santo e Rio de Janeiro — como foi, — ficou a citada Provisão em vigor segundo vimos acima.

Já o Arquivo do Distrito Federal tinha publicado, em 1928 (16), a citada Provisão real chegada por certidão ao Brasil.

Convem referir que, em 1560, a carta régia de 11 de julho havia proibido a lavratura das moedas de 10 *reais* e de *real,* continuando o fabrico do *ceitil,* porem este de peso maior que era fabricado anteriormente, tanto que tinha o peso de 25½ graos em vez de 18 grãos. A mesma carta régia mandava fabricar, de novo, a moeda de 5 *reais,* do peso de duas oitavas e do tipo de 10 *reais,* o que implica dizer: a moeda era da mesma gravura de 10 *reais,* mudava apenas o *X* em *V,* que era o novo valor para o curso. Em 1564 descobriu-se a introdução no Reino de grande quantidade de moeda de cobre falsificada, vinda do estrangeiro, segundo já declaramos acima (17).

A lei de 22 de outubro de 1566 proibiu, porisso, a cunhagem das moedas de 10, 5 e 3 *reais,* mandando que se continuasse com a lavratura dos *ceitis* e, ainda, é novamente autorizada a fabricação do *real,* tendo este nova gravura tanto que de um lado vinha o s coroado, e do outro, em quatro linhas, — R — SEBAST — IANVS — I.

E' o exemplar de N. 35, Est. XXI, de Aragão, pág. 286 — Obr. cit., referida.

Sendo muita a moeda de cobre *falsificada,* que circulava no Reino, com natural infiltração no meio circulante da Colônia, tornou isso dificil o distinguí-la da verdadeira; o governo toma a seguinte medida fiscal: reduz o preço da moeda de cobre que circulava quer no Reino, quer na Conquista — o Brasil. Essa redução é o que constituiu, de *pleno jure,* a baixa da moeda consubstanciada na citada Provisão de 3 de março de 1568, dando lugar a que não mais fosse fabricado o *ceitil.* Em face do exposto, é concludente que a deliberação régia obrigando os povos a aceitar a baixa da moeda decretada houvesse um meio habil para contrabalançar o prejuizo que lhes advinha de semelhante resolução governamental.

Foi por isso que o próprio rei, decretando a baixa, mandou abater, anualmente, nas sizas 30 mil *cruzados, que se reparterião soldo a liura pelos almoxariffados* (18).

---

(16) Conf. O Livro primeiro de *Ordens e Provizoens Reays* (Publicação do Arquivo do Distrito Federal), págs. 37, *usque* 41 — Rio, 1928.

(17) Conf. Teixeira de Aragão — *Moedas cunhadas em nome dos reis regentes e governadores de Portugal.* Tomo I, pág. 286 — Obr. cit., Lisboa, 1874.

(18) A risca, proporcionalmente (Viterbo, *Elucidário,* Tomo II, página 329, — *apud* Teixeira de Aragão, conforme se vê à pág. 287, da sua referida obra).

E ainda mais :

Determinou El-Rei que nas localidades onde não houvesse pagamento de sizas, *a satisfação da parte que lhes* (aos povos) *coubesse da dita quantia em outros direitos dos que pagavam, por tanto tempo, que ficasse descontada a quebra, que os povos recebião pela baixa das ditas moedas. E que as moedas que, de fora do regno eram mettidas n'elle, corressem nas valias atras declaradas* (19).

Legalizou, por tanto, o governo português a própria moeda *falsa* para a circulação do Reino e Conquistas (20).

E' claro que, em face da baixa da moeda, o cobre amoedado ficou mais barato do que se fosse em barra (21).

Foi esse o meio habil que obrigou o particular a não mais falsificar a moeda, pois o cobre em barra, ficando mais caro do que o amoedado, ao certo, nenhum lucro daria no caso de ser continuada a falsificação descoberta, como foi, em 1564. Alem da falsificação procedida na moeda de cobre, houve tambem a falsificação da moeda de prata (*tostão,* do próprio rei D. Sebastião) e ainda das peças de ouro de *10 ducados portugueses* (Aragão, NOTA 6), — Arquivo Nacional, gaveta 13, maço 7, N. 4. Impresso em Anvers em casa de Ægidio Diest. 1564, 8.º Machado, *Mem. de El-Rei D. Sebastião,* tomo II, págs. 447 a 451 (22).

Como ilustração, — anexamos as figuras de Ns. 1, 2, 3 e 4, representativas das moedas de cobre, valores: 10 *reais,* 5 *reais,* 3 *reais* e *real,* que estavam em circulação no Brasil desde o século XVI, e cujos espécimes monetários tiveram de circular com a baixa decretada pela Provisão de 3 de março de 1568, referida, sendo que, anteriormente à medida decretada, é claro que circulavam com os próprios valores com que foram emitidos. Os exemplares ilustrados, lavratura da Casa Monetária de Lisboa, foram emitidos pelo próprio governo de D. Sebastião. E' claro que, alem destes espécimes, circulavam outras moedas de cobre, inclusive as que foram lavradas no reinado de D. João III, etc...

Segundo a informação prestada pelo numólogo Saturnino de Padua, circularam moedas de ouro, francesas, no Brasil, ainda na

---

(19) Conf. Duarte Nunes de Leão — *Leis extravagantes,* parte V, título VIII, lei VI.

(20) Conf. o Documento N. 65, inserto, em Teixeira de Aragão, Tomo I, — Obr. cit., pág. 418.

(21) Conf. Manuel de Faria e Sousa — *Europa portuguesa,* Tomo III, parte IV, cap. XI.

(22) Conf. Teixeira de Aragão, Tomo I — Obr. cit., pág. 287.

vigência do próprio século XVI. Vejamos, para o caso, o que ele nos diz :

> "... porque, houve a França Antartica, a creação do Almirante Coligny ; e na Guanabara, acantonadas as tropas do comando de Willegaignon, foi moeda legal o ouro de Henri II como nos conta Mr. de Bulez, que, ao deixar o reducto da ilha das Palmeiras, para se instalar em terra com funções de governador, d'ali trouxe grande somma de *cruzados* (*demi — Henri d'or*)" (23).

Não deixa essa informação de ser ponto de referência dentro da História Monetária que nos lega o século XVI, — caso houvesse, de fato, circulado na efêmera França Antártica, período de 1555 a 1558, a moeda de ouro denominada *cruzado* (*demi — Henri d'or*), segundo a informação prestada pelo referido munólogo.

Vejamos que tipo de moeda era esse — Moeda de ouro, *Henris*, ou *Enricos de oiro*. (Henrique II — 1547 a 1559). Era, portanto, moeda legal de França, valia 400 réis (24).

E ainda: *Demi-Henri d'or*, de HENRICVS. 2. D. G. FRANCOR. REX. Buste couronné..., Poids: 1,70 (25).

Ao lado do escasso numerário, acima referido, ainda nos diz Frei Vicente do Salvador que:... "no rio das Caravelas tem muito *zimbo, dinheiro de Angola*, que são uns buziozinhos mui miudos de que levam pipas cheias e trazem por ellas navios de negros" (26).

E' de lamentar que esse molúsco univalve, que existia no Congo, em Angola e na Baía, referido em Frei Vicente de Salvador, não tivesse valor (conhecido ou determinado uma vez que era aceito no troco, mau grado o + ter sido mercadoria *monetizada*. como vimos. Não resta, entretanto, a menor dúvida que esse molúsco era na época aceito, como dinheiro, servindo até para compra de escravos.

Remontando ao governo de Manoel Telles Barreto, período de 1583 a 1587, — vemos que nessa época o Brasil encontrava até no seu numerario a moeda espanhola, — *reales* castelhanos, em face do comércio que era mantido com o Rio da Prata.

---

(23) Conf. Saturnino de Padua — *Guia do Colecionador de Moedas Brasileiras*, pág. 24 — Rio de Janeiro, 1928.

(24) Conf. *Dicionário Universal das moedas* (Obr. de um anônimo) — Lisboa, M.DCC.XCIII (1793).

(25) *Apud* Hoffmann — *Les monnaies royales de France*, pág. 116 — *Monnaies françaises* — Pl. LXV, N. 7 (monnaies d'or) — Paris, 1878.

(26) Conf. Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil* (1500-1627) Terceira edição revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, — pág. 99 — S. Paulo, 1931.

—E' que a História, fonte auxiliar da Numismática, empresta o melhor testemunho a essa nossa afirmativa. Senão vejamos o que ela nos diz :

"Do Rio da Prata costumam a navegar — diz o autor dos "Diálogos das Grandezas do Brasil", muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito *reales* e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, baía de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as tais cousas por fazendas das sortes que lhe são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra vez viagem para o Rio da Prata" (27).

E mais :

François Pyrard, de Laval, *Voyage, seconde partie,* 544-545, Paris, 1615, assim se expressa em relação as moedas de prata castelhana que viu na Baia : —

> "Je n'ay iamais veu pays — escreveu — où l'argent soit si commun qu'il est en cest endroict du Brezil, & y vient de la riviere de la *Plata,* qui est a cinq cens lienës les pieces de 5 sols. & de 6 blãcs, pour les vendre lá mais seulement des pieces de *huict,* de *quatre* & de *deux reaux ;* dôt le denny vaut 5 s. & recherchent en Portugal les pieces de 5 sols. & de 6 blãcs, pour les vendre lé pour petite monnoye, & y ont du profit. Car ils usent fort peu d'autre monnoye que d'argent" (28).

De fato o cronista Pyrard de Laval tinha se admirado de jamais ter visto país — onde a prata fosse tão comum, como isso é o caso no Brasil e que era oriunda da margem do Prata, que fica a quinhentas léguas desta baía. Admirava-se de não ver moeda pequena, isto é, miuda (referindo-se às frações um e meio real), porem somente peças de oito, de quatro e de dois *reales ;* dos quais o meio (real) vale 5 sols e em Portugal se procuram as peças de 5 sols e de 6 brancos afim de vendê-las lá por moeda pequena, e que disso tem lucro. Pois eles empregam muito pouco outra moeda que não seja prata.

De fato: a circulação monetária do Brasil no século XVI e, ainda, no século XVII estava (completa) dessa moeda castelhana, — *reales.*

(27) Conf. *Diálogos das Grandezas do Brasil,* pág. 144 — Edição da Academia de Letras — Rio, 1930.

(28) Conf. *Diálogos das Grandezas do Brasil* — Obr. cit., pág. 167.

Hermann Wätjen (tambem) (no-la) afirma :

"O medo da armada hespanhola. que, desde alguns mezes annunciada, surgiu afinal nas Costa da Nova Hollanda em Janeiro de 1640, para soffrer o inesperado destino — argumenta Wätjen —, que a aguardava, e a espectativa de novas incursões por parte dos bandoleiros inimigos, fizeram com que a maioria dos habitantes do paiz enterrasse, em segurança, o seu dinheiro de contado, especialmente as moedas de alto valor, os apreciados *reaes de prata espanhoes*".

Como vimos, — o numerário, no Brasil, era constituido em sua mor parte pela moeda castelhana deixada pela consequente ocupação espanhola, período de 1580 e 1640. Depois, essa circulação dos *reales* ainda permaneceu durante muitos anos, podendo assegurar-se que ainda, no século XVIII, não foi pouca a moeda castelhana que entrava na circulação da Colônia.

Não obstante terem circulado até as moedas de *necessidade* e *obsidional*, lavradas em Recife de Pernambuco, nos anos de 1645 e 1646, valores de XII, VI e III florins — respectivamente 12, 6 e 3 florins, — é lógico que estes espécimes ao lado do numerário português, espanhol, francês (moedas de ouro de Henrique II) não constituiram um numerário, *propriamente* feito para a circulação especial da Colônia, pois esse numerário estrangeiro tinha valor que lhe era reconhecido no País de origem.

Depois da Restauração de Portugal, elevado o Duque de Bragança ao trono português, em 1640, é que o Brasil começou a ter o seu numerário mais adstrito à sua circulação. Exemplo dessa afirmativa temo-lo no Alvará de 26 de fevereiro de 1643 que determinou a contramarca dos *reales* castelhanos que estavam circulando na Conquista portuguesa da América. Esse Alvará, legislação comum à Metrópole e à Colônia, determinou que nas cidades da Baía (sede do governo), no Rio de Janeiro e no Estado do Maranhão, fossem contramarcados os *reales*, com os seguintes valores, — 480 e 240 réis. Para este *desideratum* foram levantadas Oficinas Monetárias na Baía e Rio de Janeiro, porque o Estado do Maranhão ainda estava até 1644 sob o jugo holandês. Na prática o governo do Rio de Janeiro facultou a Capitania de S. Paulo *marcar* a moeda espanhola. Com essas três Oficinas Monetárias que trabalharam no período de 1644 a 1645 teve o Brasil a sua primeira moeda de necessidade ou de emergência. Depois, isto é, no governo do conde Castello Melhor, em 1652, foi reproduzida a *marca*

(29) Conf. Hermann Wâtjen — *O Dom'nio Colonial Holandês no Brasil*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, pág. 325 — S. Paulo, 1938.

aplicada na moeda castelhana, valores 480, 240 réis,e etc.: convem ressaltar que esse titular mandou proceder a referida marca na moeda espanhola sem que tivesse autorização do governo da Metrópole. Agiu, portanto, esse titular por sua alta deliberação. Foi essa segunda marca realizada, em 1652, *oficiosamente* feita apenas no Brasil, pelo fato da metrópole não mais tratar de *marca* na moeda castelhana, tanto que El-rei D. João IV mandou recolher à metrópole toda a moeda castelhana que estava circulando no Brasil devido a falsificação dos *reales* que, fraudados, na liga, estavam em contato com o meio circulante quer na metrópole, quer no Brasil. Castello Melhor, não cumprindo a ordem de El-Rei, que queria transformar os reales em *Cruzados* (como fez, na metrópole), delibera mandar proceder a essa segunda *marca,* no Brasil, como vimos acima.

Em 1663, o conde de Obidos tendo ordem do governo da metrópole faz, na Baia, sede do governo, o Regimento para a contramarca da moeda que estava na circulação do Brasil, aplicando as leis de 20 de novembro de 1662 e de 22 de março de 1663. A primeira mandava elevar a moeda de ouro de *quatro cruzados, dois cruzados* e o *quarto,* que valiam 3$500, 1$750 e 750 réis, respectivamente. Assim, com as novas *marcas,* foram aumentadas de valor para a circulação passando a 4$0, 2$0 e 1$0 réis, respectivamente.

A segunda lei, de 22 de março, referido, tratava do levantamento na moeda de prata, tanto portuguesa como espanhola ; de forma que a pataca espanhola que tinha sido marcada com o valor de 480 réis passou a valer 600 réis ; o cruzado passou a valer 500 réis ; a meia pataca, que tinha a marca de 240 réis, foi elevada a 300 réis. E' desnecessária a descrição de todas as marcas feitas na prata que estava em circulação, pelo fato de alongar o nosso comentário, caso assim tivessemos de proceder.

O que é verdade inconteste — e ninguem o nega —, é que, no Brasil, circulavam quase todas as moedas de ouro e prata lavradas na metrópole desde os governos de D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, D. Filipe I, D. Filipe II, D. Filipe III (período da ocupação espanhola, 1580-1640), D. João IV (à excepção talvez da moeda da *Conceição*), D. Affonso VI, D. Pedro II, quer como príncipe regente quer como rei, cujo período vem 1667 a 1706.

Alem do numerário atinente a estes reinados, — convem ressaltar que inúmeras foram as contramarcas recebidas pelos especimes monetários que estavam na circulação durante a vigência do século XVII. Assim, não é desnecessário acrescentar que as *marcas* de 600 réis, 500 réis, 480 réis, 300 réis, 250 réis, 240 réis, 200 réis, 150 réis, 125 réis, 80 réis, 75 réis, 60 réis:e, ainda, as contramarcas de 640 réis, 320 réis, 160 réis..., aplicadas nas

(120 reis, 100 reis)

patacas espanholas.e suas frações, em face da determinação do Alvará de 13 de março de 1676 consubstanciada na Provisão de 23 de maio de 1679. — foram as moedas de *necessidade* ou de *emergência* que ficaram por muito tempo em contato com o meio circulante do Brasil até que o governo português resolveu fazer a moeda *especial* para o Brasil, criando pela primeira vez (na Colônia) Casa de Moeda, na cidade da Baía, *ex-vi* dos termos da lei de 8 de março de 1694.

E' o surgimento no meio economo-financeiro da moeda metálica denominada *provincial*, com os valores seguintes: 4$000 (moeda), 2$000 (meia moeda) e 1$000 (quarto de moeda ou quartinho). Isso na moedagem do ouro, título de 22 quilates.

Na prata, foram lavrados os seguintes espécimes: — 640 réis (duas patacas), 320 réis (pataca), 160 réis (meia pataca), 80 réis (quatro vintens), 40 réis (dois vintens) e, finalmente, o valor de 20 réis, denominado, — *vintem*.

Foi o "Assento" de 5 de janeiro de 1695 que estabeleceu a forma da moeda provincial. A lei de 8 de março de 1694, referida, criou a moeda *provincial*, — porem o citado "Assento" de 5 de janeiro, aludido, é que designou, como vimos, a *forma* da moeda pela primeira vez lavrada no e para o Brasil.

E' claro que não nos cumpre descrever esse numerário lavrado na Baía, Rio de Janeiro e Pernambuco, uma vez que esse assunto é, por assim dizer, alheio ao *objetivo* de nossa *Memória*, — "A gênese da Numismática Brasileira", Séculos XVI e XVII. Cumpre-nos dizer que pusemos de lado a questão do *cordão* e *marca*, da lei de 8 de julho de 1686: — muito embora houvesse aplicação, em 1688, no Brasil. E' que a *marca* e o *cordão*, medida fiscal para coibir o cerceio da moeda, — ~~declarou~~ não estabelecia novo valor para a circulação.

Sendo principal objetivo da presente *Memória* o estudo da moeda metálica, *propriamente* dita, — é claro que seria alongar o nosso trabalho, caso tivéssemos de tratar do algodão, cravo, cacau, açucar, tabaco, e até do algodão, mesmo transformado em pano para pagamento dos soldos da tropa no antigo Estado do Maranhão (30).

Foram, de fato, mercadorias ou gêneros monetizados; e assim esse assunto deve ser matéria para monografia especializada.

Já o erudito GAYOZO havia tratado, com proficiência invulgar, da produção do algodão que os naturais daquele Estado "fiavão e

(30) Conf. João Francisco Lisboa — *Jornal de Timon*, Vol. III, página 403, *usque* 408 — S. Luiz do Maranhão, 1865.

Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

Fig. 4

Moedas de D. Sebastião:

reduzido a novellos, e rollos de pano, formavão o representativo *da moeda...*", (31).

Ainda em 1774 o novelo de fio foi *monetizado,* no Ceará: — e a antiga Câmara de Soure, em 1778, em vereação de 1 de fevereiro, ordenava que *corresse como dinheiro* na referida Vila (de Soure) o fio de vintens e libras...", decretando até medidas para que o novelo de fio não fosse *falsificado* (32).

E' ainda sabido que o algodão e o açucar foram os principais produtos monetizados na vigência dos séculos XVII e XVIII: — não sendo desnecessário acrescentar que, de 1642 a 1646 o Senado da Câmara do Rio de Janeiro obrigou a aceitação do açucar branco como se fosse *moeda metálica sonante,* deliberando que o mesmo valesse 800 réis a arroba. Sabe-se até que o açucar mascavo era aceito no troco ao preço de 400 réis a arroba: e era obrigatória a aceitação (no. troco) de ambos.

Com referência ao numerário dos holadenses, período de 1645 a 1654 (33), apenas abordamos esse assunto, ligeiramente, porque os espécimes de prata, com o valor de XII *stubers...*, são peças *unifaces,* não trazendo a palvra — BRAZIL —, como se vê da cunhagem das moedas de ouro lavradas para a circulação *anormal* do Brasil-Holandês.

Nem é acreditavel que o governo português, depois da Capitulação assinada na Campina de Taborda, em 1654, permitisse

T. 1637-E-41 — MOREL — 27-8-1941 — Corpo 10, Medieval

a cunhagem da prata pela Companhia das Índias Ocidentais, — *"Geoctroyeerde Westindische Compagnie"*.

Duby (34), por exemplo, classifica como moeda *obsidional* o *pseudo* espécime, *uniface,* com valor de XII *stubers.* Ao nosso ver não passa esta peça — como outras congêneres —, de simples vale metálico que seria resgatado na própria Holanda pelo respectivo portador.

Não foi feito, portanto, como moeda de *emergência* para a circulação. E' sabido que, na fase do domínio holandês, circulava até a moeda metálica lavrada na própria Holanda, isso muito antes da limitada cunhagem dos *florins* feita em Recife de Pernambuco.

---

(31) Conf. Raymundo José de Souza GAYOZO — *Compêndio histórico politico dos princípios da lavoura do Maranhão...*, — Paris, M.DCCCXVIII.

(32) Barão de Studart — *Datas e fatos para a História do Ceará* — *Apud* — Eusebio de Sousa, *in* artigo *Numismática Cearense,* inserto, no "Almanack "Eu Sei tudo" para o ano de 1922, pág. 127, *in principio*.

(33) Conf. Mr. Gerard Van Loon — *Histoire metallique des XVII provinces des Pays-Bas...*, Tome second, pág. 283 — Haye, M.DCCXXXII (1732).

(34) T'obiesen Duby — *Recueil général des pièces obsidionales et de nécessité*. — Pièces obsidionales. Pl. 16 — A Paris, M.DCC.LXXXVI (1786).

Wätjen (35), de maneira clara, rememora essa época vivida dentro da História Monetária do Século XVII.

O *pseudo* espécime de prata de XII *stubers* descrito como moeda, por Duby, é tambem referido pelo saudoso historiador, barão de Porto Seguro (36).

Lamentamos que o grande historiógrafo em apreço nem de leve houvesse feito a menor referência à lavratura da moeda de ouro feita em Recife, em 1645, pela Companhia das Índias Ocidentais: — cujo espécime, extremamente raro, constitue, na técnica-classificativa, a moeda de *necessidade* ou de *emergência*, sem dúvida feita pela primeira vez no Brasil.

Pelo menos o grande historiador silencia a respeito...

ALFREDO SOLANO DE BARROS
(*Conservador cl.* **J** *do Museu Histórico*)

Alfredo Solano de Barros.

Revisto, em 8 de Agosto de 1942.
Solano de Barros.

(35) Hermann Wâtjen — Obr. cit., págs. 324, e seguintes.

(36) Conf. *História das lutas com os holandeses no Brasil — Desde* 1624 *a* **1654** — Pelo autor da História Geral do Brasil, barão de Porto Seguro. Nova edição melhorada e acrescentada, pág. 315 (Livro nono) — Lisboa, 1872.

LENÇO COMEMORATIVO DA REPÚBLICA RIOGRANDENSE

O Museu Histórico possue como curiosa relíquia um raro exemplar dos lenços de seda comemorativos da malograda República Riograndense. Esses lenços foram mandados estampar nos Estados Unidos por Bernardo Pires, então morador na cidade de Piratini, e a primeira vez que alí apareceram, por ele mesmo oferecidos, foi a 3 de outubro de 1843 (1), segundo informe do oficial coevo, major João Batista Rodrigues Pereira. São de grande formato; e suas cores, embora esmaecidas pelo tempo, parece não terem sido berrantes. Sua descrição sumária é a seguinte :

No centro de um quadro, as armas da República Riograndense, tendo em volta as datas das principais vitórias farroupilhas; dos lados, dentro de um redondo, circundados de um ramo de mate e outro de trigo, dois barretes frígios; na parte superior, um anjo alado, e, na parte inferior, dentro de um oval, um barco de velas abertas. Em cada um dos quatro ângulos duas bandeiras da República entrelaçadas; e, na orla, os versos :

Nos ângulos do Continente (2)
O Pavilhão tricolor
Se diviza sustentado
Por liberdade e valor.

---

(1) Esta data nos faz lembrar o nome de um clube politico miiltar surgido no Rio de Janeiro com o movimento revolucionário de 1930, e extinto em 1935.

(2) Nas notas ao "Processo dos Farrapos", dá-nos Aurelio Porto os melhores informes sobre a antiga designação de "Continente" aplicada ao território do Rio Grande do Sul. Escudado na documentação daquela época, refuta a opinião de Varnhagen, geralmente aceita, de ter essa designação se originado do fato de que entre os primeiros povoadores do território levados por Silva Paes, alguns seriam da ilha de Santa Catarina. "Nem podemos de outro modo explicar, conclue Varnhagen, o nome de *Continentistas* com que desde o principio (e nem que por antítese a *Ilhéus*) vemos

Logo abaixo do escudo, três letras — S. G. C. — cuja significação, segundo explica Varella, é: Salve, glorioso continente.

Limita o quadrado uma barra combinada das cores azul e amarela, em ângulos.

Não cabe aquí descrever e comentar o escudo d'armas, cujos símbolos maçônicos foram sobejamente postos em relevo pelo Sr. Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico. Limitar-nos-emos a chamar a atenção sobre a bordadura do escudo contendo a inscrição — REPÚBLICA RIOGRANDENSE 20 DE SEPTEMBRO DE 1835 — e sobre a divisa em baixo do mesmo — LIBERDADE IGUALDADE HUMANIDADE — Tanto a inscrição como a divisa não aparecem no primitivo escudo d'armas, como nos confirma Mansueto Bernardi em sua conferência "Bandeira Nacional e Bandeiras Estaduais": "No escudo que Alfredo Varella reproduz nas *Revoluções Cisplatinas,* e que diz ser o verdadeiro (3), cópia exata do que figurava no Ministério do Interior da República, não aparece a inscrição, nem a divisa, que começou a figurar no cabeçalho do

---

começarem a denominar-se os moradores do Rio Grande (Hist. Geral do Brasil — Vol. II — 855 — 2.ª ed.).

Mas, comenta Aurelio Porto, Silva Paes não trouxe consigo um só morador da ilha de Santa Catarina. Os povoadores procediam do Rio, Minas, da Baía, ou da Colônia do Sacramento. Poderia se supor que a denominação referida partisse da grande leva de açoritas, casais de número, que entraram no Rio Grande a partir de 1747. A denominação, porem, já existia, sendo contemporânea da administração de Silva Paes, ou talvez mesmo anterior a ela.

"Em documentos anteriores a 1737, a não serem as referências do Conselho ultramarino, ainda o Rio Grande não se denomina *Continente*". Era a "Capitania d'El-Rey", *por nunca haver pertencido a donatário,* segundo Southey (Hist. do Brasil), ou a "Capitania de S. Pedro d'El-Rey, como era conhecida desde 1620", segundo Oliveira Martins (O Brasil e as Colônias Portuguesas). Depois se dizia "pampas de Viamão", "Campos de Viamão, "Pampas", "Campanha" (A. Porto).

Já em 1730 (19 de abril) refere-se o Conselho "aos vassalos de V. Majestade, *continentes* naquele País", e em 1736 (2 de janeiro) ao "Continente de V. Majestade".

As referências de Gomes Freire são mais precisas quanto à parte do Rio Grande não compreendida pelo presídio (posto militar na barra do Rio Grande, denominado Jesus Maria José). Em carta dirigida ao comandante do presidio, Diogo Osorio Cardoso, datada do Rio, 22-IX-1744, escreve: "Continente desse Estabelecimento".

"Assim, explica A. Porto, *Continente* seria a região que não fazia parte do *Presídio,* significando *pegado, junto, contíguo*. Terra continente com o Presídio, segundo o linguajar do tempo. A costa a que se refere Gomes Freire, era a Tramandaí, pertencente à jurisdição de Laguna, isto é, da Capitania de S. Paulo, ao passo que o Presidio do Rio Grande estava subordinado à capitania do Rio de Janeiro".

Em 1835 ainda era comum essa designação.

(3) Não é conhecida a data da sua criação. "Simultaneamente ou mais tarde com a bandeira tricolor, diz A. Varella (História da Grande Revolução III — 350), o que se ignora, se decretou o desenho do escudo de armas com que o novo Estado se distinguiria entre os congeneres do mundo".

Não parece haver dúvida

jornal *O Povo* (4) de Caçapava, 2.ª capital da República, a partir do n. 46, de 6 de março de 1839". Mansueto Bernardi, porem, não menciona as notas fiduciárias já contendo a referida inscrição, emitidas por decreto de 8 de julho de 1838.

Cabe a autoria do escudo d'armas, assim como da bandeira da República dos Farrapos, ~~segundo se presume~~, ao conde italiano Tito Livio Zambeccari (5), embora julgue Aurelio Porto, à falta de dados mais precisos, ser de Bernardo Pires o plano do escudo e do conde o plano da bandeira. Para esta suposição baseou-se ele nas memórias narradas por Bernardo Pires em Pelotas, na avançada idade de 101 anos, e poucos meses antes de falecer (9 de novembro de 1891), as quais foram publicadas pelo jornalista pelotense Antonio Rodrigues de Souza em 24 de julho de 1891. Recorda o venerando ancião fatos de sua vida militar, sua atuação na malograda república. Diz que nasceu no Herval onde assentou praça em 1811, servindo no corpo de legionários da guarnição de Jaguarão. Interpelado sobre a bandeira das forças farroupilhas, cuja autoria lhe era atribuida, narra: "Essa bandeira, senhores, tem uma história que me orgulha. O plano pertence ao major José Mariano de Matos (6), meu velho amigo, *mas o desenho e todo o trabalho de arte é meu.* (O grifo é nosso). "Nunca estudei desenho, como nunca estudei cousa alguma, mas essa obra que aí veem é minha. Os amores-perfeitos que circulam as armas de guerra foram desenhados por mim e simbolizam estas palavras memoraveis: "Doçura e Firmeza. Essa bandeira foi organizada no ano em que se imprimiu em Piratini a moeda-papel da

---

(4) *O Povo* fundado a 1.º de setembro de 1836, jornal politico literário e ministerial da República Riograndense. Com a mudança do governo para Caçapava, alí torna a aparecer a 6 de março de 1839, trazendo no cabeçalho a legenda: Liberdade, Igualdade, Humanidade. Seu último número é de 3 de maio de 1840.

(5) "Natural de Bolonha, liberal extremista, filiado ao carbonarismo. Condenado à morte em sua pátria, refugiou-se na Espanha, onde combateu o despotismo de Fernando VII, passando depois para a Inglaterra e dali emigrando para as Províncias do Prata. Apareceu em Porto-Alegre em 1831, onde se filiou ao partido que pregava abertamente a revolução.

A proclamação de 24 de março de 1836, uma das mais notaveis do chefe revolucionário Bento Gonçalves, foi obra da mentalidade de Zambeccari.

A 4 de outubro de 1836, o chefe revolucionário sofrera uma grande derrota na batalha naval da ilha do Fanfa. Prisioneiro com todo o seu estado-maior, do qual fazia parte Zambeccari, foi o chefe farroupilha encerrado com seus companheiros na "Presiganga", donde foram transportados para o Rio de Janeiro, sendo encarcerados na fortaleza de Santa Cruz. Zambeccari, transferido depois para a fortaleza da Lage, alí permaneceu prisioneiro durante três anos, findo os quais foi anistiado e recambiado para a Europa.

(6) Natural do Rio de Janeiro, major de artilharia de 1.ª linha, ministro da Guerra do governo republicano, mais tarde brigadeiro do exército brasileiro e ministro da Guerra do Império.

República". Mais adiante diz que soube que o *governo do Estado adotara a sua bandeira*. Depois, falando sobre um jornal de Piratini, declara que Zambeccari era o redator.

Não podemos dar crédito às afirmações contraditórias do velho farrapo. Senão vejamos. Referindo-se à bandeira, confunde esta com o lenço mandado fazer por ele nos Estados Unidos, a ponto de mencionar os amores-perfeitos que enfeitam as extremidades do listel. Ao mesmo tempo, afirma que a bandeira foi organizada na época em que surgiu em Piratini o papel-moeda. Ora, sabemos que o pavilhão farroupilha foi oficialmente hasteado em Piratini, 1.ª capital da República, no dia 6 de novembro de 1836, logo após a eleição do presidente, seguindo-se dias depois o decreto de sua criação (vide texto do decreto no fim deste trabalho). O papel-moeda, conforme já nos referimos, surgiu a 8 de julho de 1838. Uma diferença de quase dois anos. Talvez coincida a afirmativa de Pires com o acréscimo da inscrição no escudo. Mas este último não fazia parte constitutiva da bandeira dos farrapos. Mais tarde, já no Brasil-República, em 1891, foi que o Estado do Rio Grande do Sul, ao adotar para sua bandeira o pavilhão tricolor, acrescentou no centro o respectivo escudo. O que se depreende de tudo isso é que o velho Pires, diante da nova bandeira do Estado, não se lembrava mais da outra.

Ainda outro reparo a fazer. O redator da folha de Piratini mencionada por Pires foi Luiz Rossetti (7), e não Zambeccari ,que nunca lá esteve. Zambeccari exerceu as suas atividades jornalísticas em Porto-Alegre, escrevendo n'*O Continente* e n'*O Republicano*.

Não é, porem, de despresar a referência feita pelo velho farrapo de ter pertencido o plano da bandeira ao major José Mariano de Matos. Talvez, prenda-se a este o acréscimo da inscrição e divisa no escudo. O verdadeiro autor tanto da bandeira como do escudo, insistimos, não parece outro senão Zambeccari. E' o que nos confirma o depoimento de Manoel Ferreira Lobo Barreto (8), no processo mandado instaurar pelo governo da Regência contra os rebeldes presos no Rio de Janeiro. Lobo Barreto declara que, hospedando-se em casa de um espanhol, D. Carlos Maria Huergo, em Buenos Aires, onde estivera durante o mês de outubro de 1835, este lhe comunicara que naquela cidade se havia preparado antes da revolução de 20 de setembro uma bandeira para a República dos Farrapos, e que esta bandeira tinha sido mandada fazer

---

(7) Jornalista italiano, apareceu em Piratini juntamente com José Garibaldi em 1836. Foi o redator principal de *O Povo*, tendo dirigido essa folha do 1.º ao último número.

(8) Coletor na então vila de Rio Pardo.

por Francisco Modesto Franco (9), e que "o plano e emblema da mesma bandeira tinham sido delineados por um italiano de nome Livio Zambeccari". Quer dizer que Zambeccari teria se encarregado tanto do plano da bandeira como do emblema da República ou escudo d'armas. E' evidente. E isto não lhe seria dificil, dadas

Lenço comemorativo da República Rio-Grandense existente nas coleções do Museu Histórico.

as suas tendências para o desenho, como bem atestam duas aquarelas sobre vidro, hoje conservadas no Museu Julio de Castilhos, em Porto-Alegre, por ele feitas quando prisioneiro na "Presiganga" (10).

(9) Natural de Minas Gerais, alto comerciante em Porto Alegre, extremado republicano; membro da Assembléia Constituinte.

(10) Velho casco de navio ou pontão, que, ao largo, em frente a Porto-Alegre, servia de cárcere aos presos politicos da época.

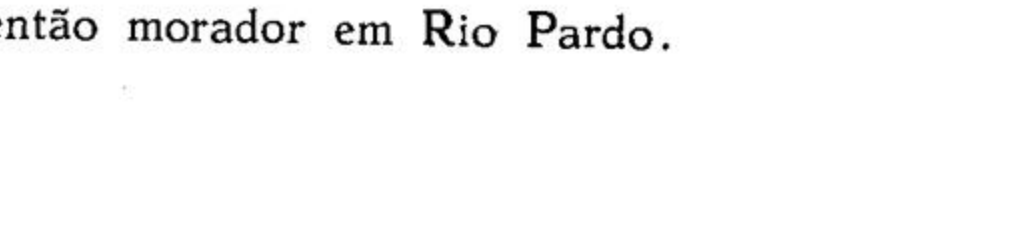
E' curioso notar a analogia dos motivos ornamentais, tambem maçônicos, desses pequenos trabalhos de passa-tempo, com os motivos dos lenços de seda mandados fazer nos Estados Unidos por Bernardo Pires. Até os amores-perfeitos não faltam. E o velho centenário ainda acrescenta: Doçura e Firmeza...

Esta curiosa relíquia da República Rio Grandense é geralmente classificada como sendo um dos lenços usados pelos farrapos ao pescoço, na memoravel revolução de 1835 a 1845. É, porem, um engano. O lenço como distintivo simbólico usado por eles era todo encarnado, com as pontas enlaçadas em complicado tope ou nó, chamado "nó republicano". Esse distintivo, descreve uma testemunha (11) "era um engenhoso laço ou laçada feita nas pontas de um lenço, e era denominado "nó republicano" nos tempos da ex-república riograndense. De ordinário essa laçada era feita nas pontas de um grande lenço de seda encarnada, de cor bem viva, cujo dono o conservava assim atado por muito tempo, enfiando o lenço pela cabeça e deixando o respectivo nó pendente do pescoço, quando o queria usar.

Deste modo duas pontas do lenço, soltas, pendiam sobre as costas, e as outras duas pontas, atadas, pendiam sobre o peito, como se fossem a joia de uma condecoração simbólica. Realmente aquele nó era um símbolo, pois sendo dificil de desfazer, significava, segundo se dizia então, a firmeza das convicções políticas e a inteireza do carater daqueles patriotas...

A maneira de fazer esse laço ou tope nas pontas de um lenço não era, mesmo então, muito conhecida, porque é dificil de aprender, e mais dificil ainda de executar sem ter aprendido".

PAULO OLINTO
(*Conservador cl. I do Museu Histórico*)



---

(11) José Gabriel Terra, então morador em Rio Pardo.

Decreto da Criação da bandeira da República Riograndense

Piratini, 12 de novembro de 1836, 1.º da Independência e da República.

Ocupando já na grande família das nações o lugar que lhe compete, o Estado Riograndense, e convindo que ele tenha um escudo d'armas (*), o presidente da República decreta:

O escudo d'armas do Estado Riograndense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores, assim dispostas:

A parte superior junto à haste verde, e formada por um triângulo izóceles, cuja hipotenuza será paralela à diagonal do quadrado;

O centro escarlate, formado por um exágono, determinado pela hipotenuza do primeiro triângulo, e a do outro igual e simetricamente disposto, cor de ouro, que formará a parte superior.

Domingos José de Almeida (**), ministro e secretário de Estado dos Negócios do Interior, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários.

José Gomes de Vasconcelos Jardim (***)
Domingos José de Almeida.

(*) A bandeira foi denominado impropriamente escudo d'armas.

(**) Natural de Minas-Gerais; deputado à Assembléia Legislativa da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul na vice-presidência do Dr. Marciano Pereira Ribeiro. Foi o organizador da República Riograndense, e, segundo Carlos von Koseritz, "o cérebro da Revolução".

(***) Capitão, vice-presidente da República Riograndense.

BIBLIOGRAFIA

Rev. Inst. Hist. R. G. S. — 1928 — I e II — 90.
Rev. Inst. Hist. — 1923 — III e IV — 223
Rev. Inst. Hist. — 1932 — II
Almanak Alfredo Ferreira Rodrigues — 1904.
Anuário do Estado do R. G. S. — 1892.
Gustavo Barroso — *Hist.ª Secreta do Brasil* — II.
Publicações do Arquivo Público — XXIX.
Assis Brasil — *Hist. da República Riograndense* — 1882 — I.
Alfredo Varella — *Rev. Cispl.* — II — 943.
Julius Meili — *O meio circulante no Brasil.*
Alencar Araripe (Tristão) — *Guerra Civil no R. G. S.*
Clovis Ribeiro — *Brasões e bandeiras do Brasil.*

A JANGADA LIBERTADORA

Uma reliquia desaparecida

Foi o Ceará a primeira província do Império Brasileiro a libertar seus escravos. Disso lhe veio o glorioso apelido de Terra da Luz, dado por José do Patrocinio. No discurso com que José do Amaral fazia entrega da carta de alforria a um escravo, na sociedade "Perseverança do Ceará", no dia 8 de dezembro de 1880, convidava todos os presentes a trabalharem em prol da liberdade do elemento servil. Resultou a criação, mais tarde, da "Sociedade Libertadora Cearense", da qual José do Amaral foi eleito vice-presidente.

Como o movimento abolicionista no Ceará tomasse grande desenvolvimento, os proprietários de escravos procuravam embarcá-los para outras províncias, onde os vendiam. Opuseram-se a isso os marítimos do porto de Fortaleza, em 1881, capitaneados pelo jangadeiro Francisco do Nascimento, cognominado Dragão do Mar. Nesse tempo, os embarques naquele porto eram efetuados em jangadas, e Nascimento, o mestre Chico, como lhe chamavam os companheiros, foi o primeiro a recusar o transporte de negros na sua primitiva embarcação. Essa atitude provocou acesa campanha contra os abolicionistas e a prisão e processo de vários membros da "Sociedade Libertadora" sob a acusação de incitarem a fuga e o roubo dos escravos. Foram, porem, absolvidos pelo juri.

Em agosto de 1881 surge outro conflito com os jangadeiros; começa com maior intensidade a propaganda na imprensa pelo jornal *O Libertador,* que de instante a instante angariava simpatias e popularidade.

Uma placa de ferro existente no Museu Histórico Nacional demonstra que em 1884 já se tinham libertado os escravos da cidade do Acaraú. Essa placa esteve muito tempo na Biblioteca Nacional, de onde foi transferida para o Museu Histórico em 1922. Antes da cidade do Acaraú, a do Acarape, em 1 de janeiro de 1883, libertara seus escravos, merecendo porisso que lhe dessem novo

nome: *Redenção*. Em janeiro de 1884, 28 municípios libertavam os escravos. Continuava a luta para livrar a província do Ceará da ignomínia do cativeiro, a despeito de toda perseguição dos negreiros e do governo. A assembléia provincial vota uma lei proibindo a entrada de escravos nos municípios libertados e a importação dos mesmos.

Em 4 de março do mesmo ano, 50 municípios restituiam a liberdade aos negros, e, finalmente, a 24 de março estava livre o Ceará Festeja-se essa libertação a 25 de março.

A jangada libertadora figura na Numismática Brasileira em duas medalhas comemorativas mandadas fazer pela "Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro", em ouro, prata e cobre, com 31 milímetros de diâmetro.

A primeira tem no anverso, dentro dum círculo central, o dístico D. ISABEL A REDENTORA e, na orla superior: REDEMPÇÃO DO CEARÁ E DO IMPÉRIO DO BRASIL; na orla inferior, 13 DE MAIO DE 1888 — 25 DE MARÇO DE 1884; no reverso uma jangada sobre o mar, vendo-se o sol nascente no horizonte e, em torno a inscrição: SOCIEDADE ABOLICIONISTA CEARENSE DO RIO DE JANEIRO.

A segunda tem no anverso a figura da Liberdade, de pé sobre um pedestal, de braços erguidos, tendo na mão direita um facho aceso e na esquerda uma cadeia partida; em volta, a legenda: REDEMPÇÃO DO CEARÁ — 25 DE MARÇO DE 1884; o reverso igual ao da primeira (figs. ns. 1 e 2).

A jangada, cognominada Libertadora, foi trazida por Francisco do Nascimento, em 1884, para o Rio de Janeiro, e entregue ao Museu Nacional, então dirigido pelo Dr. Ladisláu Neto e funcionando no Campo de Sant'Ana, no prédio agora ocupado pelo Arquivo Nacional.

Sobre a entrega dessa relíquia, manifestava-se da seguinte maneira o jornal de Fortaleza *Pedro II*, em junho do citado ano:

"O préstito dirigiu-se ao cais Pharoux, onde estava a Jangada Libertadora. No banco da frente estava colocada uma chapa de prata com a seguinte inscrição:

"A Sociedade Abolicionista Cearense ao Museu Nacional. Jangada em que Francisco do Nascimento, à frente dos jangadeiros cearenses, fechou o porto da Província ao tráfico da escravatura, em 30 de agosto de 1881. Oferecida em 13 de abril de 1884".

Por todas as ruas por onde passou o préstito, foram inúmeros os vivas e aclamações do povo. Às oito horas chegou a jangada ao Museu Nacional, levando atrás de si uma cauda de cerca de 20.000 pessoas.

REDEMPÇÃO DO CEARÁ
E DO IMPERIO DO BRAZIL
D.
ISABEL
A
REDEMPTORA
13 DE MAIO DE 1888
25 DE MARÇO DE 1884

SOCIEDADE ABOLICIONISTA CEARENSE DO RIO DE JANEIRO

REDEMPÇÃO DO CEARÁ 25 DE MARÇO DE 1884

SOCIEDADE ABOLICIONISTA CEARENSE DO RIO DE JANEIRO

A comissão que foi entregar a heroica jangada foi recebida pelo Dr. Ladisláu Neto. Por essa ocasião, o Dr. Melo e Oliveira pronunciou o seguinte discurso :

— "Sr. diretor do Museu Nacional. A Sociedade Abolicionista Cearense do Rio de Janeiro vem, incorporada em marcha cívica, confiar à vossa guarda a legendária jangada em que Francisco do Nascimento, o modesto filho do povo, fechou o tráfico de escravos na Província do Ceará. E' a vós, cujos méritos científicos teem por tantas e assinaladas vezes ilustrado o nome brasileiro no mundo sábio, é a vós, Sr. Diretor, já por tantas vezes laureado na Europa sábia, que a Abolicionista Cearense entrega a legendária jangada libertadora dos mares do Ceará. Dizei aos viajantes ilustres a lenda da jangada, e com vossa sabedoria referi a sua apoteose.

O Museu Nacional foi o escolhido para a nossa oferenda, pois a Sociedade Abolicionista Cearense não poderia esquecer para esse mister o sacrário de nossas riquezas etnográficas e históricas. Ao vosso coração de brasileiro e à vossa ilustrada sabedoria, a Sociedade Abolicionista Cearense entrega o símbolo da redenção dos cativos no Brasil. Viva Sua Majestade o Imperador ! Viva o ilustre sábio Dr. Ladisláu Neto !".

Em resposta, o Dr. Ladisláu Neto leu o seguinte discurso :

— "No meu duplo carater de inimigo da escravidão e de diretor deste museu, guardarei tambem com duplo acatamento a vitoriosa jangada que primeiro trancou o porto do Ceará às execrandas transações do tráfico de cabotagem no Brasil. Esta jangada é mais do que um especime valioso para as coleções etnológicas do Museu Nacional, porque não lembra simplesmente o batel arrojado em que os primeiros filhos das terras do Norte aventuravam-se destemidos aos marouços do Oceano, até perderem de vista as costas da pátria. Esta modesta jangada vem perpetuar tambem e sobretudo aos olhos da população da capital do Império o primeiro golpe vibrado no monstro da escravidão por um descendente dos heroicos e indomaveis Tupinambás.

O mais glorioso feito da nossa história hodierna estava reservado ao mais tosco batel que singrou os nossos mares ! Benvinda seja, pois, a rude e mesquinha jangada, fatora de tão grande acontecimento |".

"A jangada legendária ficou pertencendo às coleções etnográficas".

Os jornais cariocas de 14 de abril de 1884 noticiaram o acontecimento. A escolha da notícia publicada por um orgão cearense justifica-se por mostrar como alí chegou a nova do caso, alem de documentá-lo como as da imprensa do Rio de Janeiro.

Organizando o arquivo de documentos da Diretoria do Museu Histórico Nacional, fundado em agosto e inaugurado em outubro de 1922, encontramos alguns documentos interessantes sobre essa preciosa relíquia.

A 10 de novembro de 1923, um ano mais ou menos após a fundação do Museu Histórico, era enviado sob o n. 375 o seguinte ofício ao diretor do Museu Nacional:

"Sr. diretor do Museu Nacional. Tendo o escritor cearense Oyama Brigido Bastos enviado a esta repartição um extrato do jornal fortalexiense *Pedro II*, de junho de 1884, que faz menção da entrega ao estabelecimento que sabiamente dirigis da célebre Jangada Libertadora do Dragão do Mar, remeto-vos junto uma cópia do referido extrato, rogando-vos o obséquio de informar-me se, efetivamente, está depositada no Museu Nacional essa gloriosa relíquia histórica. Caso ela aí exista, peço-vos a sua cessão para as nossas coleções, de acordo com o art. 83, § 5.º, do Regulamento que baixou com o decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922. Apresento-vos os protestos de minha consideração e estima. *Gustavo Barroso*, diretor do Museu Histórico Nacional".

A 24 de novembro seguinte, vinha a resposta do Museu Nacional em ofício sob n. 1113:

"Sr. diretor. Em resposta ao vosso ofício n. 375, de 10 do corrente, cientifico-vos que, tendo despertado interesse a esta Diretoria, o caso da Jangada Libertadora, tratei de sindicar do seu paradeiro, visto não achar-se ela incorporada às coleções deste Instituto. Por informação de um antigo servidor desta casa, hoje aposentado, Sr. Eduardo Teixeira de Siqueira, tive conhecimento de ter sido ela mandada para o Museu da Marinha, onde certamente, podereis ter com exatidão todos os informes que necessitardes. Do arquivo deste Museu mandei extrair cópia dos documentos alí existentes e que se relacionam com o caso, conforme se verifica do seu interesse histórico.

Valho-me do ensejo para apresentar-vos os protestos de elevada estima e distinta consideração. *Artur Neiva*, diretor do Museu Nacional".

O primeiro e mais importante documento a que se refere em seu ofício o ilustre dr. Artur Neiva é este:

"Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1884. Ilmo. e Exmo. Sr. Tendo surgido do seio da Câmara dos Srs. Deputados acusações dirigidas contra mim por haver aceitado no Museu Nacional a jangada trazida a esta Corte pelo cearense Francisco do Nascimento, acusações que a imprensa imparcial tentou diluir em frases mais comedidas e mais de molde com aquele severo recinto, permita-me V. Exa. que, abstraindo do que individual-

mente me toca nas referidas acusações, apresente em defesa daquele ato, incorporado atualmente à minha direção neste Museu, a razão em que me baseei para com verdadeira satisfação receber semelhante presente. Esta razão é a seguinte: A jangada brasileira, que muito se aproxima da *balza* dos indios primitivos de Guayaquil, e de alguns afluentes do Alto Amazonas, o uainda do *pripri* dos Caraibas, era a única embarcação de que se podiam servir os indios que habitavam o litoral brasileiro compreendido entre os Abrolhos e o cabo de S. Roque. E o motivo disso é que toda aquela extensa secção da nossa costa tem como antemural, pelo lado do mar e nalguns pontos a muitas milhas ao largo, extensas

Placa da Redenção da cidade de Acaraú. Das coleções do Museu Histórico.

linhas de recifes que a nenhuma outra espécie de embarcação permitiriam lhes singrasse as cercanias. A jangada era, portanto, o mais comum e o mais seguro batel daquelas regiões; e, efetivamente, nem ao norte do Ceará, nem ao sul dos Abrolhos o empregaram jamais os pescadores brasileiros. E, pois que tão curiosa é nesta Corte tão desconhecida embarcação se oferecia à seção etnológica deste Museu, por cujo aumento e prosperidade estou há tantos anos a lidar, como sabe todo o país, graves censuras ao contrário me deviam caber, se eu me houvesse esquivado ao oferecimento que se me fazia. E' verdade que trazia o aludido batel a particularidade de haver iniciado um movimento mais célere na causa da emancipação do elemento servil no Brasil, e que a este

feliz acontecimento me referi na carta que pouco antes havia escrito ao presidente da Sociedade Abolicionista Cearense, e que lhe entreguei como resposta às palavras que, à frente de mais de 2.000 pessoas me dirigiu aquele cavaleiro. Este ato, porem, de que pessoalmente me desvaneço, e que a nenhum respeito destoa do meu carater tão propenso à ordem quanto contrário a doestos, nada tem que ver com o fato oficial que foi de todo o ponto proveitoso a este Museu. No que diz respeito à jangada, continuo a pensar que o duplo interesse, que a ela assim se prende, tresdobra-lhe o valor, motivo pelo qual ainda que atualmente não haja no Museu espaço onde me seja possivel guardá-la, entendo que é objeto de alta importância para a etnografia e mais tarde para a história do país. Deus guarde a V. Exa., Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Ladisláu Neto,* diretor geral do Museu Nacional".

Como se vê do documento acima, o recolhimento da Jangada Libertadora ao Museu Nacional, quatro anos antes de decretada a abolição do elemento servil, suscitou críticas no Parlamento do Império. O Dr. Ladisláu Neto justificou seu ato perante a autoridade superior com elevação e dignidade. Declarou, porem, não ter espaço para expor a preciosa relíquia. Os Museus, em geral, sofrem de carência de espaço, sobretudo para objetos grandes, pesados e rudes como uma jangada.

Dois anos mais tarde, por esse motivo, a Jangada Libertadora foi enviada ao Arsenal de Marinha da Corte, segundo se depreende dum ofício da Inspetoria do mesmo, com data de 6 de julho de 1886, ao Museu Nacional, declarando "aceitar com todo o prazer acedendo ao pedido da Diretoria Geral do Museu, a jangada oferecida pela Confederação Abolicionista Cearense ao Museu Nacional".

Se o Arsenal de Marinha conservou a relíquia ou a enviou ao Museu Naval, não se sabe. A 14 de janeiro de 1932 um decreto do Governo Provisório extinguiu o Museu Naval, cujo magnífico acervo foi recolhido e exposto no Museu Histórico Nacional em tres belas salas. Com os objetos e mostruários, vieram os assentamento e livros de registo e carga. Nada neles se encontra com referência à Jangada Libertadora.

Perdeu-se, assim a mais bela relíquia do Movimento Abolicionista e uma das mais belas, sem dúvida, da história da nossa pátria.

NAIR DE MORAIS CARVALHO
(*Conservador, classe H, do Museu Nacional*)

BIBLIOGRAFIA

MARTIN (PERCY ALVIN) — *"La Esclavitud y su abolición en el Brasil"*.
CAVALCANTI (VISCONDESSA DE) — *"Medalhas Brasileiras"*.
BARBOSA (RUY) — *"Emancipação dos Escravos"*.
DUQUE ESTRADA (OSORIO) — *"O abolicionismo"*.
NABUCO (JOAQUIM) — *"O abolicionismo"*.
PERDIGÃO MALHEIROS — *"A escravidão no Brasil"*.
RODRIGUES (NINA) — *"Os africanos no Brasil"*.
SCHOELCHER (VICTOR) — *"De l'Esclavage des Noirs"*.

700.834

F. 9

MOEDAS COMEMORATIVAS DO BRASIL

Comemorar os fatos mais notaveis na paz ou na guerra é próprio de um povo culto que presa seu passado, que venera seus filhos ilustres.

Das maneiras de comemorar, uma das mais interessantes, talvez a mais popular, e por isso mesmo a mais educativa é a que se faz por meio das moedas.

Desde a antiguidade clássica, encontram-se moedas comemorativas, sobretudo no Império Romano, em cuja série deparamos ao lado do retrato de todos os seus imperadores, tipos alusivos aos fatos da sua história.

Nas comemorações monetárias é preciso distinguir as peças que comemoram um fato que ocorre no momento, daquelas que comemoram um acontecimento que já passou. A intenção nestas duas modalidades difere um pouco porque uma proclama o acontecimento presente, e consagra-o numa lembrança metálica para garantia da sua memória, e a outra relembra e homenagea o que já passou, por ocasião dos seus aniversários.

Da primeira das duas maneiras comemoravam os romanos nas suas moedas, com representações históricas, umas de carater absolutamente positivo e outras com introdução de personagens alegóricos.

A segunda maneira não se enquadra no espírito da antiguidade. E' uma forma de render preito ao passado desconhecida dos povos antigos, é uma criação moderna, é uma expressão dos tempos que passam.

Não há documento na história de um povo que tão bem revele a sua civilização, a sua sociedade, as suas tendências como a moeda.

Num rápido golpe de vista pelas séries numismáticas mundiais é facil observar a fisionomia de um povo, em determinada época, através das suas moedas. Na Grécia antiga, a feição religiosa, pelo tipo constante da figura dos deuses e dos seus símbolos, e o sentimento do belo pela perfeição artística de suas gravuras. Em Roma, durante o Império, o seu espírito político e guerreiro. Na idade média, a rudeza dos tempos pela rudeza das formas monetárias, e

o profundo espírito cristão pela presença constante da cruz e das figuras simbólicas do cristianismo como tipo das moedas num hino de fé, numa oração ardente, numa demonstração de intenso sentimento religioso.

E as séries modernas? Que dirão os povos do futuro quando o nosso século e os que o precederam se tornarem por sua vez a antiguidade? Muito pouco terão que aprender das nossas moedas, sinão algumas datas sem significação, e o valor das peças.

A numismática moderna, isto é, a numismática a partir do século XVI, tem se tornado de uma uniformidade desoladora. Salvo na concepção das efígies, onde a beleza e a semelhança denotam um certo gosto artístico, os tipos das moedas modernas não podem despertar interesse nem artístico nem de nenhuma espécie e serão para o futuro um fraquíssimo auxiliar da história.

Nesta monotonia moderna destacam-se as moedas de comemoração. São no entanto bastante raras as moedas comemorativas nas séries numismáticas e isso se explica facilmente, porque rememorar é uma função peculiar à medalha.

A medalha "objeto de arte destinado a comemorar personagens ou acontecimentos, absolutamente distintos das espécies monetárias tantó pelo objetivo, como pelo tamanho, pela composição, pelo relevo dos tipos", aparece em meados do décimo quinto século. E uma vez que cabe a esta consagrar no metal personagens e acontecimentos, só mesmo excepcionalmente poderia a moeda juntar esta função à sua própria.

No entanto, como já ficou dito, é a maneira mais eficiente de relembrar o passado porque, uma vez que a moeda passa obrigatoriamente de mão em mão, é a que mais se presta a educar o povo no culto da sua história.

A moeda é um maravilhoso meio de instrução popular e patriótica, assim como de educação artística das massas, que os governos modernos começam a aproveitar a exemplo do que vem fazendo com os selos.

Do ponto de vista da moeda em si, as peças comemorativas trazem uma grande variedade de tipos com seus motivos históricos, quebrando a monotonia das séries, a desoladora monotonia, que se vem acentuando desde o século XVI e denota uma ausência de gosto e uma falta de imaginação deprimentes para a nossa época.

Na numismática brasileira, a partir da independência, deparamos várias moedas comemorativas. São quase todas deste século.

Na série imperial só figura a peça comemorativa da coroação de D. Pedro I. No mais, esta primeira fase da nossa moedagem se enquadra nas modernas formas de confecção da peça e da concepção do tipo.

PETRUS I. D. G. BRASILIÆ IMPERATOR
1822 R.

A série de D. Pedro II adquire um interesse especial porque aparece o seu retrato em diversas idades, desde os cinco anos quando se tornou imperador. As moedas da república tem geralmente tipos comuns com figuras da República, da Liberdade, etc.

MOEDA COMEMORATIVA DA COROAÇÃO DE D. PEDRO I

E' a primeira moeda comemorativa da série brasileira e a primeira moeda do Brasil-Nação.

Constitue atualmente uma raridade numismática em virtude do reduzido número de exemplares cunhados nessa primeira emissão.

A primeira moeda do Brasil independente foi especialmente destinada a figurar nas cerimônas da coroação do imperador.

Segundo refere Melo Morais (1), durante a missa que seguiu a unção e coroação do Imperador, no momento do ofertório, D. Pedro desceu do trono e, aproximando-se do celebrante, entregou-lhe a sua oferenda a qual se compunha "de muitas peças do novo cunho do Império".

Portanto, a flor de cunho das primeiras peças do nascente império serviram para o donativo do imperador na cerimonia da missa, reproduzindo um velho uso da igreja que era o de levar ao celebrante, no momento do ofertório, cada um a sua dádiva, o que se fazia nos primitivos tempos em espécie ou em dinheiro.

Descrição da peça :

PETRUS. I. D. G. BRASILIAE. IMPERATOR — Busto do imperador de perfil à esquerda, cabeça laureada. Em baixo no corte do relevo do busto a assinatura do gravador Z. FERREZ. No exergo a data e a letra monetária: 1822 R, entre cruzetas.

Rev) Armas do Brasil-Império — esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo cujos braços separam a legenda IN-HOC-SIG-VIN, circundada de uma orla azul com 19 estrelas de prata, simbolizando as províncias do império, sobre um escudo verde encimado pela coroa real diamantina. Como suporte dois ramos, um de café e um de tabaco, unidos por um laço. As cores estão heraldicamente representadas pelos traços. Ouro 6$400 — 37 m/m — 14 gr 30.

---

(1) Brasil Reino e Brasil Império, citado por Francisco Marques dos Santos em conferência sobre *Medalhistas Brasileiros,* pronunciada por ocasião do 1.º Congresso de Numismática Brasileira, inserta no 2.º Volume dos Anais.

O cunho do anverso é trabalho do gravador francês Zeferino Ferrez vindo ao Brasil com a missão artística de 1816, e o reverso é da autoria de Tomé Joaquim da Silva Veiga, mestre de gravura da Casa da Moeda.

Não se repetiram os cunhos da peça da coroação na emissão seguinte, de 1824, e isto por várias razões. Primeiramente porque desagradou a D. Pedro I o seu retrato com o busto desnudo e a cabeça laureada, segundo se conclue de um ofício da época assinado por José Maria da Fonseca Costa. Alem disso, faltavam dois complementos de máxima importância no momento: *imperador constitucional* e *defensor perpétuo do Brasil.* Finalmente, porque as armas do império foram nesse mesmo dia — da coroação — modificadas, substituindo-se a coroa real pela coroa imperial, "afim de corresponder ao grau sublime e glorioso em que se acha constituido este vasto continente" .

SÉRIE COMEMORATIVA DO 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL 1500-1900

Foram estas as primeiras moedas comemorativas emitidas depois da implantação da República, consagrando o feito de Pedro Alvares Cabral.

As peças fabricadas em prata nas mesmas bases das emitidas anteriormente, isto é, ao título de 917 milésimos, teem os valores de 4$0, 2$0, 1$0 e 400 réis, com tipos alusivos a esse fato histórico. Conquanto não tragam assinatura, os cunhos são da autoria de Francisco Carneiro, sugeridos por desenhos de Hilarião Teixeira.

Descrição das peças :

4$000

No campo a figura de Pedro Alvares Cabral em pé sobre um rochedo, empunhando a bandeira com a mão esquerda e segurando com a direita o gorro num gesto de saudação à terra. Por baixo, em uma faixa, em letras incusas, PEDR' ALVARES CABRAL. No campo, à esquerda uma estrela irradiante. Na orla: 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL ;

No exergo 1900 entre duas estrelas de cinco pontas.

Rev) REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL — Em dois ovais, as armas de Portugal e do Brasil, em 1500 e 1900, datas assinadas sob os escudos em algarismos, em uma faixa, por baixo da qual uma estrela irradiante. Em cima 4000 RÉIS, em duas linhas. Tudo dentro de um círculo linear. No exergo quatro estrelas. Serrilha estriada.

Prata 4$000 — 50,2 m/m — 51 gr. 34.

4º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL
1900

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
4000
RÉIS
1500
1900

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

4º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL
1500
2000
REIS
1900

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

4º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL
1500
1000
RÉIS
1900

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
IN HOC SIGNO VINCES

4º CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL
1500
400
RÉIS
1900

O tipo do anverso é reprodução do monumento a Pedro Alvares Cabral modelado por Rodolfo Bernardelli e erigido no jardim da Glória nas comemorações do centenário.

Neste valor, para regalo dos colecionadores, existe uma variante que possue o Museu Histórico Nacional e que consiste na diferença do número de raios da estrela do anverso que fica sob o gorro, com 16 em vez de 20. A casa da moeda possue um exemplar com 14 raios.

2$000

Em um círculo linear uma nau portuguesa com a cruz da Ordem de Cristo nas suas velas abertas, singrando águas da nova terra sobre as quais voam gaivotas. À esquerda a silhueta do monte Pascoal. À direita o sol nascente. Em cima a constelação do Cruzeiro do Sul.

Rev) Dentro de uma coroa de carvalho e louro o valor 2000 RÉIS, em duas linhas, tendo por cima a data 1500, e por baixo, 1900.

Prata — 2$000 — 25,47 gr — 36,8 m/m.

1$000

Cabeça da Liberdade de perfil, à direita. Em cima, numa flâmula LIBERTAS. À esquerda um navio à vapor ; à direita uma locomotiva ; por baixo um arado. Na orla: 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL.

Rev) Igual ao da moeda de 2$000 com a diferença do valor.

Prata — 1$000 — 12,73 gr. — 30 m/m.

400 réis

Cruz da Ordem de Cristo cantonada por quatro estrelas de seis pontas, circundada pelo lema IN HOC SIGNO VINCES, cujas palavras são separadas por estrelas de seis pontas. Na orla : 1.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL.

Rev) Mesmo tipo da moeda de 2$000, com o valor 400 réis.

Prata — 400 réis — 5,15 gr. — 22,3 m/m.

A cruz da ordem de Cristo aparece como tipo monetário no reinado de D. Manuel o Venturoso com uma dupla significação: de homenagem à Ordem de Cristo a que deve Portugal as suas mais brilhantes conquistas ultramarinas, e a D. Manuel que era governador e adminstrador da Ordem muito antes de ser rei.

---

(1) A Ordem de Cristo era governada por um grão-mestre até o momento em que assumiu a sua direção o infante D. Henrique, como governador. Para ser grão-mestre era preciso ser cavaleiro professo e este devia fazer voto de pobreza. Não desejando perder seus domínios D. Henrique desistiu de professo na religião de Cristo, e dirigiu-a como governador e administrador. Com esse carater sucederam-lhe D. Fernando, irmão bastardo de D. Afonso V e seus três filhos, D. João, D. Diogo e D. Manuel, que depois foi rei, e o filho deste D. João III. No reinado do sucessor de D. Manuel o mestrado da ordem foi unido à coroa portuguesa por bula do papa Júlio III, em 1551.

SÉRIE COMEMORATIVA DO 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Foi festivamente comemorado em todo o país o primeiro centenário da nossa emancipação política. Porem, de todas as comemorações a que até hoje perdura foi a que se fez pela moeda. Emitidas em 1922 e 1923 estas peças circulam e em não pequeno número dessa data até hoje.

As peças foram lavradas em prata e bronze de alumínio, liga que se empregava então pela primeira vez na moedagem subsidiária brasileira. As primeiras moedas de prata foram fabricadas ao título de 900 milésimos, o qual vigorava desde 1906. Porem, verificando o governo que as moedas inglesas subsidiárias desse metal já estavam sendo cunhadas ao título de 500 milésimos, adotou o mesmo toque, impedindo por esse modo a emigração da nossa moeda. Essa alteração motivou o desaparecimento imediato da circulação daquelas de 900 milésimos.

Descrição das peças :

2$000

Bustos conjugados, de perfil, à esquerda, de D. Pedro I e do presidente Epitácio Pessoa. Na orla em legenda exterior : ACCLAM. DA INDEPENDÊNCIA — X PRESIDENTE DA REPÚBLICA, separadas pela contelação do Cruzeiro do Sul.

Legenda interior em caracteres menores: D. PEDRO I, à esquerda, a EPITACIO PESSOA, à direta. No exergo BRASIL.

Rev) Ao alto em quatro linhas: 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL; No campo as armas do Império à esquerda e da República à direita, sob as quais as datas 1822-1922. No exergo, em duas linhas, 2 MIL RÉIS. À direita a sigla do gravador J. Vargas.

Prata — 2$000 — 8 grs. — 26 m/m.

1$000

Anverso igual ao da peça precedente.

Rev) Facho irradiante, cruzado por dois ramos, ladeado pelos emblemas do Império e da República — a coroa imperial, à esquerda e o barrete frígio, à direita, sob os quais as datas 1822-1922.

Ao alto 7 DE SETEMBRO exteriormente, e 1000 RÉIS em caracteres menores na parte interior. Na orla 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA.

Bronze de alumínio — 1$00 — 8 grs. — 26,7 m/m.

500 réis

Tipo igual ao da moeda acima no anverso e reverso.

Bronze de alumínio — 500 réis — 4 grs. — 22,5 m/m.

Os cunhos de anverso destas duas últimas peças são da autoria do gravador Augusto Giorgio Girardet, e os de reverso do gravador Arlindo Bastos. Devido a um descuido apareceu na

primeira tiragem das peças de 1$000 e de 500 réis um pequeno engano no anverso na grafia da palavra Brasil — BBASIL — que foi logo corrigido nos cunhos. Este incidente motivou a retirada daquele ilustre artista da Casa da Moeda.

Encontram-se alguns exemplares dos dois valores com os reversos em posição horizontal.

Vários ensaios foram feitos para a moeda comemorativa do 1.º centenário da independência, os quais não foram aprovados e cuja descrição damos abaixo:

Ensaio de 1$000

Bustos conjugados de D. Pedro I e do presidente Epitácio Pessoa. Na orla em legenda exterior ACCLAM. DA INDEPENDÊNCIA — PRESIDENTE DA REPÚBLICA, separados pela constelação do Cruzeiro. Em legenda interior e caracteres menores, D. PEDRO I à esquerda e DR. E. DA SILVA PESSOA à direita. No exergo BRASIL, em sentido horizontal.

Rev) Facho irradiante cruzado, por dois ramos, ladeado pela coroa imperial à esquerda e pelo barrete republicano à direita sob os quais as datas 1822-1922. Na orla 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. A alto 7 DE SETEMBRO — 1000 RÉIS, em duas linhas.

Sem assinatura do gravador. Extremamente raro.

Bronze de alumínio.

Ensaio sem o valor declarado.

Cabeças conjugadas de perfil, à esquerda, de D. Pedro I e de José Bonifácio, sob as quais dois ramos de café unidos por um laço. Na orla superior: 7 DE SETEMBRO. Na orla inferior D. PEDRO I — JOSÉ BONIFÁCIO, separados pelas pontas do laço.

Rev) Facho irradiante, cruzado por dois ramos, ladeado pela coroa imperial e pelo barrete republicano. Ao alto, em duas linhas 7 DE SETEMBRO — BRASIL. Na orla inferior: 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIAS — Sem assinatura do gravador.

Bronze de alumínio.

Ensaio sem valor declarado.

Armas do Império e da República no campo com as datas 1822-1922 a primeira por cima e a segunda por baixo. Ao alto em quatro linhas 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. À esquerda em baixo a sigla do gravador J. Vargas.

Rev) Feixe litório dentro de uma coroa de louros em cuja fita a inscrição 7 DE SETEMBRO. Sob a coroa, à direita o monograma do gravador J. Vargas. Na orla REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Este ensaio tem serrilha igual à das peças aprovadas.

Bronze de alumínio.

Exemplar igual ao precedente porem sem a serrilha, em bronze de alumínio.

Ensaio de 2.000 réis

No campo, as armas do Império e da República sob as quais as datas 1822-1922. Ao alto, em quatro linhas, 1.º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. Em baixo à direita o monograma de J. Vargas.

Rev) Dentro de uma coroa de louros o valor 2000 — RÉIS, em duas linhas. Na orla REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Sob a coroa, à direita a sigla de J. Vargas. Disco serrilhado. Cunho rebatido no anverso.

Bronze de alumínio.

SÉRIE COMEMORATIVA DO 4.º CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Ao findar o ano de 1530, partia do Tejo uma armada protuguesa composta de três naus e quatro caravelas, sob as ordens de Martim Afonso de Souza, enviado por el-rei D. João III ao Brasil com uma tríplice missão: expulsar os franceses que infestavam as costas, descobrir terras e explorar rios, e estabelecer núcleos de povoamento.

Em cumprimento à sua missão, estabelecia Martim Afonso de Souza, em 1532 o primeiro núcleo em S. Vicente, um dos pontos mais conhecidos do litoral em cujas imediações viviam já alguns portugueses em perfeita inteligência com os naturais.

A fundação de S. Vicente, marco inicial da colonização do Brasil, constitue data de maior importância da nossa história.

Em comemoração ao seu quarto centenário, foi emitida uma série de moedas de diversos valores, uma das mais interessantes séries comemorativas, obra de gravadores brasileiros contemporâneos. Os motivos históricos que constituem o tipo das peças foram sugeridos pelo Instituto Histórico de S. Paulo, e todos eles evocam as figuras mais salientes desta primeira fase da colonização e os símbolos mais sugestivos.

Foram lavrados valores em prata e bronze de alumínio cuja descrição damos a seguir :

2$000

Busto de D. João III de 3/4 para a direita. No campo em sete linhas interrompidas pela efígie, IV CENTENÁRIO-DA COLONIZAÇÃO-DO BRASIL 1523-1932. Em baixo da última data, a sigla do gravador Leopoldo Campos.

Rev) Armas de Portugal, sob as quais em letras góticas: Rei de Portugal. Na orla superior 2000-RÉIS.

1º CENTENARIO DA INDEPENDENCIA
1822-1922

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
2000
RÉIS

X PRESID. DA REPUBLICA
BRASIL

1º CENTENARIO INDEPENDENCIA
1822-1922
2
MIL REIS

X PRESID. DA REPUBLICA
BRASIL

7 DE SETEMBRO
1000 REIS
1822
1922
CENTENARIO DA INDEPENDENCIA

Prata — 2$000 — 26 m/m.
1$000

Efígie de Martim Afonso de Souza em corpo quasi inteiro, de 3/4 para a esquerda, com uma fita suspensa ao pescoço da qual pende a cruz da Ordem de Cristo. Barrete redondo na cabeça. Legenda no campo em sete linhas interrompidas pela figura, como na peça precedente. Sigla do gravador Leopoldo Campos.

Rev) Escudo de armas de Martim Afonso de Souza. Na orla 1000 RÉIS. Em baixo, à esquerda o monograma do gravador Hermínio Pereira.

A efígie de Martim Afonso de Sousa é reprodução de uma reconstituição baseada num retrato que figura na galeria dos governadores da Índia, em Gôa. Martim Afonso de Souza nasceu em 1500, era filho de Lopo de Souza, descendente de D. Martim Afonso Chichorro, filho bastardo de el-rei D. Afonso III.

Bronze de alumínio — 1$000 — 26,4 m/m.
$500

Busto de João Ramalho de 3/4 para a esquerda. A mesma legenda das outras peças, no campo, em sete linhas. Monograma do gravador Calmon Barreto.

Rev) Em fundo, com traços horizontais, um gibao, tendo à esquerda o valor 500 em sentido vertical e à direita $\frac{\text{R}}{\text{S}}$ $\frac{\text{E}}{\text{I}}$. Cunho do mesmo gravador Calmon Barreto.

Bronze de alumínio — 500 réis — 22,4 m/m.
$400

Mapa da América, dividido pelo meridiano de Tordesilhas, ladeado pelas datas 1532-1932. Na orla - IV. -CENTENÁRIO - DA - COLONIZAÇÃO - DO - BRASIL -. No campo, em baixo, a sigla do gravador Walter Toledo.

Rev) Cruz da Ordem de Cristo ocupando todo o campo. Na orla 400 RÉIS separados por dois losangos. No quarto cantão da cruz o monograma de Basílio Nunes, gravador.

Niquel — 400 réis — 30 m/m.
$200

Esfera armilar. À esquerda, abaixo da faixa do zodíaco, a sigla do gravador Calmon Barreto. Na orla - IV - CENTENÁRIO - DA - COLONIZAÇÃO - DO - BRASIL.

Rev) Nau quinhentista. Na orla as datas 1532-1932. No exergo, em duas linhas 200 RÉIS, e à direita a assinatura do gravador Arlindo Bastos.

Niquel — 200 réis — 25 m/m.
$100

Busto de Tibiriçá, de 3/4 para a esquerda. Em sete linhas, no campo a legenda: IV-CENTENÁ- RIO-DA-COLONIZA -ÇÃO-DO-BRASIL — 1532-1932. À esquerda, sob a primeira data, o monograma do gravador Leopoldo Campos.

Rev) Panóplia indigena, tendo por baixo o valor em duas linhas - 100 - RÉIS. Sob a panóplia, à direita a sigla do gravador Walter Toledo.

Niquel — 100 réis — 21 m/m.

SÉRIE COMEMORATIVA DO ESTADO NOVO

Para comemorar o primeiro aniversário da Constituição de 10 de novembro de 1937, foram cunhadas moedas subsidárias de cupro niquel com os valores de $400, $300, $200 e $100, cujo tipo é o seguinte :

Busto de perfil, à esquerda do Presidente Getúlio Vargas. Na orla à esquerda, GETULIO e a direita VARGAS.

Rev) No campo, o valor e a data, em três linhas 400-RÉIS-1938, tendo por cima, em arco de círculo, BRASIL. Tudo circundado de um ornamento marajoara.

Os cunhos do anverso de todas as peças são de autoria do gravador Leopoldo Campos. Os reversos do 300 e do 200 réis são do gravador Benedito Ribeiro e os do 400 e do 100 réis do gravador Orlando Maia.

Na emissão destas moedas em 1940, os reversos foram feitos por Walfrides Trindade, Benedito Ribeiro, Basílio Nunes e Orlando Maia respectivamente do $400, $300, $200 e $100.

Todas as peças teem o mesmo tipo, variando o módulo com o valor, da seguinte maneira: $400 23 m/m, $300 21 m/m, $200 19 m/m e $100 17 m/m. E' interessante observar que, pela segunda vez na República, aparece a efigie do presidente como tipo monetário, e nas duas vezes em peças comemorativas.

MOEDAS COMEMORATIVAS DO CENTENÁRIO DE BRASILEIROS ILUSTRES

Em 1939 completava-se o centenário de nascimento de três brasileiros ilustres, dois nas letras e um na política. Esta data foi dignamente comemorada com uma emissão de moedas em bronze de alumínio com os valores de 2$0, 1$0 e $500, cuja descrição segue :

2$000

Efígie de Floriano Peixoto, de frente, circundada da legenda FLORIANO-PEIXOTO e as datas 1839-1939. À direita, ao lado do último algarismo da data, a sigla do gravador Orlando Maia.

Rev) No campo, o valor em sentido horizontal num retângulo aparente com o algarismo inicial abrangendo toda a sua altura,

IV
CENTENA
RIO
DA
COLO
NIZA
CÃO
DO
BRA
SIL
1532
1932

2000 REIS

IV
CENTENA
RIO
DA
COLO
NIZA
CÃO
DO
BRA
SIL
1532
1932

1000 REIS

IV
CENTENA
RIO
DA
COLO
NIZA
CÃO
DO
BRA
SIL
1532
1932

FLORIANO PEIXOTO
1839 1939

BRASIL
2000
RÉIS
1939

BRASIL
500
RÉIS
1939

MACHADO DE ASSIS
1839 1939

GETULIO VARGAS

BRASIL
400
RÉIS
1940

IV·CENTENARIO·DA·COLONIZAÇÃO·DO·BRASIL·DO
1532
1932

500
RÉIS

200
RÉIS

IV·CENTENARIO·DA·COLONIZAÇÃO·DO·BRASIL·DO

IV
CENTENARIO
COLONIZAÇÃO
BRASIL
1532
1932

100
RÉIS

seguido de um ponto e da palavra RÉIS, subposta aos zeros. Em cima do valor a palavra BRASIL e por baixo a data 1939. A volta um ornamento marajoara.

Bronze de alumínio — 2$000 — 26 m/m — 9 grs.

1$000

Busto de Tobias Barreto de 3/4 para a esquerda, ladeado pela legenda TOBIAS BARRETO, disposta verticalmente, sob a qual as datas 1839-1939 em sentido horizontal.

Rev) Igual ao da moeda precedente com o valor 1$000.

Bronze de alumínio — 1$000 — 25 m/m.

$500

Efígie de Machado de Assis de 3/4 para a esquerda circundada da inscrição MACHADO DE ASSIS e as datas 1839-1939 superpostas à legenda. Ao lado da data 1939 o monograma do gravador Benedito Ribeiro.

Rev) No campo ao centro o valor 500 sob o qual RÉIS e 1939, em três linhas. Em cima BRASIL. À volta um ornamento marajoara.

Bronze de alumínio — $500 — 21 m/m — 5 grs.

YOLANDA MARCONDES PORTUGAL
(*Conservador cl. H do Museu Histórico*)

BIBLIOGRAFIA

AZEREDO COUTINHO (Candido) — Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda. 65 págs. Rio de Janeiro, 1862.

BAUMANN (Chas. A.) — Numismática brasileira — 137 págs. e 9 de gravuras — Alto de Teresópolis, 1938.

HENNIN (M.) — Manuel de numismatique ancienne — 3 vols. sendo 1 de gravuras Paris, 1872.

LENORMANT (Fr.) — Monnaies et médailleis — 328 págs. Paris, s/d.

MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — Medalhistas brasileiros in Anais do primeiro Congresso de Numismática brasileira. 2.º vol. — S. Paulo, 1940.

ROMERO (Edgar de Araujo) Apostilas datilografadas do curso de numismática.

RIBEIRO (Clovis) — Brazões e bandeiras do Brasil — 387 págs., ilustrado — S. Paulo, 1933.

TAVANO (Aleixo) e SILVA (José Augusto) — Notícia histórica das ordens militares e civis portuguesas, 79 págs. Gravuras. — Lisboa, 1881.

O ESCUDO D'ARMAS DE D. TERESA CRISTINA MARIA DE BOURBON --- PRINCESA DAS DUAS SICÍLIAS --- TERCEIRA IMPERATRIZ DO BRASIL

Procedente do Paço Imperial da Quinta da Boa Vista e pertencente às coleções da Família Imperial, existe no Museu Histórico Nacional uma série de 15 pequenas aquarelas representando armas de Casas Reinantes da Europa.

Destaca-se entre elas o brasão da terceira imperatriz do Brasil, *D. Teresa Cristina Maria de Bourbon, princesa das Duas Sicílias*

Como "conservador" do Museu Histórico, despertou-me a curiosidade conhecer os diversos ramos desta importante dinastia e, depois de cuidadoso e prolongado estudo, cheguei ao resultado que descrevo mais abaixo.

Acompanha este estudo um resumo sobre a Casa de Bourbon, para maior esclarecimento e melhor orientação na leitura do referido brasão, completando o mesmo uma ligeira biografia da imperatriz D. Teresa Cristina.

CASA DE BOURBON

O senhorio de Bourbon tomou seu nome de Bourbon l'Archambault, onde se erguia o castelo feudal, cabeça do senhorio.

Originariamente, os senhores de Bourbon eram vassalos dos condes de Bourges. Libertaram-se dessa situação a partir do século X, pelo casamento de *Roberto de Clermont* em 1272, sexto filho de *S. Luiz,* com *Beatriz,* filha única de *Inês de Bourbon* e de *João de Borgonha,* senhor de Charolais, que abriu novos caminhos à Casa de Bourbon.

A 27 de dezembro de 1327, o rei *Carlos o Belo* erigiu esse senhorio em Ducado Pariato em favor de *Luiz I, o Grande,* filho primogênito de Roberto de Clermont e de Beatriz de Borgonha.

Essa sucessão dos duques de Borgonha do ramo primogênito terminou com *João II,* que morreu em 1488, sem deixar filhos. Os ramos mais novos são os dos Bourbon Montpensier, Bourbon la Marche e Bourbon Condé. Foi do ramo Vendôme (de La Marche) que vieram os Bourbons, reis de França.

Como tronco, aparece *Luiz de Bourbon,* filho segundo de *João de Bourbon,* conde de la Marche, morto em 1446. O bisneto de Luiz foi *Antonio de Bourbon,* rei de Navarra, morto em 1562. Deixou um filho, *Henrique IV,* de quem partiram os ramos dos Bourbons de França, de Espanha, de Nápoles e de Parma.

Bourbon Condé. — Ramo que partiu de Vendôme e teve por primeiro membro *Luiz I,* príncipe de Condé, que nasceu em 1530 e faleceu em 1569. O último príncipe desse ramo foi *Luiz Henrique José,* que morreu enforcado em Chantilly em 1830.

Bourbon de Espanha. — Este ramo liga-se aos Bourbons de França por *Filipe,* duque de Anjou, segundo filho do Grande *Delfim* de França e neto de Luiz XIV. Foi elevado ao trono de Espanha em 1700 pelo testamento de Carlos II, rei de Espanha, e coroado como *Filipe V.* Foi seu sucessor seu filho *Fernando VI,* que, morrendo sem descendente direto em 1759, deixou o trono a seu irmão *Carlos III.*

Bourbon de Parma. — Casa aliada aos de Espanha por *Filipe* Infante de Espanha, segundo filho de Filipe V, que foi duque de Parma, Placencia e Guastala pelo tratado de Aix-la-Chapelle em 1748.

Os duques de Parma, que tiveram sua origem com D. Filipe, extinguiram-se com o duque *Roberto,* filho de Carlos III, que se viu despojado de seus ducados pela anexação dos mesmos aos Estados da Sardenha, em consequência da guerra da Itália. A anexação foi decretada por Vitor Manuel a 18 de março de 1860.

Roberto foi casado com *Maria Pia,* filha de Fernando II, rei das Duas Sicílias.

Por fim, o ramo *Bourbon de Nápoles e Sicília* teve por tronco *Fernando IV,* terceiro filho de Carlos III. Este morreu em 1825, continuando a descendência em seu filho primogênito *Francisco I,* gran duque da Toscana, duque da Calábria e depois rei das Duas Sicílias.

Casou em 1797 com a arquiduquesa *Clementina;* enviuvou, tornando a casar em 1802 com a infanta de Espanha, *Maria Isabel* de Bourbon, filha de *Carlos IV,* rei de Espanha. Estes foram os pais de *D. Teresa Cristina Maria de Bourbon,* princesa real das Duas Sicílias que chegaria um dia a ser terceira imperatriz do Brasil.

Retrato da Imperatriz D. Teresa Cristina no Museu Histórico. óleo de Poluceno.

Nasceu a princesa a 14 de março de 1822, na cidade de Nápoles, então capital das Duas Sicílias e aí se educou até se tornar noiva de *D. Pedro II.*

Tinha D. Teresa Cristina, nessa ocasião, 21 anos e o inperador, 18 anos.

As prévias negociações diplomáticas para o casamento foram resolvidas na Corte de Viena d'Áustria com o cavalheiro Ramires, ministro de Nápoles junto a corte e pelo conselheiro Bento da Silva Lisboa, que para esse fim partira em missão extraordinária.

Foi assinado o contrato nupcial a 20 de abril de 1843, embarcando logo em seguida para o Brasil o referido secretário, trazendo não só o contrato como um retrato da princesa. Aquí chegou em 23 de julho, pondo-se imediatamente em contato com o imperador, que aceitou nesse mesmo dia D. Teresa Cristina por esposa.

Ajustado assim o consórcio, tratou-se de aprestar a divisão naval que deveria trazer o futura imperatriz. O comando geral foi dado a Teodoro de Beaurepaire e era capitânea a fragata "Constituição", comandada pelo capitão de Mar e Guerra, José Inacio da Maia. seguindo alem desta, as fragatas *Euterpe* e *Dois de Julho.*

Fundeou esta esquadra na baía de Nápoles no dia 21 de maio do mesmo ano, realizando-se o casamento de SS. MM., por procuração, a 30 do mesmo mês.

Foi procurador de S.M. o imperador D. Pedro II, o conde de Siracusa, *D. Leopoldo de Bourbon,* irmão da noiva.

A 1 de julho, foi feita e entrega solene da imperatriz do Brasil ao embaixador extraordinário, conselheiro José Alexandre Carneiro Leão, partindo no dia seguinte a nossa divisão, comboiada por uma esquadra napolitana composta da nau *Vesúvio* e das fragatas *Amália, Partenope* e *Isabel,* rumo ao Rio de Janiro, chegando à baía de Guanabara a 3 de setembro do mesmo ano. O desembarque se deu no dia imediato, seguindo o cortejo diretamente para a Capela Imperial em S. Cristovão, onde foi celebrada a confirmação dos esponsais de SS. MM.

Viveu entre nós esta magnânima princesa 46 anos, identificando-se com o esposo no amor à terra brasileira.

Foi sua fiel e carinhosa companheira em todos os momentos, sofrendo com o sangue brasileiro derramado nas campanhas do Rio da Prata e exultando com as sucessivas vitórias das nossas armas nesses mesmos campos de luta.

Por suas virtudes e sua bondade, foi cognominada "A Mãe dos Brasileiros". Viveu sempre isolada de qualquer movimento político; era estimada e respeitada por todos.

Mãe amantíssima, sofreu profundamente com o desaparecimento prematuro de seus dois filhos varões: *D. Afonso Pedro* e *D. Pedro Afonso.* Teve mais duas filhas: *D. Isabel Cristina,* "A

Rendentora", princesa imperial, herdeira presuntiva da Coroa, regente do Império por três vezes. Nasceu no Palácio de S. Cristovão a 29 de julho de 1846 e se casou com o príncipe *Luiz Gastão de Orléans, conde d'Eu,* de quem teve três filhos: *D. Pedro de Alcantara, D. Luiz Gastão* e *D. Antonio,* todos falecidos. D. Isabel faleceu no exílio, no Castelo d'Eu a 14 de novembro de 1921.

D. *Leopoldina Teresa,* nascida a 13 de junho de 1847 no Palácio da Boa Vista (S. Cristovão), casou a 15 de dezembro de 1864, no Rio de Janeiro, com *Luiz Augusto Maria Eudes,* príncipe de Saxe Coburgo Gotha, duque de Saxe. Desse casamento houve os seguintes filhos : *D. Pedro Augusto, D. Augusto Leopoldo, D. José Fernando* e *D. Luiz Gastão.* Faleceu D. Leopoldina em Viena d'Áustria a 7 de fevereiro de 1871 e foi daí trasladado o seu corpo para a cidade de Coburgo, na Alemanha.

Proclamada a República a 15 de novembro de 1889, foi a família imperial banida e exilada pelo Governo Provisório, o qual enviou uma mensagem ao imperador que lhe foi entregue pelo major Solon Sampaio Ribeiro. Da mesma destaco o seguinte trecho : *"Em face desta situação, pesa-nos dizer-vo-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogavel do dia 15 seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos, que a salvação pública nos impõe a necessidade de evitar.*

Obedecendo, pois, às exigências do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o Governo Provisório espera do vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com vossa família, no mais breve prazo possivel.

Para esse fim se vos estabelece o prazo máximo de 24 horas que contamos não tentareis exceder"..... (a mensagem era datada de 16 de novembro de 1889 e assinada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca).

Diante do exposto, a família imperial embarcou para a Europa, na madrugada do dia 17, a bordo do paquete *Alagoas*.

Destituida do trono que, durante 46 anos partilhara com seu esposo, desterrada de sua segunda pátria, onde passara os melhores anos de sua vida, sua mágua foi profundíssima, sobrevivendo apenas mês e meio a esse tremendo golpe.

Com a saude abalada, chega a Lisboa a 7 de dezembro, seguindo depois para o Porto. Quatro dias depois de ali ter chegado, seu mal se agravou e na manhã de 28 de dezembro, pouco depois

de seu esposo ter saido em visita à Biblioteca e à Academia de Belas Artes, uma grande ânsia se manifestou. Imediatamente socorrida, os médicos reconheceram a inutilidade de seus esforços; aquela existência se extinguia.

Prevenido, o Imperador acorre precipitadamente; mas, ao chegar já havia falecido aquela que fora a *"verdadeira metade de sua alma entristecida"*, como ele próprio a chamara.

Seu cadaver ficou exposto no aposento em que expirara, até o dia 6 de janeiro de 1890. Trasladado depois para a real capela da Lapa, alí foram realizadas solenes exéquias; transportado, depois, para Lisboa, foi depositado no Pantéon de S. Vicente de Fora.

Por iniciativa do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessôa, em Mensagem apresentada a 3 de maio de 1920, ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos daquela Casa, foi revogada a lei de banimento como *"Ato de inteira justiça nacional em vésperas do centenário de nossa emancipação politica"* e, como consequência voltaram os despojos dos ex-imperantes, de modo a que pudessem repousar em solo brasileiro.

Referindo-se a D. Teresa Cristina, disse o Presidente em sua Mensagem: *"que para ser completa essa medida sugerida ao Congresso Nacional, deveria estender-se aos restos mortais da Imperatriz"*.

E, assim, a 8 de janeiro de 1921, davam entrada a bordo do couraçado *S. Paulo,* na baía de Guanabara, os restos mortais dos nossos Imperadores, indo em seguida repousar para sempre, na Cripta da Catedral da Cidade de Petrópolis .

BIBLIOGRAFIA

BARÃO DE SMITH E VASCONCELOS — *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.*

BARÃO DO RIO BRANCO — *Efemérides Brasileiras.*

MAK FLEIUSS, capit. *A Imperatriz T. Cristina Maria — Páginas de História.*

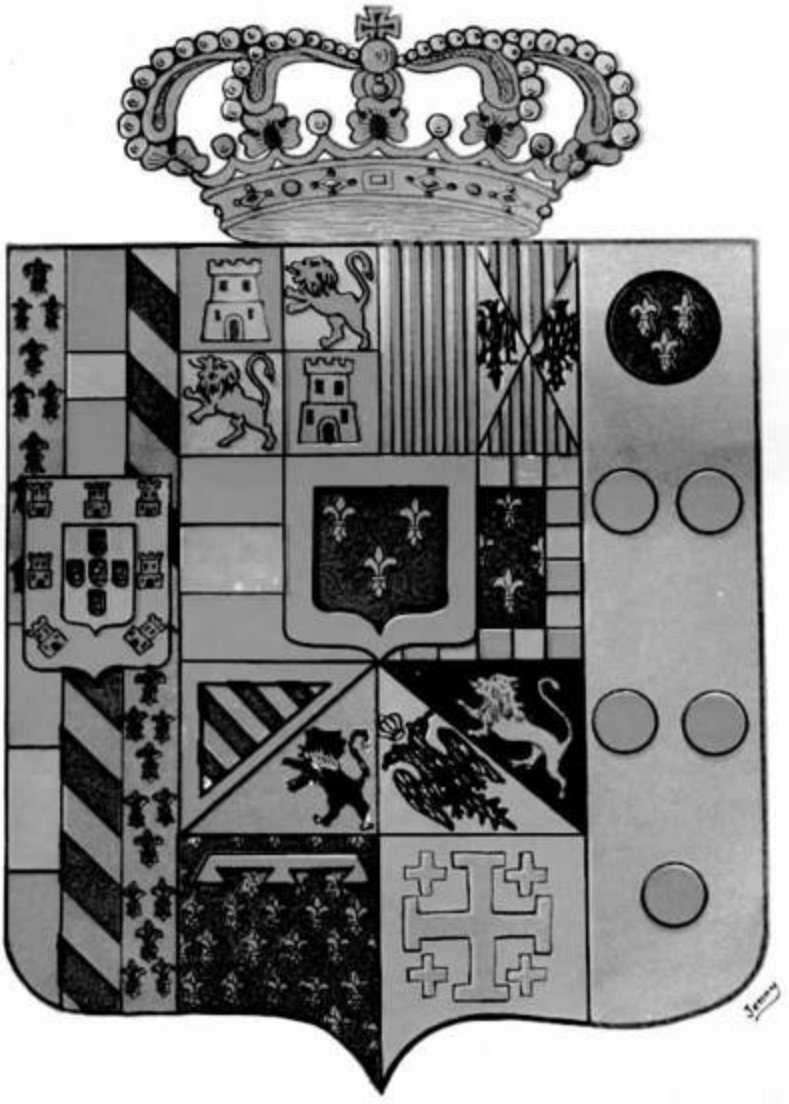
EUGENIO RODRIGUES, trd. de Gastão Penalva — *A Viagem da Imperatriz.*

PEDRO CALMON — *O Rei Filósofo.*

EVARISTO DE MORAIS — *Da Monarquia para a República.*

700.834

F. 12



D. Teresa Cristina Maria, nascida em 14 de março de 1822.

DESCRIÇÃO DO ESCUDO D'ARMAS DE DONA TERESA CRISTINA MARIA DE BOURBON --- PRINCESA DAS DUAS SICÍLIAS --- IMPERATRIZ DO BRASIL

Escudo com as armas de *Bourbon Espanha,* sustidas de *Anjou Sicília* e de *Jerusalem,* ladeado de *Parma* e de *Toscana.* Sobre as armas de Parma, um escudete com as de *Portugal.* Sobre o todo, as armas de *Anjou*.

1-2 Esquartelado : n.os 1.º e 4.º em campo de vermelho, um castelo de ouro de três torres, que é de *Castela ;* n.os 2.º e 3.º em campo de prata, um leão rompente de vermelho, que é de *Leão.*

3-4 De ouro com 4 palas de vermelho ; que é de *Aragão ;* partido de ouro com 4 palas de vermelho, franchado de prata carregado de 2 águias espalmadas, de negro ; que é de *Aragão Sicília.*

5-6 De vermelho com uma faixa de prata ; que é de *Áustria ;* sustido de ouro, 4 bandas de azul, com uma bordadura de vermelho que é de *Borgonha Antigo*.

7-8 De azul, semeado de flores de liz de ouro, com uma bordadura de vermelho e prata, que é de *Borgonha Moderno,* sustido de negro, carregado de um leão de ouro, rompente, que é de *Brabante.*

9-10 Mantelado, em ponta, sobre estes dois últimos quartéis, de ouro, carregado de um leão rompente de negro, que é de *Flandres ;* partido de prata, carregado de uma águia bicéfala, de negro coroada, que é de *Império.*

11 (Sobre o todo). De azul carregado de 3 flores de liz de ouro postas em roquete, bordadura de vermelho, que é de *Anjou*.

12 De azul, semeado de flores de liz de ouro, carregado em chefe de um lambel de vermelho, que é de *Anjou Sicilia*.

13 De prata, uma cruz potenciada, de ouro, e acantonada de 4 cruzetas do mesmo, que é de *Jerusalem*.

14 De ouro com 5 arruelas de vermelho sobrepujado por uma grande arruela de azul carregada de três flores de liz de ouro, em roquete, que é de *Toscana*.

15-15 De ouro, semeado de flores de liz de azul, que é *Farnese*, (este ramo apresenta sempre em campo de ouro, 6 flores de liz de azul. No brasão de D. T. Cristina porem constitue exceção).

16-16 De vermelho, com uma faixa de prata, que é de *Áustria*.

17-17 De ouro, com 4 bandas de azul, que é de *Borgonha Antigo* (faltando a bordadura de vermelho).
Estes três últimos, 15, 16 e 17, foram do *Ducado de Parma*.
Sobre as armas deste Ducado:

18-19 De prata com 5 escudetes de azul postos em cruz, carregados cada um de 5 besantes de prata postos em santor, que é de *Portugal;* bordadura de vermelho, carregada de 7 castelos de ouro, qlue é de *Algarves* (?).

JENNY DREYFUS
(*Conservador Classe G do Museu Histórico*)

BIBLIOGRAFIA

P. B. GHEUSI — *Le blason héraldique*.

MARQUIS DE MAGNY — *Science des Armoiries*.

SORVRANI (LI) DEL MONDO — *Opera della Genealogia*. — Venezia, 1720, 13° vol.

BRIGADEIRO JOÃO GUILHERME BRUCE

Um acaso colocou em minhas mãos documentos pertencentes aos descendentes do brigadeiro JOÃO GUILHERME BRUCE em que pude ler fatos exatos referentes a esclarecimentos escritos de próprio punho "para servirem em dias futuros como informação sobre a sua pessoa".

Achei por bem traçar rapidamente a biografia do brigadeiro BRUCE, pondo os fatos em sua ordem cronológica, certo de que isto virá preencher uma lacuna para aqueles que tentarem escrever, mais tarde, sobre o destino glorioso das mais altas patentes militares da nossa terra no período imperial.

Foi em pleno outono sueco, a 28 de outubro do ano 1805, que BRUCE viu pela primeira vez a luz do dia, na Quinta de Charlottenburgo, nas cercanias de Estocolmo. Era ele um dos 12 filhos do Camarista do Rei da Suécia, ADAM BRUCE, fidalgo sueco, originário da Escócia, e Da. FREDRICA CARLLOTA WYNBLADH, sueca de origem.

Seu verdadeiro nome de batismo era JAMES WILLIAM, que traduzido para o português, seria DIOGO, TIAGO ou JAIME GUILHERME. Mas, quando de sua chegada ao Rio os seus documentos foram traduzidos pelo tenente ORNFLYKT, esse cometeu o engano de traduzir JAMES por JOÃO. Só quatro anos mais tarde deu BRUCE pelo engano, e como já tivesse servido todo esse tempo no Exército com semelhante nome e desejoso de evitar futuras dificuldades a seus filhos, já batizados, nunca fez a retificação devida.

Durante a sua infância estudou em diversas escolas primárias da Suécia, ingressando mais tarde no Liceu e posteriormente na Escola Naval de Skepsholmen em Estocolmo.

Sendo a sua tendência natural para a marinha, conseguiu a 24 de dezembro de 1819 ingressar na Marinha Real sueca ocupando o posto de piloto. Durante todo o ano de 1820 percorreu as costas da Noruega e Dinamarca e quando regressou a Suécia, em princípios de 1821, embarcou em companhia do capitão REMSEY a

bordo do cuter "Disa", no serviço de vigilância e patrulhamento da costa da Suécia.

Espírito ambicioso, aspirava, no entanto, chegar ao posto de oficial da Marinha Real. Para tanto era-lhe necessário, de acordo com a lei vigente na sua pátria, embarcar para o estrangeiro afim de obter instrução prática a bordo durante o prazo de 4 anos. A 1 de julho de 1821, portanto, seguiu em viagem aos Estados Unidos com o fito de fazer o mencionado estágio e consequentemente ter o direito da promoção a oficial.

A princípio, tudo parecia correr à feição dos seus desejos até que após algumas viagens, pela costa da América, naufragou a 15 de maio de 1823, indo dar no dia seguinte, agarrado a uma prancha, à praia da Nova Escócia, na jurisdição de Wilmont. Aí começa uma série de contratempos e de rudes privações para o joven BRUCE.

A princípio trabalhou na lavoura do homem que o acolhera ao dar à praia. Em três meses de árduos serviços só havia ganho o alimento e duas camisas! Lamenta-se BRUCE na auto-biografia que me foi dado compulsar, que ficava aos sábados em casa porque as únicas calças que possuia iam para a lavagem!...

Após esse tempo, dirigiu-se para Anápolis, onde não encontrando navio que o levasse à Europa, viu-se, novamente, obrigado a trabalhar, contratando-se por um ano para lavrar as terras do Sr. FELIX MC. NEIL pela importância irrisória de £ 10 e mais o alimento.

Vendo-se explorado pela má paga que recebia do seu labor, e terminado aquele contrato, mudou diversas vezes de patrão, até o dia 20 de setembro de 1825. Nessa data, aconselhado pelo rev. EDWIN GILPIN, resolveu dirigir-se para o porto de Halifax afim de procurar algum navio em viagem para Europa. Percorreu a pé a longa distância de 100 milhas inglesas (1 milha inglesa = 1.609 ms.) que separava esse porto de Wilmont. Teve sorte em descobrir um navio que o aceitou pelo pagamento de 10 guinéus (1 guinéu = 21 xelins) para levar até Londres, onde desembarcou a 26 de novembro de 1825. Bem acolhido pelo embaixador da Suécia, que lhe proporcionou recursos, prosseguiu viagem até Estocolmo.

Os maus fados, ainda uma vez quiseram temperar a fibra desse homem já tão experimentado pelo destino, apesar da pouca idade que tinha. Com ventos desfavoraveis o navio em que viajava foi dar em cheio nos rochedos da Ilha das Velhas (Kjaringon) (sic.) na madrugada do dia 19 de janeiro de 1826. Ao clarear do dia, chegaram três botes, com cerca de 50 homens, para auxiliar o desencalhe, sem resultado satisfatório. No dia seguinte BRUCE deixou o navio e foi à Fortaleza de Marstrand, sendo então, otima-

Retrato do General Bruce na Sala Duque de Caxias do Museu Histórico.
óleo de S. Prata, 1872.

mente tratado pelos comandantes dos diversos navios surtos no porto. A 22 atravessou pelo mar gelado para o continente, chegando a Gottemburgo no dia seguinte, sendo hóspede do presidente ROSEN e daí dirigiu-se para Estocolmo onde chegou no dia 26.

Ainda neses mesmo ano de 1826 dirigiu-se para Carlscrona, afim de estudar no Curso da Marinha, prestando exames em 27 e 28 de março de 1827.

Sendo 2.º tenente pediu demissão do posto de piloto, e, enquanto aguardava uma vaga para ingressar na Armada, resolveu trabalhar durante todo o inverno na Alfândega da capital suéca. Mas, tendo perdido o direito de entrar para a Marinha Real, em virtude da involuntária estadia na América, e, sendo convidado pelo visconde de Itabaiana a engajar-se na Marinha do Brasil ao serviço do Imperador D. Pedro I, assinou em 8 de agosto de 1827 um contrato por cinco anos.

A 24 do mesmo mês de agosto de 1827 deixou Estocolmo e chegou ao Rio de Janeiro a 10 de dezembro naquele ano.

Da Suécia guardava a amarga decepção de não ter podido ingressar na Marinha Real na qualidade de oficial e ao aportar às nossas plagas vinha cheio de entusiasmo e da satisfação de poder dedicar o melhor do seu esforço ao serviço dum novo Império, que tinha ilimitadas possibilidades...

Aquí chegado foi admitido ao serviço do Império no posto de 1.º tenente agregado ao Corpo de Artilharia da Marinha, conforme se lê da sua Patente de admissão, datada de 12 de fevereiro de 1828. Nesse mesmo ano foi promovido, a 4 de novembro, a 1.º tenente agregado à 4.ª Companhia do 2.º Batalhão, a 1.º tenente efetivo da 5.ª Companhia do 1.º Batalhão.

Não tardou galgar o posto de capitão da 2.ª Companhia do 2.º Batalhão, sendo promovido a 13 de janeiro de 1830.

Pouco tempo depois da sua chegada ao Brasil desposou a Sta. ENGRÁCIA MARIA DE BARROS com a qual constituiu família, tendo sete filhos, todos brasileiros natos, chegando alguns deles a alcançar postos de oficiais.

Sendo praça avulsa, diz o próprio BRUCE, em suas notas manuscritas, agregado ao Corpo de Artilharia da Marinha, "voluntariamente se alistou no Batalhão de Oficiais Soldados em 18 de julho de 1831", Aí fez o serviço ordinário, nunca se excusando a comparacer no momento de perigo e revelando-se sempre amigo cônscio da boa ordem e da disciplina militar.

Enquanto pertenceu à Marinha, cumpriu escrupulosamente, e. sem o menor desfalecimento suas obrigações. Conforme ele próprio várias vezes afirma, "amou sempre o Brasil e participou com o

máximo interesse e exatidão na defesa dos interesses da pátria da esposa e dos filhos".

Devido a esses fatores, e, prestes a expirar o seu contrato de engajamento, encaminhou uma petição, datada de 8 de maio de 1832, à Assembléia Geral Legislativa do Império, em que pedia lhe fosse concedida a cidadania brasileira com a condição de continuar no serviço militar. Remetida à Comissão de Constituição, obteve parecer favoravel, a 24 de julho do mesmo ano, mas devido ao grande acúmulo de serviços foi adiado o despacho. Em 25 de novembro de 1830 foi baixado um decreto pelo qual eram desligados do serviço militar todos os oficiais estrangeiros. Tendo seu contrato vencido a 8 de agosto de 1832 sem que tivesse obtido a naturalização, foi demitido na data de 22 de setembro desse mesmo ano.

Foi para BRUCE um período dificil, pois desligado da atividade militar, viu-se privado de recursos para manter a família. Pela segunda vez, em terras da América, enfrentava os reveses duros da sorte ingrata, e, desta feita, acrescidos e aumentados ainda com as obrigações decorrentes da manutenção do lar.

Diante da demora na solução da sua naturalização, retirou os documentos para juntá-lo a uma novo requerimento, afim de justificar-se perante a Administração da Marinha e pleitear a sua reintegração. Tendo ciência de ter a Câmara concedido carta de naturalização a outro peticionário tornou a pedir despacho favoravel à sua pretenção em 28 de setembro de 1837. Resolveu a Câmara favoravelmente. O despacho final, todavia, demorava. Em 30 de maio de 1838 dirigiu BRUCE uma nova petição ao Governo de S. M. I. suplicando que lhe fosse outorgada, com a graça de ser reintegrado no serviço militar, a almejada naturalização, juntando provas dos serviços prestados anteriormente e alegando as dificuldades e incertezas que torturavam sua existência. Diante dessa exposição de fatos lhe foi concedida a naturalização por decreto n.º 4, de 15 de junho de 1838.

A 10 de setembro do mesmo ano a Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos Senadores aprovou a sua reintegração no posto de capitão de Artilharia da Marinha. 16 anos mais tarde, em 17 de junho de 1854, já então tenente coronel, BRUCE dirigiu uma petição aos "Srs. Representantes da Nação Brasileira" em que pleiteou o pagamento dos soldos relativos ao tempo que esteve desligado do serviço militar, historiando o sucedido desde o seu engajamento na Suécia até a data da petição.

Por antiguidade foi promovido ao posto de major graduado a 23 de setembro de 1842, servindo neste posto no 8.º Batalhão de Caçadores.

Serviu ainda na campanha do Rio Grande do Sul.

Em 27 de junho de 1849 foi condecorado com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro pela defesa da ordem pública na província de Pernambuco, onde tomou parte em 12 combates (sic.) e saiu ferido no lábio inferior em um deles, como pode ser observado na quadro a óleo da autoria de F. PRATA, datado de 1872, que se acha exposto na Sala "Duque de Caxias" (Guerra do Paraguai) do Museu Histórico Nacional.

A 27 de outubro de 1849 foi promovido ao posto de tenente coronel graduado, do mesmo 8.º Batalhão de Caçadores em que vinha servindo desde há alguns anos. Por serviços militares prestados, é agraciado com a insígnia de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro a 3 de fevereiro de 1851.

Tomou parte na batalha de Monte Caseros, a 3 de fevereiro de 1852, pelo que recebeu a Medalha de Ouro pendente de fita azul e expedida a 13 de fevereiro de 1854.

A 14 de junho de 1852 recebeu a insígnia de Oficial da Ordem da Rosa pelos serviços militares prestados. Posteriormente é nomeado comandante do Corpo de Guarnição Fixa da Província de Minas Gerais, com sede na capital — Ouro Preto. Em 1856, porem, surgem dificuldades. Indiretamente BRUCE é acusado de ter mandado notícias cifradas para os jornais da Corte, bem como correspondência anônima. Pesam sobre ele tais acusações. O Governo determina a nomeação de um Conselho de Investigação, e, BRUCE apresenta defesa por escrito.

Verificada a sua inculpabilidade e apurada a responsabilidade de quem de justiça, é ele reintegrado no posto de comandante de Corpo da Guarnição Fixa, pela Ordem do Dia n.º 220, datada de 8 de agosto de 1856, em virtude do Aviso do Ministério da Guerra.

Reassumindo esse posto recebeu elogios do ministro dos Negócios de Guerra, marquês de Caxias, datados de 5 demarço de 1857, pela eficiente colaboração que prestou ao chefe de Polícia da província na captura de vários criminosos nos termos das Comarcas de Sabará, Santa Luzia e Rio das Velhas.

A 7 de março de 1860, recebe o título de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz por serviços militares prestados ao Brasil. Posteriormente passa a ser comandante do 11.º Batalhão de Infantaria do Exército, quando, a 21 de dezemro de 1861, é promovido ao posto de coronel, por antiguidade.

Na guerra do Paraguai era o comandante da 9.ª Brigada do Exército do general Osório, que se achava embarcada em diversos navios da Divisão sob as ordens do almirante FRANCISCO MANUEL

BARROSO, barão do Amazonas. Assistiu o combate à cidade de Corrientes, a 25 de maio de 1865, de bordo da corveta a vapor "Beberibe", onde tambem estava o barão do Amazonas.

O general argentino, WENCESLAU PAUNERO, pediu ao almirante BARROSO que tropa brasileira substituisse, à noite, a vigilância da praça conquistada, sendo BRUCE designado para essa arriscada missão, levando três oficiais para constituirem o seu Estado Maior, e, alem destes, o major PEIXOTO e 166 praças do 1.º Batalhão de Infantaria de Linha.

BRUCE esteve no Paraguai de 27 de abril de 1865 até 7 de agosto de 1866, quando se retirou por motivo de enfermidade contraida em campanha. Assim, tomou ainda parte na Batalha Naval do "Riachuelo", em 11 de junho de 1865. Recebeu as condecorações previstas, sendo a Medalha de Ouro da República Argentina, comemorativa do combate de Corrientes, em 6 de maio de 1868, e mais o título de Comendador da Ordem de Cristo, em 17 de janeiro de 1866, a Medalha de Ouro comemorativa da Batalha Naval de "Riachuelo", em 16 de outubro de 1866, e a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, com passador de Ouro, contendo o n.º 1, correspondente ao número de anos que servira na guerra contra o governo do Paraguai, em 24 de maio de 1872.

Em 9 de fevereiro de 1866, por merecimento, foi promovido ao posto de brigadeiro, em plena guerra do Paraguai.

Em despacho do imperador D. PEDRO II, passado no Palácio do Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1868, BRUCE é nomeado comandante da Fortaleza de *Santa Cruz*, na entrada da Barra da Baía de *Guanabara*.

Um ano mais tarde, a 14 de agosto de 1869, foi agraciado com o título de Comendador da Ordem de São Bento de Aviz.

Entre os documentos que tive ocasião de examinar encontra-se a sua profissão de fé à religião católica, apostólica romana, datada e assinada por ele próprio, a qual é assistida por toda a família e pelo seu amigo pessoal e confessor, que redigiu a profissão, monsenhor JOAQUIM PINTO DE CAMPOS, aos 3 de outubro de 1874.

Como de nenhum dos documentos compulsados consta a data do seu falecimento, creio ser aquela profissão de fé feita quando já se achava moribundo.

O último documento da coleção que examinei é a Carta de S. A. I. a regente princesa ISABEL, concedendo à viuva de BRUCE a pensão anual de 720$0 (setecentos e vinte mil réis), sem prejuizo do meio soldo que lhe assistia de direito. A data dessa carta é de 26 de julho de 1876. Lê-se sobre a mesma que a razão dessa

pensão à Sra. Da. ENGRÁCIA MARIA PETRA DE BARROS E BRUCE, era devido ao fato de seu esposo ter falecido em consequência de moléstia adquirida quando no serviço ativo do Brasil e na defesa da coroa imperial durante a Campanha do Paraguai.

Dos seus 69 anos de idade BRUCE viveu 46 no *Brasil*, e desses, 40 dedicou ao serviço militar da nossa Pátria, galgando todos os postos, uns por antiguidade, outros por merecimento. todos, porem, em virtude de serviços militares excepecionais.

ALFREDO TEODORO RUSINS
(*Conservador, Classe G. do Museu Histórico*)

ESTUDO SOBRE A ORDEM DO CRUZEIRO

A Condecoração, como distinção e recompensa, existe desde os primórdios da civilização humana, devido à necessidade que tem o homem de sentir a aprovação de seus companheiros, a algum serviço prestado por ele à comunidade.

Os governos primitivos compreenderam logo esta necessidade e se aproveitaram da consideração de que eram alvos estas recompensas, para incitar os seus súditos aos mais belos atos de coragem e bravura, pelo simples desejo de obtê-las.

A história nos mostra em exemplos bem patentes a admiração que tinham os gregos pelos seus patrícios que conseguiam obter as palmas e coroas de louros durante os grandes jogos, ou em tempo de guerra ; não escondendo tambem a enorme influência que tiveram as marcas honoríficas para os prodígios de bravura dos soldados romanos que submeteram à sua pátria quase todas as províncias do mundo então conhecido.

Durante a Idade Média, este uso, já adotado entre os bárbaros, acentuou-se com o aparecimento da Cavalaria e das Ordens Militares, mas só no século XIV foi instituida a primeira Ordem Honorífica, destinada unicamente a recompensar as nobres ações e incitar os povos à pratica dos atos de virtude e coragem.

Esta instituição foi logo aceita em todos os paises, pois era uma maneira simples de recompensar os grandes serviços feitos à pátria e reconhecer o valor de certos homens exepcionais, sem com isto oprimir a liberdade ou arruinar o tesouro da nação, o que aconteceria se eles fossem pagos em riquezas ou em poder.

O Brasil tambem compreendeu logo a utilidade destas Ordens Honoríficas, pois, não só adotou as três Ordens Religiosas Militares portuguesas que, devido à inexistência dos motivos militares e religiosos de sua criação, se tinham tornado unicamente honoríficas, mas criou outras Ordens novas, brasileiras, entre elas a do Cruzeiro que, através de todas as transformações, ainda persiste.

A Independência abriu uma nova era para o Brasil, transformando-o em um novo Estado que, apesar de sua inexperiência, tinha confiança num futuro próspero e glorioso.

Era preciso, entretanto, conservar o entusiasmo ainda quente do povo e incentivar nele o ardor necessário a sobrepujar todos os obstáculos dos primeiros anos de liberdade, afim de transformar esta ex-Colônia num grande Império.

Considerando, pois, D. Pedro I a grande utilidade das condecorações na vida de uma nação, resolveu criar uma Ordem Honorífica, destinada a recompensar os serviços prestados por brasileiros e estrangeiros ao Brasil, escolhendo então para isto a data memoravel de sua Coroação e Sagração como imperador constitucional do Brasil e seu perpétuo defensor.

Perpetuando esta data de 1 de dezembro de 1822, D. Pedro I quis tambem seguir o exemplo de seus augustos antepassados, que tinham a prática de criar Ordens Honoríficas para comemorar as datas memoraveis de seus reinados, como fizera D. João VI após a sua feliz chegada ao Brasil em 1808, restabelecendo a Ordem da Torre e Espada e criando a Ordem Militar da Conceição, no dia de sua aclamação para rei de Portugal, em 1818.

A nova Ordem criada por D. Pedro I recebeu o nome de Ordem Imperial do Cruzeiro, em alusão à constelação que orna os céus do Brasil e em memória do primeiro nome dado a este país : Terra de Santa Cruz.

Segundo o decreto de 1 de dezembro de 1822, que a instituiu, o Grão-Mestrado dela pertenceria aos Imperadores do Brasil, que teriam sobre a mesma o controle absoluto, sendo entretanto ajudados por um chanceler.

O chanceler tratava dos negócios da Ordem e o primeiro deles parece ter sido João Inacio da Cunha (visconde de Alcantara).

A Ordem Imperial do Cruzeiro constava de quatro graus : cavaleiros, oficiais, dignitários e grã-cruzes.

A insígnia desta Ordem Honorífica era para os simples cavaleiros uma estrela de cinco braços duplos, esmaltada de branco, perfilada e maçanetada de ouro, decorada com a coroa imperial e assente sobre uma coroa emblemática de folhas de café e fumo, esmaltadas de verde. Tinha no centro, em campo azul celeste, uma cruz formada de 19 estrelas esmaltadas de branco ; e, na circunferência deste campo, em círculo azul ferrete, a legenda: BENEMERENTIUM PREMIUM, em ouro polido (fig. 1).

No reverso, em lugar da cruz formada de estrelas, aparecia a efígie de D. Pedro I, em ouro, sobre o campo do mesmo metal, tendo os seguintes dizeres no círculo azul ferrete PETRUS I. BRASILIAE IMPERATOR D.

Os oficiais da Ordem, os Dignitários e os grã-cruzes usavam, alem da insígnia, uma chapa uniface em formato de estrela de cinco raios, idêntica à da venera, mas colocada sobre um resplendor de

ouro e tendo a coroa imperial imbutida no seu braço superior (fig. 2).

Os cavaleiros usavam a insígnia ou venera enfiada em fita azul celeste atada em uma das casas do lado esquerdo do vestido ou farda.

Os oficiais alem disto, traziam a chapa ou bordado no lado esquerdo do mesmo.

Os dignitários, alem da chapa, usavam a insígnia pendente de uma fita ao pecoço.

Finalmente, os grã-cruzes traziam, alem da placa, as bandas ou fitas largas de cor azul celeste, a tiracolo, com a medalha da Ordem.

Segundo um documento citado pelo Sr. Marques dos Santos (Memórias de Antonio Menezes de Vasconcelos Drumond, publicadas na *Gazeta* de 20 de março de 1884), foi José Bonifácio de Andrada quem imaginou as insígnias, de acordo com o mesmo documento, desenhadas por Debret, e quem escolheu a cor da fita e o título da Ordem, tendo redigido tambem o seu regulamento.

Parece, entretanto, que o desenho da venera não foi encomendado somente a Debret, pois há na coleção do Sr. Fonseca Hermes uma aquarela da A. Pallière com um desenho que lhe fora encomendado pelo imperador, para servir de modelo à insígnia da Ordem do Cruzeiro, como se vê manuscrito pelo mesmo artista na dita aquarela (fig. 3).

Este desenho lembra bastante a chapa adotada, diferenciando-se, porem :

1.º, o desenho de Pallière apresenta no centro azul celeste seis estrelas em vez das 19 (simbólicas das 19 províncias que compunham o Brasil naquela época), as quais aparecem em uma faixa azul ferrete posta sobre o resplendor de ouro ;

2.º, em vez da coroa imperial, grande e imbutida que apresenta a placa adotada, o desenho da aquarela mostra, no mesmo braço superior da estrela, uma grinalda de folhas de café e fumo, com as iniciais — PB — (Pedro Bragança), no centro, encimada por uma coroa pequena. Em tudo mais é igual à placa da Ordem e apresenta as mesmas cores.

Havia várias festas e funções solenes na Ordem Imperial do Cruzeiro e nelas os seus membros deviam aparecer ornados de um manto branco com cordões e alamares de cor azul celeste e com a insígnia bordada no ombro esquerdo, conforme as graduações. A principal destas festas era a do dia 1 de dezembro, aniversário da Ordem, quando se faziam as promoções, devendo comparecer à cerimônia todos os membros que se achassem afastados até três léguas da corte.

Esta instituição compunha-se de membros honorários e efetivos, não podendo aqueles passar a um grau superior, sem se efetivarem previamente no anterior; e, depois das primeiras promoções, que dependiam da escolha do Imperador, ninguem podia ser admitido cavaleiro, sem provar ao menos 20 anos de distinto serviço militar, civil ou científico, exceto nos casos de serviços extraordinários e relevantíssimos que merecessem a dispensa desta exigência regulamentar.

Estabelecida regularmente a Ordem, nenhum cavaleiro poderia passar a oficial sem contar quatro anos de antiguidade no seu grau; para ser promovido a dignitário era necessário ter três anos de oficial; e para grã-curz, cinco anos de dignitário. No entanto, para os militares em campanha, cada ano de guerra era contado como dois de serviço ordinário.

Aos grã-cruzes competia o tratamento de Excelência, quando já não o tinham pelo posto que ocupavam, assim como aos Dignitários cabia o tratamento de Senhoria.

Por ocasião do falecimento de um dos membros, as honras funerais eram militares e de acordo com o posto que ocupavam. Assim: aos grã-cruzes eram feitas as honras de tenentes-generais, aos dignitários competiam as de brigadeiros, aos oficiais, as de coronéis e aos cavaleiros eram concedidas honras de capitães. Enquanto vivos, recebiam continências militares de acordo com os postos acima mencionados.

Todos os que fossem promovidos aos diferentes gráus desta Ordem, deveriam prestar juramento solene de serem fiéis ao Imperador e à Pátria; ficavam porem isentos dele as pessoas da Família Imperial e os estrangeiros a quem, por sua alta hierarquia ou merecimentos, o imperador houvesse conferido esta condecoração.

As nomeações eram feitas por decretos assinados pelo grão-mestre e referendados pelo chanceler, que expedia depois o competente diploma para servir de título ao agraciado, o qual era obrigado a dar uma jóia qualquer, a seu arbitrio, para a dotação de uma Caixa de Piedade destinada à manutenção dos membros pobres da Ordem, ou dos que, por casos fortuitos ou desgraça, caissem em pobreza.

Logo após a Independência do Brasil, as insígnias da Ordem Imperial do Cruzeiro foram concedidas aos que mais se salientaram na luta pela Liberdade, entre os quais se contam: José Clemente Pereira, José da Silva Lisboa, Antonio Carlos de Andrada, etc...

Durante todo o primeiro reinado, estas medalhas foram distribuidas em grande número aos brasileiros ilustres que se distinguiram nas guerras, defendendo sua Pátria, ou na paz, enaltecendo-a.

D. Pedro II, porem, devido à sua magnanimidade e aos grandes feitos bélicos que encheram de glória e heróis o seu reinado foi quem mais concedeu condecorações do Cruzeiro, não só a brasileiros como Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso, mas tambem a grandes estrangeiros, entre eles — Mitre e Flores — que muito auxiliaram o Brasil nestas Campanhas.

E' interessante notar que a Ordem Imperial do Cruzeiro não foi conferida somente a individuos, mas tambem a navios, batalhões, etc...

Após a restauração da Baía, D. Pedro I concedeu aos 1.º e 2.º Corpos que aí lutaram a insígnia de cavaleiro, para ser usada por cima de suas bandeiras, enquanto nos referidos Corpos houvesse praças que, em tal ocasião e por tal motivo, tivessem pegado em armas. Anteriormente, em janeiro de 1823, já haviam sido agraciados, com o mesmo grau, os Corpos de 1.ª e 2.ª Linhas que pegaram em armas para expulsar os portugueses chefiados por Avilez.

No segundo reinado, verifica-se que a insígnia de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro foi dada ao Batalhão de 2.ª de Caçadores de Linha, que lutou na cidade de S. José do Norte e que a usava bordada na bandeira entre duas palmas. Ao 1.º Batalhão de Infantaria de Linha, que brilhantemente atuou na guerra do Paraguai, foi conferida idêntica insígnia, a qual, presa à haste de sua bandeira, relembrava seus feitos heróicos.

A fragata "Amazonas", que tão gloriosamente agiu na batalha de Riachuelo, sob a direção do almirante Barroso, foi condecorada com a placa de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, que foi colocada na roda do leme da dita fragata (1).

Entre os navios agraciados com esta Ordem encontram-se os encouraçados, "Barroso", "Tamandaré" e "Baía" e os monitores "Alagoas", "Pará" e "Rio Grande", componentes da divisão que efetuou a passagem de Humaitá, os quais tiveram içada em seu mastro de proa a fita azul celeste da Ordem Imperial do Cruzeiro, que nunca seria arriada, ainda mesmo que nele devesse ser hasteada alguma bandeira ou distintivo de chefe.

Assim, a Ordem Imperial do Cruzeiro, instituida logo após a nossa Emancipação Política, glorificou, no Império, feitos grandiosos, para mostrar o reconhecimento da Pátria aos heróis que a engrandeceram naquela brilhante etapa de nossa História.

Proclamada a República, o Chefe do Governo Provisório, o marechal Deodoro da Fonseca, pelo decreto n. 277 F, de 22 de

---

(1) A roda do Leme da fragata "Amazonas" encontra-se neste Museu.

março de 1890, declarou abolidos todos os títulos, foros de nobreza e Ordens Honoríficas instituidos pelo antigo regime, como "incompativeis com a índole de um governo democrático". O citado decreto, entretanto, fez exceção para a Ordem de Aviz e para a Ordem Imperial do Cruzeiro, considerada a mais brasileira das Ordens Honoríficas, que, devido à extinção do Império, passou a ser denominada: Ordem do Cruzeiro; continuando estas duas instituições com todas as honras, direitos e isenções, indicados na legislação que as criou.

A insígnia da Ordem do Cruzeiro, apesar de ter conservado as mesmas cores da venera imperial e o mesmo formato de estrela de cinco raios, esmaltada de branco, perfilada e maçanetada de ouro, sofreu, entretanto, algumas modificações (figs. 4 e 5).

A coroa imperial foi substituida por uma estrela de cinco braços, esmaltada de vermelho, perfilada de ouro e assente sobre uma grinalda de folhas de café e fumo, esmaltadas de verde. Em lugar da cruz de estrelas, no campo azul celeste aparece a constelação do Cruzeiro do Sul em sua posição natural, como é vista no firmamento. Finalmente, no reverso da medalha, a efígie da República, no centro e a legenda ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, no círculo azul ferrete, vieram substituir o busto do imperante e a respectiva legenda.

Os graus continuaram os mesmos da Ordem Imperial do Cruzeiro: cavaleiros, oficiais, dignitários e grã-cruzes e as insígnias eram usadas do mesmo modo que no Império.

Ignora-se se a Ordem do Cruzeiro foi concedida a alguem, neste curto período de sua existência, pois ela foi extinta, assim como todas as outras Ordens Honoríficas, pela Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, apesar dos pareceres contrários de grande número de deputados; sabendo-se, porem, que o marechal Deodoro da Fonseca foi o grão-mestre da dita Ordem.

Em 1922 foi tentado o seu restabelecimento, mas o projeto não logrou andamento, devido à grande oposição sofrida na Câmara.

Mais tarde, em 1932, desejando o Chefe do Governo Provisório — Dr. Getulio Vargas — galardoar os estrangeiros civís e militares que por qualquer motivo se tornassem dignos do reconhecimento da Nação Brasileira, resolveu, por decreto de 5 de dezembro do mesmo ano, restabelecer a Ordem Imperial do Cruzeiro, com o nome de Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Entre as razões do restabelecimento desta Ordem, estavam as seguintes:

1.º, a conveniência de uma Ordem nacional para galardoar os estrangeiros;

BRASIL IMPERIO

Fig. 1

Fig. 2

Fig. 3

2.º, devido à criação da Ordem Imperial do Cruzeiro datar do advento da Independência ;

3.º, por ter a condecoração desta Ordem recompensado sempre os mais relevantes serviços e as mais nobres virtudes militares.

A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que, pelo seu Regulamento datado de 4 de abril de 1933, só pode ser conferida a estrangeiros, consta de cinco classes: cavaleiros, oficiais, comendadores, grandes-oficiais e grã-cruzes.

A insígnia atual é semelhante à de 1890, não apresentando, porem, a estrela esmaltada de vermelho encimando a peça, mas somente a grinalda de folhas de fumo e café esmaltadas de verde. No reverso, a legenda: ESTADOS UNIDOS DO BRASIL foi substituida pelos dizeres : REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (figuras 7 e 8).

A chapa, em formato de estrela, igual à da insígnia e colocada sobre o resplendor de ouro como as precedentes, perdeu a estrela vermelha que a encimava, em 1890, e conservou a constelação do Cruzeiro do Sul no centro (fig. 6).

Atualmente os grã-cruzes usam a insígnia pendente de uma fita azul celeste passada a tiracolo da direita para a esquerda, alem da placa dourada, que trazem no lado esquerdo do peito.

Os grandes oficiais usam a venera pendente de uma fita azul celeste ao pescoço e mais a referida placa, montada, porem, em prata.

Os comendadores trazem só a insígnia pendente ao pescoço.

Os oficiais usam a insígnia do lado esquerdo do peito, tendo uma roseta na fita azul celeste.

Os cavaleiros usam-na do mesmo modo que os oficiais, mas sem a roseta e com a venera montada em prata.

O grão-mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é o Chefe de Estado e o chanceler, o ministro das Relações Exteriores, o qual propõe as nomeações que são feitas por decretos assinados pelo Presidente, na sua qualidade de grão-mestre.

Em 1939, já no Estado Novo, o Dr. Getulio Vargas instituiu, nesta Ordem uma nova classe, destinada a galardoar somente os chefes de estado.

Este novo grau, denominado "Grande Colar", permite às pessoas com ele agraciadas, o uso simultâneo do grande colar da Ordem com a banda e a placa de grã-cruz.

Consiste, o colar, em duas correntes de ouro, unidas por cinco estrelas de cinco raios, esmaltadas de branco, perfiladas e partidas de ouro, intercaladas de 6 ramos de café e fumo, esmaltados de

verde, que ligam tambem as duas cadeias ; da estrela central, pende a insígnia da Ordem.

Esta nova classe foi concedida somente ao general Carmona presidente da República Portuguesa, em 1 de maio de 1940, porem, os outros graus contam com nomes ilustres como : Pio XII, A. Justo, Leopoldo III, entre outros ; continuando o Brasil a mostrar aos olhos da Humanidade que Ele sabe recompensar a dedicação dos que o servem.

NILZA MARIA VILLELA BOTELHO
(*Conservador cl. G. do Museu Histórico*)

BRASIL REPÚBLICA

(Anv.) Fig. 4

Fig. 5 (Rev.)

Fig. 6

Fig. 7 (Anv.)

Fig. 8 (Rev.)

BIBLIOGRAFIA

BRESSON (Jacques) — Ordres Militaires et Civiles. — Paris e Londres, 1844.

DECRETOS: —

1 de dezembro de 1822.
9 de janeiro de 1823.
12 de outubro de 1823.
18 de julho de 1841.
28 de fevereiro de 1867.
14 de março de 1868.
22 de março de 1890.
5 de dezembro de 1932.
4 de julho de 1933.
17 de julho de 1939.
1 de maio de 1940.

MARQUES DOS SANTOS (Francisco) — Artigo sobre a Ordem do Cruzeiro, publicado no *Estado de S. Paulo*, de 25 de março de 1936.

Os modelos e alguns decretos e noticias concernentes a este trabalho foram colhidos numa publicação do Ministério das Relações Exteriores: *Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*.

A ATUAÇÃO DE GOMENSORO NO COMBATE NAVAL DO RIACHUELO

Uma vez assinado o Tratado de Tríplice Aliança entre o Império Brasileiro .e as Repúblicas da Argentina e Oriental do Uruguai, a 1 de maio de 1865, o vice-almirante visconde de Tamandaré, comandante chefe da Esquadra Brasileira e forças marítimas aliadas, notificou o bloqueio dos portos e águas do Paraguai.

E logo no dia 3 de maio, a 3.ª Divisão, comandada pelo capitão de mar e guerra José Segundino Gomensoro, estava em Goia, onde se pôs em comunicação com o Sr. Manoel Inácio Lagraña, presidente de Corrientes, em poder do inimigo desde 13 de abril.

No entanto, Robles, comandando grande parte de seu exército paraguaio, desce a margem do Paraná até o arroio Riachuelo, em cujas barrancas se fortifica. Para despistar as forças do general Paunero, acampado em Bela Vista, e que iam a seu encontro, simulou Robles uma retirada em direção a Corrientes. Repentinamente, porem, voltou para os lados de Bela Vista, enquanto o general Aguiar, comandando a cavalaria, seguiu para o Sul, pensando assim cortar as comunicações entre os argentinos e a esquadra brasileira. Esse simúlacro de retirada, porem, não passou despercebido ao general Paunero, que, sem temer imprevistos, pediu auxílio à 3.ª Divisão da esquadra e embarcou suas tropas a bordo dos navios de guerra brasileiros. A 25 de maio, surgiu na capital correntina, atacando-a e retomando-a depois de forte resistência dos paraguaios sob o comando do general Martinez.

As forças brasileiras em ação, canhoneiras Mearim, (Elisiário José Barbosa), Itajaí (Bittencourt Cotrim), Araguarí, (von Hoonholtz) e o 9.º batalhão de infantaria (tenente coronel Silva Guimarães) com duas bocas de fogo do 1.º de artilharia sob o comando do 1.º tenente Tiburcio de Souza, prestaram relevantíssimos serviços.

Segundino Gomensoro desembarcou no ataque e tomada de Corrientes, prestou serviços estimaveis, entusiasmando seus companheiros, atendendo aos feridos, o que lhe valeu grandes elogios do general Paunero quando se dirigiu ao ministro da Guerra e Marinha de seu país, general D. João A. Gelly y Obes. Já por ocasião do transporte das tropas argentinas a Corrientes, dele dissera o mesmo general, em carta ao almirante Barroso: "o Sr. Gomensoro, nada menos fez do que proteger minhas operações com sua esquadra, sem cuja importante cooperação teria sido extremamente dificil minha posição, e talvez mesmo comprometida", à frente de 1.000 homens que o governo da Confederação julgou suficiente para repelir a invasão. "O Sr. Gomensoro", continua o general Paunero, "não podia proceder de uma maneira mais satisfatória e completa, tendo em atenção a amizade que felizmente liga o Império a esta República, e as operações da guerra que, de comum acordo fazem ao Paraguai".

No dia 26 de maio, Paunero, receioso que o exército paraguaio do sul viesse a seu encontro, evacuou a cidade, embarcando forças argentinas e brasileiras, e desceu o Paraná, indo acampar no Rincón del Soto.

O ditador Lopez, ao saber da vitória de Paunero, procura, com frenética atividade, esconder os revezes que tinha sofrido e, responsabilizando o general Martinez pela derrota de Corrientes, manda fuzilá-lo.

A esquadra brasileira e o auxílio que a República Oriental poderia levar aos aliados, eis tudo o que mais preocupava Solano Lopez. Prevendo vantagens extraordinárias, sobre os exércitos aliados — inferiores em número — enviou o coronel Estigarríbia, comandando uma coluna paraguaia, ao Estado Oriental, em franca proteção aos Blancos, na esperança de que pudesse ser deposto o general Flores, chefe dos Colorados, aliado do Brasil.

Resolveu o formidavel combate naval, do qual tiraria vantagens imaginárias e assistiu pessoalmente aos preparativos para a projetada expedição que, marcada para o dia 11 de junho, atacaria de surpresa a esquadra brasileira.

Reforçando o plano que concebera, mandou o coronel de artilharia Bruguez, com uma bateria de 32 canhões, para a margem direita do Riachuelo. Para auxiliá-lo, um contingente de infantaria estabeleceu-se em ambas as margens da embocadura do Riachuelo. Na margem esquerda do Paraná, fazendo ligeira curvatura, estavam os navios paraguaios: Tacuarí, Igurei, Marquês de Olinda, Salto, Paraguarí, Iporá, Jejuí e Iberá.

A nossa esquadra, colocada abaixo de Corrientes, ancorada à margem direita do Paraná, compunha-se de nove navios, cujo comandante chefe era Francisco Manoel Barroso:

Amazonas, capitão de fragata Teotonio Raimundo de Brito.
Iguatemí, 1.º tenente Justino José Macedo Coimbra.
Parnaiba, capitão tenente Aurelio Garcindo Fernandes de Sá.
Araguarí, 1.º tenente Antonio Luiz von Hoonholtz.
Mearim, 1.º tenente Elisário José Barbosa.

A terceira divisão chefiada pelo capitão de mar e guerra José Segundino Gomensoro, que tinha sua insígnia na corveta

Jequitinhonha — sob o comando do capitão tenente Joaquim José Pinto.

Beberibe — capitão tenente Bonifácio Joaquim de Sant'Ana.
Belmonte — 1.º tenente Joaquim Francisco de Abreu.
Ipiranga — 1.º tenente Alvaro de Carvalho.

Todos esses navios dispunham de 59 peças de artilharia de diversos calibres, 79 oficiais do exército, 1.113 praças da marinha e 1.174 praças do exército.

Afim de cumprir as ordens do ditador Lopez, tentou o chefe Meza a abordagem logo ao dobrar a ilha Palomera. Os navios paraguaios aproaram contra a corrente do Paraná como que para executá-la, porem o canhoneio dos rodízios de popa dos vapores brasileiros fizeram-nos recuar, indo então colocar-se em frente à embocadura do Riachuelo.

Esperava o chefe Meza apanhar a nossa esquadra de surpresa, condição essencial para o êxito. Foi terrivel o fogo que a esquadra brasileira fez a essas baterias, grandes as perdas e os estragos que causou ao inimigo. Duas descargas de todos os canhões dos nossos navios, bastaram para avariar as máquinas do *Jejuí* e por a pique uma chata paraguaia. Uma das balas do *Jequitinhonha* alcançou o Paraguarí, danificando-lhe as caldeiras.

Depois, toda a esquadra seguiu água abaixo conservando a mesma posição que tinha quando estava fundeada. Porem o almirante Barroso, pensando que a esquadra paraguaia não quisesse aceitar novo combate e tentasse a fuga para o norte, resolveu impedí-la, para o que mudou repentinamente a direção da fragata *Amazonas,* seguindo para o norte. Essa tática inesperada do almirante Barroso lança a confusão entre os comandantes dos outros navios que já seguiam para o sul, e, ao observarem a estranha manobra de seu chefe, voltam-se todos para o norte. Foi assim que o *Jequitinhonha,* capitânia de Gomensoro, subindo o rio e descendo o mesmo em manobras rápidas para um navio de seu calado, encalhou num banco de areia, próximo à artilharia de

Bruguez (1). Perdeu-se, mas de uma maneira gloriosa, sustentando o fogo contra as baterias de terra do coronel paraguaio.

Quadro indescritivel ofereceu então esse vaso de guerra, com a sua proa, as amuradas, as vergas, os mastros, os escaleres, tudo enfim reduzido a estilhaços, que concorrem para por fora de combate os nossos soldados e oficiais mais ousados. Morre o prático André Motta, e, junto dele, teem a mesma sorte Lima Barros e muitos inferiores. Gomensoro, sustentando essa ousada manobra, foi ferido numa perna, assim como Francisco José de Freitas, o segundo tenente Nogueira de Lacerda, Castro e Silva e outros, todos firmes nos seus postos.

A *Parnaiba* foi abordada por quatro navios paraguaios: *Tacuarí, Salto Oriental, Marquês de Olinda* e *Paraguarí*. Defendeu-se com bravura, investindo de proa contra o *Paraguarí,* abrindo-lhe um rombo no casco que atingiu a caldeira, pondo-o fora de ação. O *Marquês de Olinda* despeja no convés da *Parnaiba,* centenas de guaranís bravios, armados de sabres, machadinhas e revólveres. Travou-se horrivel combate corpo a corpo, que terminou em terrivel carnificina. João Guilherme Greenhalgh, tendo derribado a tiros um oficial paraguaio que o intimara a arriar o pavilhão nacional, cai morto a cutiladas de sabre. A mesma sorte teem Pedro Afonso

---

(1) (Documento de defesa, fls. 10) ..."Descemos então abaixo das baterias e viramos águas-acima para melhor agredir o inimigo, e mais aproximarmo-nos dos nossos navios que tinham feito o mesmo.

"Mas, estava o *Jequitinhonha* a alguma distância daquelas baterias. quando o chefe Barroso fez o sinal — "Bater o inimigo o mais próximo possivel" — Conhecendo a intenção do chefe, viramos águas-abaixo, e sendo o canal muito apertado e o vento *de través,* foi de mister içar a bujarrona para melhor fazer a rotação; e mal tinha isto acontecido, fomos de novo investidos pelos navios inimigos. Neste momento corro à proa para melhor observar o que intentavam os inimigos, e recomendar de novo fogo nutrido e certeiro, regresso para o meu posto, e ao aproximar-me ao portaló de E.B., o *Jequitinhonha* tinha encalhado. O homem do prumo acabava de acusar três braças, mas o navio tinha encalhado da amurada B.B. para a proa onde havia apenas braça e meia.

..."Nessa ocasião, como sempre, era o prático André Motta, quem dirigia o navio, ninguem mais a bordo se ingeria nesta direção; aconteceu o que eu não podia prever e evitar, encalhou o *Jequitinhonha,* como encalharia outro qualquer navio de igual *calado,* e que se achasse nesse lugar e fosse dirigido pelo mais habil homem do mar..." ,

(2) (Caderno de documentos — Tenção — 1.ª) — "Examinadas neste Conselho de Guerra as peças acusatórias, de defesa do réu o capitão de mar e querra José Segundino de Gomensoro, interrogatório e testemunhas e todo o processado, etc. etc. O réu, o capitão de mar e guerra José Segundino de Gomensoro como o comandante da terceira divisão da esquadra em operações de guerra contra o Paraguai, achava-se a bordo do vapor de guerra *Jequitinhonha,* quando se deu a batalha do Riachuelo em 11 de junho de mil oitocentos e sessenta e cinco. Atacada a esquadra pelos navios do Paraguai, e travada a luta, foi o vapor *Jequitinhonha* encalhar sobre um banco do rio, seguindo-se dai a perda total daquele navio. Responde a Conselho de

Combate naval do Riachuelo, óleo de De Martins, No Museu Histórico.

Ferreira, Feliciano J. de Andrade Maia e o bravo marinheiro Marcílio Dias. Finalmente três navios brasileiros acorrem em socorro da *Parnaiba*: *Amazonas, Beberibe* e *Mearim,* os poucos navios de que dispunha o almirante Barroso.

Nesse instante, fazendo da proa do *Amazonas* ariete, atirou-o contra o *Jejui,* o *Marquês de Olinda,* em seguida contra o *Salto Oriental,* inutilizando-os. Pôs ainda uma chata a pique, porem o *Tacuari* consegue fugir, reunindo-se ao *Igurei, Pirabebe* e *Iperá* para tentarem a abordagem do *Jequitinhonha.*

São perseguidos pela *Beberibe* e pela *Araguari* onde von Hoonholtz bate-se com denodo, seguindo-os de perto até a noite. O resto das chatas inimigas foi aprisionado, tendo seus tripulantes fugido à chegada dos brasileiros.

Os flancos dos navios brasileiros, despedaçados pelos canhões das chatas, tornam iminente a submersão total da esquadra; as bombas e metralhas esfuziam do alto dos barrancos, não sendo possivel descrever o que se passa a bordo dos navios ao alcance das balas que sibilam. No meio desse tumulto, em pé, entre nuvens de fumo, destaca-se o vulto imponente de Barroso que é o primeiro a bradar vitória.

Guerra o réu acima nomeado como culpado nesse acontecimento. E pois: Considerando que toda a navegação nas águas do Paraná pelos rios de canais inconstantes e variaveis a todo o momento é dirigida por homens práticos do lugar, e aos quais se entregam confiadamente os comandantes dos navios da Esquadra, como se prova pelo dizer das testemunhas e documentos que instruem a defesa. Considerando que no vapor de guerra *Jequitinhonha* havia um prático que ordenara a navegação no ato do combate, e nas manobras que a ocasião demandava até o momento do sinistro que o perdeu. Considerando que essa forma de proceder nos navios de guerra não tem sido considerda ilegal nem criminosa, e, ao contrário, aconselhada como util e necessária. Não pode ser atribuida ao réu a perda lamentosa do vapor de guerra *Jequitinhonha*. Considerando outrossim no passado, na vida militar do réu, todo honroso, e digno de elogio; no seu procedimento durante a guerra atual e serviços que prestou, e como se vê de sua Fé de Ofício, e dos documentos que acompanham sua defesa. Considerando, finalmente, que o navio a vapor *Jequitinhonha* encalhou defronte das baterias inimigas de terra, e no lugar mais arriscado. Não se pode dizer que o réu influisse sobre o prático para dirigir o seu navio fora da linha de combate, seguindo-se por isso o encalhar e a perda do mesmo vapor.

"E por tanto, e pelo mais que dos autos consta absolvo o réu. — Sala das Sessões dos Conselhos de Guerra no Rio de Janeiro, 6 de maio de 1867. — Viriato Bandeira Duarte — Auditor — Declaro que não uso de sinal —. Duarte." (sic)

(3) "*Sentença do Conselho de Guerra* — Vendo-se nesta Cidade e Corte do Rio de Janeiro o processo verbal do réu, o capitão de mar guerra José Segundino de Gomensoro, auto de corpo de delito, testemunhas sobre ele perguntadas e no conselho de investigação, interrogatórios do réu, sua defesa, e mais peças deste dito processo, o Conselho de Guerra decidiu, por unanimidade de votos, como se vê das tenções, que o crime de que o men-

Este triunfo naval que tão diretamente influiu nos destinos de toda a campanha, mudou tambem inteiramente a sorte dos adversários: Robles não continuou a invasão de Entre Rios, e acabou sendo fuzilado por Lopez que se recolheu em defensiva. Estigarríbia depõe as armas no Estado Oriental.

No entanto ainda não estava terminada a luta; Riachuelo abriu passagem a outras vitórias que culminaram com a entrada do exército brasileiro em Assunção.

Com a batalha naval do Riachuelo, saiu Gomensoro da luta. Ferido, doente, tendo seus padecimentos agravados com as privações sofridas desde o início da guerra, foi obrigado a voltar ao seio da família.

No entanto, no dia 11 de junho de 1865, firme no seu posto até o anoitecer, ferido e exposto a uma chuva de balas, Gomensoro ainda deu ordens relativas ao salvamento da corveta *Jequitinhonha*, que ficara encalhada.

Vendo, porem, inuteis seus esforços, resolveu comunicar ao almirante Barroso a situação, fazendo-se transportar à fragata *Amazonas*. A instâncias do almirante, permaneceu a bordo da mesma, ficando então o ilustre comandante Teotonio de Brito encarregado de presidir os serviços de salvamento do malogrado vaso de guerra.

Gomensoro, submetido a exame de saude, foi internado no Hospital de Marinha Brasileiro de Buenos Aires.

Aí, desgraçadamente, se originaram as calúnias, comentadas até pela imprensa argentina, onde se procurava estabelecer a culpabilidade de Gomensoro no encalhe da *Jequitinhonha*.

Os dois conselhos de investigação procedidos sobre esse acontecimento, e nos quais foram ouvidas 22 testemunhas, declararam-no sem culpa. No entanto, não satisfeito, Segundino Gomensoro

---

cionado réu é arguido não se acha provado, e nem o acusado dele convencido. E por tanto, e pelo mais que dos autos consta absolvem o réu e apelam. Sala das Sessões dos Conselhos de Guerra nesta Cidade e Corte do Rio de Janeiro, 6 de maio de 1867.

Viriato Bandeira Duarte — Auditor.

Jesuino Lamego Costa — Chefe de Esquadra.

Benjamin Carneiro de Campos — Capitão de Mar e Guerra, interrogante — Fernando Lazaro de Lima — Capitão de Mar e Guerra vogal — Francisco Candido de Castro Menezes — Capitão de Mar e Guerra — João Nepomuceno de Menezes — Capitão de Mar e Guerra reformado — Francisco Joaquim de Siqueira — Capitão de Mar e Guerra". (sic)

(4) "Confirmam a sentença do Conselho de Guerra — Rio de Janeiro, 25 de maio de 1867 — Barão de Suruhy — Bittencourt — Fonseca — J. M. A. Câmara — Magalhães Castro — Lisboa — " (Sic)

Retrato do bravo marinheiro Secundino Gomensoro existente no Museu Histórico, óleo de autor desconhecido.

quis requerer Conselho de Guerra, afim de dissipar quaisquer dúvidas que porventura pudessem marear sua reputação militar.

Amigos zelosos de sua saude e bem estar, dissuadiram-no contudo de semelhante desejo e em outubro do mesmo ano pediu reforma, por doente. Foi julgado, em inspeção médica, incapaz de todo serviço, "por sofrer rigidez muito pronunciada e dificultando os movimentos de articulação tíbio-tarseana esquerda e vários soffrimentos intestinais crôniços e incuraveis".

Mas, por Aviso de 24 de dezembro de 1866, foi mandado responder a Conselho de Guerra!

Eis por que o 11 de junho de 1865 que trouxe tanta glória, tanto valor para muitos, para Gomensoro, só trouxera mágoas e decepções. Sentiu-se abandonado pela sorte, sentiu o peso do destino. Sofreu por comparecer ante um Tribunal que o ia julgar depois de ter prestado 40 anos de serviços à Marinha Brasileira, quando primeiramente fora sua a vontade de apresentar-se de cabeça erguida ante os julgadores.

Brioso e forte, compareceu a Conselho de Guerra, — com as condecorações que conquistara na vida de marinheiro —, para *justificar-se* de um acontecimento casual e imprevisto, e não para *se defender*, porque, como ele próprio o disse, perante o Tribunal: "... a defesa pressupõe acusação e eu não fui, nem sou acusado, ao menos que o saiba, e muito menos conheço meu acusador".

Não constituiu advorago. De consciência tranquila, preferiu ir só, expor a verdade dos fatos, numa "linguagem muitas vezes rude, mas sempre franca e sincera do marinheiro" a que estava acostumado de longa data. Frisou, no entanto, que não o fez por dar pouca importância ou julgar menos grave a sua causa, porque "é sempre grave o fato que leva um militar a Conselho de Guerra". Relatando simplesmente o acontecimento e as circunstâncias que o acompanharam, seria o bastante para se justificar e convencer o Tribunal da sua não culpabilidade.

. . . . . .

"... Encalhou a *Jequitinhonha* no mais perigoso e arriscado lugar de todo o espaço em que se travou o combate, como o atestam as partes dos diversos comandantes publicadas no *Diário Oficial*. Servimos por assim dizer de baliza para que não encalhassem os outros navios, pois que os *próprios práticos não conheciam esse banco*, como depois mo afirmou Bernardino Guastabino.

"Fora sem dúvida esse banco formado pela forte vasante que se notava desde 1 de junho por causas puramente acidentais, e é por isso que consideram todos extremamente dificil a navegação do Paraná, ainda para os homens os mais práticos.

"Atendei Senhores, que em circunstâncias ordinárias já onze vezes, como acima disse, havia encalhado a *Jequitinhonha,* e sempre sob a direção de André Motta ; o que há pois de surpreendente e estranhavel, que na ocasião do combate, o mais renhido e assinalado que conta a América do Sul, esse pobre homem, que certo não era militar experimentado, e que se via sob uma chuva de balas, se perturbasse e mal dirigisse a manobra do leme ?

"A quem pois culpar por esse sinistro ? A essas circunstâncias especiais que ficam referidas, e superiores à previsão humana,. . ."

. . . . . .

Na sua opinião, há sentimentos que não podem ser comentados ; revelam-se nos menores gestos, nas menores palavras, nos atos mais simples da vida, definindo e qualificando o homem de uma maneira precisa.

"Tenho de falar de mim", — diz ele — "é a primeira vez que o faço e talvez a última, porque julgo terminada a minha carreira militar, já por força de meus sofrimentos físicos, já porque, uma vez postos em dúvida, a reputação e os brios de um oficial encanecido no serviço do Estado, e que tem gasto a melhor porção de sua vida por sustentar a este e conservar aquela ilesa e sem mancha, nasce-lhe necessariamente no ânimo a descrença ; a injustiça o oprime e acabrunha, falta-lhe o estímulo, e se o sentimento de sua dignidade o rehabilita no foro de su aconsciência, pesa-lhe no fundo da alma o juizo que dele pode formar o público menos cordato, e sempre propenso a aceitar o mal".

Equivocou-se Gomensoro: o dia 6 de maio, em que compareceu a Conselho de Guerra, marcou mais um triunfo na sua vida militar. Ressaltando o amor à Pátria, seu valor de marinheiro, cairam por terra as acusações anônimas de covardia e de culpa no encalhe da *Jequitinhonha*.

Entrou na Marinha ainda menino, aos 13 anos de idade, na ocasião da primeira Guerra Cisplatina. Por Aviso de 4 de junho de 1829, conseguiu nomeação de voluntário da armada, com direito a fazer o curso náutico afim de ter acesso na carreira.

Em 1830 tirou a carta de sota-piloto sem limite, naturalizou-se cidadão brasileiro (porque nascera na Banda Oriental a 1 de junho de 1812), e assim poude continuar como voluntário. Nesse posto viajou no transporte *29 de Agosto,* na escuna *Isabel* e na fragata *Greenfell,* conforme documento doado por sua família ao Museu Histórico Nacional.

Em 1833 foi promovido a segundo tenente, e como tal, comandou a escuna *Bela Maria,* na revolução do Pará, de Malcher e Vinagre, onde foi ferido, em 1835. Nessa ocasião foi-lhe conce-

dido um ano de licença, para tratamento de saude e da qual só gozou seis meses.

Foi promovido a primeiro tenente a 7 de setembro de 1847. Nesse posto comandou a escuna *28 de Julho,* o cuter *Esperança do Beberibe,* o brigue-escuna *Guararapes,* tendo servido tambem, com a devida licença, na *Companhia de Paquetes a Vapor,* comandando o paquete *Baiana.* Militou na guerra civil do Maranhão, sob as ordens de Joaquim Marques Lisboa, então capitão de fragata e comandante da Força Naval, recebendo nessa ocasião a insígnia da Imperial Ordem do Cruzeiro (1841).

Em princípios de 1852 foi promovido a capitão tenente, voltando para a Armada em maio de 1853. Trouxe de Londres o *Beberibe,* onde fora construido, engajando marinheiros portugueses por dois anos. Em 1855 assumiu o comando do *Jequitinhonha* e logo após o do *Amazonas.* Serviu depois na *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas* até 1857, quando, voltando para a Armada, foi designado para ir buscar, na Inglaterra, um dos vapores que seriam integrados ao serviço da nossa Marinha.

Em 1857 foi promovido a capitão de fragata, Joaquim Marques Lisboa, mais tarde marquês de Tamandaré, designou-o para comandar a canhoneira *Parnaiba* construida no Havre. Acompanhou SS. MM. Imperiais às províncias do norte em 1859, embarcando no vapor *Apa,* que fazia parte da esquadra. Comandou em seguida a fragata *Constituição,* sendo transferido depois para o comando da corveta *Baiana,* desempenhando sempre com louvor, todas as comissões.

Promovido a capitão de mar e guerra em 1862, deixou em março de 1865 o comando da corveta *Baiana,* e assumiu o da *Jequitinhonha,* como comandante da terceira divisão das forças navais em operações no Rio da Prata.

Após ter sido absolvido em Conselho de Guerra, por unanimidade de votos, das injustas insinuações que lhe fizeram no tocante ao encalhe da *Jequitinhonha,* obteve a reforma no alto posto de chefe de divisão. Em 1868 foi nomeado membro da Comissão de Derrotas.

Um ano após, falecia nesta capital, no dia 30 de agosto, sendo sepultado no cemitério de S. João Batista.

Era cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro (1841), da Ordem de S. Bento de Aviz (1851), da Ordem Portuguesa de Isabel a Católica, da Ordem Ernestina de Saxe, Comendador da Real Ordem Portuguesa da Torre e Espada, da Imperial Ordem da Rosa (1860), da Ordem de Cristo, possuindo tambem o colar da Academia de Ciências de Lisboa.

Ofertados por sua Exma. Família, guarda o Museu, ciosamente, essas insígnias honoríficas, a espada de comandante do *Jequitinhonha,* uma de gala e a de chefe de divisão, o estojo com o revolver de quatro canos, as dragonas, os punhos e gola de seu fardamento, o chapéu armado, e os documentos por ele apresentados na ocasião de sua justificação perante o Conselho de Guerra, e que muito nos elucidaram no estudo da atuação do chefe de divisão Segundino Gomensoro no combate naval do Riachuelo.

OCTAVIA DE CASTRO CORRÊA
(*Conservador Cl. G. do Museu Histórico*)

BIBLIOGRAFIA

RIO BRANCO (Barão do) — *Efemérides Brasileiras* — Rio de Janeiro, 1938.

SILVA (Teotonio Meireles da) — *História Naval Brasileira* — Rio, 1884.

BOTTO (Cap. Frag. Carlos Penna) — *Campanhas Navais Sul Americanas* — Rio, 1940.

CÓPIA DA FÉ DE OFÍCIO DE SEGUNDINO GOMENSORO, extraida do 1.º Livro. Mestre do Corpo de Oficiais da Armada Nacional Imperial.

DOCUMENTOS INÉDITOS DE GOMENSORO. do Museu Histórico Nacional.

A CASA DA MOEDA DA BAÍA

Na história do Brasil, há sempre um produto "leader", determinando um ciclo de evolução, assim o do açucar, o do ouro, o do café.

O século XVII é o do apogeu dos engenhos de açucar, da opulência dos nobres senhores, do luxo das mulheres que se adornavam com muitas jóias e só vestiam sedas.

Os engenhos existentes se dilataram ; novos surgiram, a principal economia da colônia — o açucar prosperou.

Representa a Baía a capital da colônia, o centro de riqueza e de luxo desse período. Avultam as construções nas cidades.

Erguem-se igrejas e conventos. O senhor de engenho começa a edificar na cidade, usa baixela de prata, e a serpentina, que é o veículo dos nobres que nunca saiam a pé, é carregada por escravos cuja vestimenta é caprichada.

A esse período de luxo corresponde o começo da decadência dos engenhos.

Há super-abundância do produto que sofre forte baixa, agravada a situação com a concorrência dos mercados franceses e ingleses. O preço da exportação é muito elevado, o que leva os mercadores a preferirem mandar o dinheiro pelas armadas, comprando em Lisboa as coisas apreciadas no Brasil, auferindo deste modo maiores vantagens do que se mandassem mercadoria, cujo frete era excessivo.

"Em virtude da crise do açucar e das exações fiscais da metrópole, deu-se a violenta saida da moeda do Brasil" (1).

A crise do numerário tolheu o desenvolvimento das cidades, chegando ao auge em 1690.

E' então que o padre Vieira em sucessivas cartas ao reino, alvitra a criação da moeda provincial, estabelecendo-se, na Baía, uma casa monetária.

Tal medida vinha realizar a aspiração geral da colônia — ter moeda própria, cunhada no país.

---

(1) SIMONSEN (Roberto) *História econômica do Brasil,* pág. 328.

Atendendo à necessidade do momento, apesar das razões políticas contrárias à criação de uma casa de moeda no Brasil, concedeu o rei, D. Pedro II, permissão para que se estabelecesse uma na Baía, em carater provisório.

A 8 de março de 1694, surge na Baía a primeira casa da moeda no Brasil, destinada à cunhagem do sistema provincial de ouro e prata. A finalidade da casa era fixar a moeda que fugia para a Europa.

A criação dessa casa da moeda marca o início da cunhagem no Brasil, da moeda propriamente brasileira, que o sistema provincial institue ; até então havia o numerário português aplicado ao Brasil, e a moeda de prata espanhola, introduzida no comércio, pelos negociantes do Potosi.

O aparecimento da casa da Baía representa não só um marco na história da moedagem brasileira, como um ponto inicial para uma evolução no sentido de independência.

Se compararmos o Brasil com as outras colônias portuguesas, até 1694, vemos que, colonizando-as, Portugal estabeleceu desde logo o seu numerário (exceção da Índia, que teve logo um sistema monetário próprio, pois aí a civilização era mais adiantada, sendo o uso da moeda conhecido).

Conforme as necessidades, foi Portugal criando moedas, próprias às colônias, mais fracas porem, e de metal inferior.

Para o Brasil, o critério já é diverso, talvez em grande parte devido à distância ; entretanto, os metais aplicados são nobres, as peças — cunhadas na própria colônia, instituindo-se para tal fim, embora em carater provisório, uma casa da moeda.

A ordem de 23 de março de 1694 determinava que, no Brasil, se levantassem 10% sobre o último levantamento (lei de 4 de agosto de 1688), que fora de 20 %.

Nessa base devia ser emitido o sistema provincial de ouro e prata para todo o Brasil, devendo as capitanias enviar suas moedas à casa da Baía, afim de serem transformadas em novas espécies.

Abria o soberano mão do direito de senhoriagem e mandava que o ouro em pó ou pasta fosse aplicado na moedação.

De Portugal, veio não só o material, como instrumentos para o estabelecimento da casa.

Pela carta régia de 22 ou 23 de março de 1694 são nomeados os funcionários da casa da Baía: João da Rocha Pitta, superintendente ; Ribeiro Rangel, juiz da moeda ; Manoel de Souza, ensaiador; João da Rocha Pitta, natural do Brasil, descendente de importante família pernambucana, era o 5.º chanceler nomeado, tendo tomado posse em março de 1694.

A nomeação dos tesoureiros foi deixada ao Senado da Câmara que indicou João de Matos Aguiar, servindo como 1.º escrivão Pantaleão Freire Porto, nomeado por Rocha Pitta.

O primeiro abridor de cunhos foi Joseph Berlinque, nomeado a 5 de maio de 1694. Veio de Portugal indicado pelo abridor da casa da moeda de Lisboa ; por inhabil foi dispensado e substituido por Domingos Ferreira Zambuja, ourives, natural da Baía, nomeado a 25 de fevereiro de 1695.

Era então governador do Brasil, João de Lancastro, que governava Angola, quando foi nomeado para o Brasil, chegando à Baía a 22 de maio de 1694, tomando posse do cargo a 25 do mesmo mês, exercendo seu poder até 3 de junho de 1702.

Na praça do Palácio, cujo traçado é um quadrado, em frente ao palácio dos governadores, na casa que servira anteriormente de alfândega e fora construida em 1549, é, a 8 de agosto de 1694, inaugurada a casa da moeda.

A lei de 19 de dezembro de 1695 proibe a circulação no Brasil de moedas de ouro do reino, sendo confiscadas aquelas que fossem encontradas e punidos os seus portadores.

Começou a casa da Baía a sua lavração em 1695 e funcionou até 1698, quando foi transferida para o Rio de Janeiro.

Bases em que deviam ser emitidas as moedas.

AV — 22 quilates

Marco de ouro	105.600
Onça	13.200
Oitava	1.650

AR — de 11 dinheiros

Marco de prata	7.040
Onça	840
Oitava	110

Para o estabelecimento desta base não fora adotado o mesmo critério, pois o marco ouro era por amoedar e o da prata era amoedado. Assim, a comissão encarregada da execução da lei-Lancastro, Rocha Pitta, Ribeiro Rangel — resolve alterar a base estabelecendo :

AV	—	Marco de ouro	— 112.640 —	oitava	1.750
AR	—	Marco de prata	— 7.600 —	"	118.3/4

Apesar do marco ouro amoedado dar 112.640, os portadores só recebiam o estabelecido pela lei do reino: 105.000, restando 7.040 ; e quanto à prata de 7.600 só recebiam 7.040, restando

560 réis. Tais diferenças ficavam na casa e eram aplicadas no pagamento dos funcionários, na amortização das máquinas etc.

A casa da Baía emitiu em ouro :

	Valor	*Oitavas*	*Gramas*	*Datas conhecidas*
Moeda	— 4.000	— 2.20 grãos	— 8.16	— 1695 a 1698
1/2 "	— 2.000	— 1.10 "	— 4.08	— 1695 a 1697
1/4 "	— 1.000	— 0, 41 "	— 2.04	— 1695 e 1696

O mesmo tipo para todos os valores.

— Tipo — anverso : PETRUS II D.G. PORTUG. REX.

Armas do reino, tendo de um lado o valor e do outro três florões.

Reverso : aí termina a legenda ET. BRASILIA — DOMINUS. ANNO, data. A cruz de S. Jorge circundada por quatro arcos unidos por florões e dentro de um círculo de pérolas, Serrilha de cordão no bordo.

Variante de cunho :

4.000 — 1695 coroa larga
2.000 — 1695 " "

No 1.000 é o círculo de pérolas substituido pelo de aspas.

Raridade: do 1.000 só se conhecem dois exemplares, um de 1695, outro de 1696.

O nome dessas peças surge no reinado de D. Afonso VI (1656-1667), quando é criada uma nova emissão de ouro cujas peças são denominadas: moeda, 1/2 moeda e 1/4 de moeda, correspondendo os valores respectivamente a 4.000, 2.000 e 1.000 réis.

O tipo, porem, é o mesmo das moedas de ouro do reinado anterior.

Nas moedas provinciais tambem é adotado o uso recente do reino, o qual consistia em datar as peças.

A primeira moeda portuguesa que traz a data é uma de ouro emitida ao reinado de D. Sebastião, de 500 reais e conhecida por "Engenhoso". Os algarismos da data figuram no reverso, cantonando a cruz da Ordem de Cristo.

Segundo uns autores, o nome da moeda é dado pela novidade que apresenta, segundo outros tomou o nome de seu criador. João Gonçalves, por alcunha "o Engenhoso", português, natural de Guimarães, que, alem de introduzir o uso da data na moedagem portuguesa, pôs na nova moeda uma orla afim de evitar o cerceio.

E' interessante observarmos que o tipo, bem como a forma das letras, é diferente das demais peças do mesmo período.

Entretanto, é só depois de D. João IV que aparece na moeda a data com frequência, o uso só se torna constante, porem, depois de D. Pedro II.

O material empregado na confecção das peças de ouro, ou vinha da Costa da África, ou dos achados de lavagem, na região de São Paulo, ou ainda de vários objetos que se fundiram.

A casa da moeda da Baía emitiu em prata :

2 patacas	— 640 réis	— 5.28	grãos	— 19.32	— 1695 a 1698
Pataca	— 320 "	— 2.50	"	— 9.66	— 1695 a 1698
½ "	— 160 "	— 1.25	"	— 4.83	— 1695 a 1697
4 vintens	— 80 "	— 0,48 1/2	"	— 2.41	— 1695 e 1696
2 "	— 40 "	— 0,24 1/4	"	— 1.25	— sem data
Vintem	— 20 "	— 0,12 3/4	"	— 0.60	— " "

O mesmo tipo para todos os valores :

Tipo: anverso: PETRUS II. D.G. PORTUG. REX. BRAS. Armas de Portugal entre os algarismos da data, ladeando o escudo, o valor entre pontos e florões, sendo três no 640 réis, dois no 320 réis e um no 160 réis.

Reverso: SUBQ. — SIGN. NATA. STAB. Esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo, que corta a legenda. Serrilha de cordão.

Variante em geral: círculo de aspas ou traços, quanto ao número de florões, tamanho da coroa, número de pérolas do arco ; na pontuação, nos caractéres, nas legendas mais ou menos abreviadas.

As variantes que surgem são devidas ao fato dos cunhos serem abertos à mão e ainda no aproveitamento de cunhos anteriores com emendas de datas etc.

Observação: o vintem no anverso não tem o valor declarado e sim pontos ladeando o escudo, no reverso não há legenda.

O módulo das peças varia conforme o valor, sendo a legenda mais ou menos abreviada, tambem conforme o módulo.

Os pesos não foram rigorosamente observados: no 320 réis e no 640 de 31 grãos, este valor devendo pesar 5.28, nunca atingiu o peso exato.

Até 1699 foram cunhadas peças na importância de 1:357$4.

Sebastião da Rocha Pitta, na História da América Portuguesa, referindo-se à confecção da moeda diz "os encarregados resolveram sobre os gêneros, forma, peso e valor intrínseco e extrínseco que

havia de ter a moeda "ouvindo pessoas inteligentes e práticas nesta matéria" (2).

José Ribeiro Rangel, juiz da casa da moeda, em carta ao governador D. João Lancastro opina "Senhor. E' tempo de determinar a moeda que se há de obrar nesta casa e será necessário que S. S.ª com o Doutor Procurador da fazenda assente o valor, peso, forma que há de ter Porque na primeira que se obrar consiste o acerto de toda a mais que se seguir a qual não se pode emendar".

Foram apresentados quatro projetos (todos de José Ribeiro Rangel), sobre o peso e valor da moeda de prata, sendo o terceiro aceito, justificando-se por tomar como unidade a pataca: "pois a gente do Brasil se ajusta aos preços das fazendas, talvez o título de patacas que por antiga forma ficou sempre entendendo-se seu valor de 320 réis e obrando-se a moeda na forma seguinte não só seria bem aceita destes Povos mas tambem passaria ajustada às ordens de S. Magde." (3).

A 28 de fevereiro de 1695 são aprovados pesos e valores das moedas de prata, sendo o documento assinado por João Lancastro, governador geral do Brasil; João da Rocha Pitta, chanceler da Relação e diretor da casa da moeda; desembargador Belchior da Cunha Brochado, procurador da Coroa e Fazenda Real; José Ribeiro Rangel; Bernardo Vieira Ravasco, fidalgo da casa de sua majestade, secretário do Estado e Guerra do Brasil.

E' o documento registado a 2 de março de 1695 por Pantaleão Freire Porto, tendo as assinaturas de José Coelho Homem, guarda-livros e Rodrigo de Mendonça, escrivão da conferência.

A 3 de março de 1695, é registado o tipo da moeda, cujos projetos foram executados conforme carta de Domingos Ferreira Zambuja (que embora ainda não nomeado foi o abridor de cunhos), "entre a festa de natal e do nome de Jesus do ano de mil seiscentos e noventa e cinco" (4).

Resolveu ainda o Conselho receber dos colonos na casa da moeda, as peças de prata lavradas, e barras de prata afim de serem reduzidas a moedas, pagando-lhes o marco do seu valor.

Chamou-se ela colonial, talvez devido a esse fato, do metal empregado provir em grande parte dos colonos, ou ainda por ser emitida na colônia.

---

(2) SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA — *História da América Portuguesa*, págs. 335.

(3) CARTA DE RIBEIRO RANGEL — *Documentos do arquivo da Casa da moeda*.

(4) Carta no Arquivo da Casa da Moeda do Rio.

Há na confeção da prata provincial um propósito, uma preocupação de fixá-la, dar-lhe um simbolismo, ela é absolutamente característica (o que não ocorre com a de ouro).

O Brasil estava sob a esperança da prata. Quando a casa da Baía foi criada, grande parte do numerário da colônia era constituido pela moeda de prata espanhola, conhecida no Brasil por pataca.

A prata espanhola aplicada ao numerário era quase que exclusivamente das minas do Potosí, descobertas em 1545 pelo índio Diogo Hualca.

A cidade peruana, atualmente boliviana, situada em uma altitude quase que inhabitavel, segundo Reclus, abrigava densa população.

As minas argentíferas do Potosí criaram a mística da prata no continente americano, durante dois séculos.

Os primeiros descobertos de ouro no Brasil não impressionaram porque a preocupação era a prata, tanto que até havia nomeado o capitão do descobrimento da prata.

A moeda de prata provincial simboliza essa esperança.

Enquanto que a unidade da prata portuguesa é o cruzado, a unidade da prata brasileira é a pataca.

Origem do nome, legenda e tipo.

Nomenclatura: Pataca — Vintem.

Em França, no reinado de Henrique II (1547 — 1559), surge uma nova peça de prata provençal, em Marselha, denominada Patac, dando a fabricação da mesma motivo a um processo, sendo então probida. Tinha a peça no verso duas flores de lis, encimando a letra P (Provence).

Em Portugal, pela mesma época, surge a denominação "Pataca' na primeira moeda de prata feita em Goa, depois de conquistada pelos portugueses, cunhada no vice-reinado de D. Afonso de Noronha (1550 — 1554).

Mais tarde, o mesmo vice-rei conservou o preço da moeda, reduzindo-lhe o peso. As queixas sobre o prejuizo da nova moeda vão se avolumando, circulando as patacas até 1566, vice-reinado de D. Antonio, quando a emissão é suspensa e limitado o tempo para o curso das que havia em circulação, o que não se efetuou, pois grande parte do numerário era formado por tais peças.

São vários os regimentos a respeito das patacas; em 1619, uma pataca corresponde a oito tangas.

No Brasil, a denominação "Pataca" surge para a moeda de prata espanhola, introduzida no comércio em 1583 pelos peruleiros, do valor de oito reales, conhecida por "reales de ocho".

Os alvarás do reino, a partir de 1643, isto é, depois da restauração portuguesa, referem-se à pataca.

Assim, quando é criada a moeda provincial, a prata no Brasil já é conhecida por Pataca.

Vintem — Os nomes das moedas teem diversas origens, às vezes há coincidência de em uma moeda o nome provir da indicação do valor e este estar representado, tal é o caso do vintem.

No reinado de D. João III, por lei de 26 de novembro de 1538, é suspensa a emissão do tostão, e, em seu lugar, são cunhados os reais portugueses ou vintem. Tem a moeda como tipo em vez da cruz de Aviz, os algarismos do valor XX, indicativo do preço, sendo o desenho da mesma feito por Antonio Holanda e seu filho Francisco Holanda.

Antonio Holanda pintou, em Toledo, o retrato de Carlos V, trabalhou em Tomar no Cartório da Ordem de Cristo, e foi o inventor da iluminura a branco, preto e ouro.

Tipo: esfera armilar sobre a cruz da Ordem de Cristo.

D. João II concedeu a D. Manuel, no ciclo da navegação para sua empresa, a esfera armilar com vários instrumentos náuticos.

Celebrando a conquista da Goa (1510), é cunhada uma moeda de ouro denominada "Meio Cruzado" ou "Meia Esfera", tendo como tipo (e é a primeira) a esfera armilar, com a inscrição M E A. Tal moeda é ainda a primeira de ouro fabricada e corrente na Índia.

A esfera armilar tornou-se o escudo de armas coloniais brasileiras, após a batalha das Tabocas, quando é instituido o principado do Brasil, sendo-lhe dado por emblema heráldico uma esfera armilar de ouro.

Quanto à origem da cruz de Cristo como emblema português sabemos que foram os cavaleiros da Ordem os navegantes por excelência do século dos descobrimentos, os primeiros a usá-la como bandeira em suas caravelas.

Reconhecendo D. Duarte que as conquistas e descobrimentos foram feitos com o poderoso auxílio da Ordem de Cristo, determinou que as armadas levassem os estandartes das Armas Reais sobre a cruz da Ordem de Cristo, assim, em todo o velame das naus portuguesas, como guarda avançada, tornou-se essa cruz símbolo sagrado dos navegantes portugueses.

Na moedagem, surge o emblema em uma peça de ouro "Português", no reinado de D .Manuel.

Legenda da prata provincial: SUBQ. SIGN — NATA. STAB : — Nascida sob este sinal permanecerá.

A legenda, alem de peculiar à moedagem de prata colonial, apresenta uma originalidade: a disposição, entre os braços da cruz, o que lhe dá um significado histórico e grandioso.

Antonio Caetano de Souza na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* interpreta-a do seguinte modo: "Debaixo do sinal da Cruz nasceu e se estabeleceu a América".

Xavier da Motta dá outra explicação: "Sob o qual sinal nasceu e permanecerá esta moeda, subentende-se que o sinal é a cruz e a esfera".

Deve-se ver na cruz de Cristo, a divisa dos navegantes da época do descobrimento do Brasil ; na esfera armilar, o escudo de armas coloniais brasileiras.

E' bem possivel que a interpretação de Xavier da Motta seja a correta, pois o Brasil estava sob o domínio da prata e é justo que houvesse uma preocupação em fixar os símbolos do passado no metal que representava a esperança do futuro.

Afim de transformar o numerário das capitanias do sul, e depois as do norte, é a casa monetária da Baía transferida primeiro para o Rio (1699), e, em seguida, em 1700, para Pernambuco.

Por ordem régia de 9 de março de 1702, é mandada fechar, o que só se efetua a 12 de outubro.

Assim, com esse carater provisório, termina a casa da Baía ; a 18 de abril de 1714 é, entretanto, reaberta em carater permanente, funcionando até ser extinta pelo decreto de 13 de março de 1834.

O prédio em que estava instalada foi demolido em 1874 para, em seu lugar, ser edificado um palacete em que funcionasse a Assembléia Provincial, o que não se realizou.

Em 1917 é, no local, construida a Biblioteca Pública.

A abertura dessa casa da moeda, no fim do 2.º século da civilização brasileira, coincide com as grandes alterações por que passa a colônia com a descoberta das minas de ouro, ela, por uma fatalidade histórica, marca o fim de um ciclo — o do açucar, — e o inicio de outro — o do ouro.

FORTUNÉE LEVY
(*Conservador cl. G. do Museu Histórico*)

PETRVS·II·D·G·PORT·REX·ET·BRASD·
1695
1640

SIGN·NATA
SVB·STA·R

PETRVS·II·D·G·PORTVG·REX·
1000

ANNO·1695·FT·BRASILIAE·DOMINVS

BIBLIOGRAFIA

SEBASTIÃO DA ROCHA PITTA — História da América Portuguesa.

TEIXEIRA DE ARAGÃO — Descrição das moedas cunhadas em Portugal.

XAVIER DA MOTTA — Moeda do Brasil.

PEDRO CALMON — Espírito da Sociedade Colonial.

ROBERTO SIMONSEN — História Econômica do Brasil.

CLOVIS RIBEIRO — Brazões e Bandeiras do Brasil.

Documentos sobre a Casa da Moeda da Baía, existentes no Arquivo da Casa de Moeda do Rio.

700.834

F. 16

O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL ATRAVÉS DOS SEUS 19 ANOS DE EXISTÊNCIA

A 12 de outubro de 1922 inaugurava-se no Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional, instituto votado ao culto da História, ao estímulo dos sentimentos cívicos e pratrióticos do povo brasileiro. Nele estão depositadas lembranças e testemunhos da glória nacional, esclarecedoras das nossas origens e feitos.

O Museu Histórico é, indubitavelmente, uma instituição destinada a ininterrupto crescimento, em razão dos seus fins culturais e patrióticos. Criado em 1922, organizado pelo Dr. Gustavo Barroso com escassos recursos e material reduzido, nestes 19 anos decorridos tornou-se o mais importante museu da América do Sul, quantitativa e qualitativamente. As doações de particulares, que de contínuo lhe enriquecem as coleções, o interesse que tem merecido da administração pública, os trabalhos desenvolvidos pelo funcionalismo da Casa, constituem outros tantos fatores do desenvolvimento e valorização do nosso instituto. Necessita ele, deveras, de condições materiais indispensaveis, para que o seu constante aumento não importe em prejuizo dos objetos expostos.

Lutamos com várias dificuldades que derivam da extrema parcimônia orçamentária e da falta de pessoal, que, ao início da vida desta repartição, era o estritamente preciso para os seus serviços e hoje pode atender aos múltiplos encargos correspondentes ao desdobramento das salas, ao estudo dos objetos, aos cursos de erudição que mantemos, ao movimento de visitantes e à fiscalização dos mostruários. Por outro lado o edifício do Museu já o não comporta todas as suas coleções, pelo recebimento de objetos pesados de nossa marinha de guerra. Arrecadamos, igualmente, todas as peças históricas ao nosso alcance, na cidade e nos Estados.

O Museu começou, em 1922, com duas salas, e hoje distribue os seus mostruários por vinte duas salas, que se acham repletas, constituindo uma fonte preciosíssima de estudos e ensinamentos, repositório magnífico de objetos históricos altamente valiosos.

I — ORIGEM

O Museu Histórico Nacional, criado pelo decreto n. 15.596, de 2 de agosto de 1922, surgiu numa fase em que se comemorava o primeiro centenário da nossa emancipação política. As festas da Independência levaram o governo à convicção de que constituia lacuna imperdoavel a falta de um departamento oficial que reunisse, com objetivo cívico e cultural, metodicamente, tudo aquilo que lembrasse um fato, que marcasse episódios das nossas glórias do passado.

O Dr. Gustavo Barroso, um dos maiores animadores dessa campanha, em entrevista concedida à *A Pátria*, em 24 de agosto de 1922, assim se referia ao ato do Governo :

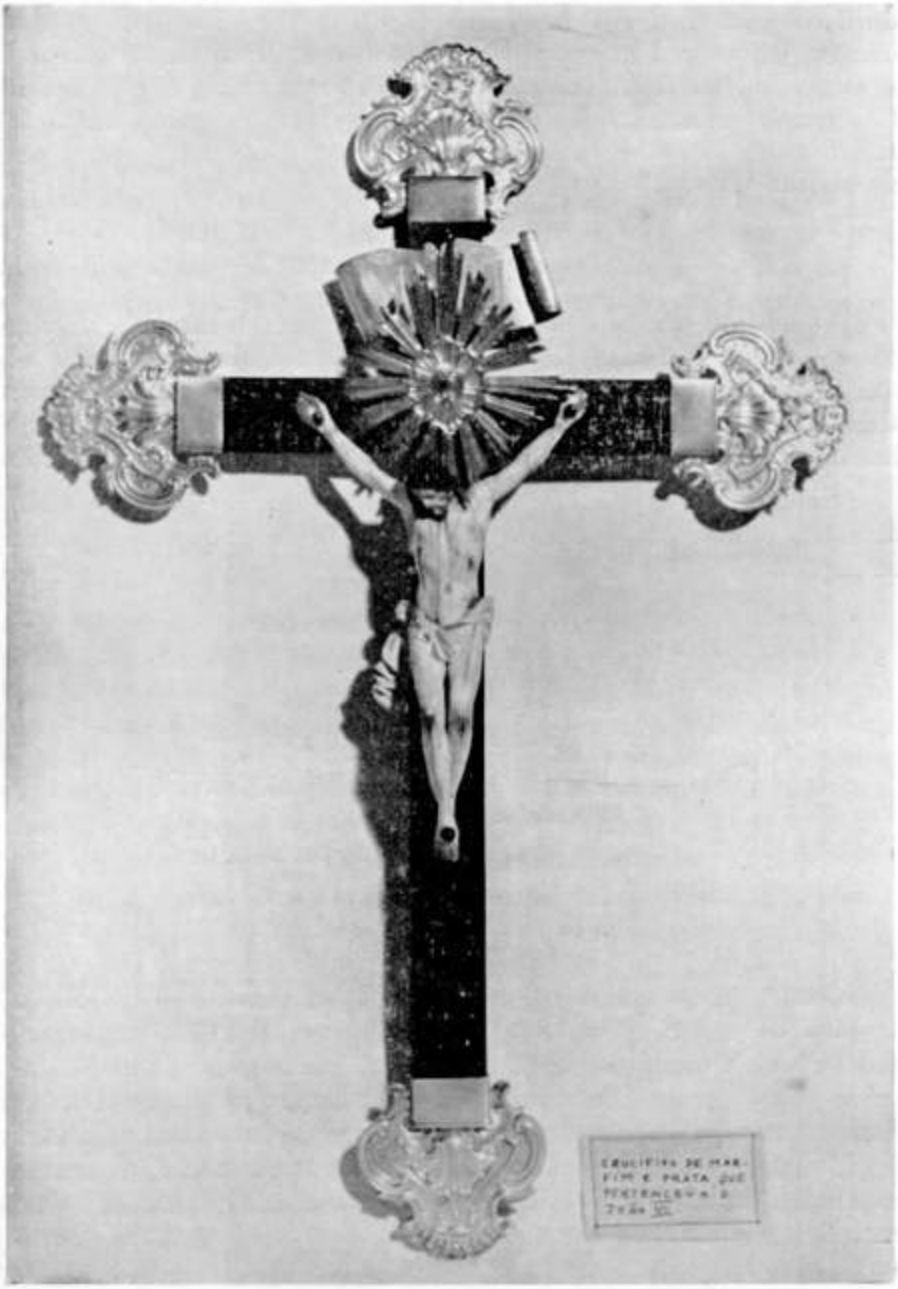
"Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Presidente Epitácio Pessoa a glória de ter instituido no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivista se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele o iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daquele que, durante meio século de bondade, dirigira seus destinos. Ele o cimenta instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, politica e social, durante os mais notaveis periodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis". Essas palavras do ilustre diretor foram verdadeiramente proféticas e hoje o Brasil as verifica de modo animador.

Após o ato da criação do Museu perguntava-se onde seria ele instalado ? Quem seria o seu diretor ? Em pouco, essa curiosidade fora satisfeita: o antigo edifício do Arsenal de Guerra, cedido provisoriamente, passou em definitivo ao Ministério da Justiça que o superintendia, ao tempo, pelo decreto n. 15.793, de 10 de novembro de 1922, e o nome do acadêmico, o escritor João do Norte, foi o escolhido para o novo Instituto. A inauguração verificou-se a 12 de outubro daquele ano.

Como se vê, data da nomeação do Sr. Gustavo Barroso — 21 de agosto — à inauguração festiva do Museu Histórico decorreu o espaço de menos de três meses.

Facil será avaliar as dificuldades que tiveram de ser vencidas para o desempenho de tão complexa tarefa.

Dispondo, como núcleo inicial, das coleções do antigo Museu de Artilharia, do Arquivo Nacional e da Secção de Numismática



Crucifixo que pertenceu a D. João VI. Cristo de marfim, admiravelmente esculpido. Cruz de jacarandá com florões de prata cinzelada a mão em estilo D. João V. Aquisição do Museu Histórico.

da Biblioteca Nacional, foram os objetos distribuidos pelas dependências do velho edifício, aproveitando-se os armários, as estantes e outros moveis que serviram aos mostruários na Exposição do Centenário. Alem disso, várias doações e auxílios para instalação foram recebidos, cumprindo destacar, dentre todos, os provenientes da família Guinle.

II — EDIFÍCIO DO MUSEU

O edifício em que se acha instalada essa instituição que se chama "Casa do Brasil" é uma das antigas construções da cidade, compõe-se de três partes distintas: a Casa do Trem, posteriormente Casa da Ordem construida em 1767 ; o corpo do verdadeiro Arsenal de Guerra, erguido em 1822, e o Anexo, levantado em 1835.

Sobre a porta principal da antiga Casa do Trem, obedecendo ao estílo baroco português, lê-se em cartela de granito a seguinte inscrição :

LVSIADVM PRIMO JOSEPHO
SCEPTRA TENENTE
QVI REGNVM EXEMPLVM
EST MAXIMVS ORBIS HONOR
ET BOBADELLA COMITE
IMPERITANTE SVB AVRAS
HAE EST MILITIBVS CONFABRICATA
DOMVS
ANNO DÑI. MDCCLXVII

Com o renascimento das coleções, apresentou-se o problema da falta de espaço. Procurando resolvê-lo, o atual Governo executou obras de vulto no edifício, durante todo o ano de 1938, fazendo pintura geral e colocando tacos nos pisos das salas principais. Essas obras, dirigidas e executadas através da Diretoria de Obras do Ministério da Educação, melhoraram grandemente as nossas instalações. Levantou-se mais um andar em duas faces do corpo central do edifício, dotando-o de mais dois vastos salões, destinados, um, aos objetos do período republicanos e outro, aos do período colonial — Salas Deodoro da Fonseca e D. João VI. Sobre os pequenos pátios da parte anterior do edifício construiram-se mais quatro pequenas salas destinadas à Secretaria, Biblioteca Brasiliana Calmon, Biblioteca de Numismática e Gabinete do chefe da 2.ª Secção.

III — PRIMEIRA SECÇÃO (HISTÓRIA)

Diriqida com zelo inexcedivel, pelo professor Dr. Joaquim Menezes de Oliva, conservador classe K, é a Secção que maior interesse desperta ao público, ocupa 20 salas e salões, tanto quanto possivel arrumados de acordo com as diversas épocas da História do Brasil. Alem dos salões, há um grande parque central com quase uma centena de canhões de todas as épocas e tamanhos, saguões, corredores, vestíbulos — tudo foi aproveitado, podendo-se calcular, sem exagero, a área util de exposição em mais de 10.000 metros quadrados.

A 1.ª Secção compreende as seguintes salas : Colônia (Sala D. João VI); 1.º e 2.º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); República (Deodoro); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias); Osorio, Miguel Calmon, Joias (Guilhermina Guinle); Religião ; Mendes Campos ; Porcelanas e Cristais (Smith Vasconcellos). Viaturas, Armas, Galerias, etc. Nessa Secção o visitante a todo o momento recorda as grandes páginas do nosso passado: aquí, a grande espada do século XVI, contendo na lânima uma figura com a balança da Justiça e a legenda VIVE LA JUSTIÇE, provavelmente da época de Villegaignon ; mais adiante, uma trave da forca de Tiradentes ; alem as chapas encouraçadas do *Alagoas*. perfuradas de balas, recebidas quando, sob o comando de Maurity, esse vaso de guerra forçava a Passagem de Humaitá ; as cadeias de ferro, que fechavam o rio à altura daquela fortaleza.

Noutras salas os retratos da época colonial e dos 1.º e 2.º Reinados ; o de D. Carlota Joaquina ; e de Dona Escolástica, e o de sua filha, a marquesa de Santos, favorita de Dom Pedro I ; o de Dom Luiz de Vasconcelos e Souza, ilustre vice-rei ; o de Dom João VI ; o de D. Pedro I, D. Pedro II e de D. Maria I ; os dos generais Osorio e Camara; maquetes das estátuas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, da imperatriz D. Thereza Christina, princeza Isabel e outras muitas produzem impressão duradoura, revelam um passado tranquilo e magnífico, revivendo flagrantes, materializados de eras brasileiras.

No pátio Epitácio Pessoa, grande documentação de armas pesadas : vê-se *El Cristiano,* canhão fundido com o bronze dos sinos paraguaios e tantas outras peças cujas descrições merecem comentários extensos.

Coleções de armas, moveis, porcelanas, joias, gravuras, quadros e tantos outros objetos constituem uma apreciabilíssima documentação brasileira, das mais apreciadas no país.

IV — SEGUNDA SECÇÃO (NUMISMÁTICA)

Acertada foi a idéia de se instituir uma das secções do Museu Histórico com as coleções do antigo Gabinete de Numismática da Biblioteca Nacional. Alem de ser possivel dar-lhes maior desenvolvimento, a medida se justificava porque a Numismática é um dos melhores subsídios ao estudo da História.

O Dr. Gustavo Barroso, em entrevista concedida em 15 de junho de 1929, assim a considera — "A Numismática ou ciência das medalhas e moedas, tem merecido de todos os paises uma proteção especial. Nas nações européias ela constitue a preocupação de muitos sábios. Raros ignoram a importância que se dá em França ao famoso *Gabinet des Medailles,* carinhosamente fundado por Luiz XIV, e o valor extraordinário das coleções reais da Itália, que dão ensejo a publicações de inestimavel preço. E só assim se justifica o aparecimento de obras maravilhosas como o *Tratado de Babelon*.

"As moedas, medalhas e sinetes são documentos de alta valia para os estudos de arqueologia e história. Foi a sigilografia bizantina que guiou a mão de mestre de Gustavo Schlumberger nas suas majestosas epopéias da Constantinopla do século X. Por moedas e medalhas, um autor célebre já conseguiu fazer a história da origem e evolução do poder temporal dos papas. E bastará acrescentar o concurso prestado pela Numismática à egiptologia, à assiorologia, à história das civilizações da Hellade, do Latium, da Etrúria, da Judéia, da Síria e da Armênia.

"Entre nós, tal ordem de estudos não tem sido de todo desprezada e, embora poucos, os seus cultores se distinguem pelo amor dedicado ao assunto. Deles ressaltam, sem dúvida, os nomes de Meilli, Andrade, Góis, Massena e Guilherme Guinle, alem de outros".

Possuimos, desde o Brasil Reino, uma bela coleção de moedas e medalhas que até agosto de 1922 fez parte da Biblioteca Nacional. O fundo da coleção fora constituido por D. João VI. No decorrer dos tempos foi acrescida por donativos, compras e permutas de duplicatas.

A 2.ª Secção é constituida de coleções de Numismática, sigilografia, filatelia e está sob a competente direção do professor Edgar de Araujo Roméro. As coleções numismáticas encerram cerca de 75.000 peças, inclusive moedas e medalhas de quase todos os paises antigos e modernos. Assim, possue interessante "série grega", que se não refere apenas às moedas dos gregos, mas tambem àqueles povos que os imitavam. A coleção romana, abrangendo o período dos reis, a república e o império, é tambem vultosa, possuindo mais

de 6.000 moedas. Dos paises modernos destacam-se pela sua importância as coleções de Portugal, França, Espanha, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra e colônias, Argentina, Perú e outros paises.

A parte mais notavel do acervo da 2.ª Secção é a do Brasil: moedas, medalhas, condecorações, *jetons*, carimbos, sinetes, ensaios, provas de cunho, ponções, etc., não esquecendo a parte relativa à moeda fiduciária que encerra igualmente muitas preciosidades. A parte do Brasil é completa, alí se poderá ver a moeda nacional desde os primeiros tempos até hoje. Não somente se apreciarão as moedas de cobre cunhadas no Porto para terem circulação no Brasil Colonial, como tambem moedas de prata e ouro fabricadas nas casas de moeda que existiram na Baía, no Rio, em Pernambuco e Minas.

Despertam particular interesse as moedas obsidionais holandesas, cunhadas no Recife, tendo ao centro o monograma da Companhia das Índias Ocidentais, assim a de XII florins, ano de 1645, a de VI florins, mesmo ano; a de III florins, ano de 1646, todas de ouro. Há ainda de prata de XXXX stubers, ano de 1654. O valor dessas peças é figurado em caracteres romanos, sendo que o de 40 stubers está escrito com X quatro vezes e não, como se faz de costume, com XL. Não menos preciosas são as medalhas do período holandês, celebrando a tomada do arraial de Bom Jesus, de Pernambuco, e muitas outras com a efígie de Maurício de Nassau.

V — PAPEL EDUCATIVO E CULTURAL DO MUSEU

E' comum ouvir-se que o nivel cultural de um povo pode ser aferido pelo número de Museus que possue. Se verdadeiro o conceito, estaríamos em posição talvez não muito lisongeira, mas são confortadores os esforços dos novos. A este respeito não podemos deixar de referir, como obra do atual Governo — neste setor orientado pela inteligência e patriotismo do Sr. ministro da Educação e Saude, Dr. Gustavo Capanema — a organização do Museu de Belas Artes, a fundação do Museu Imperial, em Petrópolis, o das Missões, o do Ouro em Sabará e o da Inconfidência, em Ouro Preto.

No Museu Histórico, teve inicio a Inspeção de Monumentos Nacionais orientadora das obras de conservação da Cidade de Ouro Preto, elevada a categoria de Monumento Nacional. Não há negar que o Museu Histórico foi o início de uma valiosa série de empreendimentos culturais de grande valor.

Piano de jacarandá rosa, com rendas e embutidos de metal dourado, que foi de uso de D. Pedro I. Aquisição do Museu Histórico.

A esse movimento se associa um louvavel interesse do público, traduzido não só no crescente número de visitantes, como, principalmente, na sua cooperação direta, através da doações, não raro valiosas.

Alem do interesse cívico que desperta, a documentação que o Museu oferece é elemento de grande influência educacional.

Como centro cultural, o Museu Histórico criou no país cogitações inteiramente novas, pelo menos com um sentido de agrupamento e especialização, através do *Curso de Museus*, instituido pelo decreto n. 21.129, de 7 de março de 1932. As matérias são dadas em dois anos letivos a pessoas que tenham, pelo menos, o curso secundário completo, assim distribuidas :

1.º ano — História do Brasil (periodo colonial), Numismática(parte geral), História da Arte Brasileira, Arqueologia (parte geral), Técnica de Museus (1.ª parte).

2.º ano — História do Brasil (até a atualidade), Numismática e Sigilografia (parte brasileira), Técnica de Museus, (2.ª parte) e Arqueologia (parte brasileira).

O curso entrou em funcionamento após a sua instituição, com o duplo fim de recrutar e selecionar os futuros funcionários de Museu e de difundir conhecimentos uteis.

Desde a sua fundação, inscreveram-se 205 alunos de ambos os sexos com predominância do elemento feminino, tendo feito exames e logrado aprovação apenas 62 museologistas, habilitados, pela lei que instituiu o curso, a ocupar os cargos iniciais da repartição.

Conferências e cursos rápidos, de extensão universitária, sobre assuntos históricos, folclóricos e de História Militar teem sido ministrados, alem de sessões cívicas e comemorativas, por expoentes nacionais e estrangeiros. A parte cultural do Museu tem sido perfeitamente atendida.

O MUSEU HISTÓRICO NO DECÊNIO DE 1930 A 1940

Até poucos anos atrás o Museu Histórico viveu esquecido do interesse governamental, quando a partir de 1930 adquiriu ritmo novo, com os cuidados que o Governo começou a lhe dispensar. Iniciou então a dinâmica, a laboriosa e eficiente vida que a concepção moderna atribue aos museus. Sofreu profundas transforma-

ções, na sua organização e nas suas instalações. Estas foram consideravelmente ampliadas. Em 7 de abril de 1931 inaugurou o Museu, a sua Exposição comemorativa do centenário da queda do primeiro Imperador e conseguiu merecer francos, desvanecedores elogios, pela abundância do material apresentado e o relevo assim dado a uma das épocas sugestivas da nossa história.

Ainda nesse mesmo ano foram realizados os seguintes melhoramentos: nova portaria, por conta do Ministério, a aplicação de pequenas comportas de aço em prevenção das enxurardas que costumavam imundar o pavimento térreo do edifício, e a pavimentação com belos ladrilhos da referida portaria.

A nova portaria aproveitou o importante portão lateral e obviou o defeito existente na comunicação entre as duas partes deste prédio, antigamente isoladas. Permite assim que o visitante vá diretamente às galerias das arcadas e ao pátio da Artilharia, tendo do Museu melhor impressão. Por outro lado podemos libertar o pavimento térreo da ameaça de constantes enchentes, que prejudicavam grandemente as coleções das salas do rez-do-chão. O pátio interno do Museu foi ajardinado, fazendo-se, por essa ocasião, funcionar o repuxo central que o guarnece, o qual nunca funcionara. As árvores e o preparo dos canteiros, mais tarde substituidos por empedramento, foram feitos graciosamente pelo serviço de jardins e parques municipais.

Tambem nesta ocasião o pátio foi dotado com um bebedouro higiênico, util e indispensavel ao uso das crianças e demais pessoas que visitam diariamente o museu. No ano seguinte, estimulado pelo apreço do Governo Federal, o Museu Histórico tomava outra iniciativa: — instalava o curso de museus, e cursos especiais e conferências sobre assuntos da história pátria, de numismática, de arqueologia, etc. Nessas palestras, alem dos professores da Casa tomaram parte o ex-reitor da Universidade do Rio de Janeiro, professor Fernando Magalhães, o dr. José Mariano, o professor Mendes Corrêa, o arquiteto Raul Lino, ambos do Porto, entre outros mais. O ano de 1933 assinala importante acontecimento na vida do Museu. Suas coleções valorizaram-se enormemente com a incorporação do Museu Naval, extinto por decreto do Governo Provisório, de 14 de janeiro de 1932, o que deu lugar à criação de três salas destinadas às relíquias da Marinha Nacional Nelas brilham duas joias de nossa pintura — "A Batalha do Riachuelo", de Vitor Meirelles, e o "Ultimo Baile da Ilha Fiscal", de Aurelio de Figueiredo. Em 1934, foram realizados dois cursos de Extensão Universitária, segundo o plano do Sr. reitor da Universidade do Rio de Janeiro. O diretor do Museu, Gustavo Barroso

deu seis aulas sobre a nossa História Militar, assistidas por um público de especialistas, entre os quais vários técnicos militares. O Dr. Pedro Calmon, então secretário do Museu, realizou um curso de História da Civilização Brasileira, na Associação Brasileira de Educação, destinado principalmente ao magistério carioca, o professor e chefe da secção de história Dr. Joaquim Menezes de Oliva, e o professor Angyone Costa, igualmente convidados, realizaram para o mesmo público uma conferência naquela entidade, o primeiro sobre história da arte brasileira e o segundo sobre arqueologia brasileira. Na série de melhoramentos destaca-se a construção de um grande nicho destinado à guarda da coroa imperial e o grande cetro, juntamente com outras jóias da antiga família reinante. O importante trabalho aumentou o Museu de uma excelente peça, que comporta os objetos mais preciosos das nossas coleções, menos o cetro, que foi requisitado pelo Museu Imperial de Petrópolis. (A coroa imperial, entretanto, não chegou a ser recolhida ao Museu).

Em 1934 tivemos a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais encarregada dos trabalhos de reparação e conservação dos monumentos históricos de Ouro Preto. Em três anos de trabalhos, com 200:000$0, a Inspetoria de Monumentos Nacionais realizou na cidade de Ouro Preto as seguintes obras :

CHAFARIZES

de **Marilia :** restauração completa e novo encanamento de água ;
do **Ouro Branco :** restauração completa e novo encanamento de água ;
da **Glória :** restauração completa, recomposição das carrancas, conserto do gradil e novo encanamento de água ;
da **Penitenciária :** restauração completa e novo encanamento de água ;
dos **Contos :** desaterro do calçamento que escondia a parte inferior, colocação de novo tanque, restauração total e novo encanamento de água ;
dos **Cavalos :** desaterro, restauração total, recomposição da cruz e novo encanamento de água ;
de **Antonio Dias :** restauração completa, colocação de gradil e novo encanamento de água ;
do **Rosário :** restauração da cruz e limpeza, e consertos nos chafarizes ;
da **Coluna** ;
do **Alto das Cabeças**
da **rua das Cabeças**;
do **Ginásio** ;
do **Bonfim** ;
do **Alto da Cruz**;
das **Lages** ;
de **Vicente Botelho**
do **Jardim Botânico**
das **Águas Férreas**

PONTES

dos **Contos:** restauração completa com retirada do gradil moderno e colocação de bancos de cantaria e nova cruz, restabelecendo o aspecto colonial e melhorando o tráfego da cidade;

de **Antonio Dias:** restauração total;

de **Henrique Lopes:** conserto;

do **Rosário:** restauração total;

da **Barra:** desentupimento e conserto;

do **Padre Faria:** conserto.

TEMPLOS

Igreja de N. S. do Carmo: recomposição dos ornatos estragados, nova platibanda, restauração do telhado, das janelas, dos tetos, dos entalhamentos, das fachadas, do frontispício, das torres e das sacadas, pintura, reboco e caiação.

Igreja de N. S. do Rosário: Colocação das portas que faltavam, conserto e feitura de 40 bancos em estilo antigo para a nave.

Igreja de N. S. da Conceição: (Antonio Dias): restauração da escadaria, de todo o assoalho e do altar-mor, e consertos no telhado.

Igreja de S. Francisco de Assis: substituição dos ladrilhos modernos das paredes por lambris em estilo igual aos da capela-mor, recomposição dos ornatos do pórtico, limpeza das fachadas e beirais, retirada do cemitério moderno lateral que enfeiava o conjunto arquitetônico, conclusão do muro do adro, retirada da pintura superposta nos retábulos, caiação, etc.

Capela do Padre Faria: restauração do assoalho, da pintura e do ouro dos altares, recomposição do telhado, e do forro, muramento do adro e limpeza completa.

Capela de Sant'Ana: restauração completa.
Capela da Piedade: restauração completa.
Igreja das Mercês da Beixo: consertos.
Igreja Matriz do Pilar: projeto de restauração do teto.

Na crônica das doações feitas ao Museu destaca-se a doação da Sala Miguel Calmon, na qual se acumulam 510 preciosos objetos e 1.650 volumes de uma "Brasiliana" de obras raras; a valiosa doação do Governo Francês de uma coleção de livros franceses que veio enriquecer a nossa Biblioteca, como parte da grande doação feita pelo Governo de França às instituições culturais do País. Esta coleção tem o valor de 5.000 francos. Inúmeras doações preciosas dos srs. Candido Souto Maior, Mendes Campos, Smith de Vasconcelos, Mario de Oliveira, Guilherme, Arnaldo, Carlos e Otavio Guinle. Mas, entre os nomes de doadores, entre os nomes dos que pessoalmente contribuem com objetos para aumentar o patrimônio do Museu, um nome se impôs pela soma de

doações feitas. Esse nome é o do Presidente Vargas (Vide relação das valiosas doações do Senhor Presidente da República ao Museu Histórico Nacional — no período de 1930 a 1940).

Em 1939, por incumbência do Exmo. Sr. ministro da Educação e Saude, o diretor, Dr. Gustavo Barroso, ministrou aos professores secundários argentinos, que vieram ao Brasil, um curso sintético de Geografia Humana, História Pátria, História da Arte e da Música Brasileira, bem como organizou na Feira de Amostras a Exposição Histórica do Cinquentenário da República. Por incumbência do Exmo. Sr. general Francisco José Pinto, foi organizado o Catálogo das relíquias e documentos históricos que figuraram no Pavilhão do Brasil na Exposição dos Centenários de Portugal, tendo sido preparado adequadamente todo o material destinado à mesma Exposição. Designado pelo Exmo. Sr. ministro, o diretor fez parte da Comissão encaregada de organizar o ante-projeto de regulamentação dos símbolos nacionais.

Em 1940, o Presidente Vargas mandava adquirir para o Museu Histórico Nacional, pela quantia de 100:000$0 à Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, a valiosa coleção de Arte Religiosa, que pertenceu ao Sr. José Luiz de Souza Lima. A coleção consta de 572 magníficos exemplares, na maioria Cristos de marfim dos séculos XVI, XVII, XVIII, formando extraordinária galeria, rica em tipos e estilos, de grande interesse para o estudo e compreensão da arte religiosa brasileira.

Observa-se em muitas dessas imagens, ricamente paramentadas de ouro, prata e pedras preciosas, a preocupação que tinha a sociedade colonial de dispensar ao culto religioso o melhor de sua arte e dos seus cuidados.

Terminadas as obras do Museu, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em companhia do Exmo. Sr. ministro da Educação e de outras pessoas gradas, honrou o estabelecimento com sua visita, demorando-se em percorrer as salas, examinar as coleções e os serviços, tendo tido palavras elogiosas para a direção da casa.

Por iniciativa do ministro Caio de Melo Franco, introdutor diplomático do Ministério das Relações Exteriores, o Corpo Diplomático Estrangeiro acreditado no Rio de Janeiro visitou incorporado o Museu Histórico, sendo guiado em todas as dependências pelo diretor.

Poder-se-á fazer uma idéia mais exata do que é o Museu Histórico Nacional através dos números. O inventário realizado em dezembro de 1940 dá, para a Secção de História, a existência

de 9.271 objetos, avaliados em 13.052:181$0, e para a Secção de Numismática 75.000 peças avaliadas em 3.773:730$5, compreendidas nas seguintes categorias :

N. de ordem	Quantidade		Descrição	Avaliação	Estado de conservação
			Armas defensivas		
1	2	—	Armaduras	2:000$0	Boa
2	22	—	Peças de armaduras	6:600$0	"
3	1	—	Escudos	800$0	"
			Armas ofensivas		
4	3	—	de arremesso	850$0	"
5	449	—	brancas	6:970$0	"
6	508	—	de fogo, portateis	8:604$0	"
7	109	—	de fogo, artilharia	388:000$0	"
8	468	—	projeteis e torpedos	34:650$0	"
9	12	—	Arreios	6:100$0	"
10	53	—	Bandeiras, flâmulas e estandartes	52:500$0	"
11	16	—	Brasões	6:000$0	"
12	11	—	Candelabros e lustres	32:200$0	"
13	60	—	Cartas geográficas e hidrográficas	12:000$0	"
14	17	—	Cerâmicas	6:800$0	"
			Condecorações e esmaltes		
15	60	—	Cobre	12:000$0	"
16	15	—	Ouro	7:500$0	"
17	36	—	Ouro e esmalte	18:000$0	"
18	52	—	Prata	7:200$0	"
18 A	2	—	Fitões	100$0	"
19	92	—	Cristais	10:800$0	"
			Objetos de arte		
20	53	—	Bronze	387:600$0	"
21	14	—	Biscuit	14:000$0	"
22	72	—	Gesso	285:000$0	"
23	27	—	Mármore	54:000$0	"
24	28	—	Madeira	10:000$0	"
25	17	—	Pedra-sabão	1:700$0	"
25 A	1	—	Ferro	50$0	"
26	280	—	Estampas	1:980$0	"
			Indumentária		
27	26	—	Civil	36:000$0	"
28	121	—	Militar	219:250$0	"
29	1	—	Sacerdotal	500$0	"
30	70	—	Instrumentos musicais	20:800$0	"

N. de ordem	Quantidade		Descrição	Avaliação	Estado de conservação
			Jóias		
31	7	—	Camafeus	2:100$0	"
32	6	—	Cobre e latão	600$0	"
33	6	—	Esmalte	6:800$0	"
34	186	—	Ouro	833:000$0	"
35	7	—	Marfim	3:600$0	"
36	20	—	Prata	84:000$0	"
37	31	—	Pedras finas	55:800$0	"
38	3.225	—	Livros, folhas e rev.	63:555$0	"
39	10	—	Máquinas	5:000$0	"
40	56	—	Manuscritos	2:115$0	"
41	111	—	Modelos de navios	350:000$0	"
42	207	—	Moveis	203:950$0	"
43	1.178	—	Objetos diversos	34:335$0	"
43 A	2	—	Autógrafos	500$0	"
			Pinturas		
44	226	—	Aquarelas e nanquins	35:950$0	"
45	6	—	Gouaches	2:400$0	"
46	233	—	Óleo	5.224:700$0	"
47	69	—	Sanguíneas e crayons	24:800$0	"
47 A	4	—	Pastel	2:200$0	"
47 B	1	—	Água-forte	300$0	"
47 C	2	—	Bico de pena	1:400$0	"
			Fotografias		
48	270	—	em coleção	14:595$0	"
49	117	—	em peças avulsas	1:200$0	"
50	251	—	Porcelenas	174:400$0	"
51	172	—	Objetos de prata	152:500$0	"
52	4	—	Tapeçarias	800:000$0	"
53	8	—	Viaturas	660:000$0	"
54	2	—	Peças de viaturas	2:000$0	"
55	3	—	Diplomas	350$0	"
			Coleção de arte religiosa		
56	572	—	Imagens de Cristo de marfim dos séculos XVI, XVII e XVIII	100:000$0	"
			Sala Miguel Calmon		
57	669	—	Objetos no valor de	2.399:335$0	"
			Biblioteca		
58	1.650	—	Volumes no valor médio de 30$0	49:500$0	"
59		—	Obras de adaptação, mobiliário, portas, vitrais e outras despesas	60:442$0	"
	5.985			13.052:181$0	

Segunda Secção (Numismática)

I — Numismática

Categorias	N.º de Peças	Estimativa
Moedas ensaios e provas	46.204	2.080:513$0
Medalhas e plaquetas	11.624	978:605$0
Condecorações	369	278:850$0
Papel moeda	5.290	129:769$0
Jetons e reclamos	988	6:062$0
Cunhos e matrizes	86	11:640$0
Distintivos e passadores	947	9:443$0
Maquetas de medalhas	17	7:800$0
Reprodução em gesso	768	3:601$0
	66.293	3.506:283$0
Moedas	8.798	42:181$5
Medalhas	987	20:797$0
Distintivos	5	50$0
	9.790	63:028$5

II — Sigilografia

Selos, carimbos e sinetes	324	28:800$0

III — Filatelia

Selos postais	19.905	68:000$0
Inteiros	1.213	2:500$0
	21.118	70:500$0

IV — Biblioteca técnica

1.285	obras	em 1.570	vols.		97:741$0
106	periódicos	" 391	"	1.733 fascículos	7:378$0
1.391		1.961		1.733 "	

Resumo

Categorias	N.º de Peças	Estimativa
Peças numismáticas	66.293	3.506:283$0
Duplicatas (moedas e medalhas)	9.790	63:028$5
Peças sigilográficas	324	28:800$0
Peças filatélicas	21.118	70:500$0
	97.525	3.668:611$5

Biblioteca técnica

1.391 obras em 1.961 vols.	1.733 fasciculos		105:119$0
Refugo (peças estragadas)	4.758.		3.773:730$5
Refugo (peças estragadas)	4.758.		

RELAÇÃO DAS VALIOSAS DOAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
1930 — 1940

Em 1930

— Uma bandeira oferecida pela marquesa Margarida Solari Crespi às forças que combateram na Revolução de Outubro.

Em 1931

— Três moedas comemorativas do centenário da Independência do Uruguai com estojo,
— Medalha de ouro comemorativa da inauguração da Ponte Mauá na fronteira Uruguai Brasil,
— Medalha comemorativa do centenário da mina de Morro Velho,
— Placa de gesso bronzeado em alto relevo com a efígie de João Pessoa,

Em 1934

— Série de seis moedas comemorativas do IV Centenário de S. Vicente.

Em 1935

— Um autógrafo do marechal Deodoro da Fonseca ;
— Uma mensagem do povo do Uruguai ;
— Um album ofertado pela população do Serro Largo ;
— Um album com autógrafos ;
— Um escudo argentino em madeira ;
— Um album "El Tony" ;
— Um volume com decreto referente à visita presidencial com autógrafo do Presidente Gabriel Terra ;
— Um album com vistas de Trinta y Tres ;
— Um decreto dando a denominação do Presidente Getulio Vargas a uma estação ferroviária ;
— Um **carnet** de corridas do Jockey Club de Montedidéu ;
— Um album dos estudantes do Uruguai ;
— Um baixo relevo em prata "Fuerte Sta. Tereza";
— Um album com vistas de Maldonado ;
— Uma placa de ouro, oferta da colônia sírio libaneza ;
— Um baixo relevo ornamental em gesso com a efígie de San Martin ;
— Um rico album em pergaminho com a folha de rosto em aquarela ;
— Uma cópia oficial do decreto que considerou feriado, na República Argentina, o dia da chegada do Presidente G. Vargas ;
— Um pergaminho, tendo na parte impressa o Hino Brasileiro traduzido para o italiano;
— Uma medalha de ouro do Boca Junior F. C. ;

Em 1936

— Um album de fotografias da família General Antonio de Sousa Neto ;
— duas cartas patentes de S. M. Imperial.

Em 1938

— Uma reprodução fotográfica do original do Hino Nacional ;
— Um retrato do maestro Francisco Manuel da Silva ;

Em 1939

— Uma caixa de madeira contendo o diploma em prata de sócio honorário da União Beneficente dos "Chauffeurs" do Rio de Janeiro ;
— Uma cópia fotográfica da ata lavrada na Suprema Corte da Justiça da República do Uruguai por ocasião da visita de Sua Excelência ;
— Uma Constituição de 10 de Novembro manuscrita.

Em 1940

— Uma caixa de cedro-rena (aguano), tendo na tampa o mapa do território do Acre, desenho dos índios "Tucurinas", do rio Purús. Roberval Cardoso desenhou em original e Horácio Matos embutiu a canivete. Contendo :

Medalhas :

de bronze dourada com a inscrição "Caixa Econômica Federal São Paulo ;

de ouro com a inscrição : "Federação Brasileira de Basket-ball", Rio de Janeiro (Escudo em esmalte);

de alumínio, tendo gravada a letra do Hino Nacional ;

de prata, do Automovel Club do Rio de Janeiro, 15/24 de novembro de 1936. VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem";

de prata, com a efígie de marechal Floriano Peixoto no anverso e no reverso, gravado : "Ao Marechal de Ferro — Glória" ;

de ouro, com a efígie do barão do Rio Branco no anverso e no reverso, gravado: G. V. monograma trablahado em esmalte.

de ouro comemorativa da jornada médica sul-americana, Julio de 1937 ;

de ouro "Ier viaje de instruccion, 66.ª promocion — 1939. La Argentina. A.R.A.;

de ouro, "Semana de confraternização das forças armadas, com as efígies do almirante Tamandaré e do duque de Caxias no anverso, e no reverso as armas da República, trabalhadas em esmalte ;

de ouro, no anverso "São Paulo, 1935, e no reverso Moreno";

de bronze dourado, República Oriental do Uruguai, no reverso "La Misión Militar Uruguay en su visita a los Estados Unidos del Brasil, muy agradecida, 1939" ;

— de bronze 1.ª conferência Sudamericana de Corredores de Seguros — Buenos Aires, 23/28 de novembro de 1936 ;

— de prata, com a efígie de Camisão e Antonio João no anverso, e no reverso "Inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados — Rio de Janeiro ;

— de bronze prateada, com a efígie do general Waldomiro Lima ;

— preparadores dum Brasil para todos, a homenagem do pensamento renovador — 1932";

— de bronze, dourado, com efígie de Eugenio Maria de Hostos na face e a inscrição: "Primeiro Centenário del natalicio de Eugenio Maria de Hostos — 1839-1939, e no reverso "Civilisación y muerte";

— de bronze, com a inscrição, no anverso: "Por um Brasil maior e melhor, e no reverso, 16 de Maio, 1903, 3 de Novembro de 1939 — A Gazeta";

— de bronze, com a inscrição: "Salud Familia-Hogar próprio-Justicia Social-Paz", e no reverso, "Primer Congreso Panamericano de la Vivenda Popular, 2 al 7 de Octubre de 1939. Buenos-Aires". (2 exemplares);

— de prata, com a efígie do Presidente Campos Salles, e no reverso o retrato do general Julio Rocca ;

— de bronze, com a efígie de Pio XI e a inscrição: "Anno Sancto — 1933, e no verso "Christo Redemptor Brasiliam Protege";

— de bronze, com a efígie do general Bento Gonçalves — 1835-1935, e no reverso "Liberdade — Igualdade — Humanidade. 20 de Setembro de 1935";

— de prata, "Al General Belgrano — 1935 — Homenagem del Instituto San-Martiniano", e no reverso "Entrevista de San Martin y Belgrano en Yatasto — 1814";

— em bronze, "A Marcha para o Oeste" — partirá de Cananéa, na face e no reverso — IV Centenário de Iguape — 1538-1938;

— de bronze, com a efigie do visconde do Rio Branco e a inscrição "Homenagem ao fundador e 1.º diretor Visconde do Rio Branco 50 aniversário — 1874-1924. Escola Politécnica. Rio de Janeiro";

— de bronze, dourado, com a efígie do Presidente Getulio Vargas e no reverso a inscrição: "Parada da mocidade e da raça — Colégio Universitário — 1939";

— de prata, com a efígie do Presidente Campos Salles e no reverso "Visita del Exmo. Sr. Presidente da 1.ª Republica de los Estados Unidos del Brasil — Buenos Aires, Octubre — 1900";

— de prata, comemorativa do 1.º Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — 1838-1939" (2 exemplares, sendo 1 em bronze);

— Um estojo contendo seis distintivos usados na 7.ª Exposição Nacional de animais e produtos derivados de Belo-Horizonte — 1938;

— de prata, comemorativa do 3.º Centenário da fundação de Ubatuba — 1637-1937. S. Paulo;

— Um estojo contendo duas moedas de prata de 1 peso e 50 cent. da República Oriental do Uruguai — 1917;

— uma moeda de $400, de ouro, cunhada em 1726;

— um distintivo, em esmalte, da 1.ª reunião Sulamericana de Botânica. Rio de Janeiro, 1938;

— um escudo de ouro e esmalte do Instituto San-Martiniano — 1933;

— uma placa de prata, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelo Sindicato dos Proprietários de Lavoura de Legumes e Similares, de S. Paulo — 1938;

— uma placa de prata, com as armas da República em ouro, oferecida ao Senhor Presidente Getulio Vargas pelas crianças do Estado do Amazonas;

— uma pá de prata com cabo de madrepérola, com a inscrição: "Itanhangá Golf Club Pedra fundamental;

— Caneta de ouro em estojo de veludo, tendo a inscrição: "Ao General Manoel Deodoro da Fonseca". (Caneta com que foi assinada a Promulgação da Constituição de 1891);

— uma caixa contendo uma pá, tendo gravado: 15 de Novembro de 1939 — Palácio Itamarati;

— uma caixa de cedro trabalhado contendo o modelo, em quarzo de diamante Getulio Vargas, o maior do Brasil e o quarto do Mundo — Casa da Moeda — 10/11/1939;

— um diploma, em pergaminho, de Sócio Benemérito, conferido pelo Centro Ouropretano de Belo-Horizonte;

— um título de nomeação do brigadeiro José Vieira Costa de Magalhães para Presidente da Província de S. Paulo;

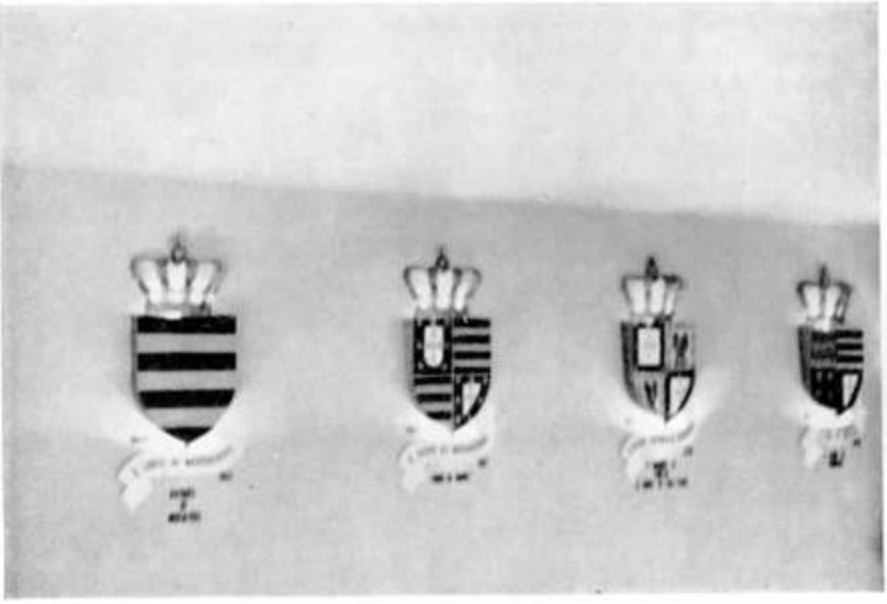
— uma flâmula do Corpo de Fuzileiros Navais;

— um emblema do Automovel Club Argentino;

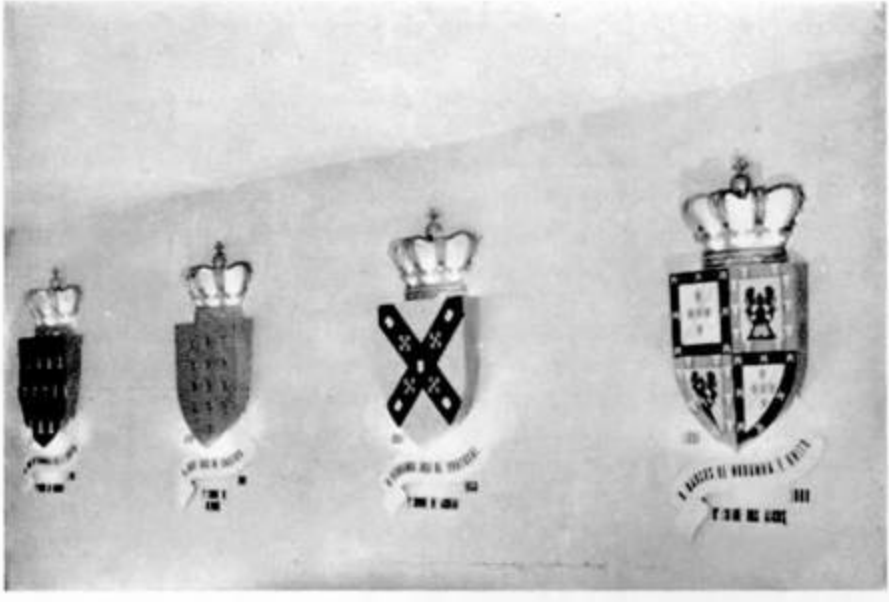
— uma pá de prata do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários ;
— uma mensagem da diretoria da Paróquia de Queluz ;
— um diploma de sócio honorário da mesma ;
— uma medalha associativa (idem);
— um diploma da Federação dos Marítimos, com o título de Patrono da Marinha Mercante Brasileira ;
— duas cartas do Dr. Manoel Joaquim de Lemos, nomeado presidente da província de Sergipe ;
— uma mensagem do general José Estigarribia.

ADOLPHO DUMANS
(*Conservador cl. G., Secretário do Museu Histórico*)

APENDICE



Brazões dos Vice-Reis do Brasil na Exposição Histórica do Brasil em Belem



Brazões dos Vice-Reis do Brasil na Exposição Histórica do Brasil em Belem

A EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL EM PORTUGAL E SEU CATÁLAGO

O Museu Histórico Nacional participou da Exposição do Mundo Português, em 1940, por deliberação do Exmo. Sr. general Francisco José Pinto, que superiormente chefiou a Embaixada Especial do Brasil e a Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal. A Exposição Histórica do Brasil, no magnífico certame de Belem, ocupou uma das alas do Pavilhão dos Portugueses no Mundo e obedeceu ao pensamento superior de mostrar ao país irmão o amor pela nossa tradição comum. Seu material, retirado das coleções do Museu Histórico, foi transportado para Lisboa, exposto e reconduzido ao Rio de Janeiro com tal cuidado que se não extraviou uma peça nem se danificou coisa alguma. Todo o serviço de organização e embalagem, aqui e em Portugal, bem como a arrumação e desmonte, se fez de acordo com os preceitos técnicos. E as coleções voltaram acrescidas de dádivas preciosas feitas pelos portugueses, bem impressionados pelo conjunto e particularidades da Exposição Brasileira, entre as quais releva notar o grande quadro "Batalha dos Guararapes", tela do século XVIII, doada pelo benemérito Sr. Albino de Souza Cruz, e os magníficos retratos a óleo do barão e da baronesa de Taquarí, doados pelos seus descendentes.

O Exmo. Sr. general Francisco José Pinto autorizou a direção do Museu Histórico a proceder a organização do material no Rio de Janeiro, em dezembro de 1939. Em fins de março de 1940, estava todo ele pronto, relacionado e devidamente embalado. A 1 de maio seguia para a Europa. E lá, logo que terminaram as obras da ala do Pavilhão dos Portugueses no Mundo destinada à Exposição Histórica do Brasil, aquele material foi arrumado e exposto, de maneira consentânea com o carater espiritual e simbólico de toda a Exposição Portuguesa.

No dintel da larga porta de entrada uma figura hierática de anjo, em baixo-relevo, representava o Gênio da Civilização Cristã, de que promanam Portugal e o Brasil. Sobre ele, o dístico:

Brasil — 1500. A porta dava acesso a um amplo vestíbulo poligonal, forrado ao fundo por uma grande bandeira do Brasil. Sobre ela e aos lados, em relevo e em cores, com iluminação para a noite, os brazões da República, do Império e do Brasil Reino, e a legenda que liga o Brasil a Portugal, tirada do poema "Caramurú" de Santa Rita Durão :

"Não somos nós os netos de Albuquerque,
Raça de lusos.....?

Ao centro, sobre um pedestal de sucupira, um grupo de bronze de Eduardo de Sá, cópia do que se encontra no monumento de Floriano Peixoto, fundido pela própria maquete em gesso do artista, gentilmente cedida pelo Museu Nacional — *Anchieta evangelizando o indígena*, como representação simbólica da Catequese, do Evangelho nas Selvas, cantado por Fagundes Varela. Em frente, em dois altos nichos, dois grupos de bronze do mesmo escultor e obtidos de idêntica maneira : *Caramurú* e *Ijuca-Pirama,* o primeiro significando o contato do homem branco com a virgem terra brasileira, o segundo o indígena do país descoberto pelos portugueses. Ambos relembrando os dois poemas clássicos de Santa Rita Durão e de Gonçalves Dias.

À direita do vestíbulo, larga passagem conduzia os visitantes à Exposição Colonial do Brasil, disposta em vastíssima quadra com uma rotunda na parte do fundo, dividida em seis salas por paredes de pouca altura com cimalhas escondendo a iluminação que se projetava para baixo, permitindo a clara visão dos quadros e mostruários. Em todo o perímetro da quadra, corria ao alto, em relevo, colorida e iluminada, a série de brazões de todos os vice-reis do Brasil. Na rotunda, tambem em relevo, com cores e iluminação apropriada, a Arvore Simbólica da formação do Brasil vindo de Portugal. Raizes fincadas na gleba lusitana. No tronco, as armas heráldicas de Portugal. Nos primeiros ramos, A *Grei,* a *Lei* e os *Reis* que "dilataram a Fé e o Império". Nos segundos, o *Mar,* os *Descobridores* que devassaram os "mares nunca dantes navegados", os *Missionários* que espalharam nos mundos novos as sementes da Religião Cristã, e os *Bandeirantes* que recuaram o Meridiano. Nos terceiros, os *Donatários* que fundaram as capitanias, os *Senados das Câmaras,* significando a constituição dos primeiros municípios, e as *Províncias,* resultado das velhas capitanias. Depois, o *Reino* fundamentado sobre esse desenvolvimento e o *Império,* nascido do reino. Por fim, os *Estados,* surgindo das províncias e dos municípios. E, coroando tudo, numa intensa floração de flores e de luzes — a *República,* o Brasil Contemporâneo. Dum lado e de

outro da grande Árvore, em largos painéis, os nomes dos governadores gerais do Brasil.

As seis salas da Exposição Colonial obedeciam à seguinte disposição :

Na primeira, quatro canhões de bronze marcando pela sua procedência os quatro pontos extremos a que atingiu na América a expansão brasileira : ao Norte, Caiena ; ao Sul, a Colônia do Sacramento ; ao Noroeste, o forte de Coimbra. Armas do século XV. Armaduras do século XVII. Plantas das principais fortificações levantadas pelos portugueses no Brasil. Gravuras antigas. Uniformes coloniais.

Na segunda, armas antigas, aquarelas de uniformes das velhas milícias e ordenanças, quadros a óleo com aspectos do Brasil de antanho.

Na terceira, moveis do século XVII com tremidos, torcidos, bolachas e espaldares de couro lavrado. Figuras de bandeirantes famosos, paulistas e baianos. Aquarelas de igrejas e edifícios do Brasil-Colônia.

Na quarta, documentos arquiteturais do nosso Barroco, moveis do século XVIII em jacarandá, estilo D. João V, e retratos de figuras notaveis do período colonial.

Na quinta, armas dos séculos XVII e XVIII, e painéis a óleo rememorando os feitos militares do período colonial no Maranhão, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e no Extremo Sul. Em vitrinas apropriadas de sucupira, forradas de veludo, uma coleção de moedas e medalhas coloniais.

Na sexta, fazendo face à Árvore Simbólica, em belíssimo oratório de jacarandá entalhado, a reprodução exata da Cruz Processional de ferro levada por frei Henrique de Coimbra no Descobrimento do Brasil e que se encontra em Braga. Quadros da arquitetura e da vida do Brasil antigo, sobretudo paisagens do nosso interior.

Para essa exposição, o Museu do Ipiranga cedeu generosamente alguns dos seus melhores documentos iconográficos.

Do lado esquerdo do vestíbulo, uma passagem idêntica à do lado direito, levava à Exposição Histórica do Brasil Independente, localizada em quadra menor do que a outra, da qual cada face, decorada de timbres heráldicos a cores, em relevo e com luzes, se destinava a uma das três épocas da história do Brasil após a Independência: 1.º reinado, 2.º reinado e República. No centro, em uma vitrine especial, a espada que trazia D. Pedro I no Ipiranga, quando soltou o grito de "Independência ou Morte". Ao fundo, noutra montra, a espada que trazia o marechal Deodoro da Fonseca, no momento em que proclamou a República. Alem disso,

relíquias da Monarquia e da República, de D. Pedro I e D. Pedro II, painéis militares das guerras do Prata rodeando o retrato a óleo do duque de Caxias, a Espada do Império. Manequins com os nossos uniformes tradicionais: Escola Naval, Escola Militar, Batalhão de Guardas e Dragões da Independência. A caneta de ouro, esmeraldas e brilhantes com que foi assinada pela princesa Isabel a lei da Abolição. Enfim, documentos de varia natureza sobre as épocas republicanas de 1889 a 1940.

O que a direção do Museu Histórico, em cumprimento das determinações que lhe foram dadas pelo Exmo. general Francisco José Pinto, procurou fazer nos múltiplos aspectos dessa Exposição preparada no curto espaço de três meses — decoração do ambiente com legendas e heráldica, mostruário de reliquias não muito numerosas, porem sobremaneira significativas, documentos históricos, artísticos e numismáticos — foi resumir os quatro séculos e meio da História do Brasil, desde o século do Descobrimento, sintetizado na Cruz Processional, num broquel e num gládio daquele tempo até o momento atual, expresso no grande retrato a óleo do fundador do Estado Novo, Sua Excelência o Presidente Getulio Vargas.

A Exposição Histórica do Brasil em Portugal fez-se acompanhar como devia, dum catálogo ilustrado e devidamente comentado, mandado editar pela Comissão Brasileira dos Centenários, cuja tiragem de 5.000 exemplares foi distribuida entre estudiosos e visitantes. A direção do Museu Histórico preparou-o, depois de organizado o material da Exposição, no escasso tempo de mês e meio. Escasso, de fato, para coligir dados, redigir as notas, numerar os verbetes, mandar imprimir e corrigir as provas. O diretor do Museu tomou a si pessoalmente essa tarefa e embarcou para Lisboa deixando o catálogo ainda na impressão. Foi, portanto, impossivel evitar nele algumas imperfeições e sobretudo saltos, pequenos pastéis e erros tipográficos, o que obrigou a uma *errata* em papel de cor, impressa em Portugal e colada nos exemplares distribuidos.

O catálogo é um livro de 134 páginas e consta das seguintes partes :

A) *Armas usadas no Brasil-Colônia.*
B) *Mapas e vistas das primeiras fortificações.*
C) *Canhões históricos.*
D) *Uniformes coloniais.*
E) *O Bandeirismo paulista e o recuo do Meridiano.*
F) *Cidades e monumentos coloniais. Mobiliário antigo. Fachadas e retábulos de igrejas. Obras dos artistas coloniais.*
G) *Figuras ilustres do periodo colonial.*

H) *A Inconfidência Mineira.*
I) *D. João e sua época.*
J) *Painéis decorativos dos principais feitos militares da Colônia.*
K) *Coleção de moedas do Brasil-Colônia.*
L) *D. Pedro I e a Independência.*
M) *O 2.º Reinado.*
N) *Abolição e República.*

Nesses 14 capítulos, figuram 589 objetos diferentes, tendo cada um deles suas indicações descritivas e a grande maioria um comentário, às vezes bastante longo, sobre sua procedência, valor, significado ou aplicação. O trabalho foi feito com o mesmo espírito que presidiu a escolha do material e sua exposição em Belem. Presidiu-o o desejo de acertar e de fazer coisa limpa que desse à instituição de que promanava motivo de enaltecer e de servir bem ao Brasil perante Portugal.

A crítica portuguesa assim o recebeu e inúmeras foram as manifestações da imprensa e das associações culturais do país irmão em louvor da Exposição Histórica do Brasil. Todavia, aquí, em um matutino, um jornalista quase desconhecido resolveu, ao que parece, obedecendo a uma sugestão de quem preferiu ficar na sombra *et pour cause,* arrazar o catálogo organizado pelo diretor do Museu, sendo curioso que nem o jornalista nem aquele que o insuflou até hoje apresentaram aos meios culturais do Brasil e de Portugal a menor prova do seu alto valor, isto é, do alto valor que certamente pensam ter. Tudo isto que aquí fica dito se depreende das palavras do próprio crítico :

"Outro trabalho que me foi trazido por um amigo português (?), que esteve nas festas dos Centenários da Nação irmã e que me presenteava, disse ele — como uma peça rara e digna de museu ! — é o catálogo com que o nosso Museu Histórico Nacional compareceu àquela, e que escapou por certo à revisão do Sr. Gustavo Barroso, sob cuja orientação se diz na capa do livro ter sido ele organizado."

Não é verdade que na capa se diga ter sido o catálogo organizado sob a orientação do diretor do Museu. O que se diz é que foi *organizado pelo diretor* com o seu nome pessoal. E este assume a plena responsabilidade, porquanto não costuma esconder-se como o anônimo amigo do articulista, que, mau grado o nome que lhe puseram, nenhuma eugenia ou eugenésica manifesta nas suas atitudes morais e físicas.

Declara o crítico que o trabalho está cheio de deslises e falhas "que não devem tão somente por de cabelo em pé os brasileiros, mas sim ter causado uma triste impressão aos portugueses". E cata, nas cento e tantas páginas do volume, minuciosamente, os erros tipográficos, as menores lacunas, esquecendo todo o manacial que alí se encontra de notas sobre armaria, arquitetura, gravura, indumentária, numismática, história, etc. Vejamos os erros, deslises e falhas de arrepiar cabelo que o crítico, ajudado anonimamente pelo amigo, encontrou, pondo de parte as trocas de números em datas sobejamente conhecidas, visiveis gralhas da impressão, como se diz do lado de lá. Estas não merecem resposta séria.

Sobre a porta do Seminário de Congonhas do Campo, o crítico acha que a ficha do catálogo está errada, porque diz que nas linhas arquiteturais da mesma se sente a influência chinesa e que a obra é do começo do século XIX. E sentencia: "o estilo é influenciado do Renascimento italiano", acrescentando que na porta existe a data de 1844. Grande achado! O diretor do Museu viveu três meses em Congonhas do Campo, no ano de 1910, foi inspetor dos Monumentos Nacionais três anos e mais vezes tem visto aquela porta de perto do que talvez tenha o crítico de anos de idade. Qualquer tratadista de arte ensinará gratis ao crítico que a influência chinesa se fez sentir na decoração do Renascimento, inclusive nos grutescos de Rafael, e, mais ainda, no dialeto arquitetural do Renascimento chamado barroco, tão espalhado nos edifícios do Brasil colonial. Dirá mais que tal influência se multiplicou com a invasão da Europa pela porcelana chinesa, do século XVII ao século XVIII, e que a *chinoiserie* é um dos mais interessantes característicos do estilo denominado Luiz XV.

Emile Bayard, que é um mestre, notou-a em França, em época anterior e posterior, e escreveu : "La décoration chinoise avait bien eté en faveur au temps de Louis XIV (chateau de la Muette), et Boucher ne devait-il pas plus tard enrichir de *chinoiseries* les dessus de porte du chateau de Bellevue ?" Todo o estilo do Renascimento bem como os seus dialetos, se inspiravam na antiguidade clássica do Ocidente e na China, o que permitiu a outro mestre, Havard, dizer : "Cet étrange amalgame n'était au surplus que le reflet, dans les arts, d'un engouement assez singulier de philosophes épris de l'antiquité qui confondaient dans un même enthousiasme Platon, Aristote et *Confucius*". Essa influência chinesa veio até o chamado estilo Império, segundo observa o citado Bayard, que publica a fotografia de candelabros do tempo de Napoleão I, absolutamente de inspiração chinesa. Demais, a cada passo ela se mostra visibilíssima nos beirais dos nossos telhados coloniais, nas portas das igrejas, como se vê em Sabará, no encosto dos cadeirais de jaca-

randá, como na Sé de Mariana. As linhas do pórtico do Seminário de Congonhas, cujo estilo é o barroco, bem como sua ornamentação florida, revelam de modo insofismavel à primeira inspeção a influência chinesa. Só mesmos os ignorantes em matéria de arte não a enxergarão. Quanto à data, todos os que lidam com monumentos antigos sabem que nem sempre ela exprime o ano da construção. E' muitas vezes aposta nas reformas e reparações. O engenheiro Epaminondas de Macedo, que restaurou a ponte de S. José ou dos Contos em Ouro Preto, quando o diretor do Museu Histórico era inspetor de Monumentos, poderá atestar isso quanto àquele monumento. Em 1844, já se não construia mais naquele estilo. Erro crasso é o do crítico atribuindo à porta ser do estilo do Renascimento. Esse estilo caracteriza-se sobretudo pela superposição de duas ordens de colunas. A porta o que é barroca para todos os efeitos. Não tem coluna nenhuma.

"Na mesma página 57 — prossegue o crítico — ainda sobre o mesmo Seminário chama-se de átrio o que é *adro*, e que são coisas absolutamente diferentes". Para respondermos a esta tolice, abramos a "Enciclopédia Portuguesa" de Maximiniano Lemos e leiamos à página 598: "*Átrio* (do lat. *atrium*) s. m. Espécie de pórtico coberto, pátio, vestíbulo, *no exterior* dum edifício, todo o espaço que nos edifícios se acha compreendido entre a porta principal de entrada e as escadas. Na casa romana, o *átrio* era o aposento, a sala principal. Por ext. Adro de certos templos romanos composto dum pátio quadrado rodeado de pórticos. *Adro* ou *recinto exterior das igrejas* dos primeiros séculos". Se não é bastante, temos mais: Simões da Fonseca, "Dicionário da língua portuguesa:" "*Átrio*, s.m. Pátio, vestíbulo que dá entrada a edifício; *adro de templo, igreja*".

João de Deus, "Dicionário Prosódico do Brasil e Portugal": Átrio, s. m. *Adro* de edifício nobre, palácio, *templo*, etc".

Confronte-se a palavra em duas línguas irmãs, portuguesa e francesa, por exemplo:

Domingos de Azevedo, "Dicionário Português-Francês: "*Átrio*, s.m. Atrium, *parvis de certains temples romains*.

Domingos de Azevedo, "Dicionário Francês-Português": "Parvis, s.m. *Átrio, adro de igreja*".

De onde vem a palavra? Da mesma forma latina. E' o que ensina, com outros dicionaristas, o nosso Morais: "Átrio, do latim atrium, s.m. Todo o espaço que nos palácios e outros edifícios vai desde a porta principal até a escadaria". "Adro, do latim *atrium*, etc.".

Portanto, como se queria demonstrar, átrio e adro são uma e a mesma coisa. Eis o que se chama *achatar* um crítico com o seu anômino assessor de cambulhada...

A terceira falha de arripiar cabelos apontada pelo crítico não é do catálogo, mas sim dele. Diz com ares de mestre: "logo adiante *se põe os Passos* no interior da igreja do Bom Jesus de Matosinhos, quando os *Santos* estão exatamente fora dela..." Quantos disparates! O primeiro em vernáculo: *se põe os Passos*, com o se sujeito da oração, erro crasso. Se *põem* os Passos é que é certo. O segundo: somente nega que os Passos estejam ao abrigo quem nunca pôs os pés em Congonha. Esses passos são esculturas em madeira do Aleijadinho e, expostos ao tempo, se deterioriariam. Estão, de fato, sabe-o toda a gente que conhece o assunto, dentro da igreja. O terceiro: fora da igreja não há *santos* e sim os famosos *profetas* em pedra-sabão do mesmo Aleijadinho, ultimamente mandados moldar em gesso pelo ilustre diretor do Serviço do Patrimônio, Dr. Rodrigo de Melo Franco, para um Museu de Moldagens, que o crítico deve visitar, afim de aprender alguma coisa, quando se abrir ao público.

Maldosamente aponta o articulista como erro, em outro lugar, estar escrito no catálogo que D. Maria I casou com D. Pedro II. Qualquer pessoa de boa fé veria que houve simples erro tipográfico, pois o soberano em questão foi D. Pedro III. Veja-se no catálogo à página 111, referente à coleção de numismática e lá está o título em letras graudas duma série de moedas: REINADO DE D. MARIA I E PEDRO III. O autor do catálogo não pode, portanto, ser incriminado de tão palmar ignorância em matéria histórica. Seria inconcebivel que escrevesse certo numa página e errado noutra. O crítico, na sua ignorância sem limites, confunde *reinar* com *governar*. D. Maria I reinou até morrer, tanto assim que D. João VI somente foi aclamado e coroado *Rei* no Rio de Janeiro em 1816, depois de sua morte. D. Maria I não governou mais após sua loucura, tanto assim que D. João foi príncipe regente, enquanto ela viveu.

Na página 80, o crítico exulta porque se chama a Real Casa Pia de Lisboa — Real Casa do Castelo de S. Jorge. Isso vem a propósito do pintor Manuel Dias de Oliveira, que estudou, ao tempo do famoso intendente Pina Manique, naquele educandário. A verdade é que, enfaticamente ou não, a Real Casa Pia de Lisboa naquela época se denominava Real Casa do Castelo de S. Jorge, por funcionar nas edificações existentes naquele castelo e somente desaparecidas na sua última restauração, em 1939. Leia-se no n. 3 da revista *Estudos Brasileiros*, ano I, o trabalho do Sr. Marques dos Santos — "Artistas do Rio de Janeiro Colonial" e se acha-

rá na página 26 sobre Manuel Dias de Oliveira: "conseguiu do Intendente Pina Manique estudar na REAL CASA PIA DO CASTELO DE SÃO JORGE, onde se matriculou".

Na mesma página, merece reparo azedo o ter-se chamado ao pintor *Antonio Domingos de Siqueira* simplesmente Antonio de Siqueira. Onde o erro, senão no desejo de pesquisar niquices e deprimir o trabalho alheio, pensando que a destruição engrandece o destruidor? *Antonio Domingos de Siqueira* é como escreve *ipsis litteris* o crítico. Errou. O nome do grande artista, como se pode verificar nos livros que dele tratam, — é *Domingos Antonio de Sequeira*. Que cincada!

A seguir se critica dar como fidalgo a Cristovam Vieira Ravasco, pai do padre Antonio Vieira. Se erro há, estão com ele Teofilo Braga e Maximiano Lemos, que ambos afirmam isso e ambos são filhos de Portugal.

Onde, porem, o crítico atinge às culminâncias é quando diz, referindo-se às pessoas ilustres que vieram com o príncipe de Nassau, com estas galas de linguagem: "mete-se o capelão Plante na pele do poeta tão somente quando a sua missão junto ao grande príncipe foi mais de seu *confessor* (?) do que de poeta". *Stultorum numerus est infinitus!* Vicente Themudo Lessa, à página 171 de sua obra "Maurício de Nassau, o Brasileiro", citando o séquito de intelectuais do príncipe diz: "Abre a lista o seu capelão Francisco Plante, ministro evangélico, latinista e *poeta* " No tomo 2.º, página 357, da edição da "História Geral do Brasil", eruditamente apostilada pelo historiador Rodolfo Garcia, Varnhagen, referindo-se ao mesmo Plante, considera-o *poeta, autor dum poema em latim,* alem de capelão — veja-se bem! — de Maurício de Nassau. *Capelão,* como dizem Varnhagen e Themudo Lessa, está certíssimo. *Confessor,* segundo a ignorância do crítico, está erradíssimo. Seria de desejar explicasse este último como um ministro protestante pode ser confessor, se o ramo protestante que professavam Nassau e Plante não admite a confissão Um ministro evangélico confessor é de estourar de riso!...

Valendo-se dum pastel tipográfico que salta à primeira vista, acrescenta o autor da crítica ao que citado foi acima, que o diretor do Museu Histórico descobriu um Rui Franz Post. Não, o diretor do Museu não descobre nem inventa coisa alguma. Recorre aos livros de historiadores consagrados ou aos documentos para redigir suas notas. O catálogo cita um *cosmógrafo* com o nome de Rui Franz Post por um pastel escapo à revisão. Esse *cosmógrafo* é o cosmógrafo *Ruiters,* a que se referem Varnhagen e Rio Branco, este nas "Efemérides", no dia 23 de janeiro de 1637.

Sobre a nota relativa a uma bela miniatura de D. Maria II, o crítico denomina *barbaridade* a nota do catálogo dizer que lhe sucedeu no trono seu filho D. Luiz I. Só um ignorante completo em história portuguesa poderia cometer tal erro. E' uma injustiça atribuí-lo a quem, como o diretor do Museu, vive, por obrigação e gosto, há longos anos, estudando e esmiuçando o que há sobre a matéria. Conforme se verifica dos originais das notas arquivadas no Museu, bem como do fichário dos seus objetos, o que se escreveu foi. "Sucedeu-lhe seu filho D. Pedro V e a este seu irmão D. Luiz I". Houve um salto. Outros saltos, infelizmente, se encontram no catálogo, por exemplo à página 63, onde se salta da ficha 194 para a 196, tendo sido devorada pela impressão a ficha 195. Outro cavalo de batalha do crítico é a data da morte de D. Maria II : 1859 em lugar de 1853. E' uma *gralha* visivel. Aliás, o severo crítico foi vítima de uma nesse mesmo lugar de seu arrazoado — castigo de Deus! Cita a página 445 do catálogo, quando este somente tem 134 e a matéria a que se refere se acha na 115. Longe vá a intenção de atribuir-lhe o lapso. Demais, a *barbaridade* não seria tão grande, tendo-se em vista que D. Luiz, foi *filho* e *sucessor* de D. Maria II, embora não tenha sido o *sucessor imediato*.

Criticando a nota referente à imperatriz Leopoldina, solta foguetes por encontrar como data de seu nascimento 1727 e da morte 1827, e declara, peremptório e sábio, que ela nasceu em 1797 e morreu em 1826, citando, eruditamente, esmagadoramente, o "Anuário Genealógico Brasileiro" e Henri Raffard. Não precisava tanto. Toda gente sabe disso e inclusive o pouco instruido diretor do Museu. Ora, o nascimento de D. Leopoldina em 1727 e sua morte em 1827 a faria morrer centenária e a casar-se em 1817, com 90 anos! Caspité! Toda essa tempestade em torno dum copo de água, o lapso de revisão, ao invés de 1797, 1727, ao invés de 1826, 1827.

Enfim, a propósito de Francisco Manuel da Silva, autor do Hino Nacional, dado "como inhumado no cemitério de S. Francisco Xavier (Cajú)", doutrina: quando todo mundo sabe no Rio de Janeiro que os restos mortais repousam num túmulo, aliás erguido por subscrição pública sob o patrocínio da maestrina Chiquinha Gonzaga, no cemitério da Penitência ou seja no Cemitério de Catumbi!"

Não é verdade que no catálogo incriminado esteja a palavra Cajú. O crítico acrescentou-a entre aspas por iniciativa própria. No catálogo, lê-se unicamente isto: "Os restos de Francisco Manuel repousam no cemitério de S. Francisco Xavier". Houve, de fato, engano ou confusão quanto ao nome do órago da necrópole. Mas, criticando-o, o articulista erra como sempre costuma, deno-

Passagem da Sala do Século XVII para a Sala do Século XVIII na Exposição Histórica do Brasil em Belem.

Sala do Século XVII na Exposição Histórica do Brasil em Belem.

minando o cemitério de Catumbí — cemitério da Penitência. Todo mundo no Rio de Janeiro sabe, como ele diz, que o cemitério da Penitência fica tambem no Cajú, ao lado do de S. Francisco Xavier. O cemitério que se acha no largo do Catumbí pertence à Veneravel Ordem dos Mínimos de S. Francisco de Paula e se chama cemitério de S. Francisco de Paula. Confundir a invocação do santo, sem determinar a localização Cajú, como de fato está no catálogo, é coisa que escapa a qualquer pessoa, escrevendo *currente calamo ;* mas transplantar o cemitério da Penitência do Cajú para Catumbí só mesmo um crítico desavisado e improvisado, seguindo as pegadas dum mentor titubeante...

"Inutil irmos mais adiante na faina de respigar *pérolas*", termina superiormente o crítico. Na sua opinião, elas devem ter "feito rir em gargalhadas desopilantes até as pedras do *convento* da Batalha". Pois bem, o crítico oferece aos seus leitores *in fine* uma autêntica *pérola,* que fará rir o *Mosteiro da Batalha*: "Nós é que *temos* a obrigação de *ficarmos* tristes". E' uma *pérola* de brilho oriental. Bem diz o rifão, brocado, anexim, parémia, adágio ou ditado popular: "Ri bem quem ri por último".

GUSTAVO BARROSO
Diretor do Museu Histórico Nacional

UM ENIGMA HERÁLDICO

O Museu Histórico Nacional possue em sua coleção de louças brazonadas uma chícara de porcelana que lhe foi remetida com outros objetos pelo Ministério das Relações Exteriores, como tendo pertencido ao vice-rei do Brasil marquês do Lavradio. A chícara tem um brazão encimado pela coroa real portuguesa, em ouro, com forro vermelho ; mas nele não se vê nenhum elemento que se possa atribuir a D. Luiz de Almeida, marquês do Lavradio.

Porisso, determinou a direção do Museu à Secção de História que procedesse ao estudo heráldico daquela curiosa peça. Fê-lo o conservador da referida secção, D. Jenny Dreyfuss, e eis aquí o fruto da sua cuidadosa investigação.

Na Coleção Fonseca Hermes, figuram mais duas peças com o referido brazão encimado pela coroa real portuguesa. Foram adquiridas pelo Museu Histórico.

O brazão está lido nos seus elementos internos. O elemento externo — a coroa real — permanece como um enigma a desafiar a argúcia dos heráldistas. Ele deve ter talvez alguma correlação com as armas de Portugal que se veem brocantes sobre o todo nos 1.º e 4.º quartéis do escudete dos Souza.

JOSÉ PAMPLONA CARNEIRO RANGEL BALDAYA DE THOAR. Moço fidalgo da casa real por sucessão a seus maiores, acrescentado a fidalgo escudeiro (alvará de 7 de julho de 1738); 11.º Sr. morgado de Beire, e outros acima referidos ; padroeiro abacial de Santo André do Sobrado e da Capela dos Reis Magos por cabeça de sua mulher ; cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalem ; familiar do Santo Ofício ; coronel d'infantaria e governador do forte de S. Francisco Xavier do Queijo, no partido do Porto, que morreu em janeiro de 1815. Foi casado com D. Antonia Inacia Barreto de Miranda.

"Resenha das Familias Titulares e Grandes de Portugal — Albano da Silveira Pinto. — 1.º Vol".

"Resenha das Familias Titulares do Reino de Portugal. Lisboa — 1838 —"

São suas armas :

Esquartelado :

1.º, de vermelho com seis burelas de ouro, que é de *Pamplona* ;

2.º, de vermelho, com uma banda de azul, perfilada de ouro, carregada de dois carneiros de prata armados de ouro, que é de *Carneiro* ;

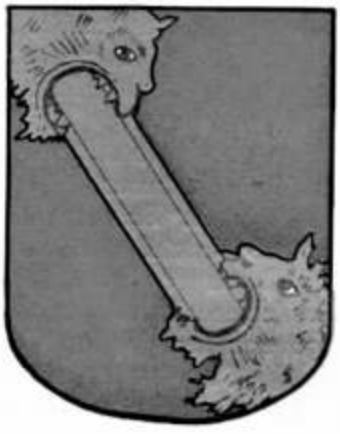
3.º, de azul, com uma flor de lis de prata ; bordadura de ouro, carregada de sete romãs de verde, abertas de vermelho, que é de *Rangel* ;

4.º, de prata, com quatro rosas de vermelho, com pés e folhas de verde, acantonadas, e uma flor de lis de azul ao meio do escudo, que é de *Baldaia*

Brocante sobre o todo, esquartelado : 1.º e 4º de *Portugal antigo*, 2.º e 3.º de vermelho com uma quaderna de crescentes de prata, que é de *Souza*.

Remontando aos primórdios genealógicos dessa família, (Carneiro Rangel), vamos encontrar os *Souza*. Daí a razão do escudete brocante.

Quanto ao pequeno animal (*Coelho* ou *lebre*) que se encontra no último quartel, não nos foi possível achar uma explicação nem supor que seja um elemento do brazão dos Tovar (Toar), que é o seguinte : Em campo de azul, uma banda de ouro, perfilada do mesmo, abocada por duas cabeças de leão. Talvez se trate duma *diferença*.



D. Sancho de Tovar, fidalgo castelhano, filho de Martim Fernandez de Tovar, tendo assassinado o juiz que sentenciou seu pai, fugiu para Portugal, onde passou a se chamar Toar.

D. Sancho, que fez parte da armada de Cabral como Comandante da Sota-Capitânia e naufragou no regresso, era das mais nobres famílias de Castela.

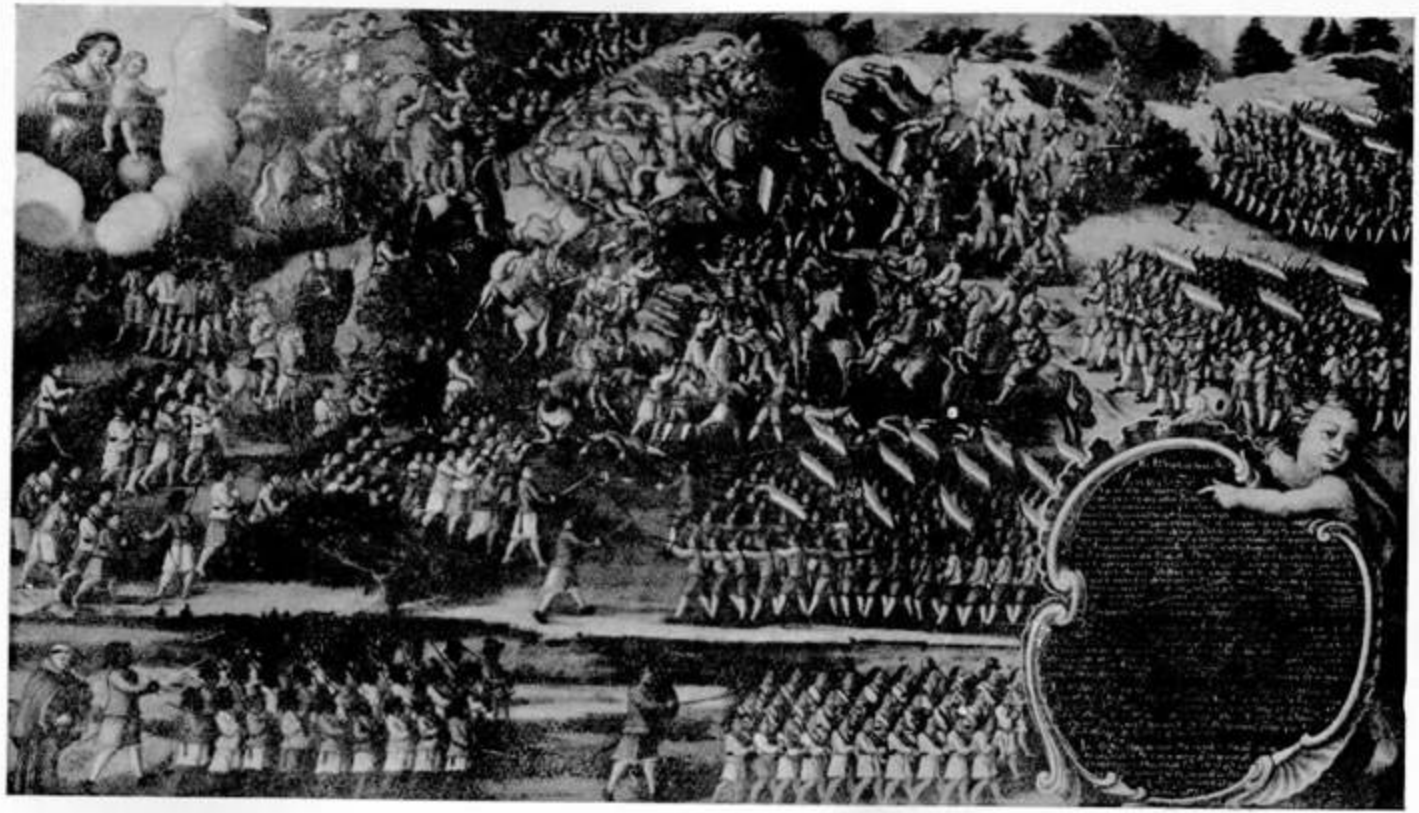
José Pamplona Carneiro Rangel Baldaya de Thoar.

Índice Heráldico. — Visconde de Sanches Baena. Lisboa 1872.

Os brazões da sala de Cintra. — Anselmo Braancamp Freire. Lisboa MDC...

Armorial Português. — Santos Ferreira. Lisboa 1923.

Brazonário de Portugal. — Armando de Matos I vol. 1940.



Batalha dos Guararapes. Quadro a óleo do Século XVIII doado ao Museu Histórico pelo benemérito Comendador Albino de Souza Cruz.

UMA DOAÇÃO PRECIOSA

Na Exposição dos Centenários de Portugal, em 1940, figurou um quadro a óleo de autor desconhecido, do século XVIII, representando a Batalha dos Guararapes. E' um documento histórico, notavel sobretudo pela exatidão dos pormenores que encerra. O benemérito comendador Albino de Souza Cruz adquiriu-o por 50.000 escudos e o ofereceu ao Governo Brasileiro que o destinou ao Museu Histórico Nacional onde já se acha exposto.

Na cartela baroca que o orna a um canto sustida por um anjo, lê-se o seguinte :

"1649 em ũa sesta Fr.ª

Aos 18 de Fev.º se virão estes montes Guararapes matizados de hũa rizonha primavera, cõ. q̃. se adornavão, e se revestião seus espaçosos vales, pois na pompa cõ. q̃. se trajou o Olandes este dia presajios forão de hũa ruina, e anuncios de sua desditoza sorte, pois quando esperavão desta occazião, chegar ao talamo da mayor alegria, se acharão no tumullu do mayor sentimento ; não sõ continuarão os favores da May de Deos em o dia q̃. os olandeses barbaros esperavão a gloria de seu triunfo, como quis no progreço da peleja, e succeço della edificarmos em nossa Santa Fé, e aos barbaros enxelos de assonbro e confuzam, p. q̃. vicem q̃ as humanas forças não fizerão os estragos a seus olhos manifestos. O divino e soberano impulço os moveu a hiso com o alento da fonte da vida dônde sõ se acha a eterna ; e revestidos destas forças os poucos Portugueses mostrarão o impulso da pr.ª cauza q̃. os animou.

Nesta ocazião perdemos *40* homes, entre elles o nobre e valerozo Sargᵗᵒ mor Paulo da Cunha, cujo foi sepultado na Matris da Varze cõ. as honras e funerais da piedade, e os q̃. permitia a milicia a tal pessoa, deixando a todos magoados e saudozos pella falta de sua compª e valor q̃ será immortal a fãma — e os olandeses morrerão coasi *3.000*. Quem se convertera divina Mª em lingoas prª louvarvos amiha hé curta p imunda não tem espirito, alcançaimo de vosso Filho pera vos servir e amar = Cabos Portugueses

1. o M. de C. G$_1$Fran.$_0$ Bar.!de Menezes. — 2 M. de C. João Frz. Vieira. — 3. o M. de C. André Vidal de Negreiros. — 4. o M. de C. Franco de Figueiroa. — 5. o Sargto M. Paulo da Cunha q̃. morreo na batalha. — 6. Sargto M. Tnt.o Dias. — 7. o M. de C. Henrique Dias. — 8. o Gor dos Indios D. Diogo Pinheiro Camarão. — 9. o Boqueirão principio das 2 batalhas = Cabos olandeses.

10. o Gn.al das armas — o Coronel Brim (sic) morto na batalha. 11. os coroneis q̃. marxarão em ambas as batalhas. — 12. o estandarte Gnal que os nossos thomarão ao olandes a *força de cutiladas*

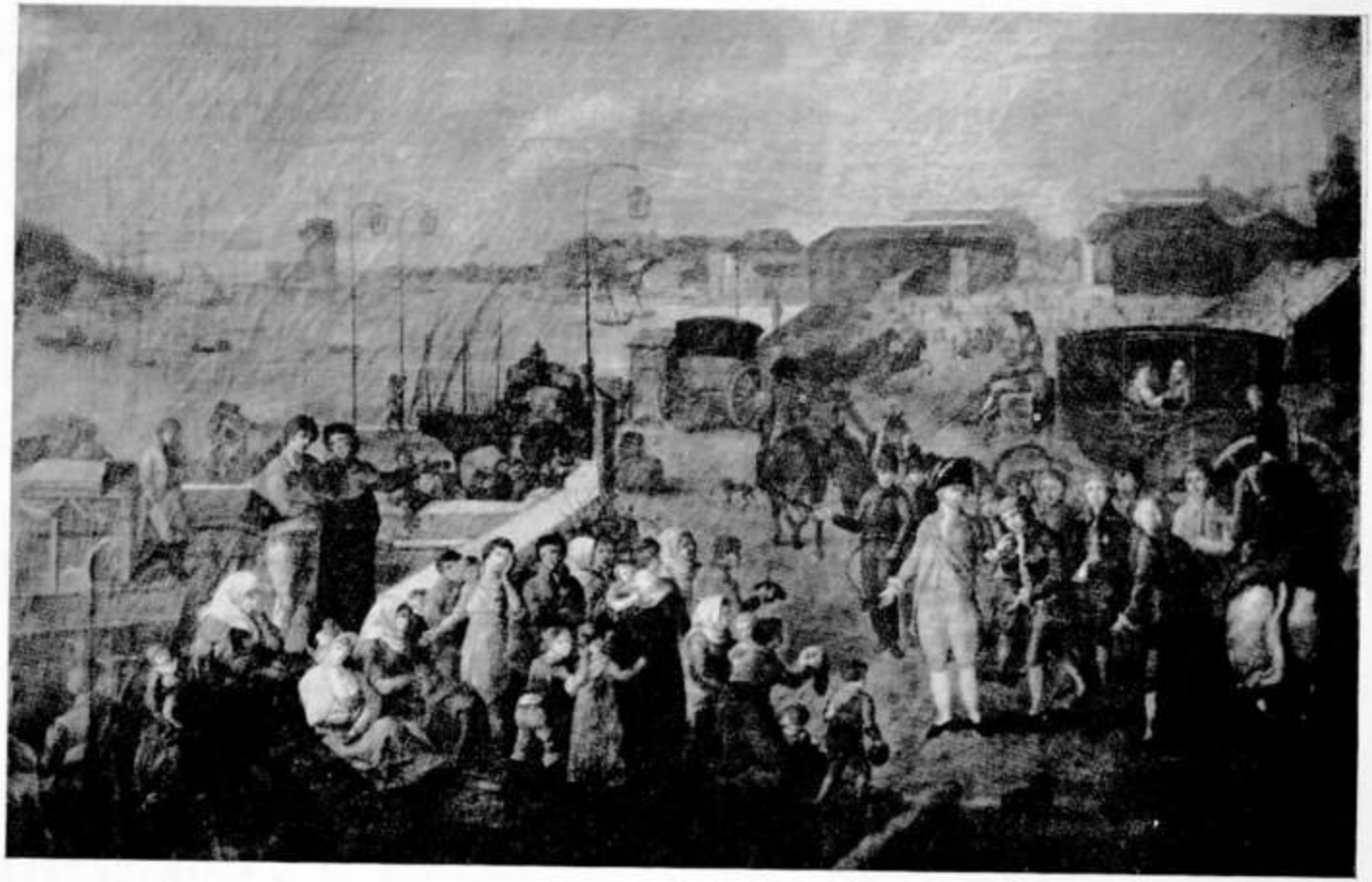
Se fes em 1758".

DUAS PRECIOSIDADES ICONOGRÁFICAS

Miniatura de D. Sebastião, Rei de Portugal. Século XVI. Pintura sobre aço. Adquirida pelo Museu Histórico ao sr. J. Washt Rodrigues, que a encontrou no interior de Minas Gerais.

A iconografia de D. Sebastião é pouco abundante. Sobre este pequeno retrato fez o gravador Deboié sua estampa "Sebastianus, XVI rex Portugaliae", em 1737, n. 47 do Catálogo de Estampas dos "Anais da Biblioteca Nacional", XVIII, 37. O pintor foi Afonso Sanches Coelho (1525-1590), natural de Valência, segundo uns, português, segundo outros, que floresceu nas cortes de Lisboa e Madrid, sendo chamado o Ticiano Lusitano (V. Inocencio, "Dicionário", VII, 98). E' possivel que a miniatura do Museu Histórico seja uma cópia do original desse pintor. Contudo é anterior ao século XVIII. Aliás, os biógrafos de D. Sebastião não o conheceram, sendo o último em data Antero de Figueiredo, tanto que esse retrato, não está indicado entre os do pincel de Afonso Sanches Coelho. Nem outra referência se encontra na obra conscienciosa e documentada ultimamente publicada em Portugal sobre D. Sebastião pelo grande historiador dr. Queiroz Veloso.

Como teria ido parar no interior de Minas em mãos de velho colecionador de objetos antigos?



Quadro a óleo de Delarive, representando a partida do Príncipe Regente para o Brasil, em 1807. A cena passa-se no cais do Sodré. Essa relíquia, comprada pelo sr. Armando Navarro da Costa em Lisboa, foi adquirida pelo Museu Histórico e já se acha exposta nas suas coleções. O pintor de história e paisagista Nicolau Delarive, nasceu em Lila, em 1755, e faleceu em Lisboa, em 1818, depois de haver trabalhado muito em Portugal e na Espanha. Pertencia à Escola Francesa.

RELAÇÃO DOS OBJETOS TRANSFERIDOS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL PARA O MUSEU IMPERIAL

Em 3 de maio de 1941, por determinação da autoridade superior, foram transferidos das coleções do Museu Histórico Nacional para o Museu Imperial, recentemente criado em Petrópolis, os seguintes objetos :

1 — *Manto Imperial,* de veludo verde bordado a ouro com grifos heráldicos e esferas armilares, forrado de seda amarela, e murça de papos de galo-da-serra, usado nas grandes solenidades por S. M. o Imperador D. Pedro II.

Esse manto achava-se guardado no Tesouro Nacional, de onde foi transferido para o Museu Histórico no dia 14 de setembro de 1929. Foi restaurado no referido Museu.

2 — *Retrato de D. Pedro I,* busto, de perfil à direita, fardado, com a cabeça descoberta. Pintura a óleo identificada pelo Museu Histórico como sendo de Araujo Porto Alegre.

Esse primoroso retrato do primeiro imperador do Brasil achava-se guardado no Arquivo Nacional, de onde foi transferido para o Museu Histórico em setembro de 1922.

3 — *Pequeno cetro desmontavel,* de marfim e bronze cinzelado e dourado a fogo, que S. M. D. Pedro II usava nas solenidades fora do Paço Imperial. Rematado pelo grifo heráldico da Casa de Bragança. Com o respectivo estojo.

Estava na Casa da Moeda, onde o foi buscar o Sr. Escragnolle Doria, quando organizou pequeno museu histórico no Arquivo Nacional, expondo-o em apropriada vitrine de jacarandá esculpido. Transferido do Arquivo Nacional para o Museu Histórico em setembro de 1922.

4 — *Album brazonado com as armas imperiais,* contendo fotografias de lugares e objetos que se prendem à história da Casa de Bragança. Pertenceu a D. Pedro I.

Esse album escapou ao leilão procedido no Paço de S. Cristovão depois da proclamação da República e foi incorporado às coleções do Museu Nacional, sendo transferido para o Museu Histórico em setembro de 1922.

— *Album de aquarelas da princesa Isabel.* Pintadas pela princesa em Petropólis, em 1859.

Ficara no Paço de S. Cristovão e fora incorporado ao acervo do Museu Nacional. Transferido para o Museu Histórico em setembro de 1922.

6 — Telefone de uso pessoal do imperador D. Pedro II na fazenda de Santa Cruz. Foi um dos primeiros aparelhos no gênero usados no Brasil, sendo de notar que o invento de Graham Bell muito deveu a D. Pedro II, o qual teve ocasião de apreciá-lo e proclamar-lhe a eficiência na Exposição de Filadélfia, em 1876. A 18 de março de 1882, foi expedido o decreto imperial concedendo permissão para o funcionamento de companhias telefônicas em Baía, Maceió, Fortaleza, Pelotas, Petrópolis e Rio Grande.

Esse telefone, oferecido pela Repartição Geral dos Telegráfos ao Arquivo Nacional, foi dalí transferido para o Museu Histórico em setembro de 1922.

7 — *Estatueta em gesso da imperatriz D. Teresa Cristina.* Trabalho do escultor Rochet. O Instituto Histórico possue nas suas belas coleções essa estatueta em prata. O escultor Luiz Rochet foi o autor do monumento equestre a D. Pedro I, erigido no largo do Rocio em 1862. Nasceu em Paris, em 1817, e apareceu no Salão pela primeira vez em 1838. Fez a estátua de José Bonifácio, levantada a 1 de setembro de 1872, e uma pequena estátua em bronze prateado da imperatriz, no Palácio de Petrópolis. São dele as estátuas colossais de Guilherme, o Conquistador, em Falaise, na Normandia, e de Carlos Magno, na Exposição de 1867. (Vide "L'Art", t. I. 1878).

Essa estatueta encontrava-se no Museu Nacional com outros objetos do antigo Paço de S. Cristovão e foi transferida para o Museu Histórico em setembro de 1922.

8 — *Selim em que o imperador D. Pedro II aprendeu a montar.* Foi oferecido pelo coronel Saturnino Vilhena de Alcantara ao Arquivo Nacional e dalí transferido para o Museu Histórico em setembro de 1922.

9 — *Fardão de generalissimo do imperador D. Pedro II.* Segundo uniforme. Ofereceu-o ao Museu Histórico em 1922 S. A. I. o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança.

10 — *Fardão de almirante do imperador D. Pedro II.* Segundo uniforme. Ofereceu-o ao Museu Histórico em 1922 S. A. I. o príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança.

11 — *Fardão de moço fidalgo da Casa Imperial.* Ignora-se a quem pertenceu. Aquisição do Museu Histórico.

12 — *Capacete de bronze da Imperial Guarda de Honra de D. Pedro I.* 1°. modelo usado por esse corpo de escol. Admiravelmente conservado. Oferecido pelo Dr. Adolfo Leonardos, de Minas Gerais.

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1941